



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

Os Militantes no Poder

Lideranças Negras nos Espaços Institucionais em Sergipe (2003-2015)

Tese de Doutorado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia (PPGS), da
Universidade Federal de Sergipe,
como requisito para o título de
Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio
da Costa Neves

São Cristóvão/SE
2016

ALINE FERREIRA DA SILVA

Os Militantes no Poder
Lideranças Negras nos Espaços Institucionais em
Sergipe (2003-2015)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves
(Orientador- PPGS/UFS)

Prof. Dr. Antônio Sérgio Guimarães
(Examinador Externo USP)

Profa. Dra. Laura Moutinho
(Examinadora Externa USP)

Profa. Dra. Tânia Elias Magno
(Examinador Interno PPGS/UFS)

Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira
(Examinador Interno PPGS/UFS)

Ficha Catalográfica Elaborada pelo
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe

S586m Silva, Aline Ferreira da
Os militantes no poder lideranças negras nos espaços
institucionais em Sergipe (2003-2015) / Aline Ferreira da
Silva ; orientador Paulo Sérgio da Costa Neves. -- São
Cristóvão, 2016.
255 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) - Universidade Federal
de Sergipe, 2016.

1. Ativistas políticos - Negros - Sergipe (SE). 2.
Poder. 3. Estrutura governamental. I. Neves, Paulo Sérgio
da Costa, orient. II. Título.

CDU 316.354(813.7)

**À minha mãe, pelas vezes que acalentou minha Maria em seus braços.
À minha Maria, pelas vezes que me acalentou em seu sorriso.**

AGRADECIMENTOS

Ao professor Paulo Neves, sem dúvida, o meu primeiro agradecimento. Enquanto o mundo cobrava prazos, ele me compreendeu. Pela completude como orientador, intelectual e mestre, mas, sobretudo, pelo ser humano que me enxergou enquanto tal, muito obrigada, professor!

À minha mãe, Nelita Guedes, pela incondicionalidade da proteção; por ninar a minha filha enquanto em viajava por entre letras e lágrimas; pelos cafezinhos “feitos na hora” e pelas inúmeras vezes que falava baixinho em meu ouvido: “vai dar tudo certo!”.

A minhas irmãs, Meire e Nelmires. Meire, pelo dom de transformar dor em poesia e me fazer acreditar que “quem escora em Deus não cai!”. Nelmires, pela racionalidade, pelas perguntas quase diárias sobre qual era a minha tese, o meu objeto, o meu problema. Foram muitas broncas, muitos puxões de orelha, muitas ligações matutinas, até que, finalmente, pude ouvi-la dizer: “você tem uma tese”.

Aos meus irmãos, em especial Carlos Magno (Caco), Vagner (Dan) e Gerson, e ao meu pai, Cariolano, pelo cuidado e zelo que tem para comigo e com “minha cria”.

Às amigas, na essência do termo, Liliane Maria (Lili), Daniela Moura, Raquel Souza, Edilene Leal, Flavinha e Almira. Vocês nunca permitiram que eu estivesse só.

Aos entrevistados e informantes, muito obrigada pela receptividade. Todos, sem exceção, foram de uma gentileza plena.

À Alessandra e Ceiza, minhas informantes de última hora e muito solícitas. Valeu mesmo pela atenção.

Aos professores do PPGS, pelo compromisso e disponibilidade que sempre tiveram para com a Ciência. Cada um, do seu modo, despertou inúmeras vezes o meu gosto por estar fazendo um curso de doutoramento em Sociologia.

À Fapitec, pela assistência estudantil durante os quatro anos de estudo.

Por fim, àquela que eu preferi deixar por último pelo receio de que a emoção não me deixasse mais escrever: Maria Eduarda. A você, meu mais sublime amor, vai o agradecimento acompanhado de desculpas. Desculpe-me pelas inúmeras vezes que tive que fechar a porta do quarto enquanto você gritava “mamãe”; pelas vezes que dividi a nossa cama com livros, computador e exaustão; e pelas várias festinhas a que não pudemos ir porque mamãe precisava estudar. Foi sofrido para mim e para você, mas, agora, seremos somente eu, você e a “galinha pintadinha”.

Estão aí, movimentando sonhos coletivos, orgulhosos de sua negritude, de sua identidade. Estão aí, grafitando muros, jogando capoeira, batendo os tambores, gritando “Nossa luta não é moda!”. Estão aí, nos bairros, nos terreiros, nos quilombos, com suas vontades e esperanças de viver numa sociedade sem preconceito, sem violências, sem morte. Estão aqui, em Aracaju, em Sergipe.

A juventude negra está construindo cotidianamente um Brasil melhor, que de uma vez por todas, se veja, se sinta e se pense como indígena afro e mestiço. E também um compromisso de todos nós.

Com a história, como o futuro. (Fernando Correia e Javier Valado (2015). Disponível em: <http://bagaceiratalhada.com.br/jovens-afro-sergipanos-retratos-de-uma-geracao>.

RESUMO

O presente estudo analisa o processo de emergência de lideranças negras nos espaços institucionais de governo em Sergipe. Assim, questionando sobre o porquê de estes militantes estarem nestes espaços e quais as condições de acesso aos mesmos, o estudo não só evidencia o atual cenário em que se insere a política racial em Sergipe, como também reflete sobre as dinâmicas de ação, interação e identidade que movimentos negros e representantes governamentais acionam frente a estas novas articulações. Apesar de o recorte investigativo concentrar-se sobre a realidade do Estado de Sergipe, o estudo pretende contribuir também para uma reflexão mais abrangente sobre o significado do que é, para o Estado (Governos) e a sociedade civil (lideranças negras), manter uma relação de “parceria” e “consenso”; de quais são as reais condições de poder encontradas pelas lideranças negras quando as mesmas adentram as esferas governamentais; e de quais são os discursos e critérios acionados pelos movimentos negros e por representantes governamentais para defenderem a perspectiva de que só os negros são os legítimos representantes da causa negra. Para tanto, o estudo apresenta três momentos principais: primeiro, uma análise das narrativas que advogam sobre a necessidade de negros representarem negros e, assim, adentrarem às esferas de poder; segundo, investiga as práticas cotidianas do “estar no poder”, verificando os locais, as formas e as condições de participação dos militantes negros nas esferas institucionais; e terceiro, analisa o processo de fragmentação e desestruturação das instituições de promoção da igualdade racial, acarretando a descrença dos militantes negros em relação às esferas partidárias e governamentais. Ao final, concluímos que, nos últimos dez anos, os movimentos negros em Sergipe passaram de defensores da luta, via instituição governamental, a críticos e descrentes para com a mesma, buscando refazer o seu militância com base em um discurso de autonomia (partidária e institucional) e o direcionamento específico para a questão racial.

Palavras-chave: militantes negros, poder, estruturas governamentais.

ABSTRACT

This study examines the process of emergence of black leaders in institutional governance spaces in Sergipe. Thus questioning about why these militants are in these areas and the conditions of access to them, the study not only shows the current scenario in which it operates racial politics in Sergipe, but also reflects on the dynamics of action, interaction and identity that black movements and government representatives trigger forward to these new joints. Although the investigative cut focus on the reality of the State of Sergipe, the study also aims to contribute to a broader reflection on the meaning of what is, for the state (governments) and civil society (black leaders), maintain a relationship of "partnership" and "consensus"; what are the real conditions of power faced by black leaders when they step into spheres of government; and what are the speeches and criteria triggered by the black movements and government representatives to defend the view that only blacks are the legitimate representatives of the black cause. Thus, the study has three main stages: first, an analysis of the narratives that advocate on the need for blacks represent blacks and thus step into the spheres of power; second, investigates the daily practices of "be in power" by checking the sites, forms and conditions for the participation of black militants in the institutional spheres; and third, it analyzes the process of fragmentation and disintegration of the promotional institutions of racial equality, causing disbelief of black activists in relation to the party and government spheres. At the end, we concluded that in the last ten years, black movements in Sergipe spent battling defenders, via governmental institution, to critics and disbelievers with it, seeking to remake its militancy based on a discourse of autonomy (party and institutional) and the specific direction for the race.

Keywords: black militants, power, government structures.

LISTA DE SIGLAS

IPEA – Instituto de pesquisa Econômica Aplicada
ABAÔ – Associação Abaô de Arte, Educação e Cultura Negra
ASPIR – Assessoria de Promoção da Igualdade Racial
CCAS – Casa da Cultura Afrosergipana
CCN – Central de Cultura Negra
CEAFRO – Centro de Estudos Afrobrasileiros
CEAP – Centro de Articulação da População Negra
CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras
CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNCD – Conselho Nacional de Combate à Discriminação
COEPIR – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial
COPIR – Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Democratas
EUA – Estados Unidos da América
FCP – Fundação Cultural Palmares
FNB – Frente Negra Brasileira
FENS – Fórum Estadual de Entidades Negras
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FUNART – Fundação Nacional de Arte
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
GRFACACA - Grupo Regional de Folclore e Artes Cênicas Amadoristas Castro Alves
GTDEO – Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
LOA – Lei Orçamentária Anual

MinC – Ministério da Cultura
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
MNU – Movimento Negro Unificado
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
OMIN – Organização de Mulheres Negras Maria do Egito
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDH – Programa Nacional dos Direitos Humanos
PNPIR – Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PPLE – Partido de Livre Expressão Negra
PT – Partido dos Trabalhadores
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
RJ – Rio de Janeiro
SACI – Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania
SEAFRO – Secretaria de Defesa da Comunidade Negra
SEED – Secretaria do Estado da Educação
SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres
SEMP – Secretaria Municipal de Participação Popular
SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
TEM – Teatro Experimental Negro
UHC – União dos Homens de Cor
UNA – União dos Negros de Aracaju
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNEGRO – União dos Negros
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

LISTA DE QUADROS

QUADRO I: Dirigentes da Fundação Cultural Palmares (1988-2015)

QUADRO II: Militantes Negros Ocupantes da Presidência da Seppir nos Governos Lula e Dilma (2003-atual)

QUADRO III: Instituições de Promoção da Igualdade Racial nas Regiões Brasileiras (2013-2015)

QUADRO IV: Instituições de Promoção da Igualdade Racial no Estado de Sergipe (2003-2015)

QUADRO V: Lideranças Negras nos Espaços Institucionais em Sergipe (2003-2014)

QUADRO VI: Orçamento e quadro de gestores nas instituições de promoção da igualdade racial em Sergipe (2013-2014)

QUADRO VII: Articulação dos órgãos de promoção da igualdade racial em Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Do problema da pesquisa (p.13)

Do espaço da análise (p.20)

Das hipóteses investigadas (p.26)

Os procedimentos da análise e a disposição dos capítulos (p.37)

CAPÍTULO I – OS MILITANTES “NO PODER” (p. 41)

1.1 Dos protestos de rua às rotinas burocráticas – a institucionalização do movimento negro no Brasil (p.42)

1.2 Das tentativas anteriores de acesso ao poder (p.50)

1.3 FHC e o reconhecimento do racismo no Brasil (p.55)

1.4 Os Governos Lula e Dilma e as políticas para a superação do racismo (p.65)

1.4.1 A criação da Seppir (p.67)

1.4.2 A aproximação Governo/Movimentos Negros no Brasil (p.70)

1.5 A participação institucional do militante negro em Sergipe (p.77)

1.5.1 A ascensão dos militantes negros nos espaços institucionais em Sergipe (p.77)

1.5.2 A articulação política entre lideranças negras e o Governo de Esquerda (p.85)

CAPÍTULO II – “NEGRO REPRESENTA NEGRO” (89)

2.1 Como os militantes negros justificam a sua participação institucional (p.93)

2.1.1 Experiências compartilhadas: “Somente a militância negra sabe como é, sabe realmente qual é a necessidade” (p.93)

2.1.2 Branco não representa negro (p.105)

2.1.3 Racismo institucional (p.110)

2.1.4 Afirmação positiva do negro perante a sociedade racista brasileira (p.119)

2.1.5 Das virtudes individuais que os levaram ao poder (p.122)

CAPÍTULO III: AO PODER SEM PODER - CONFLITOS E INCONSENSOS

(p.131)

3.1 Ao poder sem poder (p.133)

3.2 De inimigo a aliado: o Estado e o movimento negro (p.140)

3.3 O PT e os movimentos negros (p.149)

3.3.1 Raça e classe (p.150)

3.3.1.2 Quem é negro no Brasil? (p.157)

3.4 Os militantes que estão no poder e os que estão fora dele (p.162)

CAPÍTULO IV: EXPERIÊNCIAS DE CAMPO (p.168)

4.1 “Voto vencido é voto vaiado” - a III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial em Sergipe (2013) (p.171)

4.1.1 A conferência como mecanismo de efetivação da democracia (p.172)

4.1.2 Os antecedentes da III COEPIR de Sergipe (2013) (p.174)

4.1.3 A III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: por um Sergipe afirmativo (p.177)

4.1.4 Das considerações do pesquisador (p.186)

4.2 “Eu não sabia que era negra até assumir a Secretaria” (p.188)

CAPÍTULO V: DESENCANTAMENTO COM O PODER INSTITUCIONAL: “E AGORA, JOSÉ, PARA ONDE?” (p.196)

5.1 Fim da Seppir? (p.197)

5.2 “A copir Estadual nunca existiu” - desfazendo as estruturas (p.202)

5.3 O enfraquecimento e desaparecimento das Instituições de Promoção da Igualdade Racial em Sergipe (p.207)

5.4 “E agora José, para onde?” (p.211)

5.4.1 Um partido dos afro-brasileiros - Partido Popular de Liberdade de Expressão Afro-brasileira – PPLE (p.212)

5.5 Auto Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria (p.222)

5.6 Das rotinas burocráticas aos protestos de rua? (p.226)

CONCLUSÃO (p.232)

BIBLIOGRAFIA (p.237)

ENTREVISTAS POR ORDEM CRONOLÓGICA

DOCUMENTOS PESQUISADOS

ANEXO I

ANEXO II

INTRODUÇÃO

Do problema da pesquisa

No início dos anos 90, o estudo de Michael George HANCHARD ([1994]2001), **Orfeu e o poder**: o movimento negro no Rio de Janeiro e em São Paulo (1945-1988), convidou a comunidade acadêmica a, metaforicamente, compreender tal organização como um “carro estacionado” a sofrer interferência brusca de outro carro em movimento. Para o autor, o “carro estacionado” seria o Movimento Negro, e o carro em movimento seria a ideologia racial branca, a qual, embora “desgovernada”, tinha o controle sobre as formas de organização sociorracial.

Polêmica até os dias de hoje, a obra de HANCHARD ([1994]2001) chamou atenção para indagarmos sobre o poder de influência que o movimento negro teria sobre a estrutura e as ideologias raciais brasileiras, descrevendo seus mecanismos de organização e manifestação. Para o período investigado (1945-1988), o autor defendeu a tese segundo a qual o movimento negro teria adotado um comportamento “culturalista”¹, ao invés de político, o que o impediria de exercer influência mais conspícua sobre a conquista de direitos. Assim, concentrando-se em afirmar sua identidade cultural, o movimento negro, na perspectiva de HANCHARD ([1994]2001:193), teria se voltado para o passado, para a busca de uma “África unitária e monolítica”, deixando em segundo plano uma atuação voltada para o enfrentamento contra a dominação branca e até mesmo o mito predominante no momento: o da democracia racial.

¹ No texto “Resposta a Luiza Bairros”, HANCHARD (1996) define culturalismo como “a fetichização das práticas culturais ‘negras’ como os únicos meios da política” (p. 228); “uma tendência do movimento negro, que se pode exemplificar com a glorificação de Zumbi, a construção idealizada de um passado africano e afro-brasileiro e uma preocupação com o estudo da escravidão em detrimento quase total das demais fases e dimensões da política racial brasileira” (Idem).

Afirmando ser a luta do movimento negro mais simbólica do que política, HANCHARD ([1994]2001) defende que o maior desafio desse movimento seria, portanto, romper com o “culturalismo” e adotar uma postura política de reivindicação de direitos civis. E isso envolveria a exposição ao confronto, a luta aberta pelo poder e a articulação do discurso de negritude com práticas políticas capazes de gerar o que o autor chama de “momento histórico”. Caso o movimento negro não conseguisse romper essas amarras, estaria fadado a uma luta simbólica incapaz de provocar mudanças mais profundas no que concerne às desigualdades e preconceitos raciais no Brasil.

As conclusões a que chegou o estudo de HANCHARD ([1994]2001) sintetizam um debate muito polêmico sobre o Movimento Negro no Brasil nos anos 1980/90, debate que pode ser definido como o que chamamos de crise da dupla patologia, uma vez que o Movimento era definido ou como culturalista ou como político. E isso, por seu turno, implicava visões negativas, principalmente sobre o movimento de perspectiva cultural, porque havia neste um movimento que buscava reconhecimento simbólico, mas sem uma resposta pragmática no âmbito da política.

Diante disso, conforme Amilcar Araújo PEREIRA (2010), no final da década de 1970 e início dos anos 80, muitos militantes do Movimento Negro declaravam-se avessos à ideia de que sua luta seria cultural, buscando afirmação enquanto luta política. Assim, em vários estados brasileiros, militantes passaram a afirmar que suas reivindicações extrapolavam o universo da manifestação cultural, sendo também um posicionamento político, porque questionavam as relações de poder e dominação. Em referência à fala do militante negro Ivanir Augusto Alves dos Santos, PEREIRA relata:

Em 1976/77 já havia uma tensão, no meio do movimento negro, entre aqueles que defendiam que era uma mudança cultural e os que defendiam uma mudança mais profunda. Os primeiros achavam que a mudança tinha que acontecer através de informação: “temos que publicar mais, organizar poesia, organizar contos, fazer eventos esportivos, tentar reunir a comunidade”. Era a linha do Feconezu, era a linha do Quilombohoje, uma tendência que a gente batizou de “culturalista”. Eram pessoas que tinham feito as opções corretas, mas que a gente não sabia avaliar naquele momento. E havia as pessoas oriundas, como eu, do movimento político, que queriam uma

manifestação mais política, mas nós não tínhamos nenhum cabedal para fazer isso. Eles tinham um projeto específico de literatura... e nós querendo transformar aquilo em uma coisa política. No bojo disso surge uma cisão e, na minha avaliação pessoal, o MNU surge dessa cisão. (2010: 172)

Observamos, nesse sentido, que, antes mesmo de se tornar um dilema sociológico, a tensão entre culturalismo e política já era algo que fervilhava na mente dos próprios militantes negros. Entre eles havia os que acreditavam que o Movimento deveria ter uma ação voltada para o despertar da consciência racial através da informação, da literatura, da religião, da arte; e os que acreditavam que o Movimento deveria centrar-se no engajamento político em espaços partidários ou na luta por acesso ao poder. Havia, desta forma, uma distinção rígida entre ações de cunho “cultural” e ações de cunho “político”.

Todavia, mesmo diante das inúmeras tentativas de distinguir o cultural do político, alguns segmentos do movimento negro apostavam na indissociabilidade entre ambos. Afinal, reivindicar a importância da cultura negra era uma forma de se exaltar contra a ideia evolucionista do branqueamento e, por sua vez, questionar a suposta harmonia racial que permeava a sociedade brasileira. Logo, tendo em vista que a luta dos movimentos tidos como culturalistas punha em xeque ideologias raciais aceitas nacionalmente pelo Estado e pela sociedade brasileira, ela também era uma luta política². Além disso, alguns estudiosos e militantes defendiam que o movimento negro no Brasil atuava em cima de projeções, de forma que a pressão pelo reconhecimento da cultura negra deflagrava uma pressão política. Eis o exemplo da Fundação Cultural Palmares, criada em agosto de 1988,

² Sobre esse argumento, Peter FRY (1996:03) afirma: “A própria ideia de um ‘movimento negro’ supõe a existência de uma grande comunidade negra, consciente de si mesma. Como, no Brasil, essa comunidade se restringe aos militantes negros, não é de estranhar que o primeiro objetivo do movimento seja criar ‘consciência racial’, desenhando fronteiras claras entre ‘negros’ e ‘brancos’. Para isso, é preciso convencer o povo brasileiro de que o aspecto de coloração da pele e de descendências múltiplas não passa de uma ilusão que mascara a ‘verdadeira’ divisão entre brancos e negros, tal como nos Estados Unidos. Antes de mais nada, esses movimentos deveriam persuadir os mulatos, os morenos e outras categorias do espectro de cores possíveis de que, afinal de contas, todos são realmente negros, e que sua cultura lhe teria sido, por assim dizer, roubada pela elite branca dominante. Por isso é que o Movimento Negro põe tanta ênfase na ‘recuperação’ da cultura negra, que funcionaria como um centro aglutinador de uma identidade vista como perdida. Realizar essa tarefa não tem se demonstrado fácil, por que ela vai de encontro ao mito básico da democracia racial e aos arranjos culturais e sociais que negam o particularismo racial em nome de valores universais”.

vinculada ao Ministério da Cultura e com o objetivo de “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (PEREIRA, 2010: 220). O seu objetivo final não era o reconhecimento cultural, mas, a partir do reconhecimento cultural, chegar à formulação de políticas públicas.

Em crítica dirigida aos defensores de que o Movimento Negro no Brasil teria deixado de lado o viés político para exaltar o cultural, Luiza BAIROS rebate, dois anos depois, tal consideração, escrevendo **Orfeu e o Poder**: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil (1996). Em resposta aberta às considerações de HANCHARD ([1994]2001), BAIROS (1996) defende que, em primeiro lugar, é preciso não tomar o Movimento Negro no Brasil como se ele fosse único e homogêneo. Muito além disso, este manifesta-se sob diversos formatos e focos, podendo ser desde um grupo de dança até um movimento com estatuto e diretrizes próprias. Assim, não daria para concluir que o movimento negro seria em si culturalista ou político (porque ele poderia ser isto e aquilo e tantas outras coisas mais). Em segundo lugar, BAIROS (1996) ressalta a necessidade de pensarmos na realidade brasileira de acordo com as suas características específicas, de forma a não ficar comparando o movimento negro brasileiro com os movimentos negros dos Estados Unidos e da África do Sul. Isso porque, dados o formato da organização racial brasileira e a construção de ideologias que tentavam minimizar os danos ou mesmo a existência do racismo, o Brasil viveu essa realidade de forma particular, de maneira que, também de forma particular, devia-se pensar a mobilização da população negra.

Passadas quase duas décadas da efervescência desse debate, a oposição cultura/política não foi algo totalmente resolvido, porém cedeu espaço para que o movimento negro fosse pensado a partir de novas perspectivas. Diante do cenário de reconhecimento oficial de que o Brasil é um País racista; da criação de um órgão institucional de Combate ao Racismo (SEPPIR); da elaboração de políticas públicas de igualdade racial; e da emergência de lideranças negras aos espaços institucionais de poder, o movimento negro no Brasil sofreu profundas mudanças, tendo que repensar tanto as suas

estratégias de ação, quanto as suas pautas de reivindicações. Nesse sentido, se o Estado era tido, até os anos 1990, como inimigo declarado do movimento negro, agora passa a ser visto como possível aliado; se antes a luta baseava-se no confronto, agora busca, além do confronto, o acesso às esferas de poder; e se antes a distinção entre luta política e luta cultural ocupava espaço central na definição da luta do movimento negro, agora essa oposição parece não fazer mais tanto sentido, já que, como diz BAIRROS (1996), o cultural também foi politizado.

Estudos como os de RIOS (2012) mostram que na última década o movimento negro tem mesclado sua luta entre protestos de rua, atos públicos, manifestações culturais e negociações em gabinetes governamentais. Por conta disso, ainda segundo a autora, tem havido uma maior visualização da questão racial nos canais de representação social e, conseqüentemente, o movimento negro tem atuado de maneira antes não imaginada, observando-se ainda que

Essa realidade só foi possível porque o movimento negro brasileiro passou por um processo de institucionalização jamais visto em sua história que, em certa medida, possibilitou a profissionalização e a especialização dos ativistas, bem como a formalização e a burocratização dos coletivos e das entidades... Ademais, o Governo Federal na Administração de FHC, e, sobretudo, Lula absorveu parte significativa dos quadros políticos negros, especialmente na construção da Seppir e das leis e programas nacionais de promoção da igualdade racial, sem contar com as comissões de controle público, que passaram a ser cada vez mais frequentados pelos ativistas. (RIOS, 2012: 76)

Para a autora, o impacto dessa nova configuração de poder sobre a militância negra e a sua investida na esfera pública alteraram as relações entre raça e política no Brasil, assim como a própria forma de ação do movimento negro. O acesso dos militantes ao Poder Executivo e às políticas de igualdade racial modificou significativamente suas estratégias de ação, de forma que eles passaram a priorizar as “lutas contenciosas” (RIOS, 2012: 77) ao invés do embate. Além disso, a passagem de militante a gestor acarretou uma série de novas expectativas, sobretudo no que tange ao significado da luta: esta não visa apenas ao reconhecimento político através de manifestações culturais,

mas, sobretudo, visa ao acesso aos espaços de poder e controle sobre as políticas públicas.

Por conseguinte, diante das transformações pelas quais os movimentos negros vêm passando no Brasil, percebemos que é preciso evoluir a análise da polarização culturalismo X política ou mesmo movimento negro X Estado. Ultrapassar tal polarização significa compreender que o movimento negro não está mais diante de um contexto que nega o racismo e a própria importância do negro e de sua cultura para o desenvolvimento do País. Antes, o Movimento encontra-se num momento em que o Estado reconhece o racismo, exalta a importância do povo e da cultura negra e cria espaços institucionais para que o próprio Movimento decida sobre quais são as suas demandas e como estas devem ser encaminhadas. Nessa conjuntura, mais do que afirmar a cultura ou reconhecer sua luta enquanto ação política, o Movimento vê-se diante da necessidade de se recriar e, conseqüentemente, recriar a sua própria forma de atuação.

Os estudos sobre os Movimentos Negros no Brasil encontram-se, portanto, diante de novos desafios. Afinal, ao mesmo tempo em que temos ações mais clássicas, como protestos de rua, manifestações culturais, luta em defesa da autonomia do Movimento, temos também, de forma inovadora e bastante influente, as articulações político-partidárias, a emergência de lideranças do Movimento às esferas de governo e ainda a elaboração de inúmeras políticas públicas feitas por representantes do próprio Movimento. Isso implica, pois, que a noção de Estado e movimento social como esferas que ocupam lugares e posições diferentes já não é algo tão claro assim. Da mesma forma, a luta contra o racismo já não encontra no Estado o seu alvo principal de denúncia, porque este, agora, é quem, oficialmente, propõe-se a lutar contra tal ideologia. Além disso, o lugar de encontro com os movimentos negros não restringe-se mais ao espaço da rua ou das entidades não governamentais, mas também está nos espaços de governos, nas secretarias e coordenadorias, desenvolvendo trabalhos burocráticos e respondendo a demandas institucionais.

Essas mudanças, porém, não se deram de uma hora para outra. O marco determinante para isso ocorreu ainda nos anos 80, com a criação da Fundação Cultural Palmares. Vinculada ao Governo Federal, através do Ministério da Cultura (MinC), a FCP foi criada em 1988 e é considerada a primeira instituição pública voltada para promover e preservar a arte e a cultura afro-brasileira. Ao concentrar o controle administrativo nas mãos das próprias lideranças dos movimentos negros, a Fundação teve um papel de destaque na afirmação e promoção política da população negra, abrindo espaço para que ela própria tomasse os rumos das ações. Anos depois, em 1995, temos a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI) e do Conselho Nacional de Combate ao Racismo (CNCD), todos com previsão de lideranças negras em seu organograma.

Mas foi no início deste século que tivemos a consolidação definitiva das mudanças que geraram um novo perfil de militância negro no Brasil. Tratou-se da emergência do Governo Lula ao poder (em 2003) e da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no mesmo ano. Tais eventos trouxeram uma nova roupagem para o tratamento da questão racial no Brasil, de forma que não só situaram a desigualdade e o preconceito como um desafio a ser enfrentado pelo Governo Federal, como estreitaram o vínculo do Estado com os movimentos negros. Este último ponto conformou a criação de secretarias e coordenadorias de promoção da igualdade racial e a emergência de lideranças do movimento negro atuando nestes espaços, passando de militantes a gestores.

O resultado prático das novas composições políticas sobre a questão racial foi a criação de quase duzentas instituições de promoção da igualdade racial. Estas abrangeram todo o território brasileiro, envolvendo a quase totalidade dos Estados Federativos. Ademais, dado que a proposta foi ocupar as instituições por dirigentes que tivessem uma trajetória no militância racial, o quadro revelou a emergência de lideranças negras nacionais e locais nessas esferas, o que gerou novas práticas de atuação e novas formas de percepção do Movimento como um todo.

Durante os primeiros anos da emergência das lideranças negras ao poder, sobretudo entre 2003-2004, a expectativa do Governo e das lideranças dos Movimentos Negros era que, enfim, o Brasil estava vivendo uma democracia na prática. Afinal, negros, mulheres, indígenas, homossexuais, comunidades rurais sem-terra, ciganos, todos estes e mais tantos outros grupos minoritários de alguma forma haviam encontrado um espaço nas esferas de poder. Fosse sob a forma de políticas públicas ou de acesso direto à administração governamental, o fato era que os diversos segmentos sociais haviam tido suas lutas reconhecidas em nível institucional, ao menos em parte.

Todavia, acompanhando a sensação eufórica de conquistas, os anos de governo do PT conformaram também algumas crises, as quais abrangem desde a ordem econômica até a crise de representação. Sobre este último ponto, podemos destacar a relação do Governo com os Movimentos Sociais, os quais, dois anos depois do início do primeiro mandato de Lula (2003-2007), passaram a se manifestar insatisfeitos quanto à execução do que fora proposto na campanha. Em especial, podemos destacar o descontentamento do MST com a política de reforma agrária (FAGNANI, 2006); do movimento negro em relação à falta de verba para desenvolver as políticas de igualdade racial (VALENTE, 2006); do Movimento Ecológico com a alegada flexibilização do Governo aos imperativos do agronegócio (LIMA (B), 2011), dentre outros.

Além dos embates entre Governo e Movimentos Sociais, muitos estudiosos, como DRUCK (2006) e BRAGA (2010), apontaram uma série de consequências negativas para a aproximação entre essas duas esferas. Podemos assim destacar dois dos argumentos mais recorrentes: o primeiro foi o de que, ao levar os militantes para assumirem cargos na esfera institucional, o Governo havia “cooptado” os movimentos sociais, transformando suas lutas em meras rotinas de gabinete e enfraquecendo a capacidade de enfrentamento deles (DRUCK, 2006). Neste caso, os militantes são vistos mais como carreiristas do que como ativistas. O segundo argumento, por sua vez, diz respeito ao “desaparecimento dos movimentos sociais” (BRAGA, 2010). Com a saída das principais lideranças dos movimentos sociais para adentrarem as esferas de governo, grande parte dos movimentos teria enfraquecido e

desmobilizado as suas práticas de ação, e, assim, ao integrá-los, acabou desmobilizando-os.

Os olhares sobre aproximação Governo/Movimentos sociais representam, ressalvadas as suas particularidades, os dilemas enfrentados pela aproximação Governo/movimentos negros. Afinal, sobre estes há os que consideram que o Movimento foi cooptado, deixando de representar os interesses da população negra para falar em nome do Governo; ou consideram ainda que a emergência das lideranças negras ao governo teria desmobilizado e calado os demais membros do Movimento, havendo, com isso, um silenciamento em relação aos dilemas da desigualdade racial.

Embora a visão pessimista sobre a aproximação movimentos negros/Governo não seja um posicionamento unânime, posto que existem aqueles que defendem tal fato como uma evolução da questão racial no Brasil, nos últimos dois anos ela tem sido dominante. Para além do euforismo do “chegamos ao poder”, o que o cenário político vem apontando é que está surgindo o que chamamos de “movimentos negros pós-institucionalização”. Tratam-se de movimentos que viveu o apogeu da “vitória” da institucionalização da causa e que vislumbra o momento de estreitamento da relação com o Estado, mas que agora vivem uma desilusão profunda em relação às estruturas de Governo, questionando essa articulação e até mesmo os seus papéis enquanto movimentos.

Frente aos relatos de que o “negro subiu ao poder SEM PODER”, porque faltavam estrutura, pessoas, orçamento ou mesmo vontade dos pares, o que encontramos nos discursos de muitas lideranças que estão ou estavam em instituição pública é uma fala de cansaço. Cansaço das “promessas não cumpridas”; do tempo dedicado e sem o devido sucesso; e da busca por institucionalizar uma luta que talvez tenha sido mais desmobilizada do que mobilizada. Frente a isso, o Movimento navega em uma série de caminhos ainda indefinidos, afinal é preciso refazê-lo, e isto suscita inúmeras possibilidades: retomar os protestos de rua? Romper com os partidos políticos?

Criar um outro partido capaz de contemplar as reais demandas dos movimento negros?

Frente a todas essas mudanças pelas quais vem passando os movimentos negros, chegamos aos questionamentos centrais deste estudo: **Como se deu e quais as consequências da ascensão dos militantes negros³ nos espaços institucionais? Quais foram as principais dificuldades encontradas por estes militantes no interior do Estado? O que levou ao afastamento de alguns deles dos postos governamentais? Como essa dinâmica refletiu nos debates internos aos movimentos negros?**

Argumentamos neste estudo que, nos últimos dez anos, os movimentos negros⁴ no Brasil e em Sergipe passaram da luta incisiva pela participação nas esferas de poder à descrença de muitos militantes sobre a eficiência trazida por esta forma de ação. Assim, se, no início de 2003, o discurso baseava-se na ideia de que era preciso interagir com e no Estado, deixando de lado os propositivos “resistência” e “embate” para defender os propositivos “estreitamento do diálogo” e “estabelecimento de consenso”, nos últimos dois anos o discurso enfatiza a necessidade de distanciamento das esferas institucionais para uma possível reinvenção do Movimento.

Os fatores que contribuíram para isso estão ligados à dificuldade em manter uma estrutura mínima necessária para o desenvolvimento da política racial no Estado; à falta de abertura para um contato transversal entre as instituições públicas, o que pressupõe falta de interesse ou racismo institucional; à dificuldade em alinhar uma política de esquerda com as

³ Chamamos de militantes negros àqueles que se autodeclararam como tal. Não buscamos aqui referências estritamente ligadas a um movimento social específico, que tenha estatuto próprio, mas, sim, àqueles que, por conta de sua cor e/ou trajetória de vida, compreendem-se como militantes da causa negra. Assim, contemplamos, dentro desse repertório, autodeclarados militantes negros, ainda que não tenham participado de nenhum movimento reconhecidamente de negros.

⁴ Como SOARES (2009:17) chamamos de movimento negro “um campo político-cultural contestatório, referenciado ao combate ao racismo e às desigualdades raciais, caracterizado pela presença de organizações e entidades negras diversas em sua origem, estrutura organizacional, projetos de politização da questão racial no Brasil, definição de aliados e inimigos e na forma como produzem e se posicionam diante das oportunidades abertas para a contestação do racismo e para a promoção da igualdade racial na sociedade brasileira”.

demandas raciais; à inexistência de um movimento negro não institucionalizado forte, que agisse como força de pressão; às mudanças de governos, em especial as que culminaram na emergência de Jackson Barreto (PMDB) no lugar de Marcelo Déda (PT), no Governo do Estado de Sergipe, e na substituição de Edvaldo Nogueira (PC do B) por João Alves Filho (DEM), como prefeito da Capital; e, por fim, à crise política e econômica vivida pelo Governo Dilma, crise esta que obrigou o corte de verbas e gerou o sentimento de instabilidade sobre o futuro das instituições de promoção da igualdade racial.

Do espaço da análise

A fim de darmos ao nosso estudo uma visão mais próxima no que concerne ao processo de ascensão das lideranças negras ao poder, de forma a não deixar escaparem as rotinas e os desafios cotidianos, o estudo segue fazendo um recorte da atuação desses militantes no Estado de Sergipe. Dentre outras realidades possíveis, o caso de Sergipe contemplava um cenário bastante assemelhado ao nacional, além de ser uma realidade mais próxima dos estudos que já vínhamos desenvolvendo.

Desde 2005, quando o então candidato do PT, Marcelo Déda, assumiu o Governo do Estado, foram criadas, tanto em nível estadual como em nível municipal, instituições específicas para tratar da questão racial. Nas estruturas administrativas destas, estavam lideranças do movimento negro responsáveis por comporem o quadro de gestores da questão racial no Estado.

Conforme apresentado no quadro III (capítulo I), entre 2005 e 2015, pelo menos onze instituições foram criadas com o objetivo de tratar da promoção da igualdade racial no Estado. Nessas instituições, estiveram presentes pelo menos treze lideranças do movimento negro de Sergipe, de forma que, assim como no cenário nacional, aqui o militância negro também passou pelo processo de institucionalização.

Durante esse período de cerca de dez anos, tais instituições foram responsáveis pelo maior impulso ao debate e ao trato da questão racial no Estado. Entre políticas voltadas para comunidades quilombolas, comunidades de terreiro, grupos de jovens, a temática racial passou, de fato, a ter uma visibilidade que talvez só tenha tido nos anos 80, com a Criação da Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania (SACI). Além disso, esse foi um momento no qual a relação entre comunidade negra e representantes institucionais teve maior estreitamento, sobretudo através de eventos como as Conferências Estaduais de Promoção da Igualdade Racial, as quais, além de reunirem lideranças negras do Estado, ainda contavam com representantes do Governo Federal.

No entanto, nos últimos anos do século XXI, houve, no Estado de Sergipe, bem como no cenário nacional, uma espécie de esfacelamento das estruturas de promoção da igualdade racial. Depois de muitas disputas e muitos protestos, a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial foi desfeita, transformando-se inicialmente em Conselho e, por fim, sendo completamente desativada. No que se refere às Secretarias e Coordenadorias Municipais, a situação não foi diferente. Grande parte delas foi desativada depois de um ou dois anos de existência, passando a pauta racial ou para Secretarias como as de Direitos Humanos, da Pesca, de Inclusão Social ou mesmo extinguindo o trato específico.

Observamos com isso que, como no cenário brasileiro, a questão racial e o militância negro em Sergipe passaram do ápice da institucionalização, com a criação de órgãos específicos para tratarem do tema, até a desestruturação e descrença acerca da forma como se abordava tais assuntos. Assim como a Seppir, em nível Nacional, vem sofrendo com a diminuição orçamentária, bem como com a redução do quadro de dirigentes e até mesmo com a extinção de algumas pastas, o caso de Sergipe não é diferente. A extinção de algumas coordenadorias, atrelada a fragilidade daqueles que continuaram, acabaram por gerar todo um cenário propício para que o militância no Estado tivesse que ser repensado.

Diante disso, tomando o Estado de Sergipe como componente socioespacial da pesquisa, analisamos a política de participação institucional que envolve as demandas raciais, verificando os discursos e as práticas que sustentam o apogeu e a descrença na forma como a política racial foi conduzida.

A partir de pesquisa realizada junto às lideranças que assumiram algum cargo administrativo em instituições de promoção da igualdade racial em Sergipe, buscamos analisar como esse fato produziu discursos e práticas de legitimação do acesso ao poder de segmentos sociais específicos. O objetivo foi identificar as transformações que o militância negro sofreu no Estado na última década, evidenciando as estratégias de superação do racismo, bem como a forma como movimentos negros⁵ e esferas de governo dialogam e se redefinem frente a essa demanda.

Através do mapeamento das instituições de promoção da igualdade racial em Sergipe, procuramos descrever quais são as condições de acesso das lideranças negras “ao poder”, situando o trabalho desenvolvido por elas e a forma como o desenvolvem. A proposta foi questionar: quais são as instituições criadas e assumidas pelos militantes negros? Quais são os projetos/as políticas nos quais estão envolvidos? Como os militantes gestores conduzem tais projetos/políticas? Quais as formas e possibilidades de tomadas de decisão o

⁵ Um dos primeiros desafios encontrados neste estudo foi justamente definir o que chamamos de Movimento Negro. Afinal, tanto a literatura da área quanto o trabalho de campo nos chamam a atenção para o caráter fragmentado e pulverizado que o mesmo tem. Diante disso, surgem basicamente dois tipos de perspectivas analíticas que definem Movimento Negro: de um lado, estão os defensores do termo no plural (Movimentos Sociais), pois tal mecanismo resguarda que atribuamos ao termo uma unidade que só existe enquanto ideia. Dada a diversidade das formas de manifestação e os motivos pelos quais reivindicam, compreende-se que as diversas organizações compuseram não uma unidade, mas uma diversidade (NEVES, 2012; BAIROS, 2014). Por outro lado, existem aqueles que, como SOARES (2009), defendem que, embora existam inúmeras organizações com vieses diferentes (religioso, intelectual, culturalista), existe um ponto de intersecção que liga todos eles: o combate à discriminação racial. Neste sentido, Movimento Negro (no singular), seria toda organização que age em nome das demandas antirraciais. Sem negar a validade das duas perspectivas, no presente estudo seguiremos as orientações sugeridas pela primeira perspectiva. Tal opção justifica-se por compreendemos que, no Estado de Sergipe, as diversas organizações e manifestações que compõem os movimentos de caráter racial são bastante diversas entre si, não pregando nem pretendendo unidade que dê a este um caráter uno. Ao contrário, embora falem em nome das questões étnicas e raciais, as suas formas de manifestação e de afirmação enquanto movimento são diversas, autônomas e muitas vezes conflitivas.

negro tem quando inserido nas esferas institucionais como representantes da causa negra? Como estas formas de reivindicar participação nas esferas institucionais demandam um novo olhar interpretativo para a relação Estado/Sociedade civil? Todas estas indagações procuram, enfim, refletir como, no contexto da abertura dos espaços de governo para a questão racial, os movimentos negros podem ser pensados e definidos.

Das hipóteses investigadas

A primeira hipótese levantada neste trabalho é a de que **a luta dos movimentos negros em Sergipe vai além da busca por redistribuição e reconhecimento, pois, para além disso, trata-se de uma luta pelo poder e pelo acesso aos espaços de decisão**. Os índices que nos levam a tal afirmativa variam desde os dados sobre a emergência das lideranças negras aos espaços de governo, até as teorias que mostram a mudança de perfil dos movimentos negros em Sergipe. Citemos, a título de ilustração, a análise feita por NEVES (2005), quando descreve a luta antirracista do movimento negro em Sergipe. Partindo da crítica às conclusões de HANCHARD ([1994]2001), para quem o movimento negro brasileiro fazia sua luta quase que exclusivamente no campo da cultura, faltando, assim, a reivindicação por poder, NEVES (2005) defende que, junto à luta por reconhecimento, o movimento estaria adotando posturas mais pragmáticas, exigindo maior ação do Estado em termos de implementação de políticas públicas e, até mesmo, mecanismos de acesso ao poder.

Tomando como exemplo as comunidades quilombolas, NEVES (2005) observa na reivindicação delas a intrínseca relação entre luta por reconhecimento e luta por redistribuição. Em referência aos estudos de Maurício ARRUTI (1997), o autor afirma que, após a Constituição de 1988, quando foi garantida a possibilidade de legalização da ocupação das terras por comunidades remanescentes de quilombo, diversas comunidades rurais teriam

passado a reivindicar suas identidades negras e, com isso, buscavam o direito legal à posse das terras.

Para NEVES (2005), até aquele momento, essa realidade era um fato raro, porém aparentemente em vias de consolidação da luta racial no Brasil. O autor observa que os movimentos sociais negros estariam ampliando o seu leque de reivindicação, deixando de aspirar somente ao reconhecimento, para garantir a efetiva igualdade sociorracial no País. E isso pressupunha o acesso prático aos direitos e a mobilização do Estado e da sociedade civil.

Tendo em vista as mudanças políticas que ocorreram após a análise desenvolvida por NEVES (2005), e conforme o autor já vinha indicando, defendemos que as teorias que falam sobre redistribuição e reconhecimento não são mais suficientes para explicar o cenário da militância negra em Sergipe. Elas são necessárias, porque explicam aspectos fundamentais dessa militância, porém não suficientes. Diante da atual conjuntura, é preciso pensar, para além da redistribuição e do reconhecimento, na luta por acesso ao poder, bem como nas mudanças de perspectivas e posturas que requerem novas demandas e novos mecanismos de reivindicação.

Nesse sentido, tomando como fundamentos as considerações de Luciana TATAGIBA (2009) e Flávia RIOS (2012), podemos dizer que o estudo do movimento negro em Sergipe suscita observar a luta pelo governo e por dentro do governo. Isso requer compreender rotinas ligadas à articulação com vereadores, técnicos governamentais e prefeituras, além da articulação e negociação com dirigentes políticos e da burocratização da rotina e das atividades.

Reflexo das novas propostas políticas consolidadas a partir do governo de esquerda no Brasil, a luta pelo acesso ao poder não seria uma condição por excelência do movimento negro. Antes, essa é uma característica que vem fazendo parte das propostas reivindicativas de vários movimentos sociais brasileiros, a exemplo dos movimentos por reforma agrária, por moradia, por

igualdade de gênero, dentre outros, que têm pautado entre suas reivindicações a incorporação de militantes da causa como dirigentes de governo.

Outra hipótese levantada diz respeito à forma como o militante negro é idealizado e descrito enquanto legítimo representante da causa negra. **Tendo em vista que a luta deles tem como finalidade, dentre outras coisas, assumir os espaços de controle da política racial, observamos que, embora aparentemente essa representatividade pareça destinar-se “naturalmente” ao negro, existe, por traz dessa “naturalidade”, uma tentativa de afirmar politicamente a identidade deste enquanto “representante legítimo” das demandas raciais.**

Em outros termos, não interessa ao Movimento Negro que as políticas raciais sejam feitas e executadas pela população não negra. Para o Movimento, é imprescindível que, nas estruturas de governo, façam-se presentes a figura, a cultura e as decisões da população negra, o que, na visão dos que assumiram o poder, traduz-se na figura do militante negro. E essa exigência, com efeito, demanda algumas mudanças estratégicas na forma como os militantes manifestam a sua identidade negra.

Agora não é suficiente que se apresentem como detentores de uma cultura memorável (que existiu no passado) ou de uma condição histórica particular. Mas é preciso que sejam identificados como imprescindíveis para o controle das políticas raciais, sendo os fatores culturais e históricos atualizados enquanto mecanismo de reconhecimento político. E ser imprescindível significa ter atributos que os demais não têm, como, por exemplo, a experiência vivida pela exclusão racial; a capacidade de sofrer e enfrentar o racismo presente nas próprias instituições de governo; ou ainda o desenvolvimento de habilidades adquiridas ao longo da trajetória enquanto militante negro.

Nesse sentido, na medida em que o militante negro é eleito como legítimo representante da causa negra, estrutura-se, muitas vezes de forma pictórica, um ideal de cor e raça que se mistura com a crença na capacidade de representação e de rompimento com o racismo institucional.

No presente estudo, observamos que, com a emergência dos chamados Estados multiculturais/multiétnicos (TAYLOR, 1998), o tema da política passou a ser fortemente associado à ideia de identidade. Com isso, o pressuposto da vontade geral foi sendo substituído pela noção de vontades coletivas/plurais, solicitando do representante político não somente a competência burocrática para estar nas esferas de poder, como também um perfil identitário-ideológico para “falar em nome de”. Estudos como os de MANSBRIDGE (1999) mostram que a eleição especial de segmentos sociais escolhidos por critérios de raça, etnia, gênero, direcionamento religioso têm não só se tornado mais frequente, mas também suscitado novos referenciais de análise para pensar a representação política de temas específicos.

No que se refere à presença de “negros” nos espaços institucionais, estudiosos têm defendido que a “representação descritiva⁶” (MANSBRIDGE, 1999) não é somente uma forma de garantir a presença do negro nas esferas de governo. Trata-se também de garantir que a força da história, das experiências compartilhadas, não seja dirimida frente a outros critérios racionalistas de escolhas políticas e, com base nisso, observamos, portanto, a “personificação do ideal de ser negro”. Dada a necessidade de justificar que o militante negro é o legítimo representante das demandas raciais, notamos, em face do exposto, a estruturação de narrativas “essencialistas” acerca do que é ser negro.

A ideia de fraternidade e solidariedade, de um lado, e de escravidão, racismo e exclusão, de outro, traduz uma perspectiva idealizada sobre os aspectos que devem ser ativados acerca da identidade negra. Destarte, a imagem do passado escravista, do racismo sofrido, das dificuldades sociais e econômicas até hoje impostas recebe um valor político-afirmativo distintivo, capaz de, junto com o fator partidário e outros fatores burocráticos da política, serem determinantes na escolha de sujeitos sociais para as esferas institucionais.

⁶ Conforme MANSBRIDGE (1999), a representação descritiva tem a ver com a representação política de segmentos sociais específicos pelos seus pares, ou seja, negro representa negro, mulher representa mulher, índio representa índio.

Diante disso, sugerimos observar a ideia de ser negro como uma visão imaginada, idealizada e construída, visão esta que não se dá de forma aleatória, mas antes como resposta a um “projeto”, seja este de caráter político, social, cultural ou econômico. Para tanto, justificamos nossos argumentos com base em estudos como os de Manuel CASTELLS (1999), Stuart HALL (2006) e Homi BHABHA (1998), os quais, com ênfases diferentes, apresentam a tomada da cultura sob o ponto de vista das “culturas imaginadas”, permitindo-nos perceber como elas podem ser incorporadas a pressupostos identitários com o fim de responder a demandas contextuais.

Um dos principais elementos do qual partimos é a consideração da identidade como um elemento narrado. Conforme CASTELLS (1999), enquanto narrativa, a identidade é significada e ressignificada de acordo com contextos e interpretações que os indivíduos atribuem àquela realidade, ou ainda nas palavras do autor:

a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados por indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social. (CASTELLS, 1999: 23)

O pressuposto de que a identidade é um processo de reorganização dos significados culturais em função de tendências sociais e projetos culturais (CASTELL, 1999) aparece também em Stuart HALL (2006), para quem o discurso da cultura e da identidade responde a uma “política de posição” necessária à própria existência da comunidade imaginada. Ainda que a identidade narrada seja descrita com base em estereótipos, homogeneizações e fórmulas, o autor defende que essa é uma condição necessária e inevitável para a afirmação de culturas colonizadas.

Como HALL (2006), acreditamos que a noção construída pelos “militantes institucionalizados” acerca da ideia de ser negro corresponde a um

produto de sincronizações parciais, de engajamentos que atravessam fronteiras culturais, de negociações entre posições dominantes e

subalternas, de estratégias subterrâneas de recodificação e transcodificação, de significação crítica e do ato de significar a partir de materiais preexistentes (HALL, 2006: 325).

As bases tradicionais da identidade racial negra são mantidas ao mesmo tempo em que outras são reforçadas. Em outros termos, ao mesmo tempo em que o mecanismo da distinção Eu/Outro, Negro/Branco é usado, mantendo assim a oposição tão criticada pelos estudos pós-modernos (BHABHA, 1998), novos referenciais como negro-militante-gestor são acionados, permitindo que percebamos que a lógica da diferença se dá não apenas pela oposição, mas, sobretudo, pela negociação.

A terceira hipótese deste trabalho diz respeito à afirmação de que **a aproximação entre movimento negro e governo implica acionar novos referenciais para o que se compreende como Estado e movimentos sociais, ou, especificamente, esferas institucionais de governo e movimento negro, já que ambos não se definem mais como sendo um o oposto do outro, mas, sim, como a extensão de um pelo outro.** Defendemos que novos olhares sobre a relação dos movimentos sociais com o Estado questionam análises consagradas que apostavam na oposição radical entre ambas as esferas, a exemplo das que situam o Estado como promotor da ordem e da repressão, em contraposição aos movimentos sociais, tidos como contra-hegemônicos, questionadores da ordem e do consenso.

Para compreendermos essa oposição, é preciso voltarmos aos teóricos contratualistas, para os quais, embora o Estado fosse visto como resultado do acordo social para manutenção da paz e garantia do direito à propriedade, ele não seria a sociedade em si. Antes, seria uma espécie de superestrutura gerada pela sociedade (MARX e ENGELS, 1988), que, no entanto, a partir de sua formação, não poderia ser confundida com ela. Sobre isso, Luciano GRUPPI expõe:

A primeira característica do Estado moderno é essa autonomia, essa plena soberania do Estado, o qual não permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra autoridade. A segunda característica é a distinção entre Estado e Sociedade Civil, que vai evidenciar-se no século XVII, principalmente na Inglaterra, com o ascenso da

burguesia. O Estado se torna uma organização distinta da sociedade civil, embora seja expressão desta. (1996: 09)

Assim, definindo o Estado como estrutura autônoma e distinta da sociedade civil, os teóricos modernos acabaram por defini-la a partir de características próprias. Em termos gerais, a sociedade civil seria o espaço de manifestação dos reais interesses do povo, o lugar em que as diferenças entre os indivíduos ganham corpo e as pressões sociais se organizam. Para HEGEL (*apud* LEFEBVRE e MACHEREY, 1999), por exemplo, o surgimento da sociedade civil marca, desde a sua formação, o processo de cisão, de separação dela em relação a outras instituições (inicialmente rompimento com a família e, depois, com o Estado).

Da distinção entre Estado e sociedade civil, surgiram as distinções entre questões políticas e econômicas; questões burocráticas e não-burocráticas; instituições de governo e instituições não governamentais (família, movimentos sociais, ONGs). Todas essas divisões reforçariam a ideia de que haveria um espaço inerente às competências de Estado/governo e outro espaço inerente ao agir da sociedade civil. Alguns teóricos afirmam que essa oposição tornou-se mais acentuada com o advento dos chamados Estados autoritários, que impunham à sociedade civil seus próprios interesses (dentre eles a violência física e simbólica).

Ocorre que, nos últimos anos, alguns estudiosos, a exemplo de Ivo TONET (2004), Leonardo AVRITZER (2007; 2008), Boaventura de Souza SANTOS (2002; 2006; 2008), Luciana TATAGIBA (2011) e Chantal MOUFFE (2003), vêm defendendo que os conceitos modernos de Estado e sociedade civil não correspondem à realidade no contexto atual, precisando, portanto, serem repensados e reconstruídos. Para os estudiosos, nem o Estado pode ser visto como um espaço fechado, inacessível, arbitrário; nem a sociedade civil pode ser vista como uma massa desprovida de poder e capacidade política de decisão.

Para pensarmos a sociedade civil como esfera de mediação com o Estado, podemos recorrer aos estudos de GRAMSCI (1988; 2000), para quem

a divisão entre ambos é mais uma questão de ordem metodológica do que orgânica, tendo em vista que sociedade civil e Estado confundem-se na realidade concreta. De acordo com este autor, o Estado, como expressão da sociedade civil, seria mais um espaço de manifestação dos anseios e das contradições presentes nela do que, necessariamente, o seu oposto.

Tomando como referência as sociedades ocidentais, o autor descreve o cenário pós-ditaduras, no qual o Estado deixa de ser tido como única referência de coerção e repressão e passa a ser visto como espaço de socialização e lugar a ser alcançado. Com base nisso, situa-se a relação Estado/Sociedade civil como uma luta baseada numa “guerra de manobra” (de ataque frontal), para se tornar uma guerra de posição (baseada na afirmação política e no remodelamento moral e intelectual). Na interpretação de COUTINHO (2006; 2012), Gramsci estaria colocando o “consenso” como fundamento da dominação na sociedade ocidental pós-guerra.

Dessa percepção decorre o conceito de “Estado ampliado”, suscitado por GRAMSCI (1988; 2000), para quem política e sociedade estão em constante relação e em busca de equilíbrio. Nesse caso, conceitos como socialização da política e possibilidades de consenso aparecem como contraponto para pensarmos sociedade civil e Estado a partir da mediação, sem, com isso, negarmos as suas contradições e especificidades.

Tomando como referência a teoria gramsciana, esta nos inspira a perceber que, paulatinamente, Estado e sociedade civil (e isso inclui os movimentos sociais) se redefinem na busca de novas fronteiras, não sendo mais pertinente afirmarem-se como agentes isolados, uniformes em suas estruturas e esferas de atuação.

Por fim, a quarta e última hipótese vai na direção do que Chantal MOUFFE (2003) vem nos alertando: **não é porque o discurso é de consenso que as relações ocorrem sem conflitos, divergências ou mesmo crises e rupturas**. Com esta afirmativa, queremos chamar atenção para o quadro atual em que se encontram as lideranças que adentraram os espaços

institucionais de governo em Sergipe: em crise. Daí é que lançamos a nossa hipótese: depois de comemorada a emergência ao “poder”, o Movimento Negro vive a crise do descontentamento em relação às esferas burocráticas, buscando agora redefinir as suas estratégias de luta e repensando a viabilidade ou não do estreitamento com as esferas estatais. O sentimento é de que “o poder” não concretizou as ideias e propostas há tanto reivindicadas, deixando em seu lugar um Movimento enfraquecido e sem alvo certo.

Este sentimento de crise pelo qual passa o Movimento Negro no Brasil e em Sergipe faz parte de uma dinâmica maior que engloba o cenário político-econômico brasileiro e a diversidade dos movimentos sociais. Porém, mais que analisar de forma macrossociológica esse cenário de “crises”, interessa-nos compreender como isso interferiu na forma de organização e articulação do Movimento Negro em Sergipe, de forma a redirecionar sua frente de luta e seu objeto de contestação.

Os estudos sobre o cenário em questão nos chamam atenção para diversas possibilidades interpretativas. O filósofo brasileiro Vladimir SAFATLE (2012; 2015), por exemplo, nos fala da emergência de uma época “pós-política”, na qual a sociedade teria desencantado da forma de organização política partidária e concentrado suas forças nos protestos de rua, na luta por instituições mais flexíveis e no questionamento sobre a representatividade a nível de partido.

Os procedimentos da análise e a disposição dos capítulos

Os dados e as informações apresentados ao longo deste estudo são fruto da realização de 11 entrevistas estruturadas, sendo 10 feitas com gestores de instituições de promoção da igualdade racial em Sergipe e 1 com um gestor de promoção da igualdade racial de Sergipe em Brasília. Além destas, servirão como fonte de informação 4 conversas realizadas com

militantes negros não institucionalizados. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, com aplicação de questionários estruturados e semiestruturados.

A escolha desse público justifica-se pela própria essência da pesquisa. No caso dos militantes gestores, o objetivo foi conhecer o processo de articulação, ascensão e destituição do poder, bem como acompanhar a trajetória de atuação deles nas instituições das quais faziam parte, dando ênfase a suas percepções sobre o “estar no poder”; os desafios e dificuldades enfrentadas ao estarem gestores; os trabalhos desenvolvidos; e o fim da atuação enquanto gestores de políticas raciais. No que se refere aos outros 4 entrevistados (os militantes não gestores), o objetivo foi compreender de que forma eles percebiam a relação militância/esferas institucionais, evidenciando de que maneira sentiam-se representados ou não pelos militantes gestores e os motivos.

Além das entrevistas, acompanhamos o cotidiano e as atividades desenvolvidas pelos entrevistados através das redes sociais, dispondo dos perfis pessoais deles, bem como de entrevistas concedidas por eles a *sites* diversos. Com os dados coletados, procuramos responder às questões indagadas na tese, sistematizando os resultados a partir de cinco momentos analíticos.

Na **primeira etapa**, procuramos contextualizar o cenário da pesquisa, de forma a descrever a chamada institucionalização de segmentos do movimento negro no Brasil e as suas estratégias de ascensão ao poder. Desta forma, partimos inicialmente de alguns estudos que mostram como essa institucionalização vem ocorrendo no cenário brasileiro. Em seguida, na tentativa de compreendermos os fatores que contribuíram para essa mudança de postura na atuação do movimento negro, o estudo segue falando de processos como: o reconhecimento do Brasil como um País racista pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); a emergência dos Governos Lula e Dilma e suas políticas de promoção da igualdade racial; e a criação de coordenadorias e secretarias de igualdade racial em Estados e

Municípios brasileiros, dentre os quais nos deteremos no exemplo do Estado de Sergipe.

Diante disso, neste momento da pesquisa, as principais fontes investigadas foram os *sites* oficiais dos governos nacional, estadual e municipal, além de entrevistas com os militantes, os quais indicaram o conjunto dos gestores e das instituições ligadas à promoção da igualdade racial. A partir daí, procuramos descrever o quadro de gestores da SEPPIR em ordem cronológica, descrevendo também o perfil de seus ministros. Em seguida, abordamos o cenário de ascensão de instituições de promoção da igualdade racial em Sergipe, dando, assim, uma visão mais concreta sobre o cenário investigado.

Na **segunda etapa**, o estudo concentrou-se na avaliação dos discursos sobre a participação do negro nos espaços institucionais. A partir de entrevistas realizadas com os militantes, buscamos compreender as noções que eles apresentaram de si próprios enquanto gestores das demandas raciais, ressaltando quais os propositivos acionados e o “ideal de ser negro” pretendido. Com esta estratégia, é possível pensar os diferentes atores sociais que, no intercruzamento de seus anúncios, tornaram público um corpo significativo de narrativas sobre as suas perspectivas de institucionalização, de ser negro e de estar no poder. Neste caso, procuramos em nossa pesquisa identificar: (1) a ideia que o militante negro tem de si como representante da causa negra; (2) os argumentos que eles acionam para afirmar a necessidade de negro representar negro; (3) a identidade étnico-racial que o militante negro aciona no campo da política.

Na **terceira etapa** da pesquisa, o estudo segue mostrando os dilemas práticos e cotidianos que a ascensão ao poder geraram. Tal análise envolveu o conjunto das narrativas sobre as condições estruturais do “estar no poder”; os dilemas enfrentados para conciliar ideologias diferentes, neste caso PT e entidades do movimento negro; as dificuldades para romper com o racismo institucional e as resistências institucionais em relação ao tema racial; e os conflitos e dilemas que permeiam a relação entre os militantes

institucionalizados e os que estão fora das instituições. As principais fontes de pesquisa nesta etapa foram, além das entrevistas, as notícias divulgadas pela mídia eletrônica e televisiva.

Na **quarta etapa** da pesquisa, o trabalho segue descrevendo duas experiências de campo, quais sejam: a realização de uma conferência e a realização de uma entrevista. Nestas, procuramos analisar, respectivamente, o momento em que militantes gestores e não gestores encontram-se em um mesmo espaço para debater e delimitar propostas de políticas públicas; e o processo de percepção de um gestor enquanto “militante negro”.

Por fim, na **quinta e última etapa**, a análise segue dispondo o que chamamos de “crise da institucionalização”. Aqui, abordamos o cenário de fechamento dos órgãos de igualdade racial em Sergipe e o clima de incertezas sobre o futuro de outras. Além disso, evidenciamos uma certa descrença por parte dos militantes negros em relação às esferas institucionais de governo, de forma que tem havido uma tendência ao retorno a ações independentes do âmbito governamental.

CAPÍTULO I – OS MILITANTES “NO PODER”

O presente capítulo tem como objetivo descrever o processo de institucionalização⁷ de lideranças pertencentes aos movimentos negros no Brasil e, particularmente, em Sergipe. A proposta é situar o cenário político-social que deu origem a este estudo, apresentando o contexto que compreende o estreitamento da relação entre os movimentos negros e esferas de governo. Para tanto, apresentamos, inicialmente, alguns estudos que mostram o cenário nacional de institucionalização de entidades dos movimentos negros, situando que este não é um processo específico do caso estudado – Sergipe –, mas sim uma transformação que vem se dando de forma generalizada por parte dos que compõem o movimento negro no Brasil. Além disso, situamos também que, embora nos últimos doze anos tenha se intensificado a ascensão do movimento negro às esferas de governo, esse foi um processo que teve origem muito anterior, com a busca de entidades do movimento negro para se engajar com a política partidária nos anos de 1930.

Diante disso, o capítulo estrutura-se da seguinte forma: (1) inicialmente situamos o processo de institucionalização das entidades que compõem o movimento negro, descrevendo a ascensão deste nas esferas de governo a nível de Brasil e Sergipe; (2) em seguida, situamos as primeiras ações do movimentos negros que culminaram na ascensão de lideranças aos espaços de poder, contextualizando a relação destas com a política partidária da década de 1930 até os dias atuais; (3) na sequência, retratamos o processo de oficialização do Brasil como um País racista, fato que, no nosso entendimento, reforçou e intensificou o debate sobre a questão racial, culminando no maior

⁷ A noção de “institucionalização” remete a diferentes possibilidades interpretativas, não tendo, assim, um significado único ou fixo. Para os estudos ora apresentados, o movimento negro é considerado institucionalizado quando: (1) adere à política partidária, candidatando-se a cargos eletivos; (2) quando se estrutura em formatos mais burocráticos, como a criação de ONGs ou a participação nelas; (3) ou quando se inserem no exercício de quadros administrativos por referência à questão racial. Nas três formas descritas de institucionalização, observamos um processo que caracteriza a passagem da “luta de rua”, desvinculada, em teoria, de qualquer forma de aparato burocrático, para a “luta em instituições ou esferas de poder”.

estritamente da relação Estado/movimento negro; no tópico seguinte (4), retratamos o trato dos Governos Lula e Dilma para com a questão racial, abordando de forma detalha os discursos e as estratégias de aproximação entre Governos e lideranças negras; (5) e, por fim, o estudo descreve a ascensão de lideranças negras em Sergipe às esferas institucionais.

1.1 Dos protestos de rua às rotinas burocráticas – a institucionalização do movimento negro no Brasil

Em estudo sobre o movimento negro na era contemporânea, RIOS (2008) afirma que uma das características que mais o define é o processo de institucionalização pelo qual vem passando. Para a autora, os protestos negros de rua estariam cedendo lugar às rotinas burocráticas das organizações, de forma que tem havido uma progressiva profissionalização dos militantes, bem como a especialização do ativismo e o crescente estreitamento da relação entre Estado e movimento negro. Nas palavras da autora:

Um grau elevado de **profissionalismo** tem sido necessário para o desenvolvimento e sustentação dos projetos sociais. Nessas estruturas de mobilização, coexistem indivíduos com perfis de liderança política – na figura do “militante” construída no protesto – e a nova figura cada vez mais em destaque: o “**funcionário**” e o “**assessor**”, que prestam serviços às organizações e tornam-se **especialistas** na gestão de demandas relativas à população negra. (RIOS, 2008: 150)

Refletindo sobre o processo histórico que vai da negação do racismo no Brasil até a formação de instituições para tratar do problema racial, RIOS (2008) descreve a emergência de novas modalidades de manifestação da causa negra, mostrando, sobretudo, a transformação desta em estruturas mais rígidas. Esse é o caso, por exemplo, da institucionalização de alguns segmentos da causa negra em organizações não governamentais (ONGs) ou do engajamento deles em organizações governamentais. Segundo a autora, o movimento negro teria deslocado o seu foco de ação do espaço das manifestações em público para se concentrar em formas de organização mais institucionais, capazes de representar as demandas raciais em nível de

governo ou de esferas mais burocráticas. Neste caso, o perfil que tem caracterizado tais militantes está mais ligado ao profissionalismo, à especialização e ao assessoramento da causa, sendo cada vez menores as ações voluntaristas.

Essa mudança de perfil do militante negro acarretou uma nova lógica de manifestação: mais do que questionar as estruturas rígidas de discriminação, reivindica-se uma “democracia mais flexível”, capaz de acoplar o negro nas esferas de decisão e poder. Ou seja, dentre as frentes de bandeira levantadas pelo movimento, destaca-se a defesa por uma “cidadania participativa”, a qual questiona as estruturas representativas tradicionais (compostas por brancos nas esferas de poder) e exige a presença do “negro” nos espaços de decisão. Trata-se, nesse sentido, de acionar o profissionalismo negro e a sua capacidade de assessoramento e representação das demandas raciais, para que o militante tenha voz, também, nos espaços e nas esferas governamentais.

Outro referencial teórico bastante representativo para as discussões aqui lançadas é o estudo de RODRIGUES (2010), o qual discute práticas mobilizatórias e de articulação do movimento negro com o Estado brasileiro. Esse autor reflete sobre os impactos da burocratização/institucionalização do movimento das mulheres negras sobre a construção e implementação de políticas públicas, destacando a luta dessas mulheres pelo acesso ao poder e as mudanças de perspectivas que surgem com as novas práticas de mobilização.

Questionando sobre a emancipação ou regulação do movimento das mulheres negras, RODRIGUES (2010) defende que existem, nesses movimentos, novas formas de se fazer política que não pressupõem apenas o universo do embate, mas sobretudo da luta por visibilidade, legitimidade e acesso às esferas de governo. Conforme o autor, é nessa articulação que atores da sociedade civil metamorfoseiam seus interesses políticos e passam a demandar correspondência pela dimensão político-institucional, enraizando valores democráticos em práticas cotidianas de acesso ao poder. Sobre esse cenário, o autor não vê incoerência entre militar “contra o Estado” e ao mesmo

tempo lutar para fazer parte dele, já que os movimentos sociais caracterizam-se pela oscilação entre contestador da ordem estabelecida e reivindicador de uma nova ordem. No caso do movimento das mulheres negras, a trajetória de luta delas suscitou o enfrentamento da invisibilidade da questão de gênero nas políticas estatais e suscita, hoje, a inserção desse tema a partir da emergência das mulheres negras às esferas institucionais de governo.

Além dos estudos de RIOS (2008) e RODRIGUES (2010), que descrevem o cenário nacional de institucionalização da militância negra, alguns outros têm abordado descrições desse fato nos cenários locais. RIBEIRO (2013), por exemplo, descreve o processo de institucionalização do movimento negro no Estado do Mato Grosso do Sul; PEREIRA (2010) investiga a criação de órgãos específicos para tratar da questão racial e a consequente ascensão de lideranças negras e mulheres para tratar dessa questão no Rio Grande do Sul; DANTAS (2003) e SOUZA (2011), por sua vez, descrevem, respectivamente, a transformação de militantes em dirigentes e a trajetória política deles até chegarem às esferas de governo no Estado de Sergipe.

No que se refere ao estudo desenvolvido por RIBEIRO (2013), o autor explica tal cenário de institucionalização do movimento negro como o segmento de uma conjuntura histórico-nacional caracterizada pelo aumento da participação da população negra em processos de decisão e em políticas de ações afirmativas. De acordo com o autor, no contexto específico do Mato Grosso do Sul, o processo de institucionalização do movimento negro efetivou-se a partir dos anos 1990, prolongando-se até a primeira década do século XXI, com a criação de instituições como: Casa da Cultura Afro-Brasileira (1994); Coletivo de Mulheres Negras do Mato Grosso do Sul Raimunda Luiza de Brito (1999); Instituto Luther King: Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa (2003); Coordenação das Comunidades Negras Rurais de Mato Grosso do Sul (2007). Além destas, RIBEIRO (2013) destaca outras instituições criadas para tratar especificamente da questão racial, só que, neste caso, ligadas diretamente à esfera estatal. São, assim, destacados: o Conselho Municipal do Direito do Negro (1993); a Coordenadoria de Políticas de Combate ao Racismo

(2002); e a Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2004).

Diante do cenário ora descrito, o mesmo autor deduz que o movimento negro no Mato Grosso do Sul:

acompanha a conjuntura histórica favorável de conquistas sociopolíticas importantes que incluem **aumento da participação em processos de decisão e políticas focais** de atendimento diferenciado à população negra, e às ações afirmativas (RIBEIRO, 2013: 83).

Ou seja, aproveitando o momento histórico de abertura do Estado ao trato da questão racial, a participação política em espaços de poder estaria se tornando uma estratégia da luta das entidades do movimento negro. Isso significa que os mecanismos pelos quais o movimento pretende alcançar legitimidade e afirmação extrapolam os limites do reconhecimento social e jurídico, atingindo a esfera da gestão pública.

O estudo de PEREIRA (2013), por sua vez, traz como recorte o processo de emergência do movimento negro em Porto Alegre (RS). A pesquisa teve como objetivo mostrar os dilemas e as possibilidades, bem como os avanços e limites da inserção do negro nos “espaços formais” de poder. Trazendo uma descrição mais etnográfica do processo de constituição do Gabinete do Povo Negro (GPN), bem como do Grupo de Trabalho do Povo Negro (GTPN) e do Conselho Municipal de Direitos do Povo Negro (CNEGRO), o autor apresenta os discursos de militantes e governos acerca desse processo, revelando um certo otimismo em relação ao contexto investigado.

Por se tratar de uma estratégia política participativa em Porto Alegre, o autor aposta na possibilidade de sucesso dela, revelando a tradição da cidade nessa direção e a abertura que ambas as esferas estavam se dando. No nosso entendimento, o autor foi eficiente ao se propor a descrever os mecanismos de institucionalização da participação do negro, todavia deixa a desejar na análise sobre os desafios enfrentados no processo de gestar essas políticas. Afinal, o suposto sucesso da participação política na cidade de Porto Alegre não se traduz, em si, no sucesso da gestão dos militantes nesses espaços, sobretudo

no que se refere à capacidade de elaboração e implementação de políticas públicas.

Sobre a institucionalização do movimento negro em Minas Gerais, o estudo de BARBOSA (2011) tematiza bem esse universo, apresentando uma análise semelhante à pretendida no nosso trabalho. Trazendo como tema a “Organização e Institucionalização do Movimento Negro em Uberlândia (MG)”, BARBOSA (2011) discute em sua dissertação de mestrado a articulação de alguns grupos que compõem o movimento negro em Uberlândia⁸ com órgãos institucionais de governo. O autor analisa o processo de criação de órgãos para tratar da questão racial, a escolha de seus gestores e a efetivação (ou não) das políticas de promoção da igualdade racial.

Uma das conclusões a que BARBOSA (2011) chegou diz respeito às divergências estratégicas e ideológicas que a aproximação governo/movimento negro trouxe para o conjunto da militância negra em Uberlândia. De acordo com o autor, o afastamento entre o militante gestor e as demais entidades do movimento negro foi um dos problemas mais enfatizados pelos entrevistados, reforçando a ideia de não representação entre os militantes que assumem o poder e a causa levantada pelo movimento. Nas palavras de BARBOSA (2011):

Percebe-se também certo distanciamento da entidade com a base da comunidade negra uberlandense como os agrupamentos da cogada, das escolas de samba, das casas de orações de religiosidade de matriz africana, e, sobretudo, uma dificuldade de unidade na ação com outras entidades do Movimento Negro de Uberlândia em prol das políticas públicas de promoção da igualdade racial. Em resumo, é uma entidade que expressa um exacerbado sectarismo. (BARBOSA, 2011: 100)

A falta de diálogo entre o representante institucional e as demais organizações do movimento negro acarreta, segundo BARBOSA (2011), a descrença em relação à política racial, já que, além de não representar os

⁸ GRUCON – Grupo Integração de Consciência Negra de Uberlândia; MONUVA – Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta; e ASSOSAMBA – Associação das Escolas de Samba de Uberlândia.

interesses da população negra, aquela pode ser uma forma de esconder a inexistência de políticas públicas.

No estudo, o autor revela ainda que a conciliação entre a perspectiva ideológica do governo (de classe) e a perspectiva do movimento negro (de raça), seria, aos olhos de muitos militantes, inconciliáveis. Conforme revela a fala da militante do GRUCON de Uberlândia, a seguir, os anseios dos que falam em nome do governo e das aspirações do movimento negro sofrem as consequências da subordinação do segundo em relação ao primeiro, não havendo espaço para ações mais consistentes em nome da perspectiva de raça, como se lê abaixo:

Não havia e nem há quem tem perspectiva de ação revolucionária e de divisão de poderes, não há possibilidade de conciliação. Ainda mais agregando perspectivas de raça e de classe. Você pode até vê, acredito que há quadros de hoje do movimento negro que ainda aceita isso. Que é participação subordinada. Olha você vem, para não falar que não tem negro, nós vamos colocar, nós vamos dá uma pasta (foi o caso Seção Afro na Secretaria Municipal de Cultura em 1992), mas não faz barulho não. Fiquem aí quietinhos, no máximo batem um tambor. Mas vir participar das decisões, questionar, exercer poder não. Isso acredito que, nós movimento negro aqui em Uberlândia enquanto ação radical de mostrar que viemos ainda estamos longe. Muito já foi conquistado, mas ainda estamos longe. Justamente por isso. Os anos vão passando as experiências aí vão sendo colocadas. Mas o pessoal que chegou ao mais próximo do poder resiste ainda. A se colocar, aliar a perspectiva de raça e classe a favor da raça. Porque até aliam raça e classe. Mas com esse desentendimento de que há possibilidade de conciliação. (Entrevista com Neli Edite dos Santos, janeiro de 2009, In: BARBOSA, 2011: 101)

Considerando “sectário, estreito, inseguro e até certo ponto intolerante” (BARBOSA, 2011: 100) o que falou a entrevistada, BARBOSA (2011) vê como desnecessária essa “partilha de poder”, porém não tem como negar que essa é uma questão fortemente presente no processo de institucionalização do movimento negro. A questão do “falar em nome de quem” (do governo? do movimento? qual movimento?) e em nome de qual ideologia (racial? de classe? de raça e classe?) é um dos problemas mais destacados dentro dessa nova fase que caracteriza a ação das entidades negras.

Outra realidade local que tem sido descrita como um exemplo do processo de institucionalização do movimento negro é o cenário do Estado de

Sergipe. Um dos primeiros estudos que apresentou tal vertente foi o de DANTAS, em 2003. Em sua dissertação de mestrado, o autor evidenciou o processo de participação do movimento negro tanto como Organização Não-Governamental⁹ quanto como movimento aberto aos canais de diálogo com as instituições de governo. Conforme o apresentado, no início deste século, além de o movimento investir mais em capacitação e formação dos seus grupos de dirigentes, também passou a ter forte inserção no âmbito da política partidária. Envolvendo-se em campanhas para o poder Executivo e Legislativo Municipal de Aracaju, lideranças dos movimentos negros passaram a atuar em assessorias de candidaturas do PT e do PC do B, bem como em secretarias ligadas à Prefeitura do Município.

Assim, conforme DANTAS (2003), além de utilizar mecanismos como formação e capacitação de lideranças negras e participação em ONGs, os movimentos negros em Sergipe passaram a investir em mecanismos de participação e negociação no âmbito da política partidária. Um exemplo representativo dessa articulação foi a formação de um setorial negro no Partido dos Trabalhadores, permitindo maior inserção dos ativistas no espaço político-institucional¹⁰, inclusive em assessorias e coordenadorias de promoção da igualdade racial.

Um estudo que descreve bem e aprofunda essa inserção dos militantes negros nas esferas institucionais de governo em Sergipe foi desenvolvido por SOUZA, em 2011. Tomando como recorte analítico a última década desse início de século, a autora afirma que os principais componentes que caracterizam o cenário da questão racial no Estado são precisamente dois: (1) a abertura de alguns dirigentes da política partidária para a criação de instituições que tratam especificamente da questão racial; (2) a aproximação entre espaços institucionais de governo e lideranças negras, fazendo com que alguns membros do movimento negro passassem a ser incorporados às

⁹ O caso mais representativo é o da SACI, que, nos anos 1990, vira uma ONG e, segundo DANTAS (2003), passa a dar um caráter mais sistematizado a suas ações.

¹⁰ De acordo com DANTAS (2003), após as eleições de 2000, em que foram eleitos um prefeito do PT e cinco ligados à coligação, cerca de quinze militantes negros e negras inseriram-se em cargos da administração da prefeitura e em assessorias.

esferas institucionais, tornando-se, ao mesmo tempo, militantes da causa negra e representantes governamentais.

Nesse estudo, SOUZA (2011) revela algumas mudanças no perfil dos militantes negros em Sergipe, afirmando que estes também não privilegiam mais as lutas no espaço da rua, mas, antes, procuram se especializar para engendramos nos espaços institucionais de decisão. Diante disso, o trabalho dos militantes passou a ter direcionamentos múltiplos, conjugando: militância em partidos políticos, dedicação exclusiva à causa negra e ocupação em cargos de administração vinculados a agendas raciais (SOUZA, 2011).

Além desse “novo perfil” apresentado pelos militantes negros em Sergipe, SOUZA (2011; 2013) identificou ainda uma nova configuração das estruturas políticas no Estado. Segundo a estudiosa, na última década, o número de organizações institucionais criadas para tratar especificamente da questão racial teve um crescimento inusitado. Na época de realização da pesquisa, foi identificado um quantitativo de quatro instituições criadas por Governos ou Prefeitos no Estado com o objetivo de tratar diretamente da questão racial. Foram elas: a Assessoria de Promoção da Igualdade Racial – ASPIR (2003); a Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Coppir (2007); a Secretaria Municipal de Inclusão Racial de Laranjeiras (2008); e a Coordenadoria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2011).

Diante dos diagnósticos apresentados pelos estudos referenciados, ficamos a percepção de que o militantismo negro no Brasil tem passado, de fato, por algumas transformações, as quais envolvem tanto a forma de manifestar quanto o conteúdo do manifesto. Mas não somente isto. Todas essas mudanças na forma de organização e atuação dos movimentos negros estão ligadas a mudanças conjunturais, que dizem respeito à forma como o Estado percebe a questão racial no Brasil; à forma como os governos demonstram-se acessíveis ou não para dar um *status* institucional ao problema; bem como às formas de diálogos que são travadas (ou não) entre Movimento e governos.

1.2 Das tentativas anteriores de acesso ao poder

Nas últimas décadas, uma das principais frentes de luta do movimento negro no Brasil tem sido a reivindicação por acesso às estruturas de poder. Mais do que isso, luta-se para que políticas raciais sejam feitas e decididas por tais militantes, de forma que estes não sejam apenas coadjuvantes no processo de combate ao racismo, mas, sim, agentes ativos. Individual e coletivamente, lideranças do Movimento têm constantemente se pronunciado a favor de que os espaços governamentais sejam democraticamente ocupados pela sociedade civil, de forma que esta passe a representar seus próprios interesses. Assim, podemos destacar os posicionamentos de organizações negras conhecidas nacionalmente, como, por exemplo, os grupos Enegrecer, o Instituto Búzios e o Movimento Negro Unificado (MNU), os quais reivindicam lideranças do Movimento nos espaços de poder. A fala da intelectual e militante Leila GONZALES, representando o Coletivo Nacional de Juventude Negra – Enegrecer, revela bem essa reivindicação:

A questão dos **governantes negros é muito importante**. Eles têm um mínimo de poder para desenvolver esse tipo de tarefa, não há dúvida. **Eu acho que o Movimento Negro tem que estar junto destes “caras”, tem que pressionar**. Eles não podem somente ficar dizendo: “Olha, sou o primeiro governador negro eleito”. É importante que eles percebam a tarefa, a exigência ética que eles têm com relação a sua comunidade. E se é uma exigência ética, tem que ser política também, porque as duas coisas se articulam. (GONZALES, Leila. In: Enegrecer – Coletivo Nacional de Juventude Negra, 2013)

No pronunciamento, Leila GONZALES (2013) representa de forma muito ilustrativa a ideia de participação institucional que alguns segmentos do movimento negro defendem. Conforme o disposto, observamos que, se, por um lado, a ativista entende a presença do militante negro nos espaços institucionais como uma demanda necessária para a efetivação da igualdade racial, por outro, ela enfatiza o cuidado que deve haver entre os que estão no poder e as reais demandas da população negra. Afinal, como ressalta, mais que um ato normativo de fazer política e ocupar um espaço institucional, a condição de o militante negro estar no poder vincula-se diretamente a uma “exigência ética” dos que lá estão para com a comunidade negra. Trata-se de pensar essa relação como um compromisso diferenciado, uma exigência

histórica, identitária e política do representante em relação aos seus representados.

Fazendo breves ponderações sobre a trajetória política do movimento negro no Brasil, parte da perspectiva anteriormente citada já vinha sendo desenvolvida por algumas das organizações que compunham tal Movimento a partir da década de 1930. De lá até aqui, esse posicionamento tomou vários contornos, abrangendo desde a candidatura de negros até a pressão para que lideranças negras assumissem espaços de destaque na política¹¹.

Os anos 1930 foram bastante representativos para o início da articulação desse Movimento com a política partidária. DOMINGUES (2007) destaca o papel da Frente Negra Brasileira (FNB) como a primeira organização negra a ter um papel mais marcante em termos de ação para com a política institucional. Segundo o autor, em 1936, a FNB, ao transformar-se em partido político, passa a ter maior poder de barganha, estabelecendo acordos com o Governo Federal e garantindo, ainda que de forma incipiente, a presença de pautas raciais na esfera governamental. No nosso entendimento, esse foi o episódio em que entidades do movimento negro mais se aproximaram do poder institucional até aquele momento.

Com a instauração da ditadura do “Estado Novo”, em 1937, a FNB, assim como as diversas organizações de movimentos sociais da época, foram esvaziadas. De acordo com HANCHARD (2001:128), “a estratégia corporativista de Vargas trouxe os partidos e organizações políticas que, de bom grado ou com relutância, sucumbiram a sua tática de incorporação”.

No último ano da ditadura getulista, porém, alguns grupos ligados à questão racial começaram a se reestruturar ou a surgir. Eis o caso da União dos Homens de Cor (UHC), fundada em 1943; do Teatro Experimental do Negro (TEM), criado em 1944, sob a liderança de Abdias do Nascimento; da Associação dos Negros Brasileiros, fundada em 1945; da Associação Cultural

¹¹ Não podemos deixar de ressaltar, também, que movimentos contrários à articulação do negro nos espaços institucionais foram uma bandeira fortemente levantada durante esse período e até mesmo no atual contexto.

do Negro, fundada em 1954. Além desses grupos, surgiram vários clubes compostos pela elite e aristocracia negra, os quais, dentre outras atribuições (como, por exemplo, acolher uma “elite negra” crescente), dedicavam-se a ajudar financeira e administrativamente candidatos políticos negros a cargos públicos no Estado de São Paulo (HANCHARD, 2001). Um dos resultados mais proeminentes das organizações negras deu-se com a eleição de um dos dirigentes da União dos Homens de Cor no Rio de Janeiro. Em 1954, José Bernardo Silva foi eleito deputado federal por dois mandatos consecutivos.

Na década de 1960, a relação dos militantes negros com a política partidária tornou-se ainda mais estreita. Nesse período, houve o lançamento das primeiras candidaturas negras articuladas pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Estado de São Paulo. Com isso, em 1966, 1970, 1974 e 1978, Adalberto Camargo foi eleito deputado federal; e, em 1968 e 1970, Theodosina Rosário Ribeiro foi eleita, respectivamente, vereadora e deputada estadual na cidade de São Paulo.

Mas foi nas décadas seguintes, com a organização do Movimento Negro Unificado, em 1978, que ativistas passaram a estreitar os laços com a política partidária, fazendo aliança com o PT, o PC do B e o PMDB. Com isso, tivemos, em 1982, a eleição de Benedita da Silva como vereadora pelo PT/RJ; a manifestação do MNU, em 1989, em favor da candidatura da mesma como vice-presidenta da República, ao lado de Lula; a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em 1984, pelo PMDB; a criação da Subsecretaria Nacional de Negros, pelo PT, em 1988; e a criação da Fundação Cultural Palmares também em 1988.

De todos os feitos até então, a criação da FCP foi a ação que mais propiciou a ascensão de lideranças negras aos espaços institucionais de poder. Ligada ao Ministério da Cultura, a Fundação construiu seu perfil gestor com base na direção de lideranças negras, de forma que, ao longo de 27 anos de existência, todos os seus presidentes foram remanescentes de movimentos negros. O quadro I, disposto abaixo, ilustra esse perfil:

QUADRO I: DIRIGENTES DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (1988-2015)

Período	Profissional	Características
1988-1990	Carlos Alves Moura	Nascido no Rio de Janeiro, formou-se em Direito e atuou como advogado em causas sindicais e trabalhistas. Filiado ao PT, entre 2003 e 2007, foi Conselheiro da Seppir e Diplomata do Brasil em Guiné-Bissau.
1990-1994	Adão Ventura	Nascido em Minas Gerais, formou-se em Direito e Literatura. Foi professor de Literatura Brasileira na Universidade do Novo México e publicou vários livros.
1994-1996	Joel Rufino dos Santos	Nascido no Rio de Janeiro, é historiador, professor e escritor. Foi exilado na França durante a Ditadura Militar e retornou, tornando-se professor universitário.
1996-2000	Dulce Maria Pereira	Arquiteta, morou nos Estados Unidos quando jovem. Militou pelo Partido Democrata nos EUA e, quando retornou para o Brasil, engajou-se ao Movimento Estudantil Negro.
2000-2003	Carlos Alves Moura	Conforme descrição já feita.
2003-2007	Ubiratan Castro Araújo	Historiador e advogado, depois de morar alguns anos na França, retornou para o Brasil, atuando como militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), do PT e do movimento negro.
2007-2010	Zuzu Araújo	Arquiteto, foi militante do movimento negro e do PT e Conselheiro do Grupo Cultural Olodum.
2011-2012	Elói Ferreira de Araújo	Formou-se em Zootecnia e em Direito. Filiou-se ao PT, depois ao PC do B e atualmente voltou ao PT.
2013-2015	José Hilton Santos Almeida	Ator e diretor de teatro, criou o Fórum Nacional de Performance Negra e escreveu várias peças de teatro sobre cultura e relações raciais.

Fonte: site da Fundação Cultural Palmares

O perfil acima, além de dar um *status* político mais definido à questão racial, já que cria um órgão para fortalecer a identidade negra no Brasil, e de promover ações contra o racismo, viabiliza uma relação mais estreita entre Estado e entidades do movimento negro. Perpassando diversos Governos, a FCP assumiu *status* não de ação política, mas de ação estatal, fato este que permitiu a sua continuidade ao longo de quase três décadas.

No início de sua formação, a Fundação atuava de forma bastante difusa, não tendo um direcionamento próprio. Ao longo dos seus anos de existência,

atuou no campo da saúde, do preconceito racial, da disseminação da cultura, do reconhecimento territorial de comunidades quilombolas. Entre momentos de alta e declínio, atuou muitas vezes com orçamento ínfimo e em condições estruturais precárias (até 2008, a sua sede era num porão sem infraestrutura básica como acesso a computadores ou auditório).

Todavia, apesar das dificuldades, no decorrer de sua existência a FCP organizou ou participou de inúmeros eventos de grande relevância para o trato da questão racial. Assim, podemos destacar o seminário **O Negro na Universidade e o Direito à Inclusão** (2000), o qual debateu, a nível institucional, pela primeira vez, as cotas raciais; coordenou os debates e assumiu a liderança da participação brasileira na **III Conferência Mundial contra o Racismo, a Intolerância e Xenofobia, em Durban, África do Sul** (2001); realizou o **Seminário Diálogo e Intolerância, Religião e Cidadania** (2002); coordenou, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, a **II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora** (2006), realizada pela Unidade Africana e pela ONU, na cidade de Salvador. Além disso, a FCP atuou financiando pesquisas e publicando inúmeros livros, com o objetivo de complementar a formação de professores e lideranças, de modo a atender à Lei nº 10.639/2003.

Mas foi no processo de certificação e reconhecimento das comunidades quilombolas que a FCP mais disputou espaço e afirmou seu papel institucional. Ao ser citada pelo Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, e regulamentada pela Portaria nº 6, de março de 2004, como uma das instituições responsáveis pela certificação das comunidades remanescentes de quilombo, a FCP tornou-se parte obrigatória desse processo, passando o seu parecer a ter força de lei. Assim, atualmente, além de participar ativamente do processo de certificação das comunidades, a Fundação atua ainda no processo de implementação de políticas públicas, como, por exemplo, distribuindo cestas básicas, indicando membros de comunidades para receberem benefícios estudantis, lançando editais para a produção de eventos culturais, dentre outros âmbitos de atuação.

1.3 FHC e o reconhecimento do racismo no Brasil

Foi a partir dos anos 1990 que a luta dos movimentos sociais negros ganhou um impulso radicalmente marcante. Ao reconhecer, oficialmente, o Brasil como um País racista, o Governo FHC abriu portas para que tal fato tomasse novos contornos políticos. Primeiro, “garantiu” a segmentos do movimento negro o respaldo institucional de que a luta contra o racismo era legítima, já que, de fato, o preconceito existia; segundo, intensificou a colocação da temática racial brasileira num nível de discussão mais abrangente, envolvendo agora os órgãos internacionais; terceiro, incita o próprio Estado brasileiro a dar respostas ao problema ora afirmado, em especial porque gerou novos impulsos para a luta racial. É sobre o processo de oficialização do Brasil como um País racista que falaremos no tópico seguinte.

O primeiro passo para compreendermos o processo que culminou na criação de instituições de promoção da igualdade racial no Brasil foi entender como o País, que, nos anos 1950, foi apresentado ao mundo como exemplo de democracia racial, passou, no século XXI, a ser declarado como uma nação racista. Afinal, sem esse necessário reconhecimento, não haveria necessidade de criar uma estrutura tão complexa para superar um problema que até então não tinha sido oficialmente reconhecido. E tendo em vista tratar-se do caso do Brasil, esse reconhecimento torna-se ainda mais complexo, e necessário, se pensarmos que, durante mais de dois séculos, ideologias racistas foram aceitas como mecanismos de explicação da diversidade social brasileira.

Conforme aborda Lila Moritz SCHWARCZ (1993), o final do século XIX e início do XX foi marcado pelo despertar de inúmeros estudos cujo propósito destinava-se a refletir sobre a formação social brasileira. Mais precisamente a partir de 1838, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro, uma série de intelectuais se reuniram para debater sobre a Nação recém-formada, procurando dar a esta uma identidade especificamente brasileira. Todavia, apesar desse intuito inicial, essas primeiras teorias tiveram como direcionamento o modelo interpretativo das teorias raciais europeias. Com isso, perspectivas então consagradas, a

exemplo do evolucionismo e do positivismo, passaram a compor o espírito intelectual-analítico da época, dando origem a uma série de teorias que punham em evidência o olhar hierarquizador sobre as populações estudadas. Assim, do ponto de vista científico, a questão racial no Brasil deixa de ser pensada a partir da relação escravo X homem livre para ser analisada sob a perspectiva negro X branco. E esse fato, para além de um jogo de palavras, traduzia-se numa tentativa de explicar a formação social brasileira pelo critério da racialização, comportando, dentro desse universo, critérios de superioridade X inferioridade, pureza X impureza, evolução X involução.

O ponto de partida desses estudos se dá basicamente com a “descoberta” do Brasil como um país miscigenado. E foi junto com essa descoberta que ideologias como o branqueamento e a degeneração das raças tomaram vulto. João Batista Lacerda, o então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, por exemplo, defendia a tese segundo a qual a saída para o Brasil seria o branqueamento da população através da mistura entre as raças. Para o autor, “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (LACERDA, 1911; In: SCHWARCZ, 1993: 16). Já o naturalista norte-americano Louis Agassiz, que esteve no Brasil para pesquisar a fauna e a flora, surpreendeu-se com os malefícios dessa mistura, dispondo um verdadeiro pessimismo em relação ao futuro do povo brasileiro, uma vez que, na sua visão, ele era “deficiente em energia física e mental” (AGASSIZ, 1867: 71, In: SCHWARCZ, 1993: 16).

O fato é que, fosse na esperança do branqueamento ou na frustração no que tange ao hibridismo racial, os “homens de ciência” representavam o conjunto das visões sociais (nacionais e internacionais) sobre a composição do povo brasileiro, o que traduzia a insatisfação com o presente; o desprezo para com os tipos miscigenados, negros e índios; e a consolidação, em nível científico, de um pensamento racista. Nas palavras de SCHWARCZ (1993: 25):

... obscuros “homens de ciência” que em finais do século XIX, e no interior dos estabelecimentos em que trabalhavam, tomaram para si a quixotesca tarefa de abrigar uma ciência positiva e determinista, e, utilizando-se dela, liderar e dar saídas para o destino desta nação. Misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos

e missionários, esses intelectuais irão se mover nos incômodos limites que os modelos lhes deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras – que condenavam o cruzamento racial – e a sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado.

A tradução das teorias racialistas no cotidiano social brasileiro pode ser observada de diversas formas, dentre as quais na definição de tipos mais vulneráveis à criminalidade. Critérios como mensuração de crânio, traços fisionômicos, elementos fisiológicos, psicológicos e sociológicos eram propositivos eleitos para se chegar ao criminoso. A máxima defendida pelos pensadores da época era: o fenótipo é o “espelho d’alma” (SCHWARCZ, 1993: 216). E, nesse caso, não estamos falando de qualquer fenótipo, mas do perfil humano de pele escura, lábios grossos, nariz alarguecido, com traços culturais ligados a “tipos não desejáveis” (como a capoeira, por exemplo).

Com a emergência dos anos 1930, as teorias racialistas dos “homens de ciência” passaram a mostrar seus primeiros sinais de esgotamento. O uso da ciência pela ciência, com determinismos inquestionáveis, passou a ser visto como antiquado e inadequado para a realidade emergente. A obra de Gilberto FREYRE (1998), **Casa Grande e Senzala**, publicada nos anos 1933, foi o ponto de referência para a sistematização dessa nova perspectiva em relação ao trato da temática racial. Na obra citada, a miscigenação não era apresentada como um problema a ser enfrentado ou uma realidade a ser extinta. Ao contrário, era um dado e, portanto, era necessário lidar com ele. O fator raça permanece, assim, como tema central no pensamento social brasileiro, porém não mais como sinônimo de “desalento”, mas sim como possível “fortuna”, marca de uma especificidade reavaliada positivamente (SCHWARCZ, 1993).

Dessa forma, durante séculos, a relação hierárquica entre brancos e negros no Brasil não foi vista como um problema social a ser enfrentado. Primeiro porque essa hierarquia, ainda que presa a pressupostos de superioridade/inferioridade, não era vista como um fator sociocultural, mas sim como um determinante natural. Segundo porque, durante décadas, o Brasil apostou na sua suposta ideia de harmonia inter-racial, de forma que os dados

sobre a desigualdade e o racismo foram sublimados em nome da unidade nacional.

Das primeiras vozes que denunciaram o Brasil como um País racista até o primeiro pronunciamento oficial afirmando tal fato, transcorreram mais de seis décadas. Seis décadas de estudos, mobilizações sociais, denúncias e intensos debates ocorridos tanto nacional quanto internacionalmente. Foram seis décadas, sendo que o impulso inicial adveio com o triste desencanto de que o Brasil não era um exemplo de democracia racial. O fortalecimento veio com a organização de movimentos sociais contra o racismo, a exemplo do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (em 1978). Tomou corpo, inclusive, com a realização de inúmeros estudos que transformaram o preconceito racial em dados estatísticos e científicos de violência e opressão. E teve seu desfecho com a inclusão do racismo como crime inafiançável perante a Constituição Brasileira de 1988.

Os primeiros debates mais sistemáticos sobre o preconceito racial no Brasil surgiram num momento bastante emblemático, em que, paralelo à tentativa da Unesco de reconhecer a suposta harmonia racial brasileira, surgia a revelação de que éramos uma nação racista. Estudiosos como Florestan FERNANDES, Roger BASTIDE e Abdias do NASCIMENTO dedicaram-se incisivamente à crítica ao mito da “democracia racial”, questionando as diversas perspectivas que afirmavam que, no Brasil, “suas pessoas de cor, livres ou escravas, são tratadas com justiça e liberdade” (DOUGLAS, 1858, *apud* GUIMARÃES, 2008:15); que “negros, mulatos e brancos viviam sob condições de igualdade jurídica e, em grande medida, social” (ANDREWS, 1997: 95); e que o País era um “laboratório de civilização” (RAMOS, 1949:47).

Contrapondo as defesas de que o Brasil seria “um novo mundo nos trópicos” (FREYRE, 1998), surgem olhares críticos demonstrando que a realidade não era exatamente tão exemplar. No prefácio de **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**, Florestan FERNANDES (1960) critica a ideia de democracia racial defendida pelos estudiosos das questões raciais no Brasil,

em especial Gilberto Freyre, tido como o maior defensor dessa perspectiva. Nas palavras de FERNANDES (1960: prefácio):

Não existe democracia racial efetiva [no Brasil], onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a “raças” distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências de “bom tom”, de um discutível “espírito cristão” e da necessidade prática de “manter cada um em seu lugar”. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a acima dos princípios da ordem social democrática.

Ao longo dos anos 1970/1980 outras vozes juntaram-se às destes intelectuais, com o objetivo de denunciar o racismo brasileiro. A emergência do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, em 1978, foi um forte influenciador para a intensificação dessa luta. Tendo em vista o contexto histórico-político vivido pelo País (Ditadura Militar), os grupos que surgiram trouxeram como pauta reivindicativa tanto o desmascarar da ideia de “democracia racial” quanto a adoção dessa ideologia pelo discurso oficial de Estado. Afinal, se, por um lado, pintava-se a ideia de harmonia entre as raças, por outro, qualquer manifestação que pusesse em xeque essa ideologia era fortemente reprimida.

De acordo com GUIMARÃES (2008), o movimento negro que ressurgiu nos anos 70 concentra-se em três principais agendas: denúncia do racismo, denúncia do mito da democracia racial e construção de uma identidade racial positiva. Conforme o autor:

O movimento negro ressurgiu, em 1978, como o fez em 1944, em sintonia com o movimento pela redemocratização do país. Em sua agenda política estavam três alvos principais: (a) a denúncia do racismo, da discriminação racial e do preconceito de que eram vítimas os negros brasileiros; (b) a denúncia do mito da democracia racial, como ideologia que impedia a ação antirracista; (c) a busca de construção de uma identidade racial positiva: através do afro-centrismo e do quilombolismo, que procuram resgatar a herança africana no Brasil (invenção de uma cultura negra). (GUIMARÃES, 2008: 13-14)

Unindo-se a movimentos sindicais, estudantis, feministas, dentre outros, o movimento negro entrou na cena política nos anos 70/80 lutando pela

democracia política e questionando a suposta democracia racial. Os diversos centros de lutas formados no Rio de Janeiro, bem como em São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Vitória deram à temática uma amplitude nacional, conforme disposto abaixo:

No seu Programa de Ação de 1982, defendia as seguintes reivindicações “mínimas”: desmistificação da democracia racial brasileira; organização da população negra; transformação do movimento negro em movimento de massa; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, e a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. (DOMINGUES, 2008: 103)

Paralelo ao fortalecimento do militantismo negro com ênfase na luta contra o racismo, vários núcleos de estudos foram constituídos ao longo dos anos 80, a exemplo do Instituto do Negro Padre Batista (SP), o Núcleo de Consciência Negra na USP (Afrobras), o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP/RJ), o Djumbay (Recife), o Centro de Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), a União dos Negros de Aracaju (UNA/SE), o Centro de Cultura Negra (CCN/Maranhão), dentre outros. A criação desses espaços trouxe como principais ganhos a disseminação de que o Brasil era um país racista e a sistematização de estudos sobre o tema, de maneira a fornecer referenciais mais concretos sobre dados da discriminação.

Nesse momento, junto às manifestações de rua, estudos sistematizando a desigualdade entre brancos e negros no Brasil dão à luta contra o racismo as estatísticas necessárias para provar a sua existência. O trabalho de Carlos HASENBALG (1979), por exemplo, mostra que a discriminação racial no Brasil ocorreu de forma simbólica, mas também foi materializada através dos dados que falavam sobre as diferenças de renda, o nível de escolaridade e o acesso ao mercado de trabalho. Debruçando-se sobre dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o autor mostrou que o preconceito era um fator determinante para o processo de mobilização social dos brasileiros. Seu argumento baseava-se na lógica segundo a qual se negros e brancos com mesmo nível econômico têm oportunidades diferentes para emergir no

mercado de trabalho, então não haveria outra explicação senão a efetiva desigualdade racial. Nas palavras do autor:

Deixando de lado os estudos pioneiros do chamado “Projeto Unesco”, a tradição de pesquisa desenvolvida nos últimos 25 ou 30 anos dá forte sustentação à ideia de que os brasileiros não-brancos estão expostos a desvantagens cumulativas ao longo das fases do ciclo de vida individual, e que essas desvantagens são transmitidas de uma geração a outra... Estudos demográficos demonstram as disparidades raciais quanto às probabilidades de superar o primeiro ano de vida e à esperança de vida ao nascer. As pesquisas sobre educação indicam que crianças não-brancas completam menos anos de estudo do que as brancas, mesmo quando se consideram crianças da mesma origem social ou renda familiar per capita. As disparidades no acesso, permanência e finalização dos ensinos médio e superior são ainda mais acentuadas. A desigualdade educacional entre brancos e não-brancos irá se refletir posteriormente em padrões diferenciados de inserção desses grupos de cor na estrutura ocupacional. (HASENBALG, 2006: 261)

Além do impacto causado na área acadêmica, a obra de HASENBALG (2006) repercutiu fortemente entre os militantes do movimento negro brasileiro, fazendo com que os resultados dos estudos fossem apresentados como prova inquestionável dos problemas que o racismo trouxe para a formação de uma sociedade justa. Diante disso, “as conclusões apresentadas pelo autor, ao longo do livro, convergiam para reivindicações daqueles que lutavam em favor da igualdade racial” (NASCIMENTO, 2005: 206).

Em 1978, Abdias do NASCIMENTO (2005) passou a fazer parte desses autores que sistematizaram o problema do racismo em nível acadêmico. Lançando a obra **O genocídio do Negro Brasileiro: identidade nacional versus identidade negra**, o autor põe em questão a institucionalização silenciosa do genocídio. Para ele, o silenciamento deu-se desde a negligência do que houve com a população negra durante o período da escravidão até a libertação sem igualdade e democracia. E tudo isso feito sob a anuência do Estado e regulamentado pelas leis ou pela falta delas.

Outro autor que se destacou bastante no trato da questão racial foi o professor e ativista negro Kabelguele MUNANGA. Em suas obras, abordou as implicações do racismo no ambiente escolar, destacando a reprodução do preconceito nos materiais didáticos, os quais, segundo ele, apresentavam

conteúdos viciados e depreciativos. Em 2012, durante entrevista para o Portal Fórum, MUNANGA (2012) definiu o racismo brasileiro como “um crime perfeito”, que ocorre de forma discreta, como se não o fosse, e de forma que dificulta reações incisivas. Demonstrando como essas relações processavam-se de forma prática, MUNANGA (2012) cita uma experiência vivenciada cotidianamente no País:

Meus filhos estudam em escola particular, Colégio Equipe, onde estudavam filhos de alguns colegas professores. Eu não ia buscá-los na escola, e quando saíam para tomar ônibus e voltar para casa com alguns colegas professores que eram brancos, eles eram os únicos a ser revistados. No entanto, a condição social era a mesma e estudavam no mesmo colégio. Por que só eles podiam ser suspeitos e revisitados pela polícia? Essa situação eu não posso contar quantas vezes vi acontecer. Lembro que meu filho mais velho, que hoje é ator, quando comprou o primeiro carro dele, não sei quantas vezes ele foi parado pela polícia. Sempre apontando a arma para ele para mostrar o documento. Ele foi instruído para não discutir e dizer que os documentos estão no porta-luvas, senão podem pensar que ele vai sacar uma arma. Na realidade, era suspeito de ser ladrão do próprio carro que ele comprou com o trabalho dele. Meus filhos até hoje não saem de casa para atravessar a rua sem documento. São adultos e criaram esse hábito, porque até você provar que não é ladrão... A geografia do seu corpo não indica isso. (MUNANGA, 2012: p. ?)

Aqui, mais uma vez, vemos fortalecido o argumento segundo o qual não importa a posição socioeconômica do negro. No Brasil, a “geografia do corpo” define critérios e perfis típicos ideais, submetendo alguns perfis de indivíduos a situações excludentes.

Em meados de 1990, o debate sobre o racismo no Brasil finalmente adentra as percepções do Governo Federal. Incitado pelas mobilizações ocorridas durante a *Marcha sobre Brasília* (1995), em comemoração pela luta de Zumbi dos Palmares no aniversário de sua morte, o Governo Fernando Henrique Cardoso reconhece oficialmente a existência do racismo no Brasil. Junto com esse reconhecimento, veio a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra. Conforme o Decreto nº 20, de novembro de 1995, o GTI estava ligado ao Ministério da Justiça e estava subdividido em 16 áreas: (1) Informação; (2) Trabalho e emprego; (3) Comunicação; (4) Educação; (5) Relações Internacionais; (6) Terra

(Remanescentes de Quilombo); (7) Políticas de Ação Afirmativa; (8) Mulher Negra; (9) Racismo e Violência; (10) Saúde; (11) Religião; (12) Cultura Negra; (13) Esportes; (14) Legislação; (15) Estudos e Pesquisas; e (16) Assuntos Estratégicos.

De acordo com MAIO e SANTOS (2005), a principal pauta de atuação do GTI foi em relação aos direitos da população negra, sobretudo no que se tratava de denúncias de racismo. Mas o grande legado deixado pelo GTI foi a criação do **Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação** (GTDEO), criado por um decreto presidencial em março de 1996, e o I Programa Nacional de Direitos Humanos (IPNDH), instituído pelo Decreto nº 1.904/96. SILVA (2015) afirma que, ao elaborar um capítulo específico sobre população negra no IPNDH (1996), o Governo estabeleceu uma série de prerrogativas sobre o segmento negro no Brasil, confirmando a existência do racismo e inserindo-o dentro de uma perspectiva de direito transnacional.

Na eminência de realização da **IV Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata**, o Governo FHC organizou, no ano 2000, a **Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância**. Ocorrida no Rio de Janeiro, contou com a presença de 1700 delegados, resultando na elaboração da “Carta Rio”, a qual continha uma série de propostas para a **Conferência de Durban**, além da primeira sistematização escrita de uma proposta de política de ação afirmativa (GODINHO, 2009).

Ainda em 2001, o Governo FHC criou o **Conselho Nacional de Combate à Discriminação**. De acordo com SILVA (2015), a principal tarefa do órgão era implementar as diretrizes dispostas no Relatório de Durban (2001), as quais continham, dentre outras coisas, propostas para a criação de medidas de inclusão racial e políticas de ações afirmativas. Dessa forma, não só o Ministério da Justiça passa a ser acionado, mas também os Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, da Educação e das Relações Exteriores.

Em 2002, no último ano do Governo FHC, foi criado o **Programa Nacional de Ações Afirmativas**. Regulamentado pelo Decreto nº 4.828/2000, o Programa incorporava ações específicas de inclusão da população negra no ambiente de trabalho, na educação e na saúde, visando a atender grandes contingentes populacionais negros.

De acordo com estudiosos como HERINGER (2001, 2002), MAIO e SANTOS (2005) e GODINHO (2009), apesar de o Governo FHC ter se destacado pelo conjunto de ações que desenvolveu em prol da questão racial, em termos práticos elas tiveram pouca efetividade. Para MAIO e SANTOS (2005), alguns dos fatores explicativos para a pouca efetividade da política racial no Governo FHC são: a ambiguidade que permeava o posicionamento de Fernando Henrique enquanto presidente e enquanto sociólogo – uma vez que, segundo os autores, enquanto o primeiro dizia-se exaltado com a intolerância racial no Brasil, o segundo mostrava-se meio que entusiasta da ambiguidade tipicamente brasileira –; o distanciamento entre os debates em torno da desigualdade racial e a elaboração de ações concretas para enfrentá-las; o uso de perspectivas muito generalistas em torno da temática racial, em especial no que dizia respeito à quilombola, carente de mecanismos mais específicos de regulamentação. Além disso, autores como VALENTE (2001) e GUIMARÃES (2005; 2007) destacam a política neoliberal desenvolvida no governo FHC.

Diante disso, resguardadas todas as críticas, o fato é que, longe de ser apenas uma questão retórica, a compreensão do Brasil como um País racista trouxe novos contornos para pensarmos a relação entre raças. Em termos práticos, podemos dizer que ensejou a colocação efetiva da pauta racial na agenda internacional; a criação de leis que previnem e punem contra o racismo; a elaboração de políticas de inclusão da população negra e o reconhecimento dos povos tradicionais; a criação de órgãos para tratar especificamente da questão étnico-racial e a consequente ascensão de militantes negros ocupando cargos nos órgãos institucionais.

1.4 Os Governos Lula e Dilma e as políticas para a superação do racismo

Na última década, uma das frases mais recorrentes sobre a questão racial no Brasil era de que ela estava passando por profundas mudanças. Conforme a literatura sobre o tema (NEVES, 2006), ao tentar superar o paradigma dominante de que o Brasil seria um “paraíso racial”¹², questões bastante complexas passaram a envolver o debate sobre raça e etnia, revelando, na contramão do que até então havia sido posto, o quanto o tema era permeado por relações de conflito, disputa e poder.

Alguns estudiosos defendem que o impulso para essas “grandes transformações” adveio, sobretudo, de uma mudança de perspectiva: oficialmente, o Brasil deixa de ser o País da “democracia racial” para se reconhecer como racista. E esse momento emblemático, respaldado, institucionalmente, pelas palavras do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 1995, trazia consigo o acúmulo dos conhecimentos e reivindicações há tanto emplacados pela intelectualidade e pelo movimento negro desde os anos de 1950.

No início deste século, mais precisamente a partir de 2003, com a emergência do Governo do PT (Partido dos Trabalhadores), o encontro entre dois discursos até então divergentes foi crucial para a consagração das muitas mudanças que protagonizaram a questão racial: de um lado, representando o poder estatal daquele momento, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, “abre” o seu Governo para as demandas raciais¹³, conclamando e convidando lideranças do Movimento para assumirem as coordenadorias e

¹² Com o propositivo “paraíso racial”, nos referimos à ideia cunhada sobre o Brasil na década de 1950, quando, após a experiência do Holocausto, os órgãos internacionais, a exemplo da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), passaram a procurar exemplos de sociedades que viviam em harmonia com suas diferenças raciais e culturais (MAIO, 1999). Diante disso, eleito como um País onde a convivência inter-racial era feita de forma plenamente harmônica, o Brasil é lançado como “laboratório de civilização” (RAMOS, 1949), e, portanto, um exemplo a ser seguido.

¹³ E não só as demandas raciais, como também as demandas dos diversos movimentos sociais em luta no Brasil, a exemplo do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, da causa LGBT, de gênero, das comunidades tradicionais (árabe, judia, cigana, quilombola).

secretarias criadas para este fim; de outro, lideranças do movimento negro, também filiadas ao PT ou a partidos de aliança, requeriam a sua parte na estrutura de governo, exigindo não só a implementação das políticas públicas, como também o controle sobre elas.

Para além do que conduz o olhar para uma política de governo aberta às demandas sociais mais variadas (negro, mulher, sem-terra, gays, ciganos, índios), a ascensão de militantes negros ao poder suscitou uma variedade de questões políticas, simbólicas e ideológicas a serem repensadas. E estas vão desde a aceitação do Brasil como um País racista até às relações político-partidárias firmadas pelos movimentos negros com partidos políticos (sobretudo com o PT e o PC do B); envolvem a forma como o Movimento compreende e situa a questão racial em suas estratégias de ação; e como a questão racial foi incorporada frente aos discursos oficiais de governo.

Assim, por estarmos falando da aproximação de esferas historicamente situadas em campos opostos¹⁴ (Estado e movimento negro), bem como do reconhecimento de uma demanda há tanto negada (o racismo), esta nova forma de conduzir a questão racial implicou que Governo e Movimento devem ser repensados, agora, sob esses novos referenciais. Esse último ponto – emergência das lideranças negras nos espaços institucionais de governo – foi o que consideramos mais emblemático para compreendermos a atual forma de organização dos movimentos negros e da questão racial no Brasil. Afinal, além de essa relação obrigar, necessariamente, que Estado e movimentos negros redefinam seus papéis, ela nos impele a pensá-los de forma mais dinâmica, longe da rubrica dos opostos e mais passível ao imperativo da articulação.

1.4.1 A criação da Seppir

¹⁴ De um lado, o Estado, legitimador ora de ideologias racistas, ora da ideia de democracia racial; e, de outro, o movimento negro, o qual, até a última década, tinha o Estado como seu alvo de crítica, primeiro por ser considerado o grande responsável pela legalização do escravismo; depois, por não ter feito uma política de reparação pós-escravidão; e, por fim, por disseminar a democracia racial como se ela fosse uma realidade brasileira.

A criação da Seppir, em 2003, marca profundamente o ápice da institucionalização do movimento negro no Brasil. Sem esquecer ou desconsiderar o papel da Fundação Cultural Palmares, primeiro órgão de governo a se dedicar à promoção e afirmação da cultura negra, a formação da Seppir não só abre espaço para a atuação do movimento negro em nível nacional, como ainda funcionou como canal mobilizador de tal prática em diversas esferas e territórios brasileiros. Além disso, dado o seu *status* de órgão do Poder Executivo, com caráter de Ministério, a Secretaria dá à questão racial também um novo *status*, uma vez que passa a ter tratamento próprio, com designações próprias e assessoramento direto da Presidência da República.

Mas, antes de chegarmos à conquista da Seppir, precisamos voltar duas décadas antes de sua efetiva criação. Mais precisamente, precisamos voltar ao final dos anos 1980 e início dos 1990, momento em que o PT ainda discutia muito parcamente políticas voltadas à questão racial. Nesse momento, ao contrário do PMDB e do PDT, por exemplo, que criaram o Conselho da Comunidade Negra no Estado de São Paulo (1984) e a Secretaria de Defesa da Comunidade Negra – SEAFRO (1983), no Rio de Janeiro, incorporando em seus governos significativa parte da militância negra, o PT, até o mencionado instante, não tinha apresentado nenhuma proposta mais concreta. De acordo com SOUZA b (2013), naquela ocasião, o PT tinha apenas um debate residual sobre o tema raça, não desenvolvendo debate ou ação de forma profícua. Foi somente no final dos anos 90, como forma de reagir à política racial criada pelo seu concorrente direto, o PMDB, que o Partido passou a investir de forma massiva no debate racial. Aquele era o momento em que o então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, em resposta à denúncia de racismo feita pela CUT à ONU, criou uma série de iniciativas com a finalidade de promover a luta antirracista. O Grupo de Trabalho Interministerial para a População Negra (GTI) foi fruto desse contexto, além do estreitamento da relação do Governo FHC com os militantes de ONGs negras e movimentos sociais.

Dessa forma, também como estratégia de enfrentamento ao concorrente eleitoral direto, o PT passou a considerar a temática racial dentro da sua

agenda política. Na perspectiva de SOUZA b (2013: 222), ao construir a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, no ano de 1988, o PT “procurava responder ao ativismo negro e obter uma estratégia mais eficaz para lidar com a sua imagem eleitoral”. O Programa Brasil sem Racismo (2002), na visão do autor, foi fruto desse cenário, assim como a aliança com inúmeros segmentos do movimento negro, a exemplo do CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras) e do MNU (Movimento Negro Unificado).

Ao ganhar a presidência da república, a expectativa dos militantes do movimento negro foi grande. Afinal, a campanha eleitoral para o Governo Lula tinha sido uma bandeira bastante mobilizada entre os ativistas dos movimentos negros. Entretanto, ao ganhar as eleições, a euforia deu espaço ao desassossego, já que, diferente do que tinha sido prometido, a instauração de um órgão dedicado à agenda racial não tinha sido contemplada durante o primeiro anúncio dos ministérios que iriam compor o Governo. Na fala da militante entrevistada por SOUZA b (2013), o sentimento de frustração foi geral:

Na época, era o Márcio das Chagas, que era o coordenador do setorial de combate ao racismo do PT nacional. Ganhamos a eleição, montou-se a transição. Matilde foi para o grupo de transição, sempre acompanhada por Flávio Jorge, Márcio Chagas e Nogueira. Quando o Lula anunciou, fez o primeiro anúncio do ministério tão esperado, que foi em dezembro, não anunciou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Aí, se fez de novo a correria, junto, aqui, das pessoas que estavam coordenando isso, as estruturas, José Dirceu, Palocci e outros. Como é que iam ficar? Foi bastante decepcionante, para nós, vermos o anúncio sem a Secretaria de Igualdade Racial. (Entrevista de Maraísa Almeida, 50 anos, 2012. In: SOUZA b, 2013: 223)

Contrariando a expectativa dos ativistas, o tão esperado órgão de promoção da igualdade racial não foi citado. Naquele momento, enquanto lideranças dos movimentos negros reivindicavam uma instituição específica para tratar das demandas raciais, alguns petistas defendiam a criação de um órgão genérico que pudesse contemplar tal temática, a exemplo da Secretaria de Direitos Humanos ou de Inclusão Social.

Diante disso, uma nova fase de mobilização negra tomou espaço no cenário pós-eleição. Uma das principais estratégias do Movimento foi comparar as ações desenvolvidas pelo Governo FHC com as então propostas pelo

Governo recém-empossado. O grupo de pressão formado por lideranças negras afirmava que o Governo “centro-direita” tinha gerado mais abertura à temática racial do que o Governo de “esquerda”, o qual, contraditoriamente, havia lançado sua candidatura sob a bandeira da pluralidade social.

Depois de alguns meses fazendo pressão e inúmeros contatos com o núcleo de poder da presidência, finalmente a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) foi criada. Lançado em 21 de março de 2003, o órgão foi uma resposta aos acordos estabelecidos a partir de eventos organizados pela ONU, a exemplo da Conferência de Durban, bem como às demandas internas do Movimento Negro. Além disso, foi uma forma de o Governo se resguardar das possíveis críticas advindas da comparação com o governo anterior.

De acordo com SOUZA b (2013), a Secretaria nasce sob o signo de uma contradição. Se, por um lado, recebia o *status* de ministério, por outro, não foi capitalizada para exercer o papel que lhe fora incumbido. Nas palavras do autor: “o órgão nasceu diretamente ligado ao gabinete da Presidência da República, com status de ministério, porém sem dotação orçamentária própria e com o papel de indutor de políticas de promoção da igualdade racial no país” (p. 224).

E essas incertezas acerca de sua existência e da estrutura e das condições de funcionamento tornaram-se um problema que revelou muito o *status* da política racial nos Governos Lula e Dilma. Isso porque, além das dificuldades de atuação, as perspectivas sobre a Seppir foram sempre incertas, repletas de insegurança e pontualidades.

1.4.2 A aproximação Governo/Movimento Negro no Brasil

Passado o momento mais tenso da incerteza, embora esta tenha permeado todos os anos dos Governos Lula e Dilma, o primeiro ano de existência da Seppir marcou a tentativa do Governo de tomar para si o papel

de “estreitador” dos canais de diálogo com os movimentos negros. Assim, fosse através da formação de conselhos, da realização de conferências ou da inclusão de grupos sociais não hegemônicos em instituições governamentais, os anos que compõem o Governo Lula apresentam uma retórica do “estreitamento” da relação entre sociedade civil e poder institucional, de forma que, nessa retórica, o militante passa a ter mais visibilidade e espaço enquanto gestor. O discurso a seguir ilustra um dos principais argumentos em que essa proposta está alicerçada:

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial será tanto mais exitosa quanto maiores forem os **canais de diálogo, colaboração, harmonização das ações e apoio da sociedade civil**. Com isto, pretende-se que as instituições da **sociedade civil** sejam mais do que simples interlocutores de demandas sociais, espera-se que assumam um **papel ativo, de protagonista na formulação, implementação e monitoramento da política**. (Brasil - PNPIR, 2003: 09)

A partir dos enunciados “canais de diálogo”, “harmonização das ações”, “apoio da sociedade civil” e “papel ativo”, podemos inferir o dimensionamento da forma como o Governo dizia querer “negociar” com a sociedade e da forma como dizia querer incorporá-la frente ao aparato institucional do Estado. Estruturando um discurso que envolvia a noção de “participação” da sociedade civil no ambiente da política institucional, o trecho retrata um dos pontos mais emblemáticos, no entanto, não tão debatido, do modelo de gestão adotado pelo Governo Lula: o modelo de “democracia participativa institucional”. Esta, entendida aqui como um modelo de participação em seu sentido mais pragmático, dispõe não apenas sobre o envolvimento da sociedade em fóruns e reuniões para decidir sobre orçamentos e prioridades das políticas públicas, mas antes pressupõe o envolvimento direto com as tomadas de decisões, “formulações, implementações e monitoramento da política” (PNPIR, 2003: 09) nos aparatos institucionais do Governo. Nesse caso, estamos falando do envolvimento de agentes *específicos* da sociedade civil dentro das esferas institucionais, como militantes de movimentos sociais, intelectuais, representantes de ONGs, sujeitos sociais com certa influência na sociedade, dentre outros tipos.

Dado o recorte específico em que o enunciado aparece disposto – numa Política de Promoção da Igualdade Racial –, nos limitaremos a afirmar que, no que tange aos discursos sobre igualdade étnico-racial do Governo Lula, existe uma retórica que pressupõe envolvimento entre sociedade civil (militância negra) e a gestão da política no âmbito institucional. Ou, ainda, praticando o exercício da “imaginação sociológica”¹⁵, podemos dizer que a disposição anuncia um discurso de Governo que aciona “as instituições da sociedade civil” para que elas “saíam”, restritamente, do campo da “simples interlocução de demandas sociais” para se tornarem mediadoras diretas da sociedade na formulação de ações *com* e *no* Estado. Em outras palavras, isso implica trazer as instituições sociais envolvidas com as questões de ordem racial para o âmbito das decisões e ações políticas governamentais.

Assim, com a criação da Seppir, atinge-se o ápice pragmático das retóricas participacionistas, sendo formado um quadro de dirigentes, militantes negros, convocados para assumir as secretarias e demais órgãos da política de igualdade racial. Apresentando traços comuns, como, por exemplo, serem negros e militantes da causa negra, tal quadro demarca o momento de consagração de alguns grupos específicos quanto ao poder institucional. No caso em questão, visualizamos a emergência de lideranças negras do espaço público para o espaço político institucional. É o que fica evidenciado se observarmos o Quadro II:

¹⁵ Na perspectiva apresentada por C. Wright MILLS, em “A imaginação sociológica” (1982).

QUADRO II: MILITANTES NEGROS OCUPANTES DA PRESIDÊNCIA DA SEPPIR NOS GOVERNOS LULA E DILMA (2003-atual)

Órgão	Profissional	Perfil
SEPPIR/Presidência	Matilde Ribeiro (Ministra entre 2003-2008)	Negra; Militante do movimento negro e do feminismo; Vem de “família de baixa renda”.
SEPPIR/Presidência	Martvs das Chagas (ex-ministro interino durante o mês de fevereiro de 2008)	Negro; Nascido em Minas Gerais; Militante do PT e do movimento negro.
SEPPIR/Presidência	Edson Santos (Ministro entre 2008-2010)	Negro; Nascido na “Cidade de Deus” (Rio de Janeiro); Foi diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE), presidente do conselho de moradores da comunidade onde residiu.
SEPPIR/Presidência	Eloi Ferreira de Araújo (2010)	Negro; Nascido no Rio de Janeiro; Fundador do PT em Petrópolis e militante do movimento negro.
SEPPIR/Presidência	Luiza Helena Bairos (2008-2014)	Negra; Nascida em Porto Alegre; Socióloga; Militante do Movimento Negro Unificado.
SEPPIR/Presidência	Nilma Lino Gomes (2015-atual)	Negra; Nascida em Belo Horizonte; Pedagoga; Militante do movimento negro.

Fonte: Informações dispostas no site: <http://www.portaldainigualdade.gov.br/>.

Além de reforçar a crença na aproximação Estado/Sociedade civil ou Governo/movimentos negros, o quadro de gestores da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) revela o ideal institucional acerca de como deve ser o representante da causa negra. Ainda que, num primeiro momento, pareça “natural” o fato de as demandas raciais serem conduzidas pelo segmento social negro, sociologicamente falando, este quadro revela ideologias e percepções que vão além da aparente unidade cor/raça. Afinal, como o poder institucional tipifica a população negra a ponto de definir que a questão racial deve ser representada exclusivamente por ela?

A priori, podemos dizer que esse mecanismo de eleição de “pares” para representar “pares” é um mecanismo evidente, utilizado pelos mais diversos tipos de movimentos sociais. Afinal, a ideia de que representantes do grupo podem melhor representar “os seus” em nível institucional não nasceu como

estratégia dos movimentos negros. Trata-se de um mecanismo usado por movimentos como o LGBT, o movimento feminista, o dos assentados da reforma agrária e outros. Todavia, ainda que a estratégia não seja comum a outros movimentos sociais, existe por trás disso uma série de argumentos tipificando os personagens que ora foram definidos como representantes “ideais”. Não é simplesmente pelo fato de a mulher ser do sexo feminino que ela tem uma predisposição natural para ser representante das demandas feministas. É preciso mais: é preciso que haja uma idealização acerca de como aquela causa deve ser gerida e do quão é necessário que as características do dirigente seja personalizada, de forma que somente com aquela figura seja possível alcançar os objetivos esperados.

Tratando especificamente do nosso objeto de estudo, podemos dizer que a histórica diferenciação entre brancos e negros no Brasil, bem como o desencadeamento de uma identidade calcada na oposição entre eles, fortaleceu a ideia de que um branco não poderia ser o representante de um negro. E tal fato pôs em questão fenômenos como: a população branca teria comportamentos e atitudes racistas; o militante negro, enquanto gestor de um órgão de promoção da igualdade racial, seria capaz de falar em nome de interesses racialmente guiados; existiria um sentimento de pertença por parte do militante negro que o faria sensível aos diversos problemas enfrentados pela população negra brasileira, de forma que isso não só os aproximaria como também os tornaria semelhantes.

Assim, o perfil ora traçado nos sugere mais que uma estratégia política. Ele nos fala de percepções sobre a ideia de “militante negro”; fala da relação entre branco e negro no Brasil, ou melhor, da forma como essa relação é vista; e ainda nos fala da formação de narrativas que concernem à necessidade de afirmação política do negro.

Nesse sentido, rompendo com a ideia de que “não somos racistas” (KAMEL, 2003) ou de que a questão racial não seria necessariamente um problema, mas sim a questão socioeconômica, a eleição de um perfil gestor negro nos convida a pensar a sutileza do racismo brasileiro. Por exemplo, não

é por ser branco que um militante não negro deixaria de representar, de forma legítima, uma demanda racial. Nas palavras dos militantes, existe, por trás dessa negativa, um processo histórico calcado na construção de relações racistas, segundo as quais branco e negro foram tidos como seres hierarquicamente diferentes. E, dado que tal hierarquia não teria sido de fato rompida, mas ao contrário, teria se tornado aparentemente amena, não seria possível pensar que uma política racial poderia ser conduzida por quem quer que não fosse o “oprimido”.

Por outro lado, na medida em que as esferas governamentais adotam também essa postura, temos a oficialização da percepção de que o Brasil é um País racista. Resguardados fatores como acordos e pressão política, o fato é que, quando um governo aceita que militantes negros devem ser os representantes das demandas raciais, também está aceitando a máxima segundo a qual um “não negro” não contemplaria a representação por demandas raciais. Nesse caso, além de aceitar o fator racismo como existente, imprimem-se ainda fatores como afirmar politicamente o que fora negado historicamente; garantir que a política racial seja elaborada com base nas convicções da população beneficiada, fato este que exalta o critério “identidade racial” como mecanismo de aglutinação da população negra; e condicionar a percepção de que um governo democrático e plural é aquele que garante a possibilidade de superação do racismo.

Assim, afirmamos que, ao serem eleitos “porta-vozes” das demandas raciais em nível governamental, os militantes negros passam a ser idealizados como sujeitos políticos daquilo que se pretende ser uma nova era. Uma era de superação do racismo, de afirmação do pluralismo e de empoderamento de grupos socialmente excluídos. Nesse sentido, reafirmamos que, frente à ascensão do militante negro ao poder, existem ao mesmo tempo a idealização desses sujeitos e a idealização dos mesmos frente a um projeto societal.

O perfil ora descrito torna-se mais complexo se compreendermos que a consolidação do discurso de participação em práticas de gestão democrática foi referência para inúmeras reformas da administração estatal, sendo tomado

de forma enfática como a “chave” para a consolidação do ideal democrático. No transcorrer do início deste século, diversos Estados da federação brasileira adotaram o modelo nacional e criaram secretarias, conselhos e/ou coordenadorias de promoção da igualdade racial cujas gestões foram feitas por militantes negros.

O quadro III ilustra a emergência de instituições de promoção da igualdade racial nas regiões brasileiras, no período de 2013-2015:

QUADRO III: INSTITUIÇÕES DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NAS REGIÕES BRASILEIRAS (2013-2015)

Região	Estados	Total de Instituições
Norte	Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins	17
Nordeste	Sergipe, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte	86
Sul	Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	15
Sudeste	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo	64
Centroeste	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul	13

Disponível em: i3gov.planejamento.gov.br/doc

Os dados apresentados no quadro III evidenciam um total de 197 instituições de promoção da igualdade racial criadas no Brasil durante o período que corresponde aos governos Lula e Dilma. Esse total envolve todo o espaço geográfico das regiões brasileiras, de maneira que em nenhuma delas encontramos a ausência de instituição de igualdade racial.

O quadro nos mostra ainda que as duas regiões em que existe maior concentração de órgãos de promoção da igualdade racial são as regiões nordeste e sudeste, as quais, juntas, concentram mais de 75% das instituições. Além da predominância de governos ligados ou coligados ao PT nestas regiões, acreditamos que outro fator explicativo desse contexto diz respeito à herança histórica escravista.

De acordo com PRANDI (2000: 55),

até metade do século XVIII, grande parte da população negra importada destina-se aos engenhos de açúcar de Pernambuco e da Bahia, mas, com a descoberta do ouro em Minas, no século XVIII, há

um deslocamento do tráfico para as Minas Gerais, correspondendo ao chamado Ciclo do Ouro.

O Relatório Brasil 500 Anos, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2000, registra que, entre 1864 e 1887, o Nordeste e o Sudeste foram as regiões com maior número de escravos, somando, juntos, mais de 90% da quantidade total no País. Dessa região, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram, incomparavelmente, os Estados que mais receberam escravos.

A partir do explanado, podemos dizer que existe uma forte relação entre o passado histórico, que remete à concentração da população escrava negra, e a formação de instituições de promoção da igualdade racial. Todavia, por si só, essa relação não é determinante para o desenvolvimento de órgãos como os citados. Observemos o caso de Alagoas, que, embora tenha sido um Estado com forte presença da população de origem africana, destacando-se, inclusive por ter tido em seu território o quilombo mais famoso do Brasil (Quilombo dos Palmares), atualmente não existe lá nenhum órgão de promoção da igualdade racial. Esse fato revela que, além da presença de um passado histórico ligado à escravidão, a forma como a questão racial é vista, debatida e reivindicada faz a grande diferença para o processo de institucionalização da causa. Com isso, queremos dizer que a referência ao passado escravista só vira documento da própria identidade, e, a partir daí, da luta por reconhecimento político e social, se houver, por parte do atores envolvidos, o interesse em fazê-la. No caso específico de Alagoas, a ausência de instituições de promoção da igualdade racial, a despeito da forte herança negra, remete à formação político-militante recente e pouco direcionada para a luta por espaços institucionais.

O trabalho de Zezito de ARAÚJO (2011) é ilustrativo, ao mostrar que não existia movimento negro em Alagoas como existia no Brasil, e, quando passa a existir, responde a uma demanda nacional e não local. Para o autor, tal fato foi um determinante impeditivo para o desenvolvimento de um movimento forte e com características próprias, reverberando em uma força política de pouca influência. ARAÚJO (2011: 113) considera que, atualmente, o movimento negro em Alagoas “usa da matriz africana para dizer que é

Movimento Negro, mas não tem uma prática política de Movimento Negro”. E conclui: “eles não discutem dentro do seu momento, da produção cultural, a situação do meio alagoano, a situação do negro no Brasil” (Idem).

Resguardados os casos particulares, a exemplo de Alagoas, o que podemos depreender desse cenário foi, outrora, a incontestável emergência da institucionalização da questão racial no Brasil, fosse criando órgãos de promoção da igualdade racial, fosse criando quadro de dirigentes específicos para tratar da questão, o fato é que boa parte dos Estados Brasileiros têm conduzido, de lá pra cá, suas políticas de forma a contemplarem a questão étnico-racial, fornecendo a esta temática um novo trato em nível institucional.

1.5 A participação institucional do militante negro em Sergipe

O marco histórico que sublinha a criação do movimento negro em Sergipe revela um contraponto bastante intrigante sobre suas pretensões nos anos 1960 e as defendidas hoje, no século XXI. Isso porque, enquanto a primeira liderança negra a se firmar como militante racial defendia (e continua defendendo) o distanciamento dos partidos políticos e dos governos, nos últimos dez anos, a luta de parte dos militantes tem sido justamente pela maior aproximação com essas esferas. De acordo com DANTAS (2003), quando, em 1968, foi criada a primeira organização negra com o objetivo de enfrentamento da questão racial, o chamado Grupo Regional de Folclore e Arte Cênica Amadorista Castro Alves (GRFACACA), o seu então idealizador e dirigente, Severo D’Acelino, firmava a sua luta na busca de autonomia plena, o que pressupunha não partidarização ou aliança política dos militantes. Dessa forma, as principais atividades desenvolvidas pelo Grupo eram ligadas à exibição de peças de teatro, apresentação de danças folclóricas e palestras em escolas.

Todavia, apesar de levantar a bandeira da autonomia, o GRFACACA sobreviveu muitas vezes do financiamento de órgãos estatais. Como tratavam-

se de Governos ligados à Ditadura Militar, o fato de o Grupo carregar em sua nomenclatura termos como folclore e atividades ligadas à valorização da cultura, isso facilitou a parcial aceitação de um Estado que proclamava os ideais de nacionalismo e democracia racial. Assim, conforme SOUZA (2013), além da contribuição dos seus participantes, o Grupo contava com o apoio de órgãos públicos como Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

A partir dos anos 1980, com o fim do regime militar, a atuação do GRFACACA, transformado em CCAS (Casa da Cultura Afrosergipana), passou a ser mais abertamente de denúncia ao racismo no Estado. Desse modo, elaborando projetos como “João Mulungu: o herói negro sergipano” e “João Mulungu vai às escolas”, a entidade passa a estabelecer parcerias com prefeituras do Estado, além de firmar convênio com os Governos Albano Franco e João Alves Filho. Cronologicamente, SOUZA (2013) situa algumas das principais ações e alguns de seus parceiros: entre 1988-1990, o Prefeito Antônio Carlos Leite Franco (PMDB), da cidade de Laranjeiras, financia o Projeto “João Mulungu: o herói negro sergipano”; em 1992, o prefeito de Aracaju, Wellington da Mota Paixão, aprova a Lei 1858, de 14/07/1992, a qual dispunha sobre o “Dia Municipal da Consciência Negra e reconhecimento de João Mulungu como herói do Município”; em 1991 e 1999, os Governos João Alves Filho (1991-1995) e Albano Franco (1995-2003), respectivamente, financiaram o Projeto “João Mulungu vai às escolas”.

Observamos, dessa forma, que, por mais resistente que fossem os discursos do fundador da CCAS, a total autonomia era praticamente impossível. Tanto foi assim que, ao longo dos anos 1990, por manter uma postura mais radical em relação a possíveis articulações políticas, Severo D’Acelino rompe com todas as organizações do movimento negro, passando a desenvolver sua luta de forma quase unitária. A sua filiação a alguns partidos de direita, a exemplo do PFL, chamou atenção.

Em 1986, alguns líderes que saíram da CCAS fundaram a UNA (União de Negros de Aracaju) e alguns professores vinculados ao NEAB – Núcleo de

Estudos Afro-Brasileiros da UFS. Segundo SOUZA (2013: 93), “os líderes da UNA tiveram papel importante na articulação dos interesses do MNU, num primeiro momento, da CONEN, na década de 1990, e do movimento negro em Sergipe, exercendo papel importante nas mudanças de estratégia”. Com isso, nesse período, um dos grandes focos de atuação dos movimentos negros foi na realização ou participação de eventos, intensificando o debate sobre raça e racismo, bem como estabelecendo articulações com diversos grupos. Da organização dessa entidade resultaram eventos como: o I Encontro de Negros de Sergipe (1987), o I Encontro de Entidades Negras de Sergipe (1989) e o I Seminário Estratégico da UNA (1993).

Ao longo dos anos 1990, surgiram militantes com um olhar cada vez mais voltado para a profissionalização e capacitação da população negra. A transformação da UNA em ONG (SACI) foi um marco bastante representativo dessa fase. Isso porque o novo caráter jurídico da entidade permitiu um maior estreitamento desta com organizações internacionais, de forma que a captação de recursos passa a ser indiscutivelmente maior. Assim, agências como EZE (Alemanha), ICCO (Holanda), OXFAM (Inglaterra), Fundação FORD (Estados Unidos), D&P (Canadá) são algumas das que financiam o desenvolvimento de projetos da SACI.

Destarte, como na época os recursos eram fartos, parte destes foram investidos na formação de militantes. O objetivo era torná-los mais profissionalizados e capacitados para estabelecer contato com outras entidades e ainda criar outras. São frutos desse contexto a OMIN (Organização de Mulheres Negras Maria do Egito) e o Grupo Abaô (Associação Abaô de Arte, Educação e Cultura Negra).

Nessa década, outra característica importante que marcou a atuação dos movimentos negros em Sergipe foi a articulação de suas lideranças com partidos de esquerda, a exemplo do PC do B e do PT. Fator que influenciou fortemente esse contato foi a criação do FENS (Fórum Estadual de Entidades Negras de Sergipe), em 1991, e do CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras), no mesmo ano. A criação do primeiro “foi motivada pelos

laços informais de lideranças negras sergipanas com militantes de outros estados” (SOUZA, 2013: 99) e a do segundo por conta de desentendimentos de membro do MNU durante o I Encontro Nacional de Entidades Negras, realizado em São Paulo, em 1991. Dentre outras coisas, o FENS e o CONEN atuavam dando apoio a candidatos ou programas de governos que se aproximavam das metas defendidas pelo movimento.

O ápice de atuação político partidária dessas entidades veio em 2002, durante a campanha eleitoral do governo Lula. Junto com o MNU, o UNEGRO e outras entidades, o Conen (com representantes de Sergipe) apoia a candidatura do candidato pelo PT e, com isso, negocia a criação da Seppir e o quadro de dirigentes. Do Estado de Sergipe, o Conen consegue levar Carlos Trindade, fundador da Saci, para a pasta de políticas para comunidades quilombolas, em Brasília.

A citação a seguir é bastante representativa ao demonstrar as transformações que os movimentos negros em Sergipe passaram desde as suas primeiras mobilizações até os dias atuais:

A aproximação com partidos políticos e o envolvimento em campanhas de candidatos ligados a partidos de esquerda também faziam parte das estratégias do FENS. Como já foi dito, a SACI foi responsável pelas estratégias daquele fórum. Sendo assim, sua posição política influenciou muitos militantes filiados ao fórum e participantes da própria ONG. Seus líderes já eram filiados e militavam no PT desde os anos 1980. Segundo um dos ex-coordenadores da SACI, os líderes da ONG acreditavam que os partidos de direita não “tinham em suas agendas políticas a temática racial” (Entrevista 13). Os partidos de esquerda, ao contrário, eram vistos como aliados. Com isso, nas eleições para prefeito e vereador de 2000, os militantes negros apoiaram candidatos do PC do B e do PT. Já nas eleições de 2002, militantes negros aproveitavam a abertura política que se apresentava com a vitória de partidos aliados, o PT e o PC do B, para lançar seus próprios candidatos... Por outro lado, o envolvimento de lideranças da Saci nas eleições e na campanha para a filiação de seus membros no PT provocou a desorganização do fórum e da SACI. Após as campanhas, não houve mais reuniões no fórum (DANTAS, 2003). Em relação à SACI, alguns militantes informaram que a principal causa da desativação da ONG foi o intenso envolvimento de algumas lideranças nas eleições e a exigência de que os demais membros da SACI se filiassem ao PT. (SOUZA, 2013: 100)

De defensor da autonomia política partidária, representado pelo militante negro Severo D'Acelino, na década de 1960, setores do movimento negro revelam-se, no ano 2000, como um articulador de candidaturas. A partir desse momento, redefiniu a sua luta, envolvendo-se em campanhas locais, como eleição para vereadores, prefeitos e deputados, até campanhas nacionais, como nas eleições para a presidência da República. Em Sergipe, como em outros estados brasileiros, a estratégia de luta passou a ser “garantir um espaço nas esferas de poder”, e, para isso, era preciso articular-se política e partidariamente.

Uma das entidades que bem sintetiza essa fase de articulação dos movimentos negros com a política partidária foi o Setorial de Negros do PT. Existindo em nível nacional e em nível local, como em Sergipe, por exemplo, este setor era formado basicamente por militantes negros que se filiaram ao PT. Portanto, a militância em um tipo de movimento era praticamente a militância no outro. E foi justamente desse setorial que saíram as primeiras lideranças negras ocupantes de instituições de promoção da igualdade racial.

Essa nova forma de mobilização dos movimento negros, porém, trouxe algumas consequências não tão desejadas. Como indica a citação de SOUZA (2013), algumas ONGs, a exemplo da Saci, deixaram de existir; e parte dos militantes passou a atuar nas esferas de governo. O resultado foi uma certa desmobilização do movimento enquanto força de oposição, chegando, em 2015, a uma desmobilização e insatisfação generalizada. Mas essas questões serão debatidas mais a fundo no capítulo V.

No tópico seguinte, destrinchamos com mais detalhe o processo de institucionalização dos movimentos negros em Sergipe ao longo da última década.

1.5.1 A ascensão dos militantes negros nos espaços institucionais em Sergipe

Um dos fatores determinantes que influenciou o processo de institucionalização da questão racial em Sergipe e a consequente emergência de lideranças do movimento negro neste espaço foi a criação de órgãos governamentais para tratar especificamente da política racial. Na tentativa de dar resposta a uma demanda que até então era invisibilizada por parte do poder público, algumas prefeituras e governos estaduais passaram a investir na política de “promover a igualdade racial”. Com isso, além de adotarem um discurso de promotores da justiça entre raças, passaram a criar espaços institucionais cuja agenda estava diretamente vinculada a esse propósito.

A partir de então, no Estado de Sergipe, houve a formação de um quadro institucional criado com o objetivo de elevar as demandas raciais “do espaço da rua” para o “espaço de governo”. A estruturação de secretarias, coordenadorias e assessorias foi, assim, uma das ações que deu novos contornos ao militância negro no Estado, funcionando como um divisor entre a militância civil (reservada à esfera pública) e a militância política (feita nos espaços institucionais).

A fim de ilustrar de forma detalhada o cenário descrito, elaboramos o quadro IV, o qual mostra que, entre 2003 e 2015, 11 instituições foram criadas no Estado de Sergipe com o objetivo de promover políticas de cunho racial.

QUADRO IV: INSTITUIÇÕES DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO ESTADO DE SERGIPE (2003-2015)

Órgão	Ano	Vinculação
Assessoria de Promoção da Igualdade Racial (ASPIR)	2003	Prefeitura Municipal de Aracaju/Governo do PT/Marcelo Déda
Coordenação de Promoção da Igualdade Racial de Sergipe (COPPIR) – vinculada à Secretaria Estadual do Trabalho	2007	Governo do Estado
Fundação Municipal de Cultura e Turismo de Aracaju	2007	Prefeitura de Aracaju
Fórum permanente de diversidade étnico-racial	2007	Prefeitura de Aracaju
Coordenadoria Municipal de Igualdade Racial (COPIR)	2011	Prefeitura Municipal de Aracaju/Governo do PC do B/Edvaldo Nogueira
Secretaria Municipal de Inclusão Racial de Laranjeiras ¹⁶	2011	Prefeitura de Laranjeiras
Secretaria Municipal de Inclusão Racial	2012	Prefeitura de São Cristóvão
Coepir – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial	2013	Governo do Estado
Coordenação de Políticas Raciais	2014	Barra dos Coqueiros
Coordenadoria Executiva de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	2014	Nossa Senhora do Socorro
Coordenação Municipal de Promoção de Igualdade Racial e Comunidades Tradicionais	2014	Estância

Fonte: (CEAFRO, 2009) e entrevistas realizadas entre 2011-2013.

O cenário contemporâneo destacado conforma o conjunto de ações que vêm ocorrendo desde o ano de 2003, quando começou a ser estruturado no Estado um conjunto de medidas que deflagrou a aproximação entre governos e lideranças negras. A criação de tais mecanismos para tratar da questão racial demarca o momento em que, no Estado de Sergipe, a população negra passou a ser incorporada às esferas de governo, de forma semelhante ao processo que vinha ocorrendo no âmbito federal.

Iniciado a partir de 2003, por meio da criação da ASPIR – Assessoria de Promoção da Igualdade Racial – durante o Governo Municipal de Marcelo Déda (PT), tal organização configurou-se como uma primeira tentativa do Prefeito em estreitar o seu diálogo com a questão racial em nível governamental. Conforme mostra o estudo de SOUZA (2011), essa Assessoria foi fruto da articulação de militantes negros engajados no Partido dos Trabalhadores que solicitaram ao governo a criação de uma secretaria de combate ao racismo. Como resultado das inúmeras negociações, a Assessoria

¹⁶ <http://www.laranjeiras.se.gov.br/sec-inc-racial.asp>.

foi estruturada e uma liderança do PT envolvida com a causa negra foi escolhida para articulá-la.

Em 2007, ainda sob o Governo Municipal de Aracaju, foram criados a Fundação Municipal de Cultura e Turismo (Funcaju) e o Fórum Permanente de Diversidade Étnico-racial. A primeira, embora não se dedicasse especificamente ao trato da questão racial, tinha como dirigente o fundador da Unegro de Sergipe, o qual desenvolveu uma série de ações voltadas para a questão racial. A segunda instituição, o Fórum Permanente de Diversidade Étnico-racial, foi criada especificamente para assessorar as políticas raciais no Estado e teve como dirigente uma liderança do movimento afro-religioso. Ambas as instituições, por sua vez, foram de suma importância para o desenvolvimento de um debate mais efervescente sobre o tema racial no Município, gerando, além de um debate transversal, ações mais concretas.

Anos depois, em 2011, a Prefeitura de Aracaju modifica sua estratégia de ação a despeito do trato da questão racial. Em lugar do Fórum e da Fundação, cria-se uma Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial. (Coppir). Fruto das reivindicações políticas de alguns deputados e vereadores ligados ao PT e aos movimentos negros, à Coppir Municipal foi delegada, conforme Lei Complementar nº 03/2011, a função de construir e implementar políticas, projetos e programas voltados à população negra em Aracaju. Com isso, além de criar o cargo de coordenador de políticas raciais, ficou instituída, ainda que minimamente, uma estrutura físico-administrativa para o trato da questão racial.

No mesmo ano em que foi criada a Coordenadoria Municipal de Aracaju, a Prefeitura de Laranjeiras cria também a Secretaria de Inclusão Racial. Dirigida por uma descendente da comunidade quilombola, Mussuca, a instituição buscou não somente dar legitimidade ao debate que estava em voga no momento, como também “fazer jus à história da cidade” (Entrevistada 6). Afinal, conforme descrito em entrevista, “Laranjeiras é uma cidade de negros, formada por descendentes de escravos, então estranho seria não ter parte na estrutura” (Entrevistada 6).

No ano seguinte, em 2012, foi criada a Secretaria de Inclusão Racial de São Cristóvão. Ligada à Secretaria de Cultura, buscava dar respostas ao “passado histórico da cidade”, reconhecendo sua diversidade étnico-cultural e dando maior visibilidade a ela. Como instituição de uma cidade histórica (a quarta mais antiga do Brasil), o objetivo da Secretaria transcendia a busca por inclusão racial, centrando na valorização e preservação do patrimônio material e imaterial.

Em 2013, o Estado de Sergipe tem sua primeira Coordenadoria Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Criada pela Lei nº 6.130/2007 e vinculada, inicialmente, à Secretaria do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Racial, e, depois, à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SEDHUC), a Coppir Estadual foi uma forma de dar continuidade ao projeto iniciado no Governo Marcelo Déda, quando este ainda era prefeito de Aracaju. A criação dessa entidade na esfera Estadual, além de seguir a política do então Prefeito que almejava ser Governador do Estado, significava dar um caráter mais abrangente à luta pela questão racial. Afinal, esta deixaria de ser uma política de prefeitura para se tornar uma política de todo o Estado de Sergipe.

Por fim, em 2014, foram criadas mais três instituições de promoção da igualdade racial, quais sejam: a Coordenação de Políticas Raciais da Barra dos Coqueiros; a Coordenação Municipal de Promoção de Igualdade Racial e Comunidades Tradicionais de Estância; e a Coordenadoria Executiva de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Todas elas iniciam, em termos institucionais, o debate sobre a questão racial a nível de outros Municípios.

1.5.2 A articulação política entre lideranças negras e o Governo de Esquerda

Com a formação de quadros institucionais destinados a tratar da questão racial em Sergipe, houve a emergência de lideranças negras ocupando cargos administrativos nesses espaços. O Quadro V resume esse cenário:

QUADRO V: LIDERANÇAS NEGRAS NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS EM SERGIPE (2003-2014)

Profissional	Perfil
Djenal Nobre	Negro; Assessor da ASPIR; Foi um dos fundadores da UNA e do PT em Sergipe; Desde os anos 1990, militava pela causa negra no Estado.
José Pedro dos Santos Neto (2004-2005) (2007-2010)	Negro; Ex-dirigente da SACI – Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania; Ex-coordenador da Copir Estadual e atual membro do Copir (Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial).
Irivan de Assis (2007-2013)	Negro; Militante do movimento negro e da capoeira; Ex-membro da Copir Estadual e atual membro do Conselho Estadual de Igualdade Racial.
Florival Souza Filho (2011-2012)	Negro; Militante do movimento negro; Ex-coordenador da Copir Municipal de Aracaju.
Andrey Roosevelt Chagas Lemos (2007-2012)	Negro; Fundador do Movimento Negro Unificado em Sergipe; Ocupou cargo na Funcaju.
Givalda Maria Santos (2011-2013)	Negra; Líder comunitária do Quilombo Mussuca; Presidente do PT em Laranjeiras; Ex-secretária de cultura; Ativista do MNU; Ex-secretária da Secretaria de Inclusão Racial de Laranjeiras.
Sônia Oliveira (2007)	Oriunda do movimento negro; Trabalhou na Secretaria de Inclusão e Assistência Social, sendo responsável pela política para os Terreiros; Coordenadora do Omoláiyé.
Aline Regina Conceição (2014-2015)	Negra; Militante do movimento negro em Aracaju; Secretaria de Inclusão Racial da Barra dos Coqueiros.
Cláudio D'eca (2011-2013)	Negro; Filiado ao PT; Gestor da Copir Estadual.
Paulo Neto (2012-2013)	Negro; Militante do movimento negro em Sergipe; Filiado ao PT; Coordenador da Copir Estadual.
José Carlos dos Santos – Sobó (2013-2015)	Pescador; Residente da Comunidade Quilombola Mussuca; Secretário da Secretaria de Inclusão Racial de Laranjeiras.
Wellington Fontes Nascimento (2014-2015)	Negro; Atuante na causa quilombola; Coordenador Municipal de Promoção de Igualdade Racial e Comunidades Tradicionais de Estância.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Do quadro acima, podemos depreender uma série de questões relevantes para a compreensão do atual cenário da política e da militância

racial em Sergipe. Dentre as que nos chamam atenção de imediato, destacamos a proximidade que passa a existir entre lideranças do movimento negro e as esferas de governo. Essa aproximação nos indica que: (primeiro) é preciso olhar os movimentos negros como organizações que não atuam necessariamente como opositoras ao institucional, mas que se abriram a negociações; (segundo) os movimentos negros, através de algumas lideranças que migraram para as esferas institucionais, deixaram de requisitar apenas o reconhecimento sociopolítico simbólico e passaram a demandar a participação nas esferas de governo; (terceiro) a relação dos militantes com as esferas institucionais de governo perpassa a articulação da causa negra com a política partidária, sendo ativados mecanismos como trajetórias de vida, pertencimento de cor/raça e vinculação com a política partidária.

A aproximação de militantes negros com a política institucional fica evidente quando observamos que, sem exceção, todos os que compõem o quadro de dirigentes advêm de uma trajetória de militância da causa negra. Observamos que o caso apresentado não trata de uma descrição clássica na qual movimentos sociais apresentam-se do lado diretamente oposto ao do Estado. Nesse caso, militantes da causa negra aparecem emersos nas estruturas de governo, desempenhando o duplo-papel de representante do movimento e representante do governo.

Se comparado aos cenários históricos anteriores, podemos afirmar que a aproximação entre governo e militantes negros em esferas institucionais não é um fato comum. Primeiro, porque quase não havia instituições governamentais feitas especificamente para tratar da questão racial; segundo, porque, durante décadas, os movimentos negros em Sergipe, igualmente a outros no Brasil, afirmavam-se enquanto movimentos de oposição ao Estado. Nessas primeiras décadas do século XXI, observamos que o perfil dos dirigentes da questão racial apresenta-se mais como passível de negociação e articulação do que como um opositor/divergente.

Em outros momentos deste estudo, mostraremos, com mais aprofundamento, que “estar no poder” é uma das principais frentes de luta do

movimento negro em Sergipe na atualidade. Dentre os principais argumentos em favor dessa exigência, destacam-se: o fato de os militantes acreditarem na existência do “racismo institucional”; e porque acreditam que ninguém é mais preparado para formular políticas públicas para negros do que alguém que viveu/vive a “mesma realidade”. Por outro lado, as lideranças governamentais reafirmam em seus discursos a necessidade de tornar suas administrações mais abertas às demandas específicas, assumindo, assim, um compromisso com a política nacional e dando aos seus mandatos um caráter mais condizente com a pluralidade de questões sociais.

Com base nisto, a terceira característica que tangencia a participação do militante negro nas esferas institucionais de governo torna-se mais evidente: a necessidade de afirmar a representatividade dos que atuam em nome da questão racial. Em outras palavras, paralelo à emergência de lideranças negras nos espaços institucionais, desenvolveram argumentos de que não é qualquer representante que pode estar no poder. Os que lá devem estar precisam ter atributos específicos, como ser negro, ter uma trajetória de vida ligada ao militantismo racial, engajar-se nos espaços da política. Somente com um currículo com atributos como estes é possível legitimar a presença desses atores sociais específicos atuando nessa causa específica.

Conforme SOUZA (2011), a origem social modesta ou oriunda da classe média-baixa, com características fenotípicas e autodeclaratória de negro ou pardo e vinculação a algum partido de esquerda é o perfil que representa os militantes em questão. Tais características, ressaltadas como atributos para o engajamento e a militância política na causa negra, serviram para fortalecer o argumento de que aqueles eram representantes legítimos da questão racial. Não obstante isso, todos esses fatores, articulados com uma trajetória militante, acabaram por gerar redes formais e informais de suma importância para a formação de uma carreira na política institucional.

Com base no perfil descrito, que apresenta não só a institucionalização da questão racial, mas também da militância negra, podemos afirmar que temos aqui o cenário político que deu origem aos nossos questionamentos de

pesquisa. Afinal, num percurso de pouco mais de dez anos, ocorreu a formação de um cenário inusitado, que, além de dar um novo *status* à questão racial, remodelou a estratégia e a própria identidade da militância negra em Sergipe.

CAPÍTULO II – “NEGRO REPRESENTA NEGRO”

A inserção de grupos sociais não hegemônicos em processos políticos decisórios passou a ser um mecanismo muito discutido pelos regimes democráticos contemporâneos. Apresentado como forma de inclusão de segmentos estruturalmente desfavorecidos, tal estratégia põe em evidência o pressuposto segundo o qual a justiça, nos regimes democráticos, implica o reconhecimento das diferenças; a participação ativa de segmentos sociais marginalizados em espaços de decisão; e a implementação de políticas públicas que efetivem a distribuição econômica e o reconhecimento social.

Ao longo do século XXI, a inclusão desses grupos nos espaços institucionais passou a ser recomendada por organismos multilaterais e por representantes governamentais, além de ser uma demanda recorrente pelos segmentos da sociedade civil (SACCHET, 2012). Países como Brasil e Estados Unidos, por exemplo, passaram a fazer uso desse mecanismo de forma intensa, acionando discussões que envolvem, dentre outras coisas, a representação de minorias raciais e de gênero. Para além disso, argumenta-se que o espaço da política é desproporcionalmente assumido por homens, integrantes de etnias dominantes e com renda e escolaridade superiores à média, causando, assim, a sobreposição dos interesses de alguns grupos em detrimento de outros.

Conforme evidenciam os estudos de Chantal MOUFFE (2003) e Iris Marion YOUNG (2006), ativando um debate que questiona a noção clássica de democracia e sua ideia de “vontade geral”, tal cenário nos convida a refletir acerca do regime democrático na sua intrínseca relação com os temas “identidade”, “grupos sociais” e ascensão de grupos sociais diferenciados aos espaços de poder. Com isso, ao mesmo tempo em que questiona alguns paradigmas da modernidade, a exemplo da crença de que vontades universais são suficientes, evidenciam os novos anseios de uma sociedade cada vez mais referenciada pelo ideal de pluralidade, de multiculturalismo (TAYLOR, 1998).

Julgando como deficitária a suposta igualdade política pretendida pelos liberais, o debate sobre representação de grupos passou a abranger argumentos em prol da eleição/do convite especial dos segmentos ora tidos como marginalizados. A ideia era que, ao ter acesso aos espaços de poder, os grupos outrora excluídos poderiam não só garantir a representação dos seus pares, como também promover a consolidação dos conteúdos demandados. Assim, a presença de negros, por exemplo, nos espaços institucionais de poder seria não apenas uma forma de garantir a visibilidade das demandas raciais, mas também uma forma de assegurar que sujeitos “conhecedores de uma realidade específica” representassem os que vivem ou viveram sob a mesma condição.

De acordo com Tereza SACCHET (2012), a implementação de medidas que favorecem a participação de membros de diferentes grupos em processos democráticos foi proposta como forma de aumentar a confiança dos cidadãos nas instituições públicas, favorecendo a participação, o engajamento e a própria crença na representação. Segundo a autora, a ideia era que sujeitos sociais discriminados seriam melhores articuladores e defensores dos interesses do seu grupo, de forma que características étnicas, religiosas, nacionalistas, de gênero seriam acionadas como parâmetros de escolha.

Levantando uma argumentação semelhante à de SACCHET (2012), Jane MANSBRIDGE¹⁷ já havia formulado, nos anos 1990, uma teoria da representação descritiva. Nesta, a autora apresenta quatro contextos, nos quais a representação de grupos era inteiramente necessária: (1) em momentos de crise da confiança entre eleitos e eleitores de um grupo sub-representado; (2) diante da crise de políticas tradicionais e da imprecisão dos interesses; (3) para afirmar valores socioculturais; e (4) em contextos de exclusão de determinados grupos.

¹⁷ A qual, já em 1999, desenvolve um estudo cujo tema é: “Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent ‘yes’”. Neste, a autora faz uma profunda análise sobre os possíveis contextos em que segmentos sociais específicos são requisitados para representarem as demandas das quais fazem parte.

À luz do que foi explanado, podemos dizer que, atualmente, a questão racial em Sergipe insere-se num quadro de referências que demarca fortes traços dos argumentos ora apresentados por MANSBRIDGE (1998) e SACCHET (2012). Tais referências podem ser assim apresentadas: (1) afirmação do pressuposto segundo o qual os valores socioculturais compartilhados pelos negros dariam maior legitimidade àqueles que estão no poder, garantindo, com isso, maior competência para o representante falar em nome dos demais; (2) desconfiança do público negro em relação aos representantes que ora ocupam as esferas governamentais, fazendo com que os mesmos questionem a forma como a questão racial é representada pelos “não negros”; (3) descrença em relação às políticas raciais que foram implantadas até o momento; (4) percepção da exclusão tanto da população negra quanto da temática racial dos debates institucionais.

Como podemos observar ao longo deste capítulo, o reflexo da adoção desses discursos foi a conformação da crença de que a “representação descritiva” deve ser uma prática defendida e adotada no âmbito das esferas administrativas governamentais. No caso específico da questão racial, tornaram-se incisivos os discursos em prol da participação dos negros, assumindo assim as agendas das políticas públicas de igualdade racial.

Diante disso, a fim de compreendermos qual o significado que os militantes que estão no poder atribuem à ideia de participação institucional, passamos a refletir, neste capítulo, sobre os argumentos acionados pelos militantes diante da institucionalização. Assim, questionamos: “Como você vê a participação de militantes negros nos espaços institucionais de governo atuando em secretarias/coordenadorias de promoção da igualdade racial?”. Ao final do capítulo, pretendemos elucidar visões e percepções sobre a vinculação entre ser negro, representar a questão racial e ocupar espaços de poder.

2.1 Como os militantes negros justificam a sua participação institucional

2.1.1 Experiências compartilhadas: “Somente a militância negra sabe como é, sabe realmente qual é a necessidade”

A ideia de “experiências compartilhadas” foi um dos principais argumentos ressaltados pelas lideranças negras para justificar a necessidade de os negros ocuparem os espaços institucionais de poder. Semelhante ao que fora apresentado nos estudos de MANSBRIDGE (1999), existe uma forte correlação da participação dos negros nessas esferas com a ideia de afirmação de valores socioculturais carregados pelos negros devido às experiências vividas e compartilhadas por eles ao longo de suas vidas.

Na fala dos entrevistados, observamos a ênfase sobre o fato de que os negros seriam os legítimos representantes das demandas étnico-raciais, porque, dentre outros fatores, seriam eles que teriam “vivido na pele” o que é ser negro, e, como tal, seriam eles que teriam a consciência de tal fato/condição. Nesse sentido, conforme dispuseram os entrevistados 3 e 4:

Entrevista 3:

Porque **somente a militância negra sabe como é, sabe realmente qual é a necessidade** de consultar algum secretário, como Florival, uma assessoria da prefeitura. Em vários campos a gente sabe que estes sujeitos quando ocupam eles fazem realmente a diferença em relação ao trabalho com o documento.

Entrevista 4:

E é importante porque quando você cria uma secretaria de promoção da igualdade racial, **naturalmente quem teria autoridade para gerir seria realmente quem passou por isso**, e dentro de sua qualificação também, né, sua qualificação profissional, educacional... **Mas é super importante porque aí você está dentro da estrutura de poder, fazendo política pra aquele segmento.**

Nessas falas, o argumento das “experiências compartilhadas” foi tomado como o principal elemento para afirmar que negro deve, sim, ser representante das agendas de política racial. Para eles, aquele era um fato incontestável, já que, conforme enfatizado na entrevista 3, “somente a militância negra sabe como é, sabe realmente qual a necessidade” da população racialmente excluída. Com base nessa premissa, observamos que existe uma tentativa clara de diferenciar a forma como negros e “não negros” representam as demandas raciais, demarcando uma linha de divergência entre “nós” e “eles”. Enquanto “nós” são os que “naturalmente” têm autoridade para falar em nome da questão racial, porque passaram pelas mesmas condições de vida e discriminação, “eles” são os que desconhecem a condição do ser negro, não podendo (nem sabendo) falar em nome de uma realidade que desconhecem.

Observamos a defesa de que somente os indivíduos que passaram pelo processo de discriminação racial saberiam o significado do que é ser negro em uma sociedade racista. Como consequência disso, somente quem teria sensibilidade e habilidade para conduzir uma política de igualdade racial seriam os próprios afetados, pois somente assim seria possível definir, com domínio de causa, que tipo de necessidade deveria ser priorizada.

Percebemos que tais atributos estão relacionados a diferentes percepções do que é ser negro no Brasil, as quais traduzem-se em: sofrer o racismo por conta da cor e das demais características fenotípicas; estar mais vulnerável à exclusão sociorracial; e, como decorrência disso, saber, com mais legitimidade, das necessidades e aspirações da população negra.

A partir da disposição argumentativa ressaltada pelos militantes em torno da noção de experiências compartilhadas, podemos dizer que eles acionam basicamente dois tipos de referenciais: um de caráter materialista-culturalista, e outro de caráter subjetivista-moralista. O de caráter materialista-culturalista diz respeito à forma como os militantes acionam e dão sentido ao passado histórico e às consequências em termos de diferenciação da população brasileira (negro X branco; escravo X liberto; excluído X incluído). Já o caráter subjetivista-moralista, por seu turno, diz respeito à ideia de que as

experiências compartilhadas pela população negra perpassam pelo enfrentamento de um olhar degenerativo em relação às características físicas e culturais do negro. Nesse sentido, os entrevistados reavivam fatos como associação da figura negra à criminalidade e à degeneração; desprezo para com os costumes e manifestações culturais negras, a exemplo dos cultos afro-religiosos; e a invisibilização histórica do papel do negro como sujeito autônomo e ativo nos processos que envolvem a luta pela libertação e igualdade racial.

Diante disso, os estudos de dois teóricos de épocas e perspectivas diferentes foram de suma importância para embasarmos a nossa análise sobre tal argumento. O primeiro deles foi Edward Palmer THOMPSON (1987), o qual, em uma de suas obras mais renomadas, “A formação da classe operária inglesa”, define e caracteriza o conceito de “experiências compartilhadas”, situando-o dentro de uma perspectiva que referencia as ideias de cultura e identidade. Já o segundo, Axel HONNETH (2003), que trabalha com a categoria reconhecimento, nos fornece uma valiosa contribuição para compreendermos os impactos morais e psicológicos que experiências identitárias negativizadas trazem para a afirmação do grupo.

Sobre a ideia de experiências compartilhadas, de THOMPSON (1987), interessa-nos observar os mecanismos destacados por ele para chegar à noção final de consciência coletiva. O objetivo, ao fazermos uma analogia entre os referenciais destacados pelo autor e entre aqueles citados pelas lideranças negras, é que cheguemos a um resultado semelhante ao do escritor: as experiências vividas e compartilhadas por um grupo social podem levar à formação de uma consciência coletiva, ou, no caso investigado, a uma consciência racial coletiva. Para isso, precisamos discorrer sobre alguns aspectos de sua teoria.

Na tentativa de definir classe social para além da perspectiva economicista, o autor, de tradição marxista, recorre à ideia de sistemas de valores e sistemas culturais para compreender os mecanismos de “experiências comuns”, que geram nos indivíduos um sentimento de identidade

coletiva. Dando à cultura a mesma importância que a economia, THOMPSON (1987) defende que uma classe social só é possível quando relacionada a experiências de situações determinadas, quando indivíduos introjetam um “nós coletivo” em torno do modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e cultura. Em outros termos, a existência de uma classe só ocorre quando interesses e valores são partilhados a partir de experiências também partilhadas. Somente a partir daí é que a ideia de classe e consciência de classe passam a ter sentido, já que, também neste momento, os interesses antagônicos são mais claramente percebidos e os opositores são definidos.

A análise de THOMPSON (1987) nos é valiosa ao mostrar que as classes sociais não são entidades pré-estabelecidas, que, ao olharem para o mundo, identificam seu opositor e assim partem para a luta. Para o autor, ao contrário, os indivíduos vivenciam certas formas de relações de produção, sofrem ou praticam a exploração, identificam os interesses antagônicos e, somente a partir daí, passam a se perceber enquanto classe. Este foi o processo que o autor chamou de formação de uma classe operária consciente de sua identidade histórica.

Agora, partindo para uma analogia com a ideia de “experiências compartilhadas” descrita pelos militantes negros, podemos dizer que, como THOMPSON (1987), a consciência do “ser negro” não se deu pela condição restrita de ter nascido com o fenótipo de negro ou numa sociedade escravista. Antes, é preciso pensar nas relações raciais (preconceito, desigualdade) vivenciadas pelo conjunto desse grupo, de forma a repercutir em sentimentos de opressão comuns.

A fala do entrevistado 1, ao ilustrar a ideia de história compartilhada (história da “opressão”, “escravidão”), aciona a busca por uma consciência comum em cima desses eventos:

Todo negro que nasce no Brasil tem obrigação de conhecer o seu passado, de saber que sua história foi de opressão, de escravidão. Se hoje nós não estamos nas universidades ou não ocupamos os cargos mais bem remunerados no mercado de trabalho, é porque nossos ancestrais não tiveram chance. Daí, é uma queda de dominó, uma geração passando pra outra... É preciso ter consciência disso.

E nesse discurso percebemos uma perspectiva muito cara à teoria de THOMPSON (1987), qual seja, a ideia de que o passado exerce uma pressão sobre o presente no processo de constituição de uma consciência coletiva. Ao considerar que a maior dificuldade de acesso às universidades e ao mercado de trabalho seja fruto de um passado opressor/desigual, e que, portanto, “é preciso ter consciência disso”, vemos na fala do entrevistado uma tentativa de correlacionar a condição de vida compartilhada hoje pela população negra com as condições de vida sofrida no passado.

Da percepção de um passado opressor, decorre o que THOMPSON (1987) chamaria de tomada de consciência de classe e a consequente determinação de qual seria a classe antagônica. No caso ora investigado, podemos dizer que se trata da tomada de consciência racial, em face da qual a população negra seria o segmento social oprimido e a população branca seria o segmento opressor. Nas palavras do entrevistado 3:

Como é que a gente pode achar que o branco vai representar o negro se a gente vê, dia a dia, uma luta de um contra o outro. Veja quando saiu a notícia das cotas. Aqui em Aracaju mesmo a gente só via os branco de escola particular lutando contra as cotas, chamando negro de preguiçoso, de oportunista. Está claro que eles não falam pela nossa causa. Eles querem manter o que eles têm sem dividir com a gente.

No enunciado acima, observamos que a retórica de diferenciação entre brancos e negros contempla desde as diferenças em termos materiais a diferenças em termos simbólicos. Ou seja, além das diferentes condições de acesso ao sistema educacional, o qual, na visão do militante, privilegia a população branca, destaca-se ainda a forma como um segmento percebe o outro, ambos como sendo usurpados (o negro por não ter tido acesso a uma educação de qualidade, o branco por acreditar que as cotas privilegiariam o negro).

As citadas privações ou desigualdades no acesso a bens materiais e culturais sofridas pela população negra são seguidas pela descrição de uma série de outras questões simbólicas, que não podem ser mensuradas em termos materiais, mas são referenciadas como formas de agressões comuns à

população negra. Eis então que os estudos de Axel HONNETH (2003) passam a servir de referência para compreendermos a complexidade que envolve o processo de experiências compartilhadas em torno de agressões morais. A questão central desse autor que merece destaque em nossa análise é justamente a preocupação de HONNETH (2003) com as consequências do reconhecimento social para a formação da identidade do indivíduo ou grupo social. Para o autor, na medida em que o indivíduo é agredido moralmente e suas características ou seus valores são postos em desvalorização, os sujeitos que compartilham dessa situação são incitados a reagir, formando uma consciência afirmativa/reativa em relação à situação adversa.

Diante disso, tomando como inspiração as considerações ora explanadas, podemos dizer que as experiências compartilhadas em torno da discriminação sofrida pelos negros funcionaram, para os militantes entrevistados, como uma forma de afirmação e luta deles por reconhecimento. Essa afirmação, com efeito, perpassa a reação de forma reversa a todas as características negativizadas atribuídas aos negros. Nessa perspectiva, na medida em que o fenótipo negro passa a ser estigmatizado; na medida em que estruturas fixas passam a impossibilitar a ascensão social dessa população; e, por fim, na medida em que as diferenças entre “o povo da Mussuca” e “os demais laranjeirenses”, por exemplo, passam a ser usadas como critério de superioridade/inferioridade, a autoafirmação torna-se uma condição imprescindível para sobrevivência naquele espaço.

Na entrevista 6, observamos, de forma ilustrativa, a apresentação dos danos morais e psicológicos gerados pelo racismo como fatores responsáveis pelo fato de a população negra ter um posicionamento diferenciado em relação à questão racial. Afinal, segundo a citada entrevista 6:

Como nós vivíamos numa comunidade, nós não sabíamos ao certo o que era ser de uma comunidade descendente de escravo. Quando nós viemos para cá, pra Laranjeiras, é que **nós sofremos o preconceito, porque o pessoal chamava agente de povo da Mussuca. Nós éramos diferentes. Nós não tínhamos um valor. As pessoas da Mussuca eram pra trabalhar na roça mesmo. Era pra agente estudar até a 4ª série, porque a partir da 5ª tinha que comprar livro.** Então eu acho assim, que esse despertar da luta pela causa negra ela nasce na comunidade, mesmo agente sem ter tantas

preocupações, mas ela nasce na comunidade. Agente reagia a esse tipo de ação. **Eu lembro que na época tinha umas músicas que dizia “negra do cabelo duro”...** E aí agente estranhava muito porque nós sabíamos que éramos negras, mas agente tinha toda uma cultura de tomar banho pra ir a escola, de tomar banho a tarde. Nossas mães penteavam os nossos cabelos. Então foi um choque, porque eu pensava. Oxente, porque é negro não penteia o cabelo? Mas minha mãe penteia. Então, eu acho que a luta mesmo não é consciente, a luta mesmo ela nasce daí. Quando os nossos pais dizem “diga que é negro com orgulho”, “não responda”. Minha mãe dizia muito “diga que você é negra com orgulho”, mas eu não entendia. Eu acho que, de alguma forma esse foi um momento que aflorou, que foi construindo aos poucos essa consciência de que de fato nós éramos negros. **Mas nesse momento essa consciência era negativa, ela não foi nesse momento uma coisa boa pra agente. Esse estereótipo foi muito forte.** Nós éramos negros, éramos na Mussuca, nós tínhamos cabelos que hoje é cabelo crespo. Então, as coisas que eles falavam, eles falavam de nós, não falavam de outras pessoas. E quando agente se olhava, agente era realmente aquilo. Foi um momento muito difícil, embora alguns reagissem dizendo “eu sou negro com muito orgulho”, mas nós nem sabíamos o que era ser negro com orgulho.

O rebaixamento e a humilhação vivenciados pelos indivíduos cotidianamente, e que ameaçaram a representação político-institucional deles, constituem um dos fundamentos da luta pelo reconhecimento e pelo acesso ao poder. Nas palavras da entrevistada, observamos que a reação afirmativa diante das tantas adjetivações discriminatórias funcionaram como estímulo para a autoafirmação do negro perante a comunidade branca racista, ainda que tenha advindo de forma inconsciente. Podemos dizer que esse é um processo semelhante ao que Axel HONNETH (2003) descreveu em seu trabalho intitulado “A luta por reconhecimento”.

O termo “reconhecimento”, conforme HONNETH (2003), vem da filosofia hegeliana e está relacionado à questão da ética e da subjetividade. De acordo com a lógica desse paradigma, a exploração e o contraste são frutos de injustiças com caráter de discriminação cultural/simbólica e que se estabelecem a partir do enraizamento de padrões sociais ideais e práticas de desrespeito/não-reconhecimento para com determinados grupos. É com o advento dessa sinalização que diferentes espécies de reivindicações passam a tomar espaço na esfera da luta política, reivindicando o reconhecimento de grupos e necessidades específicas. De um modo geral, esses grupos lutam, de um lado, para serem reconhecidos enquanto grupos politicamente ativos, e, por

outro, procuram esse reconhecimento numa valorização positiva das identidades e da pluralidade sociocultural, transformando aquelas representações de massa em representações de segmentos específicos.

É sobre essa lógica que HANNETH (2003) defende que os sujeitos afetados, seja física ou moralmente, são sujeitos capazes de resistir e se rebelar. Somente aqueles sujeitos que são atingidos de alguma forma são capazes de reagir, ou, em outras palavras, é quando a integridade do indivíduo não é reconhecida que há uma ofensa e, conseqüentemente, uma resistência.

Partindo da crítica ao que chama de radicalismo, HONNETH (2003) procurou desenvolver sua análise a partir da indagação acerca da maneira como o desrespeito que permeia a vida efetiva dos indivíduos pode impulsionar a luta pelo reconhecimento (resistência e conflito). Com base nisso, o autor destaca três esferas de “reconhecimento recusado” ou ofensivo: (1) maus-tratos corporais, (2) exclusão estrutural (privação de direitos) e (3) degradação da honra, dignidade ou *status*. Tais experiências recorrem a ofensas tanto psíquicas quanto sociais e culturais e, assim como os sofrimentos que ocorrem na vida física (doenças), elas podem, também, levar à “morte”, só que, nestes casos, mortes de cunho emocional e moral.

Diante dessas reflexões, o autor defende que as ofensas de cunho moral são aquelas que carecem de mais atenção e resistência. Nesse sentido, a etapa principal para o alcance da justiça social seria a promoção do progresso através do reconhecimento, que se dá pela autorrealização e reafirmação das formas subjetivas do ser social.

Pode-se afirmar, assim, que a luta pelo reconhecimento para HONNETH (2003) vai além de um fundamento ético do ser humano, engendrado em formas de reações sociais que atuam sobre a luta pela “equidade no mundo contemporâneo” (NEVES, 2002: 83). Esta, procurada em uma esfera de nível maior, em uma etapa posterior à da afirmação subjetiva, consagra-se no processo de normatização do reconhecimento em forma de direito. É nessa medida que o progresso moral e o reconhecimento caminham juntos, sendo o

crescimento do primeiro resultado do desenvolvimento do segundo enquanto base institucional e política.

Assim, os fatores adversos que cruzam a população negra os incitam não só a afirmarem o “orgulho racial”, como também a se enxergarem como possuidores de determinadas virtudes. Estas, relacionadas ao espaço da política, funcionam como mecanismo de legitimação de determinados grupos no poder, já que, como observamos no caso citado, a condição de discriminados fornece o *status* de representante legítimo da demanda racial.

Diante disso, podemos dizer que, através de um trabalho de mobilização política que conduz à afirmação moral do pertencimento a uma “comunidade negra”, os militantes estabelecem discursos que visam a dar legitimidade à busca deles por poder. Acionando argumentos em torno da história de vida comum, os militantes não só evidenciam a discriminação como referencial que os caracterizam, como asseguram nessas experiências o motivo da “legítima representação”. Afinal, ressaltam os entrevistados, não dá para pensar que brancos, que não viveram as mesmas situações de exclusão racial vividas pelos negros, seriam capazes de representá-los. O entrevistado 10 enfatiza de forma clara essa perspectiva:

As vezes o próprio negro quando chega no poder não consegue representar a população negra, imagine aquele que não sabe de nossa história. Porque isso não é só uma questão de chegar lá. É chegar lá e saber o que fazer. E como você vai saber se você não tem a experiência, se não viveu nem sentiu todos os conflitos... Eu cresci sabendo que meu lugar era diferente de outros colegas, então, eu sei como outros irmãos pretos se sentem.

Para eles, pensar em representação, pressupõe, necessariamente, pensar em capacidade de expressar, de forma coletiva e compartilhada, experiências que foram vividas não apenas individual, mas, sim, coletivamente. Assim, um representante da causa negra no âmbito institucional tem que ser, necessariamente, um vivenciador de experiências e sentimentos que se tem como comum a essa população. Com efeito, quando o entrevistado 10 fala que ele sabe “como outros irmãos pretos se sentem”, ele está enfatizando o poder

que a experiência do “ser negro” tem para a sua afirmação enquanto gestor de política racial.

Dado o exposto, poderíamos nos questionar se a referência à ideia de “experiências compartilhadas” seria uma retórica intrínseca aos movimentos negros ou se esse seria um pressuposto acionado por tantos outros movimentos sociais. Afinal, a ideia de compartilhamento de experiências foi um mecanismo fortemente usado nos discursos de outros movimentos sociais, dentre eles, o movimento pelo direito das mulheres, o movimento pela reforma agrária e o movimento homoafetivo.

O movimento feminista é um exemplo bastante representativo para pensarmos no poder que a ideia de experiências compartilhadas tem sobre a luta de gênero. Tomando como referência os estudos de Nancy FRASER (2007), fica claro como o feminismo adotou em seus mecanismos de reivindicação o critério de compartilhamento da experiência de exploração, marginalização e exclusão. Tanto na sua forma clássica (quando se declarava um movimento em luta por redistribuição) quanto na sua forma contemporânea (quando busca a redistribuição e o reconhecimento), o feminismo aciona em seus discursos a tática do reforçar que mulheres no mundo inteiro passam por experiências iguais ou semelhantes que as unem em torno de uma causa comum.

Sobre as reivindicações feministas, o estudo de Nancy FRASER (2007) dispõe que, apesar de suas reivindicações terem se concentrado, até os anos 1970, na luta pela redistribuição, tendo um enfoque marcadamente economicista, depois desse período, a luta passou a associar o processo de exclusão sofrido pelas mulheres a questões de ordem moral. Com isso, dados sobre exploração no mercado de trabalho foram aliados a dados que dispunham sobre agressão física, moral e psicológica, conseqüentando, a partir daí, uma luta que ativava tanto a redistribuição como o reconhecimento.

Frente a essa nova forma de mobilização feminista, podemos dizer que a ideia de experiências compartilhadas intensifica-se nas últimas décadas.

Queremos dizer com isso que, além do pressuposto de que as mulheres compartilhariam, num dado território, das mesmas formas de exploração econômica e trabalhistas, defende-se também que elas estariam na condição de vulneráveis moral e politicamente, já que compartilhariam da condição de alijadas do poder e depreciadas em sua condição de mulher.

FRASER (2007) destaca ainda que, atualmente, dado o fortalecimento da luta transnacional, o movimento feminista passou a concatenar, em suas campanhas, além da luta contra as práticas patriarcais locais, a reforma pelo direito internacional. Isso porque se acredita que, para além das experiências locais, existem demandas que ultrapassam essa fronteira, estando situadas a nível mundial. Nesse caso, para além das questões econômicas de cada país, do seu nível de desenvolvimento, existem fenômenos que atingem a mulher, independentemente de sua nacionalidade, e que precisam ser enquadrados numa ótica maior de vulnerabilidade. A citação a seguir reflete de forma clara o contexto descrito por FRASER (2007: 304):

Atualmente, muitas feministas transnacionais rejeitam o quadro do Estado territorial. Elas percebem que decisões tomadas dentro de um território frequentemente provocam impacto na vida de mulheres fora dele, assim como o fazem organizações inter e supranacionais, governamentais ou não-governamentais. As feministas também percebem a força da opinião pública transnacional, que flui com supremo desprezo por fronteiras através dos meios de massa globais e da cibertecnologia. Como consequência temos uma nova apreciação do papel das forças transnacionais na manutenção da injustiça de gênero. Diante do aquecimento global, propagação da AIDS, terrorismo internacional e unilateralismo de superpotências, feministas desta fase acreditam que as chances de mulheres viverem uma boa vida dependem tanto dos processos que atravessam fronteiras dos Estados territoriais quanto daqueles que acontecem dentro deles.

Passando de uma experiência local de reivindicação para uma experiência global/transnacional, podemos depreender que a luta feminista, tal qual descrita por FRASER (2007), estabelece conexões subjetivas que têm a ver com a forma como as mulheres vivenciam a organização social contemporânea.

Assim como as questões de raça e gênero, podemos dizer que a questão homossexual tem como um dos seus critérios de afirmação o

compartilhamento de experiências ligadas à exclusão perante a sociedade patriarcal/machista. Também podemos citar a luta pela reforma agrária no Brasil, a qual enfatiza, dentre outras coisas, o compartilhamento de experiências vividas em torno do vínculo com as atividades rurais e, contraditoriamente, o alijamento da posse de terra. Ou tantos outros movimentos sociais que ativam como elemento de sua composição o sentimento de vivências comuns.

Resta-nos, refletir, então, sobre o que difere a noção de “experiências compartilhadas” ressaltada nos discursos das lideranças negras das demais noções de “experiências compartilhadas” presentes em outros tipos de movimentos sociais, a exemplo do movimento feminista.

O que podemos dizer que existe de específico na ideia de experiências compartilhadas acionada pelo movimentos negros em Sergipe é que: (1) não há uma intenção clara em considerar essa experiência como sendo de ordem mundial. Embora nacionalmente exista uma tentativa dos movimentos negros em elevar a questão do racismo ao âmbito dos direitos universais, envolvendo o apoio de órgãos bi e multilaterais, não observamos, por outro lado, nos discursos de constituição identitária deste, um apelo a essa universalização. O que vemos é uma exaltação de características que dizem respeito à vida do negro no Brasil e a suas condições de existência nas comunidades das quais fazem parte.

Outra característica forte na noção de experiências compartilhadas manifestada pelas lideranças negras diz respeito à (2) especificidade do passado histórico. A experiência da escravidão, o sofrimento nos navios negreiros, a negação do povo e da cultura negra são características muito intrínsecas desse segmento, sobretudo pela força que essa condição teve para com os povos de origem africana. Diferentemente de outros movimentos sociais, a população negra tem o atributo máximo de ter sido legalmente escravizada em plena era moderna. Nesse sentido, o que se compartilhou não foram apenas as más condições de trabalho e a discriminação em relação a suas formas de vida, mas o cerceamento da liberdade; o impedimento legal de

ter controle sobre a própria vida e dos seus descendentes; e a herança de uma memória marcada pelo fantasma da tortura, da morte e do descaso.

Por fim, dentre as experiências de vida destacadas pelos militantes, podemos destacar (3) o grau de influência que o preconceito racial tem ao longo da vida de um indivíduo. Esse preconceito não se dá apenas quando se vai para o mercado de trabalho ou quando se vivencia determinadas situações, mas, antes, nasce com ele e morre com ele. O preconceito está nas “brincadeiras” e piadas de rua; na escola, entre colegas, professores e gestores; ao longo da vida, nas suas mais diversas formas sociais; e na morte, quando os dados estatísticos mostram que a população negra é mais vulnerável à criminalidade, a determinados tipos de doenças, ao descaso perante o sistema de saúde, etc.

Do conjunto das questões postas, podemos interpretar, como GUIMARÃES (2012), que a crença subjetiva numa origem comum foi tida como base para criar laços de solidariedade e comunhão no grupo. Esse tipo de crença subjetiva funcionou como uma espécie de norteador para a composição da identidade social, legitimando identidades grupais, perfazendo uma retórica estratégica. Tais fatos resultaram em motivações para a promoção de uma “luta por reconhecimento” (2003), transformando tais atributos não apenas em mecanismos identitários, mas, para além disso, em mecanismos políticos de legitimação de demandas sociais.

2.1.2 Branco não representa negro

O desenrolar argumentativo que envolve a ideia de “experiências compartilhadas” deflagra a “desconfiança em relação aos representantes não negros”, tidos como aqueles que não compartilham das mesmas experiências de vida. Tal fato pressupõe afirmar que a cor também seria um determinante para a eficiência ou não da representação política da questão racial, já que, junto com esta, advém uma memória coletiva capaz de fornecer ao sujeito

representante um olhar crítico e diferenciado em relação à questão racial. Observemos o relato abaixo:

Entrevista 2:

A coordenadoria de promoção da igualdade racial do Estado, eu ouço depoimento de companheiros que lá estão, eles falam que a estrutura diminuiu muito, antes eles tinham um coordenador, agora eles têm uma coordenadoria que é... **Esta na estrutura da secretaria de Direitos Humanos e sob a tutela de uma coordenadora que eles colocam que ela não entende de questão racial.** Não são racistas neste sentido em relação a ela, mas eles colocam que **pelo fato dela ser branca ela está distante desta discussão, e não só por ser branca, mas eles colocam também que, além de ser branca, ela não teve sequer a formação de militância para entender melhor da profundidade do que é lutar**, combater o racismo na sociedade brasileira.

O relato dispõe sobre a intrínseca relação entre ser negro e estar habilitado a falar da questão racial. Partindo do seu inverso, ou seja, uma pessoa branca não está habilitada a representar a questão racial, a fala reivindica uma série de significados, pondo a ideia de “ser negro” num patamar político-identitário diferente do “ser branco”.

A partir da retórica posta, uma série de percepções sobre “ser negro” é ativada. Inicialmente, podemos destacar a ênfase dada à diferenciação branco/negro. No caso investigado, não observamos, como nos estudos de Gilberto FREYRE (1998), uma percepção miscigenada do povo brasileiro, no qual cor, cultura e até mesmo interesses se cruzariam em algum momento. Aqui, ficou nítida a tentativa de construção de uma identidade do “ser negro” pelo critério da alteridade. Nesse caso, há uma busca pela diferenciação, pela oposição e não pela proximidade. Trata-se, nesse caso, do aprofundamento de um mecanismo político utilizado pelo movimento negro desde os anos 1980, quando o País estava saindo de um regime opressor e o movimento reafirmava as suas lutas. De acordo com GUIMARÃES (2012), naquele momento não havia mais a preocupação do movimento negro em afirmar o negro como “brasileiro”, como houve nos 1930. Nos anos 1980, com o surgimento do Movimento Negro Unificado, a estratégia era “radicalizar” o racismo, afirmando o ser negro e a cultura negra e, conseqüentemente, opondo características e condições (negras X brancas).

O argumento segundo o qual “branco não representa negro” pressupõe ainda uma fixação da identidade negra não como uma fronteira, passível de trocas e interações (conforme pensado por BARTHES, 1997). Aqui, os critérios de afirmação do “ser negro” aproximam-se muito mais da ideia moderna de identidade, entendida aqui como a oposição entre o “eu” e o “outro”, do que da perspectiva pós-moderna, que pressupõe o sujeito como descentrado e passível de hibridismos culturais.

A afirmação de que um branco não poderia representar politicamente um negro alicerça-se, necessariamente, na ideia de que existe um “eu” e um “outro” que não são permeáveis. Assim como HALL (2006), podemos afirmar que a percepção do ser negro nessa forma de articulação argumentativa sugere a projeção dos opostos: eu sou aquilo que o outro não é. E, nesse caso, se o branco é irremediavelmente o que o negro não é (e vice-versa), logo, aquele não poderia representar politicamente este.

O argumento em questão traz consigo o reavivamento de que, embora historicamente o branco tenha sido narrado, em alguns episódios, como “representante político” do negro, esse é um fato controverso e contestável. Tomemos como exemplo um dos acontecimentos mais emblemáticos da questão racial no Brasil: a abolição da escravidão. Durante anos, parte do pensamento social brasileiro cultivou a imagem de que o fim do sistema escravista só foi possível porque, politicamente, havia uma massa de idealizadores brancos que se empenharam para isto. Tanto foi assim que a maior figura representativa da “libertação do negro” era a Princesa Isabel, a qual fora eleita por jornais, escritores e até mesmos libertos como “mãe dos cativos”, “anjo benfeitor”, “brasileira angélica”, “mulher sublime e santa” (DOMINGUES, 2011).

Todavia, apesar do ufanismo expresso nesses adjetivos, desde a década de 1970 os movimentos negros passaram a mover campanhas contra o “13 de maio” e suas lideranças brancas, sobretudo a figura da Princesa Isabel. Dentre os principais argumentos, alegava-se que o movimento seria uma farsa, pois, além de não garantir a inclusão do negro na sociedade brasileira, ainda o

colocou como mero espectador da revolução feita pelos brancos. Na interpretação de Florestan FERNANDES (1989: 07), a abolição foi “uma revolução do branco para o branco”, tendo importância apenas do ponto de vista institucional e legal. E mais:

... o episódio se desnuda, nas décadas de 30 e 40, como uma falácia social. A Abolição não passara de uma artimanha, pela qual os escravos sofreram a última espoliação. **Do próprio negro dependia uma “Segunda Abolição”, que o convertesse em um cidadão investido dos requisitos econômicos, sociais, culturais e morais para assumir os papéis históricos que ainda se reduziam a uma ficção legal.** Mais tarde, em anos recentes, o episódio se mostra como uma efeméride das classes privilegiadas da raça dominante. É uma data histórica dos senhores, dos manda-chuvas brancos, de interesse indireto para o negro. (FERNANDES, 1989: 32)

De acordo com o disposto por FERNANDES (1989), a descrença da representação do branco em relação à causa negra é uma realidade bastante forte desde o período da escravidão. Afinal, mesmo considerando a relevância dos efeitos institucionais que a Abolição teve, ainda assim ficou evidente que os interesses representados diziam mais sobre as necessidades da elite branca do que daquilo que a comunidade negra de fato reivindicava. Por isso, considerado “uma data histórica dos senhores”, “dos manda-chuvas brancos”, o 13 de maio foi definido como uma “falácia social” que desconsiderou os verdadeiros interesses da população negra, expressando, dessa forma, a incompatibilidade entre as demandas do negro e as aspirações dos brancos.

Frente à descrença em relação à Abolição tal como fora feita e pensada pelos brancos, a proposta suscitada pelos movimentos negros foi uma “Segunda Abolição”. Esta teria como objetivo romper com a ideia ficcional da Abolição anterior e elevar o negro da posição de coadjuvante para a de personagem principal. A expectativa era que o negro tomasse conta do processo histórico que envolve a sua liberdade, fortalecendo os aspectos econômicos, sociais e morais.

Analogicamente ao processo deflagrado com a Abolição de 1888, observamos, no atual contexto, a crítica ao fato de que brancos poderiam ocupar os espaços de poder para agenciar políticas de promoção da igualdade racial. Podemos dizer que a essência do argumento seria a mesma, já que,

também nos discursos dos militantes negros em Sergipe, não haveria, por parte do segmento branco, o interesse em uma real mudança da estrutura racial brasileira. Em outros termos, se, no final do século XIX, faltou à elite branca abolicionista o empenho para promover soluções mais profícuas em relação ao pós-abolição, no século XXI faltam aos dirigentes políticos brancos o real entendimento da questão racial e a experiência compartilhada pela trajetória de vida do negro.

Nesse sentido, assim como o contexto pós-abolição associou a figura do branco à ideia de fingidor de uma nova ordem (que se pretendia mais livre e igualitária, porém, sem se cumprir), o contexto das políticas públicas de igualdade racial associa a esse segmento a falta de critérios necessários para se ter compreensão real da necessidade das ações. O trecho da entrevista abaixo disposto nos convida a refletir sobre isso:

Entrevista 6:

Você já entrevistou _____¹⁸ (ocupante de cargo em instituição de promoção da igualdade racial em Sergipe)? **A coordenadora dele é branca, não faz nada e atrapalha. Essa mulher eu conversei com ela, ela nunca veio aqui**¹⁹ _____. Não é a questão, viu, Aline, de defender uma pessoa negra, mas, assim, você viu, pela minha trajetória, é muita violência sofrida... A Câmara dos Vereadores me convidou pra apresentar a política depois de eu insistir muito. Eles não têm interesse.

A tônica do argumento indica a descrença da representação do branco em relação à causa negra, já que, nas palavras do entrevistado, aquele, “além de não fazer nada pela questão racial, ainda atrapalha”. Isso significa não apenas ser indiferente à causa, mas também ter uma suposta má intenção para com a questão racial, de forma que evita o debate e protela as ações de promoção à igualdade racial.

Diante disso, podemos observar que a substituição de lideranças brancas por lideranças negras para tratar e dirigir a política racial assume uma

¹⁸ Ocultamento proposital feito pela autora da tese, com objetivo de preservar a imagem do entrevistado.

¹⁹ Ocultamento proposital feito pela autora da tese, com objetivo de preservar a imagem do entrevistado.

expressão simbólica que reaviva uma demanda histórica. Ter o negro como legítimo representante da questão racial nas esferas de governo é uma tentativa de afirmar de forma positiva aquilo que fora fortemente negligenciado pela sociedade brasileira: o papel do negro na luta pela sua emancipação.

Formas de afirmação podem ocorrer efetivamente se, no lugar do 13 de maio, se apresentar o 20 de novembro; em lugar da Princesa Isabel, se ativar a figura de Zumbi; no lugar dos dirigentes brancos, se reivindicar um quadro institucional composto por negros. Estas são formas acionadas pelos militantes negros para garantir que o preconceito racial e as desigualdades a partir daí geradas sejam representados e se tornem ações perante as esferas institucionais.

2.1.3 Racismo institucional

O chamado “racismo institucional” foi outro argumento fortemente citado pelos militantes como fator que justifica a necessidade de militantes negros nos espaços institucionais. Tido como mecanismo de segregação racial e empecilho para efetivação das políticas públicas, o racismo institucional é apresentado como fator que distancia o trato da questão racial em nível de governo, já que os que ocupam o poder ou desconhecem a temática racial como problema social, ou a tratam de forma marginalizada.

No caso do racismo descrito pelos entrevistados, as principais recorrências estão relacionadas: (1) ao desconhecimento do racismo como um problema a ser enfrentado pelos órgãos públicos; e (2) à falta de acesso a informações ou incapacidade de articular determinados problemas ao fator racial.

Nas palavras do entrevistado 2, transcritas abaixo, observamos que **o racismo institucional está vinculado à falsa ideia de que ele não existiria, pois acredita-se viver em uma suposta “democracia racial”, conforme se vê ao dizer que:**

Parece que muitos gestores acreditam que o racismo não existe. Eles tratam tudo como se fosse uma **democracia racial**. Então, um dos maiores esforços da gente tem que ser convencer os gestores que o racismo existe e ele está aí. **Ele está inclusive nos órgãos de governo, entre os próprios colegas**. Mas todo mundo disfarça. Quem tá à frente da política que deveria ter outra noção, mas não tem. Tratam colocando “panos quentes”²⁰. Isso pra mim é **racismo institucional**.

O argumento ora citado referencia uma das críticas mais recorrentes sobre o racismo no Brasil: a ideia de que o preconceito racial é uma realidade, porém uma realidade distante dos que a reconhecem como tal. É dita, com outras palavras, a máxima clássica de que o brasileiro tem “preconceito de ter preconceito” (FERNANDES, 1986). Nas palavras do entrevistado, a percepção em voga traz um efeito prático bastante danoso para a superação da desigualdade racial, já que, ao ser tratado de forma amena, o racismo deixa de ser um problema que demanda soluções céleres e complexas, para se tornar um fato corriqueiro ou distante do cotidiano das pessoas.

O ponto mais crítico do que fora ressaltado na entrevista está no fato de que, se os gestores não atribuem a devida preocupação ao racismo, ele não terá a devida atenção nos espaços institucionais, local que deveria, por excelência, abordá-lo. Nesse sentido, a negação do racismo no ambiente institucional por parte dos gestores é vista como a impossibilidade de superá-lo.

A preocupação ressaltada pelos militantes não é um fato recente. Já nos anos 1950, enquanto um grupo de estudiosos tentava vender a ideia do Brasil como um País racialmente harmônico, como um exemplo a ser seguido por outras nações, estudiosos como Florestan FERNANDES (1986) tentavam mostrar o quanto o racismo era disfarçado. Formas de discriminação indiretas, vergonha de ter preconceito, ambiguidade na forma como pessoas negras eram definidas e se autodefiniam, tudo isso eram formas de tratar o problema do preconceito racial de forma amena. De acordo com esse autor, “na verdade, nos acostumamos à situação existente no Brasil e confundimos tolerância racial com democracia racial” (Idem). E acrescenta ainda:

²⁰ Expressão popular que diz respeito ao ato de amenizar situações conflitivas, disfarçando a real gravidade dos fatos.

essa propalada “democracia racial” não passa, infelizmente, de um mito social. E um mito criado pela maioria e tendo em vista os interesses sociais e os valores morais da maioria; ele não ajuda o “branco” no sentido de obrigá-lo a diminuir as formas existentes de resistência à ascensão social do “negro”; nem ajuda o “negro” a tomar consciência realista da situação e lutar para modificá-la, de modo a converter a “tolerância racial” existente em um fator favorável a seu êxito como pessoa e como membro de um estado “racial”. (FERNANDES, 1989, prefácio)

Como FERNANDES (1989), podemos dizer que o entrevistado faz referência a essa falsa “democracia racial” que dizemos viver no Brasil e nos espaços institucionais em específico. E esse fato, longe de trazer algum benefício para a superação do racismo, acaba por afastar negros e brancos de uma luta conjunta contra o racismo: aqueles, porque perdem a oportunidade de tomarem consciência do que são e de como são tratados; estes, por sua vez, porque não têm a possibilidade de refletirem sobre suas próprias atitudes e assim adotarem outras formas de comportamento.

Fazendo referência a Florestan FERNANDES, Roberto DAMATTA (1986), em “O que faz o Brasil, Brasil?”, também ressalta essa característica brasileira de velar o preconceito racial. Para o autor, até que as diferenças de cor impliquem um problema para os considerados hierarquicamente superiores, o racismo não é declarado um problema ou visto como existente. Nas palavras de DAMATTA (1986: 27):

Realmente, estou convencido de que a sociedade brasileira ainda não se viu como sistema altamente hierarquizado, onde a posição de negros, índios e brancos está ainda mais tragicamente de acordo com a hierarquia das raças. Numa sociedade onde não há igualdade entre as pessoas, o preconceito velado é a forma muito mais eficiente de discriminar pessoas de cor, desde que elas fiquem em seu lugar e “saibam qual é ele”.

Como FERNANDES (1986) e DAMATTA (1986), podemos dizer que a fala do militante em torno do que considera “falsa democracia racial” nos ambientes institucionais alicerça-se na crença de que há, sim, hierarquias raciais intencionalmente vedadas nesses espaços. E, nesse caso, ao dissimular a existência de tais hierarquias, os espaços institucionais de governo acabam tornando-se cenários de fortalecimento dessas hierarquias, e, assim,

além de não resolver o problema da discriminação, ainda fortalecem a pseudo ideia de que as diferenças raciais não são um problema para o Brasil.

Outro argumento levantado em torno do racismo institucional diz respeito ao que os militantes chamam de **falta de acesso a informações ou incapacidade de articular determinados problemas ao fator racial**. Em diversas falas dos entrevistados, evidenciamos o descontentamento deles em relação à incapacidade dos gestores em darem visibilidade à temática racial, de forma que ela aparece diluída em propostas mais generalistas. Essa, possivelmente, é uma consequência do problema identificado anteriormente, ou seja, a crença de que o preconceito racial não seria uma realidade brasileira. Isso porque, se o racismo não é visto como um problema, as soluções pensadas para ele também não farão muito sentido, de forma que o desconhecimento acaba sendo estendido para as possíveis soluções. Nesse contexto, várias críticas por parte dos movimentos negros surgem com o objetivo de enfatizar a inexistência de um olhar crítico-propositivo em relação a temas como saúde, educação e violência.

A fim de compreendermos melhor a indagação posta, observemos a fala do entrevistado 5, a qual é bastante ilustrativa ao tratar da crítica ao olhar generalista dado pelos órgãos que tratam da temática saúde:

Então, **nós temos um problema que é o racismo institucional**. E uma outra coisa, **a política racial ela é invisibilizada**, como por exemplo, digamos que no Brasil o Ministério da Saúde ele faz esterilização de X mulheres e isso dá um percentual elevado por causa das miomatoses, então a informação chega até aí. Só que se essa informação fosse dada de forma mais correta, de forma mais detalhada, ela teria que dar um recorte racial, porque nós poderíamos observar com mais detalhes aquilo que está sendo mostrado pelo governo, porque a miomatose é uma ocorrência de mulheres negras, então, com a análise dos dados, nós poderíamos observar cor, idade e patologia, então agente iria ver que as mulheres que estão mais esterilizadas por conta da miomatose são as mulheres negras. **Mas a gente não consegue visualizar as coisas de maneira retilínea, clara, de forma que as pessoas possam perceber que existe uma política especializada para um público diferenciado... Só quem tem um senso crítico é que consegue observar isso nas entrelinhas, né?**

A falta de um olhar diferenciado por parte dos gestores em relação à temática da saúde foi um dos pontos mais citados como exemplo do

desconhecimento dos gestores em relação às demandas raciais. De acordo com o entrevistado 5, o tema da saúde é um dos tópicos mais afetados e negligenciados pelo racismo no Brasil, condicionando barreiras para o acesso da população negra a uma saúde de qualidade ou mesmo minimizando os danos causados por algumas doenças tidas como mais comuns na população negra.

Para o entrevistado 5, sem entenderem as especificidades de algumas doenças (e sem terem o interesse necessário para entendê-las), os órgãos ligados à saúde, na figura de seus gestores, não dão respostas necessárias para demandas que exigem um olhar diferenciado. De acordo com o relato, fica claro que não existe uma representatividade do Ministério da Saúde na forma de abordar a questão da “miomatose”, por exemplo, apresentada como uma doença com fortes determinantes raciais, porém negligenciada quanto a isto.

Numa sistemática semelhante à temática da saúde, a questão da educação recebe o mesmo descaso, nas palavras dos entrevistados. Observemos a disposição que segue, disposta pelo entrevistado 8:

Não adianta, a política de igualdade racial só se faz com transversalização, sem isso não temos como fazer nada. Só que aí as Secretarias que podiam fazer alguma coisa não fazem. Por exemplo, a **Secretaria de Educação**. Não adianta aprovar uma lei dizendo que tem que incluir o conteúdo sobre africanos e afrodescendentes se os gestores que estão na frente da educação não se empenharem em fazer alguma coisa, se eles desconhecem ou não querem saber. Você vai lá falar com eles, mas eles desconhecem, não fazem questão de tratar do tema. Ou vai no Ministério Público fazer uma denúncia e eles não acolhem. Enquanto o racismo tiver presente nessas instituições, nada pode mudar, porque não temos como fazer sem o apoio deles. E a forma de diminuir isso é colocar gente que vá pra frente de luta, que brigue.

Conforme ressaltado, semelhante ao trato dado à saúde, a falta de uma política mais efetiva para a condução da questão étnico-racial no ambiente escolar é fruto da ausência de um olhar diferenciado por parte dos gestores da área de educação. Isso se deve, na visão dos entrevistados, tanto ao desconhecimento dos gestores em relação às leis, diretrizes e políticas já lançadas sobre a temática étnico-racial, quanto à falta de empenho para lidar com a mesma.

A problemática ora levantada pelos militantes negros faz parte de um cenário maior de críticas levantadas pelos movimentos negros e pela comunidade acadêmica. Para situarmos essa questão, podemos citar o estudo de Fernando AGUIAR (2013), o qual retrata, em análise sobre a implantação da Lei 10.639/03 em Sergipe, as dificuldades de efetivação dessa Lei no Estado. Para o autor, tanto por parte das escolas quanto dos órgãos gestores, como também dos professores, existe um parco interesse em incluir a temática racial no ambiente escolar, não havendo empenho nem em dedicar tempo nem esforço para que a lei saia do papel.

Além do que considera falta de interesse pessoal em lidar com a temática racial, o estudo de AGUIAR (2013) revela ainda que o desconhecimento sobre os debates atuais que envolvem as questões sobre raça, etnia e África é um fator muito preponderante para o insucesso da adoção de uma nova postura educacional. O autor atribui a isto tanto o desprezo institucional em divulgar e capacitar profissionais para conhecerem e colocarem em prática o que fora posto em Lei, quanto a falta de uma estrutura fiscalizatória mais severa, capaz de cobrar posturas mais adequadas aos propósitos legais.

Reforçando o argumento dos demais entrevistados e do estudo ora citado, os relatos dos entrevistados 2 e 4 fazem referência à dificuldade de implantação da Lei 10.639/03, relacionando tal dificuldade ao racismo promovido nas instituições.

Entrevistado 2:

Para os gestores eles dão várias explicações de que há uma falta de tempo, disponibilidade, de dinheiro, pra formar, capacitar, pra tudo isso, dos órgãos, dos funcionários dos órgãos das estruturas públicas... Mas a gente sabe muito bem que estamos lidando com o **racismo institucional**, né. Há anos que já se vem lutando pra implementar a Lei 10.639 que obriga o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na rede estadual e municipal, mas isso não foi conseguido. Na rede Estadual, eu vou te contar, houve um pequeno avanço, mas um avanço também por disponibilidade política, disponibilidade e desejo quase que pessoal. E no Estado não, a Secretaria de Educação não conseguiu avançar com isso, a coordenadoria de promoção da igualdade racial do Estado.

Entrevistado 4:

Há um **racismo institucional**, então você tem que se esforçar bastante na capacitação de gestores, na capacitação de lideranças, pra que você vá diminuindo esse processo... A implantação da Lei 10.639, que mesmo depois de quase 10 anos de ser sancionada pelo Presidente Lula, mas há uma dificuldade de implementar, mas há uma dificuldade por quê? **Racismo institucional.**

Em todas as entrevistas realizadas, a Lei 10.639/03 foi fortemente referenciada como alvo do racismo institucional. Seja pelo grau de divulgação dela ou pelo teor que dispõe, os militantes colocam a falta de implementação dessa Lei como um dos problemas de primeira ordem para caracterizar o racismo institucional. O principal argumento gira em torno do fato de que, passados mais de 10 anos, nada foi feito no Estado de Sergipe para que o ambiente escolar tratasse de forma igualitária e não preconceituosa a história e a cultura da África e dos afrodescendentes. Ainda que essa seja uma lei nacional, ainda que não demande maiores gastos financeiros, na perspectiva dos militantes existe uma “falta de interesse” que permeia o ambiente institucional, falta esta que revela traços de um racismo disfarçado.

E esse fato é um problema bastante emblemático, sobretudo se observamos que é na educação que os movimentos negros em Sergipe depositam uma das suas maiores expectativas de superação do racismo. Afinal, nesse ambiente, indivíduos são formados, reforçando certas identidades e percepções sobre si próprios, sobre o outro e sobre o universo social ao redor. Assim, a falta de uma educação reflexivamente crítica em relação aos processos de exploração e escravidão no Brasil ou de posicionamentos mais questionadores em relação às práticas de discriminação, desigualdade, estereotipação da cultura e identidade negra torna-se uma ferramenta de opressão ao invés de libertação; assim como o ambiente escolar pode deixar de ser agregador para se tornar segregador.

Analisada de forma abrangente, podemos dizer que, para os militantes, o racismo institucional funciona como um dos maiores empecilhos para efetivação da Política de Igualdade Racial e, conseqüentemente, como um dos

maiores contribuidores para a baixa crença na legitimidade da representação não descritiva. Se considerarmos, como o entrevistado 8, que nenhuma política racial poderá ser efetivada enquanto os gestores estiverem tomados pelo racismo nas instituições, e que, somente com uma frente de embate, é possível superar esse problema, então pode-se afirmar que a presença dos negros nos espaços institucionais é apresentada como possível mecanismo para a superação desse conflito.

Dito de outra forma, frente à descrença no modo como o racismo é tratado e representado nos espaços institucionais, os entrevistados apresentam a participação do negro como possibilidade de um pensamento inovador diante de outro cristalizado. E esse novo pensamento advém de um conjunto de fatores que vai da experiência particular do racismo vivido pelos negros ao empenho destes em aturem como frente de resistência ao racismo efetuado nas instituições.

Além disso, cabe ressaltar que as proposições referentes ao racismo institucional, longe de serem uma questão restrita ao espaço de Sergipe, abrangem o cenário brasileiro como um todo, tendo em vista tratar-se de um tema explorado nacionalmente. Com base nessa afirmativa, podemos citar a preocupação do Governo Federal em criar mecanismos de debate e superação dessa forma de racismo, destacando, a partir daí, a elaboração de materiais de referência para definir e explicar o que vem a ser o racismo institucional e como pode ser superado.

Diante disso, um fato relevante a ser destacado diz respeito à definição de racismo institucional sistematizada nos materiais elaborados. A fim de sermos fiéis ao conceito traçado em nível institucional, situaremos, a seguir, parte do texto que contempla tal conteúdo, o qual define racismo institucional como:

...compreenderemos o racismo institucional, também denominado racismo sistêmico, como mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados - negros, indígenas, ciganos, para citar a realidade latino-americana e brasileira da diáspora africana - atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nestes grupos... O

racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial... Atualmente, já é possível compreendermos que, mais do que uma insuficiência ou inadequação, o racismo institucional é um mecanismo performativo ou produtivo, capaz de gerar e legitimar condutas excludentes, tanto no que se refere a formas de governança quanto de accountability... O racismo institucional é um dos modos de operacionalização do racismo patriarcal heteronormativo - é o modo organizacional - para atingir coletividades a partir da priorização ativa dos interesses dos mais claros, patrocinando também a negligência e a deslegitimação das necessidades dos mais escuros. E mais, como vimos acima, restringindo especialmente e de forma ativa as opções e oportunidades das mulheres negras no exercício de seus direitos. (GLEDÉS – Instituto da Mulher Negra, 2013)

A proposta trazida pelo Instituto da Mulher Negra no documento ora citado foi de definir e indicar o que vem a ser o racismo institucional e quais os possíveis mecanismos de superação dele. Assim, partindo do pressuposto segundo o qual o racismo está presente nas instituições públicas e privadas, resta à população negra a tarefa de criar estratégias para superá-lo ou driblá-lo. Para tanto, conforme descrito na citação acima, compreende-se racismo institucional como formas de “exclusão seletiva”, de “produção e reprodução de hierarquias sociais”, “atitudes performáticas”, dentre outros.

Diante do exposto, interessa-nos saber que há uma semelhança entre os discursos proferidos pelos militantes negros em Sergipe e aquele presente no texto do documento citado. Nesse caso, sabendo que esse problema não é um “privilegio” vivenciado pelos entrevistados, cabe-nos dar a verdadeira amplitude do racismo institucional: este é um problema estrutural, que envolve não só a realidade investigada (Sergipe), mas toda a estrutura social brasileira. A proposta de solução para o problema identificado é que requer uma observação mais cautelosa. Isto porque, enquanto o documento produzido pelo GLEDÉS (2013) espera superar o racismo institucional pela realização de políticas com foco no trabalho, na educação, na segurança pública, no transporte e no lazer, os militantes negros em Sergipe são quase unânimes em propor a emergência do negro ao poder como alternativa mais eficaz para a superação desse tipo de atitude. Nesse caso, enquanto a proposta do primeiro concentra-se na crença em torno das políticas sociais, o segundo suscita uma

necessidade antológica de se repensar a democracia e seus mecanismos de acesso ao poder.

2.1.4 Afirmação positiva do negro perante a sociedade racista brasileira

Um dos imaginários sociais que mais impactaram a formação da identidade racial no Brasil está ligado às tentativas de definição do negro como uma raça inferior, geneticamente degenerativa e em vias de extinção. Apreendido como um “laboratório racial”, o Brasil recebeu no século XIX inúmeros pesquisadores dispostos a mostrar ao mundo que havia uma hierarquia entre “as raças humanas” que poderia ser resumida aos critérios superioridade/inferioridade. Do Conde de GABINEAU (1856) a João Batista LACERDA (1911), a ideia que se tinha do brasileiro era a de “um povo feio” (GABINEAU, 1856) e esperançoso pelo “branqueamento”, o qual era apresentado como “saída e solução” (LACERDA, 1911, In: SCHWARCZ, 1993: 137) para a degeneração causada pela mistura de raças. Nos livros e nos jornais, nas pinturas ou nos textos científicos, a ideia era provar não só o quanto a miscigenação era um mal terrível, como também deixar claro que as raças eram incompatíveis.

Diante dos prognósticos de que “os grupos inferiores constituíam barreiras frente ao progresso da civilização (Boletim do Museu Paraense E. Goeldi, In: SCHWARCZ, 1994: 140), os cientistas cumpriram o papel de classificadores do povo brasileiro: de um lado, aqueles cuja cultura e cor deveriam ser afirmadas e cultivadas (os brancos); e, de outro, aqueles cuja aberração de cor e culturas deveriam ser superadas (os negros e mestiços).

Passados mais de cem anos da composição desses imaginários racialistas, muitas heranças permanecem vivas até os dias de hoje. Os relatos vistos neste capítulo da tese, os quais nos falam sobre o preconceito vivido pelos entrevistados em virtude de sua cor, sua cultura e suas características

fenotípicas²¹, indicam que a visão de inferioridade do negro permanece viva no cotidiano dessas pessoas. E essas práticas não são repassadas somente no contato interpessoal. Paralelamente a este, existe uma certa institucionalização de visões preconceituosas sobre o negro brasileiro, a exemplo da forma como este, sua história e sua origem são tratados nos livros didáticos (MARCON e SOGBOSSI, 2007); ou como são sub ou mal representados na mídia (ARAÚJO, 2004), dentre outros aspectos.

É diante desse contexto que temos que compreender parte dos argumentos dos militantes negros em busca dos espaços políticos de poder. Vista não somente como uma forma de garantir espaço nas decisões políticas, a participação institucional do negro coloca em evidência a afirmação positiva dele. Sobretudo, existe uma visão positiva perante uma sociedade que, historicamente, impôs olhares e posições negativadas ao negro, à sua cultura e identidade e, mesmo, à sua capacidade de ação. Assim, afirmar que “hoje temos pessoas com capacidade de assumir cargos” traduz-se em questionar e repudiar as inúmeras tentativas de sujeição do negro, de esteriotipação deles como seres que para nada serviam além da escravidão. Este é inclusive um argumento ressaltado historicamente pelos movimentos negros, que assumiu em suas agendas reivindicações que visavam a destacar a importância da presença da população negra nos espaços da política (HANCHARD, 2001; SILVA, 2004), da mídia (SODRÉ, 1999; ARAÚJO, 2000), bem como do ambiente acadêmico/intelectual (GUIMARÃES, 2004).

Observemos o argumento apresentado pelo entrevistado 11. Nesse relato, o militante inicia sua justificativa sobre “por que negro representar negro?” invertendo a interrogação: “por que negro não representar negro?”. E, com base nisto, seguem suas indagações:

Por que devemos estar sempre agindo como coadjuvantes? Por que devemos ser sempre formiguinhas que erguem o castelo dos outros. Nós precisamos e devemos sim estar nos espaços de poder. **Isso é necessário pra marcar posição, pra mostrar do que somos capazes, pra mostrar que nós próprios podemos fazer a coisa**

²¹ Ver item 2.1.1 do capítulo II.

acontecer. A história sempre nos colocou como incapazes, mas somos muito fortes.

Pelo descrito, podemos situar que a linha argumentativa perpassa, basicamente, três proposições: negar a ideia de “incapazes” traçada pela história; marcar posição no cenário de condução das políticas públicas; e galgar o reconhecimento social em face de que os negros têm capacidades que até então foram marginalizadas.

As demais entrevistas fortalecem a perspectiva suscitada anteriormente, enfatizando, porém, o aspecto da capacidade. Observemos as entrevistas 2 e 5, as quais ilustram essa questão.

Entrevista 2:

... hoje nós temos pessoas com capacidade para assumir cargos na estrutura de Estado, na estrutura de governo do Estado, com status de secretário ou secretária, e desenvolver com mais ênfase e implementar as políticas de promoção da igualdade racial, voltadas para as comunidades, para os grupos étnicos, sejam indígenas, negros, ciganos.

Entrevista 5:

Eu acho muito importante, porque é importante a gente dar espaço a lideranças, constituídas ou não no movimento social negro. Embora algumas não estão devidamente qualificadas, mas é preciso dar oportunidade a essas pessoas, **é preciso que a comunidade reflita que negros também podem ser gestores, mas também os negros e as negras tem que galgar os espaços também por mérito, com trabalho, com compromisso**, e nem sempre tem sido dessa forma.

Esses argumentos, que destacam a participação dos militantes nas esferas institucionais como forma de evidenciar a “capacidade do negro”, caminham na mesma direção dos argumentos em defesa das chamadas “ações afirmativas” (MOEHLECKE, 2002). Dentre as inúmeras possibilidades de definição para esse termo, podemos destacar a ênfase para a questão de fornecer condições iguais para que segmentos excluídos possam mostrar a sua capacidade. Sob esse tipo de proposição, perpassa a ideia de que a “ação afirmativa” não é uma forma de facilitar o acesso de pessoas a concursos públicos, ao mercado de trabalho, a políticas de distribuição de renda, mas, sim, de não negar a possibilidade de iguais condições de concorrência. Nesse

caso, como afirma MOEHLECKE (2002: 201), “não basta ser membro de um grupo discriminado; é necessário que, além disso, o indivíduo possua determinadas qualificações”.

2.1.5 Das virtudes individuais que os levaram ao poder

Outro ponto que também converge entre o posicionamento dos entrevistados é em relação à forma como eles se percebem “escolhidos” para fazerem parte das esferas institucionais de governo. Quando questionados sobre os motivos pelos quais eles teriam sido escolhidos, a resposta mais recorrente é: **a história de militância na causa negra**. Sobre este argumento, são ressaltadas narrativas acerca do “nascimento”, do “engajamento”, do “reconhecimento público” e do “conhecimento crítico/intelectual” que os militantes têm da causa. Além disso (do fator “história na militância negra”), também foram destacadas, só que de forma relativamente mais secundária, a capacidade de abertura política dos representantes institucionais ou partidos e a luta dos movimentos negros.

Analisando de que forma as questões colocadas anteriormente foram situadas nas falas dos entrevistados, destacamos o argumento relacionado ao “nascimento”. Sobre este, os entrevistados colocam que a legitimidade de suas escolhas começa pelo próprio nascimento, já que, a partir daí, foi despertado o “sentir na pele” do que é ser negro. Essa proximidade com a realidade racial, com o compartilhamento da mesma história, das características físicas, da discriminação sofrida, teria garantido, de alguma forma, a possibilidade de esses militantes serem vistos como “aptos” à tarefa de representantes da causa negra, conforme podemos observar nas entrevistas 6 e 2:

Entrevista 6:

Eles me chamaram para ser secretária da igualdade racial em consequência da minha autoafirmação, do reconhecimento da minha ancestralidade, entendeu?, de saber da força ancestral que eu tenho. Que é importante que a gente atenda às demandas.

Entrevista 2:

A gente já nasceu fazendo essa luta, né? Porque eu nasci numa comunidade remanescente de quilombo, que é a comunidade quilombola da Mussuca. E quando a gente foi crescendo, a gente ouvia muito as pessoas falarem que **nós éramos descendentes dos escravos...** Então, assim, o despertar da luta pela causa negra, ela nasce na comunidade.

Além desse trecho da Entrevista 3:

Eu sempre fui é... **eu sou de família negra**, né, os meus pais são negros, toda minha família é negra.

Os “eventos biográficos” aparecem nas falas dos entrevistados como fatores determinantes para a escolha deles em relação aos cargos ocupados. Na visão dos entrevistados, fatores como origem e engajamento com a causa foram transformados em uma espécie de “capital simbólico” capaz de legitimá-los perante o Estado (e mesmo perante a sociedade civil, em especial a de origem negra).

Inspirados em estudos que nos falam da incorporação da identidade e dos eventos históricos como fatores que legitimam determinados segmentos sociais no poder ou justificam determinadas políticas (HONNETH, 2003), podemos dizer que os militantes percebem-se no poder mais por uma condição de abertura do Estado para reconhecimento do papel do negro na luta contra o racismo do que por uma articulação política, por exemplo. Para esses argumentos, perpassa-se uma ideia um tanto quanto otimista de que o Estado, através das instituições políticas, havia, finalmente, reconhecido a importância histórica do negro na sociedade brasileira. Mediante os argumentos dos entrevistados, poderíamos dizer que eles acreditam que suas demandas teriam chegado ao “Reconhecimento moral”, tal qual definido por Axel HONNETH (2003). Ou seja, em resposta à histórica discriminação do negro e em “abertura” às permanentes formas de resistência demonstradas por eles, o Estado estaria reconhecendo como legítima a presença dos negros nos espaços institucionais de governo.

Com base em HONNETH (2003), podemos dizer que, frente à exclusão estrutural (privação de direitos, desrespeito moral) e à “ofensa” ou “degradação” da dignidade (envolvendo aí ofensas a modos de crença, cultura e tradições) vivida pelo negro, o Estado, na visão dos entrevistados, passa a atribuir um valor social positivo aos componentes histórico, cultural e identitário deste segmento. Em outras palavras, a “morte social” (escravidão, privação de direitos e exclusão social) teria dado espaço à estima e ao prestígio.

Além da referência à “origem racial” e do suposto reconhecimento do Estado, os entrevistados destacam ainda o argumento do prestígio social (reconhecimento público) e do “engajamento” na causa negra como fatores decisivos à atuação deles nas estruturas de governo. Sobre isso, podemos observar as falas das entrevistas 6 e 4:

Entrevista 6:

Eu acredito que eu assumi por conta da **militância política**... porque não se assume se você não tiver militância política, né? Então, todo mundo me conhece **porque eu faço militância na área racial**. Então, eu me dediquei. **A minha formação, como professora eu tomei várias frentes, de escola**... Aqui em Laranjeiras eu apresentava a proposta para os professores, então, eu fui ganhando maturidade.

Entrevista 4:

O primeiro cargo que assumi foi esse. Agora, nesse ponto, Aline, eu vou dizer uma coisa: **é porque eu estou, eu sou militante da questão racial negra, e hoje em dia mais da questão afro-religiosa**...

É possível observar, nessas narrativas, dois critérios de referência bastante representativos das demais falas dos entrevistados: um é a extensão da causa negra para outras esferas da vida do militante, no caso, a vida profissional, fazendo dela uma ferramenta de afirmação e luta por reconhecimento; outro é a relação entre ser engajado na questão racial, mas, sobretudo, na questão afro-religiosa. Sobre esta última, tivemos referências de pelo menos três lideranças, que destacaram a relação com a militância afro-religiosa como a “oportunidade” para participar das instituições governamentais.

Com base nos estudos de SOUZA (2013) sobre carreiras de militantes negros em Sergipe, a profissão, neste caso, foi reconvertida em rede de sociabilidade do militante em relação à causa negra. O ambiente do magistério foi convertido em um canal de legitimidade do militante em relação à causa que militava, atraindo não só o olhar da sociedade, mas também o olhar político de lideranças partidárias locais. Nesse contexto, ocorre o que a autora chama de transformação de itinerários individuais reconvertidos em cargos públicos.

Já em relação ao engajamento com a questão afro-religiosa, observamos, no conjunto argumentativo, a afirmação de que o critério da religiosidade seria um condicionante a mais para a emergência dos militantes ao poder. O destaque da “entrevista 4” para o militantismo religioso é coerente com as análises desenvolvidas por OLIVEIRA (2011) acerca da ideia de que as religiões afro-brasileiras seriam “guardiãs da identidade” negra.

Segundo OLIVEIRA (2011), nos últimos anos, as religiões de matrizes africanas vêm conquistando espaços de reconhecimento e legitimidade, sobretudo no que se refere à formulação de políticas públicas de combate ao racismo. Isso porque uma parcela do movimento negro vem destacando esse ponto da cultura afro como um dos mais estratégicos para a afirmação da identidade negra e, conseqüentemente, da luta por reconhecimento político. Nas palavras da autora:

é, portanto, como corolário do processo de consolidação de uma nova identidade social e cultural para o negro brasileiro que a pertença, ou pelo menos proximidade, com as religiões afro descendentes passa a ser vista como parte constitutiva do “ser negro” (OLIVEIRA, 2011: 52).

É importante destacar ainda que, nesse mesmo estudo, OLIVEIRA (2011) afirma que o recorte religioso assumiu posição de destaque, inclusive nos propositivos que conformam a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Segundo a autora, além de ser uma temática recorrente nas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (2005 e 2009, respectivamente), nas quais foi afirmada a magnitude de sua contribuição, o recorte religioso assume destaque no texto da Política, sendo estabelecidos os pontos a seguir: “garantia de respeito e legitimidade social das sacerdotisas,

sacerdotes, pajés e xamãs”; “legislação que defina e puna atos discriminatórios relativos à intolerância étnico-religiosa”; “políticas públicas de resgate e preservação ao patrimônio cultural e material” (Relatório final CONAPIR, 2005: 106).

Além do destaque dado pelos entrevistados à militância na causa religiosa, foram citados ainda o engajamento na questão da saúde afro, do homossexualismo e da capoeira, porém de forma mais isolada.

Um terceiro argumento ressaltado entre os entrevistados foi em relação à capacidade “crítico-intelectual”. Argumento recorrente em quase todas as entrevistas, tal afirmativa nos convida a perceber que, aos olhos dos militantes institucionais, eles não estão ali simplesmente pela articulação política. Há nessas narrativas, a necessidade de demonstrar um caráter dinâmico e abrangente das escolhas, de mostrar que não se trata de uma escolha essencialmente burocrática ou partidária, mas, antes, de uma escolha que reúne, além da história de vida, do engajamento e da representatividade social, a “capacidade intelectual e administrativa para gerir a política”. A citação a seguir destaca alguns direcionamentos sobre tais referências:

Entrevista 2:

Aí eu fui convidado pelo secretário municipal de participação popular para assumir esse cargo também **por causa do meu currículo**. Além dele me ver como um militante da causa negra, ele também avaliou o **meu currículo**. Eu tenho **especialização em educação das relações étnico-raciais, né, um Mestrado em Sociologia, onde eu fui estudar o Candomblé; eu fiz vários cursos de formação nessa área da Lei 10.639, né?**, basicamente meu currículo tá fechado na ótica da questão étnico-racial, pronto, aí isso também pesou.

A importância do currículo é um fator que, embora não possa ser generalizado entre as falas das lideranças, aparece de forma recorrente. Dos entrevistados, 4 enfatizaram a sua formação acadêmica, destacando, com elas, ora a dedicação à temática étnico-racial, como na citação anterior, ora o uso de suas habilidades profissionais para desenvolver ambientes ou situações vinculadas à questão racial, como o trabalho de um professor crítico em

relação ao racismo em sala de aula ou a capacidade de prestar assessoria para formulação de políticas étnico-raciais.

O argumento do “currículo”, da “capacidade intelectual”, traduz um posicionamento bastante acionado pela comunidade negra organizada no Brasil: a formação qualificada do negro para lidar com a questão racial. Essa formação foi, inclusive, desde o período de sua formação, uma bandeira levantada pelo Movimento Negro no Brasil. De acordo com Petrônio DOMINGUES (2012: 237), o “movimento associativo de homens de cor” deu origem a clubes, grêmios, associações, os quais, no período pós-abolição, desenvolveram um importante papel na conscientização e mobilização racial. Esse trabalho era feito através de ações como: manutenção de escolas, grupos musicais, grupos de teatro; assistência jurídica e serviços médicos; cursos de formação política, artes e ofícios; publicação de jornais; formação de partido político, dentre outros (DOMINGUES, 2012: 238).

Atualmente, o conjunto formado pelas Políticas de Ações Afirmativas – como as cotas para ingresso no ensino superior, os cursos de formação sobre a Lei 10.639/03, os cursos de especialização nas áreas de raça e etnia – acabou por se tornar um mecanismo de formação e capacitação de muitos militantes da causa negra. A consequência disso parece ser a possibilidade de ampliação do currículo intelectual/formativo dos militantes da causa negra, fazendo com que fiquem mais próximos do que consideram “fechar o currículo na ótica da questão étnico-racial”.

Nas palavras de DOMINGUES (2012), o próprio movimento negro passou a se organizar com tendência à especialização:

Na década de 1990 verificou-se outra tendência: muitas entidades negras se especializaram, passando a atuar em uma única área. Com esse espírito, surgiram as entidades voltadas para atuar nas áreas de educação, como a Associação Afro-Brasileira de Educação Cultural e Preservação da Vida (Abrevida), em São Paulo; o Educafro, no Rio de Janeiro; o Núcleo de Estudos do Negro (NEN), em Florianópolis; as entidades dedicadas à saúde reprodutiva da mulher negra, como a ONG Fala Preta!, de São Paulo; as direcionadas aos empresários negros, como o Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros do Triângulo Mineiro (Ceabra); as destinadas a enfrentar o

Por fim, podemos destacar, de forma menos recorrente, os argumentos de “abertura política” e “luta do movimento negro”. Na entrevista 4, como veremos, o militante destaca a articulação política do Governo do PT com o movimento negro como mecanismo que permitiu a escolha dos militantes para ocuparem os espaços institucionais.

Entrevista 4:

Este que estou atualmente foi uma **articulação, né, dos partidos, do então Governador Marcelo Déda e do movimento negro**, dentro desse projeto negro, eu fui indicado pela coordenação nacional de entidades negras pra estar presente dentro da gestão pública.

Embora nenhum dos entrevistados tenha negado a articulação política entre movimento negro ou militantes da causa negra com os governos/partidos, o pouco interesse em enfatizar essa articulação nos faz pensar na conflitiva relação que existe entre: de um lado, aqueles que acham que o movimento negro deve aproximar-se do Estado; e, de outro, aqueles que acreditam que essa aproximação é uma forma de cooptação do movimento negro para as estruturas burocráticas.

A relação entre Estado e movimentos negros, como já introduzido em outras partes deste trabalho, é algo que, além de remeter a um passado de conflito, remete ainda a um presente incerto. Isso porque, conforme dispõem ALBUQUERQUE e FILHO (2006) e DOMINGUES (2012), historicamente, o Estado manteve-se ou como regulamentador das relações escravistas, ou como disseminador de ideologias que tentavam minimizar a real condição de racismo vivido na sociedade brasileira, mesmo depois de, oficialmente, extinguir a escravidão: “na década de 1890 os negros foram proibidos de festejar o 13 de Maio em várias cidades” (ALBUQUERQUE e FILHO, 2006: 295); “a ditadura que foi implantada a partir do golpe militar de 1964 desarticulou a luta política do movimento negro organizado” (DOMINGUES, 2012: 239); e, na década de 1990 e início do século XXI, tanto os partidos de esquerda quanto os de direita “entendem que o problema do racismo é um

mero epifenômeno do problema social, razão pela qual são refratários às políticas públicas específicas” (DOMINGUES, 2012: 246).

Questões como essas nos fazem pensar que, apesar do discurso de “aproximação” e “diálogo” entre Estado e movimentos negros e apesar de os próprios militantes perceberem que houve essa abertura para que eles pudessem fazer parte das estruturas dessa esfera, a aproximação/abertura ainda não é uma ferramenta discursiva tão facilmente disseminada. Antes mesmo de pensar na “emergência dos militantes ao poder” pelo critério da articulação política, há uma nítida preferência em destacar os aspectos simbólicos, como identidade, cultura, competência.

Por fim, entre os argumentos ressaltados pelos militantes para justificar o porquê de suas escolhas para assumir o poder está “a pressão que o movimento negro fez ao governo”. Observemos como o militante descreve essa situação na entrevista 1, da qual transcrevemos o trecho abaixo:

as mobilizações do movimento negro são importantes para conseguir que o governo compreendesse que essas políticas públicas elas teriam que ser criadas, isso é um fato que tem que ser colocado. **Em Sergipe aconteceu um fato bem semelhante, os movimentos sociais se organizaram para que essas políticas estivessem acontecendo, pudessem estar havendo e aí o movimento negro pressionou o governo e nós temos aqui dois órgãos de promoção da igualdade racial.**

Enunciados como “mobilizações do movimento negro” e “o movimento negro pressionou o governo” levam à interpretação de que, na visão dos militantes, a emergência ao poder não se deu sem mecanismos de “pressão” sobre os governos. Ainda que os últimos governos tenham se afirmado como “sensíveis” às demandas raciais, e ainda que o militantes, de certa forma, acabem incorporando esses discursos, existe a ciência de que essa foi uma conquista advinda de um campo de disputas, de luta por afirmação e, como havíamos falado antes, por reconhecimento.

CAPÍTULO III: AO PODER SEM PODER - CONFLITOS E INCONSENSOS

O presente capítulo apresenta-se como uma forma de problematização do que fora colocado nos capítulos anteriores. Enquanto o Capítulo I concentrou-se em contextualizar o cenário de ascensão de lideranças negras nos espaços institucionais em Sergipe, descrevendo, assim, o universo da pesquisa; o Capítulo II concentrou-se em refletir sobre os argumentos em defesa dessa participação descritiva; o Capítulo III, por seu turno, incumbiu-se de analisar os principais conflitos e inconensos que decorrem a partir dos discursos e das práticas de emergência dos militantes negros no poder institucional.

Diante disso, a análise resgata quatro dilemas que ora identificamos nessas novas formas de atuação, os quais sistematizamos da seguinte forma: (1) distância entre a expectativa de acesso ao poder e as reais condições de acesso a ele; (2) articulação de novos discursos por parte dos movimentos sociais, tendo em vista a ação via articulação com o Estado (através do Governo do PT) e não mais a oposição com este; (3) reconfiguração do discurso de promoção da igualdade racial, em face da necessidade de estreitar o diálogo entre movimento negro e PT; e, por fim, (4) os dilemas da representação, figurados na oposição “militantes que estão no poder” versus “militantes que estão fora do poder”.

Nesse cenário, tomando como referência os estudos de Norberto BOBBIO (2002)²², definimos como um dos objetivos deste capítulo fazer a ideia de participação institucional do negro “descer do céu dos princípios” para a terra onde se chocam interesses consistentes. E descer do céu dos princípios à terra dos interesses é justamente narrar o que o sistema político é em seu cotidiano, e isso envolve perceber o universo de conflitos, mas também de

²² A frase original é: “fazer descer a democracia do céu dos princípios para a terra onde se chocam interesses consistentes”. (BOBBIO, 2002: 24).

consensos; o palco de afirmação de ideologias, mas também de reformulação; o cenário de possibilidades, mas também de impossibilidades.

E foi precisamente isso que narramos ao longo deste capítulo. Tendo em vista que o processo de emergência de lideranças negras nos espaços institucionais de governo em Sergipe é permeado pela ideia de o que é representar, o que é estar nos espaços de poder e o que seria o ideal exercício do poder, a presente discussão centra-se, justamente, na forma como estas ideias são processadas em práticas cotidianas. Assim, interessou-nos saber, por exemplo, como os gestores lidam com as possibilidades de orçamento, estrutura e demais condições materiais para o funcionamento do trabalho nas instituições. Nesse sentido, interessa-nos, também, refletir sobre um ponto fortemente marginalizado pelos pensadores do processo de institucionalização dos movimentos sociais: as questões estruturais de funcionamento da gestão.

Embora muitos pesquisadores dediquem páginas e mais páginas de seus estudos tentando mostrar os dilemas ontológicos do sistema democrático, concentrando-se nas questões filosóficas e morais, o que o cotidiano da gestão dos militantes negros mostra é a necessidade de pensar em questões muito mais básicas, como falta de orçamento, estrutura física deficitária, potencial humano insuficiente. É claro que esse fato não exclui os tantos outros de caráter subjetivo, porém, sem ele, não daremos conta de explicar questões que, de alguma forma, vêm sendo secundarizadas nas perspectivas de análises.

Assim, tendo em vista a nossa proposta de fazer a participação institucional descer do universo do ideal para a realidade do concreto, cumpre-nos refletir sobre o que chamamos de cenário de institucionalização do movimento negro em Sergipe. Em outros termos, queremos saber: quando estiveram no poder, de quais espaços de ação esses agentes dispuseram? Em suma, quais foram as condições dadas para que a gestão de políticas de promoção da igualdade racial pudessem ocorrer?

Com base nas análises de DOMINGUES (2007; 2012) e DANTAS (2003), enquanto nos anos 1980 e 1990 o movimento negro no Brasil e em Sergipe concentravam-se na crítica aos déficits da inclusão dos atores nas esferas de governo, nesse início de século XXI a preocupação passou a ser outra. Esta girou em torno de legitimar a atuação do militante negro nos espaços de poder, buscando, de um lado, espaço e recursos para desenvolver políticas de promoção da igualdade racial, e, de outro, agir de forma representativa para com aqueles que estavam fora do poder.

Acreditamos que a ênfase normativa sobre a participação do negro nas esferas institucionais obscurece questões de peso, como, por exemplo, os inconensos (ao invés dos consensos), as condições de ação micro (ao invés de pensar somente nos grandes sistemas) e o cotidiano da atuação (ao invés dos resultados). Desse modo, analisamos, neste capítulo, a “qualidade do estar no poder”. E, por qualidade, subentendam-se possibilidades viáveis para o real exercício das tarefas incumbidas, como: capacidade de mobilidade, articulação, condições de gestão e execução de propostas.

Não nos coube, porém, resumir a análise à simples acusação de que as instituições seriam anacrônicas e ineficientes. Observando sob um ponto de vista mais abrangente, sabemos que o fenômeno ocorrido em Sergipe não foi exclusivamente local, mas reflexo de um amplo processo de tentativas ainda incipientes, que objetivavam a reconstrução dos pilares democráticos, mas esbarram em problemas pontuais como a preparação da máquina estatal e de seus próprios gestores para agirem em um sistema democrático.

3.1 Ao poder sem poder

Se, por um lado, os entrevistados têm a convicção da importância de militantes negros ocuparem espaço nas instituições de promoção da igualdade racial, por outro, a sensação de frustração parece ser uma constante na fala deles. Contribuem para isso diagnósticos como: (1) fragilidade estrutural, como

a falta de orçamento, de profissionais e de estrutura física para o desenvolvimento do trabalho; (2) falta de interesse pela causa racial de muitos dos representantes institucionais não ligados ao militância negro; (3) e a própria incapacidade de alguns militantes em permanecerem “firmes” aos ideais da questão racial depois que assumem as esferas de governo.

O primeiro ponto – referente às condições estruturais – foi o argumento mais recorrente entre todos os entrevistados. Diante do quadro generalizado de faltas (de orçamento, de profissionais, de espaço), eles expressam a sensação de que, por mais que houvesse interesse e dedicação individual, era impossível implementar políticas públicas sem os recursos materiais necessários:

Entrevista 2:

Então, hoje **orçamento também é um outro problema que eles passam**, né?, o orçamento muito reduzido, então, assim, são **poucas as chances de se fazer uma política, ou mesmo até desenvolver ações**, e nesse sentido eles colocam muito pra mim, apesar de que lá na Coppir Estadual, têm umas 2 ou 3 pessoas...

Entrevista 4:

Olhe, mesmo eu tando na gestão pública eu não posso ser hipócrita, né, que eu não tô satisfeito, se eu passo essa análise de como são as coisas pra você, eu não posso tá satisfeito. Apesar do esforço do Governador, né, porque... a política é um contexto geral, né, que o Governador cria com a coordenadoria, segue um modelo, né, a gente faz a gestão. Mas, quando você entra na gestão, há todo um processo que, muitas vezes, vem de outras épocas, e que você precisa melhorar. **A nossa política precisa melhorar bastante, estrutura, orçamento, o quantitativo de pessoas, né, porque é, é... muita demanda, então ela precisa avançar.** É o início, mas precisa avançar bastante.

A escassez orçamentária, o reduzido quadro de profissionais e a precária estrutura são acionados como os principais fatores impeditivos para o sucesso das políticas de igualdade racial em Sergipe. Com isso, além de ser difícil atuar para a promoção da política, as ações acabaram sendo praticamente uma questão de interesse pessoal, já que foram os esforços individuais dos que acessam os espaços da gestão que possibilitaram, minimamente, a atuação deles.

Fazendo um levantamento geral das condições orçamentárias e do quadro de funcionários das secretarias e coordenadorias de promoção da igualdade racial em Sergipe, identificamos a lógica dos relatos dos entrevistados, a qual se confirma da seguinte forma:

**QUADRO VI: ORÇAMENTO E QUADRO DE GESTORES NAS
INSTITUIÇÕES DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL EM SERGIPE
(2013-2014)**

Órgão	Orçamento	Quadro de Gestores
Copir Estadual, atual Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial	Não possui orçamento próprio, dependendo da verba fornecida por outras secretarias.	3 gestores
Copir de Aracaju	Não possui orçamento próprio, dependendo da verba fornecida por outras secretarias.	1 gestor
Secretaria de Igualdade Racial de Laranjeiras	Não possui orçamento próprio, dependendo da verba fornecida por outras secretarias.	1 gestor
Secretaria de Igualdade Racial da Barra dos Coqueiros	Não possui orçamento próprio, dependendo da verba fornecida por outras secretarias.	1 gestor
Secretaria de Igualdade Racial de Estância	Não possui orçamento próprio, dependendo da verba fornecida por outras secretarias.	1 gestor

Fonte: entrevistas realizadas pela autora.

O quadro acima é bastante ilustrativo no que diz respeito ao esforço institucional para tratar da questão racial em Sergipe. Afinal, se por um lado o Estado foi reconhecido pela forte presença da população negra, com diversas comunidades quilombolas e de terreiro, por outro, a estrutura organizada para tratar da questão era pequena ou, algumas vezes, inexistente.

Observemos que todo o território de Sergipe, entre 2013 e 2014, apresentou apenas 7 gestores ligados à política de igualdade racial, os quais, além de não terem orçamento próprio, estavam à mercê de uma gestão praticamente unitária. Com exceção da Copir Estadual, que apresentou 3 gestores em sua estrutura, as demais foram instituições de um único representante, o que deu à política um caráter personificado.

Com relação à previsão orçamentária, esta foi uma das tarefas mais difíceis de coletar dados. A falta de informações públicas sobre os

planejamentos e gastos com a política de igualdade racial no Estado e nos Municípios demonstrou a pouca clareza no que concerne ao quantitativo orçamentário destinado a tal setor. Tanto nas entrevistas quanto nos meios de divulgação eletrônicos, tais valores não foram mensurados, de forma que, muitas vezes, parecia ofensivo (ou talvez constrangedor) questionar sobre tal assunto.

As referidas dificuldades vinculadas à questão racial no Estado de Sergipe podem ser relacionadas a uma dinâmica maior, que envolve o contexto das políticas públicas de igualdade racial no âmbito federal. Conforme descrito pela ex-ministra da Seppir, Luiza BAIROS:

Sem estrutura, a Seppir não consegue trabalhar para fora. E **a Secretaria precisava muito de estruturação**. Para você ter uma ideia, ela ainda depende administrativamente do Ministério da Justiça. Das secretarias que são contemporâneas do primeiro governo do ex-presidente Lula, SDH, SPM e Seppir, **a Seppir é a que ficou mais atrasada do ponto de vista da sua organização interna e da possibilidade de trazer aqui para dentro aquelas unidades e mecanismos necessários para se trabalhar com mais agilidade**. O nosso objetivo é poder chegar em 2014 em condições de nos tornarmos autônomos em relação ao Ministério da Justiça. Além disso, é preciso ter um núcleo de convênios com tamanho compatível para se estabelecer parcerias e colaborações com estados, municípios e entidades da sociedade civil. Temos feito um esforço grande para promover essa ampliação, porque senão a Secretaria não consegue agir, não consegue atuar. **Há um problema crônico aqui dentro, que é a questão da execução orçamentária. A Seppir é um dos menores orçamentos da Esplanada, sempre foi**. Continua tendo um dos menores orçamentos porque não criou uma estrutura interna ágil o suficiente para fazer com que esses recursos sejam efetivamente aplicados. Então, eu concordo com todo esse debate de que o orçamento da Seppir precisa aumentar, mas junto com isso é preciso aumentar a estrutura. Sem a estrutura para aplicar o recurso, não adianta incrementar o orçamento. (Luiza BAIROS, 03/04/2013)

A falta de orçamento, aliado à falta de um quadro de dirigentes, mais a dependência em relação a outros órgãos são pontos dos mais críticos em relação às dificuldades enfrentadas pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Conforme relata BAIROS (2013), além de a Secretaria ser um dos órgãos com menor dotação orçamentária, ainda enfrenta a falta de estrutura física, e, sobretudo, a falta de profissionais para elaborar e implementar ações. Aliás, o fato mais alarmante não foi nem a ausência de verba, mas, sim, de profissionais para planejarem as ações a serem

desenvolvidas. Afinal, conforme a Ministra, “sem estrutura, a Seppir não consegue trabalhar para fora”. Ou seja, as políticas não chegam até o seu público alvo: as comunidades quilombolas, as comunidades de terreiro e a população negra em geral.

Em novembro de 2012, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) elaborou uma nota técnica na qual dispunha de dados e análises sobre o orçamento das políticas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo. Nessa nota, evidenciou-se um fato bem curioso: embora fossem recorrentes as críticas acerca do “pequeno orçamento” destinado à questão racial, o fato é que, na prática, o uso desse orçamento apresentava-se aquém do autorizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA). De acordo com o Instituto, entre 2008 e 2011, menos de 30% dos valores autorizados foram utilizados, conformando as seguintes proporções: em **2008**, foram autorizados R\$ 231.345.458, porém só foram utilizados R\$ 48.100.469; em **2009**, dos R\$ 293.211.127, só foram utilizados R\$ 60.068.921; em **2010**, dos R\$ 259.639.921, foram usados apenas R\$ 91.961.028; e, em **2011**, foram autorizados R\$ 238.801.760, porém só foram gastos R\$ 113.668.255.

O ano de 2012 revelou-se o período mais alarmante em termos de execução do orçamento da igualdade racial. De acordo com o INESC:

A execução do Orçamento da Igualdade Racial nos primeiros 10 meses de 2012 revela uma baixíssima prioridade e falta de comprometimento dos diversos órgãos do governo federal com a promoção da igualdade racial... podemos verificar que **do total de R\$ 1,9 bilhões de reais previstos no orçamento de 2012 para diversas ações que contemplam a promoção da igualdade racial, apenas R\$ 182 milhões foram executados pelo governo até 31 de outubro, ou seja, apenas 9,44% do total autorizado.**

Diante desses dados, fica claro que as dificuldades de implantação da igualdade racial no Brasil e, especificamente, em Sergipe, ultrapassam a questão orçamentária. Ainda que, em comparação com outras secretarias, o valor destinado à Seppir seja bem menor, e cada vez venha sofrendo mais ajustes, a questão problemática ainda continua sendo a precarização da estrutura (física e profissional) adequada às demandas. É evidente que, no caso de Sergipe, a questão orçamentária não goza do privilégio de “devolver

verba”, mesmo porque não existe verba definida no planejamento orçamentário específica para as demandas raciais. O que existem são valores repassados às Secretarias de Inclusão Social, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Cultura que podem servir às demandas raciais. Mas, mesmo nesse caso, dado o seu quadro ínfimo de gestores e a sua estrutura física quase inexistente, o orçamento, por si só, não traria resultados tão exequíveis.

Assim, podemos compreender que a falta de um orçamento próprio nas instituições de igualdade racial em Sergipe, assim como no Brasil, praticamente obriga seus gestores a desenvolverem uma política estritamente de parcerias, já que eles não dispõem de estrutura para desenvolverem suas atividades de forma autônoma. O resultado disso é que tanto fica difícil fazer um planejamento a longo prazo quanto desenvolver políticas com um perfil especificamente racial. Em outras palavras, isso significa que, para além do compromisso com o governo e com a sociedade civil, as coordenadorias/secretarias de igualdade racial ainda têm que dar respostas aos órgãos com que fazem parceria, tendo sempre que encontrar um meio-termo.

Um dos pontos mais complexos dessas “parcerias forçadas” foi, como informaram os entrevistados, a dificuldade de convencer as demais instituições que a questão racial deve ser trabalhada transversalmente por elas, bem como que essa não deve ser uma demanda restrita a uma ou outra secretaria, mas, sim, abordada por todas, com suas generalidades e especificidades.

Todavia, na prática, o que vem ocorrendo é que, além da falta de recursos próprios, as instituições de igualdade racial ainda sofrem o desinteresse das demais instituições em tratarem dessa questão, conforme descreve o entrevistado 1:

Andam muito pouco essas coordenadorias, porque não têm recursos próprios, não conseguem essa comunicação com as demais secretarias e essa política intersetorial, aí esbarramos no racismo institucional. É uma crítica que eu falo, que é uma crítica muito clara, né? Hoje, as pessoas que assumem as gestões, elas assumem muito mais com a preocupação política do que pela capacidade laborativa de estar administrando aquela pasta, porque,

por exemplo, você chega numa secretaria de educação, enfim, em qualquer dessas secretarias, na minha concepção a secretaria deve ter o entendimento do que é toda a política nacional daquela pasta e o que existe de política local. O que eu acho muito interessante é que **a secretaria de educação do Estado lançou um manual para os professores do Estado sobre orientações para implantação da Lei 10.639/03. Aí saiu o material, você vai ver a capa tem lá: governador, vice-governador, secretário de educação, enfim, todas as pessoas que são responsáveis, né? Aí uma instituição do movimento negro foi conversar com o secretário de Educação, e ele disse que não sabia de nada, que não conhecia aquela política.** Enfim, é um material publicado pela secretaria... Existe essa contradição. Quando nós vamos conversar com determinados gestores e nós vamos colocar pra eles as possibilidades que existem de diálogo, de comunicação, inclusive de recursos, além da ignorância, além do racismo, o desconhecimento é total.

O trecho acima ressalta, mais uma vez, o racismo institucional como um dos grandes responsáveis pelo “insucesso” da atuação dos dirigentes negros. Isso porque, como descreve minuciosamente o entrevistado 1, a política de igualdade racial não pode funcionar sem a necessária transversalidade e disposição dos demais órgãos. Nesse sentido, o caso dos órgãos vinculados à educação aparece como um fato emblemático. Em várias entrevistas, e nesta com mais destaque ainda, os órgãos vinculados à educação são vistos como “desarticulados” da política racial, “fechados à comunicação” e ao diálogo. Mais que isso, muitos desses órgãos são vistos como “ignorantes” em relação à causa negra, não só desconhecendo a causa, como também não se abrindo à possibilidade para conhecê-la.

A falta de comunicação entre setores/secretarias, bem como a falta de conhecimento acerca da atividade desenvolvida, não só acarretam a fragilização das atividades como confirmam o racismo escondido por trás da aparente ideia de promoção da igualdade entre raças. Nesse caso, além de não ter a estrutura necessária para desenvolver suas ações, as instituições de igualdade racial em Sergipe confirmam a insensibilidade para com o trato da questão racial pelos demais órgãos.

3.2 De inimigo a aliado: o Estado e os movimentos negros

Outra questão que mereceu destaque diante do cenário investigado foi a aproximação Estado/movimentos negros. Isso porque, enquanto entre os anos 1970-1990 entidades do movimento negro elegiam o Estado como seu principal alvo de protesto, no início do século atual ambos passaram a defender um discurso de “harmonização”. Como já fora explanado no Capítulo I, o processo eleitoral que culminou na eleição do Presidente Lula demarcou o ápice desse estreitamento, de forma que sua campanha, e depois seu Governo, reuniram os mais diversos tipos de movimentos sociais.

Entretanto, não podemos resumir tal mudança a apenas um mecanismo político de partidos populistas. Por trás da aproximação Estado/movimentos sociais, existem mudanças ideológicas bastante profundas que nos fazem repensar os conceitos de ambas as esferas e a forma de atuação delas. No que se refere à aproximação Estado/movimentos negros, podemos dizer que mais do que a vontade de um governo em estreitar o vínculo com tal segmento ou demanda, o fato requer pensarmos para que tipo de política esse Governo diz estar aberto; que tipo de aliança Estado e movimento social (negro) fazem; que tipo de política racial é institucionalizada; que representatividade político-social a relação governo/movimentos negros suscita; e, enfim, quais vínculos (acordos, conflitos e mediações) são estabelecidos.

Em 2013, reforçando a complexidade da relação Estado/movimentos negros, peritos da ONU lançaram alguns diagnósticos sobre o racismo no Brasil, os quais dispunham, dentre outras coisas, que esse racismo era “estrutural e institucionalizado” (Relatório ONU, 2014). Diante disso, os peritos afirmam que “o direito à vida sem violência não está sendo garantido pelo Estado para os afro-brasileiros” (Idem). E ainda acrescentam:

a polícia é a responsável por manter a segurança pública. Mas o **racismo institucional, discriminação e uma cultura de violência** levam a **práticas de um perfil racial, tortura, chantagem, extorsão e humilhação em especial contra afro-brasileiros**. (Idem)

Ou seja, segundo dados da ONU, a polícia, como aparelho de Estado, ao invés de garantir a segurança de todos os cidadãos, promove o racismo. E isso ocorre à medida que o perfil negro passa a ser computado como estatisticamente mais vulnerável à violência, à tortura, à extorsão e à chantagem.

Nos relatos dos representantes da ONU, havia ainda denúncias sobre o mito da democracia racial propagado pelo Estado e até hoje disseminado pelo imaginário nacional; a permanência das desigualdades de acesso a emprego e renda sem que houvessem políticas mais efetivas por parte do Estado; a ausência de governos representativos da população negra em Estados e Municípios. A partir desses dados, o Organismo Internacional nos convidou a olhar para o Estado de forma mais criteriosa, já que, mesmo representado por governos que se declaram avessos ao racismo, ainda assim os dados revelam um racismo que toma forma a partir dessa estrutura ou dentro dela.

Nesse sentido, queremos reforçar que, embora o discurso oficial seja de “Estado e sociedade civil enfrentando juntos a superação do racismo” (PNPIR, 2004), na prática essa relação é muito mais complexa. Ao analisarmos as retóricas construídas por lideranças do movimento negro sobre o Estado, por exemplo, encontramos relações bastante tensas, as quais vão desde o anúncio do Estado como principal responsável pela escravidão, até a eleição dele como principal divulgador de uma falsa “harmonia racial”.

Perpassando os discursos de lideranças do movimento negro sobre a relação entre o Estado e a questão racial no Brasil, podemos começar pela memória de algumas lideranças sobre a escravidão. No imaginário de muitos deles, dentre as piores mazelas cometidas pelo Estado, a escravidão teria sido o mais chocante dentre os seus feitos, já que, como afirmam reiteradamente, além do trabalho forçado, ela trouxe consigo o extermínio de povos e culturas. Em artigo produzido pela militante negra e ex-ministra da Seppir, Matilde RIBEIRO, juntamente com o estudioso, Luiz Carlos FABBRI, os autores destacam tal assunto a partir da seguinte perspectiva:

O presente artigo tem por objetivo chamar a atenção sobre a atualidade política do regime escravista no Brasil e sobre a **responsabilidade histórica do Estado brasileiro no tráfico transatlântico de escravos e na escravização de africanos ao arrepio da lei durante o Império**. Com efeito, após a promulgação da lei de 1831, que proibia o tráfico de africanos para o Brasil e a escravização de africanos após esta data, o Brasil independente permitiu a continuidade do tráfico por navios negreiros portando bandeira brasileira e o desembarque e escravização de 760 mil africanos, segundo a estimativa de Alencastro (2010), e assegurou a impunidade de traficantes e senhores de escravos durante décadas, que continuaram a subjugar ilegalmente gerações de escravos até 1888. (FABBRI e RIBEIRO, 2012:s/n)

Considerar a escravidão não apenas como um problema econômico, orquestrado por donatários de terras, mas sobretudo como um problema político, que teve o apoio e a conivência do Estado, é uma das principais críticas que movimento negro e intelectuais fazem na atualidade. Tendo as suas primeiras formas de manifestação ainda no século XIX, com a luta dos abolicionistas, a crítica ao Estado como instituição que normatiza o escravismo prossegue com os relatos de que o mesmo havia sido negligente com os recém-libertos, deixando-os desprovidos de proteção ou de qualquer forma de assistência. O texto de Frei David SANTOS (2011), diretor executivo da entidade negra Educafro, foi bastante representativo ao mostrar a responsabilidade do Estado em promover atitudes e práticas racistas:

Há 503 anos, o Brasil foi invadido por colonizadores europeus, com o objetivo de enriquecimento de setores da Europa. Para isso, seria necessário muito trabalho pesado. A solução encontrada foi a **oficialização da escravidão no país como política econômica**. Assim, as relações raciais e sociais foram contaminadas e, até hoje, estamos colhendo seus malefícios. Com o passar dos anos, **uma série de atos oficiais foi sendo promulgada**. Por trás da capa de inclusão e solidariedade para com a população negra escravizada estava o objetivo de beneficiar os senhores das riquezas, das terras e do direito de vida e morte sobre os afro-brasileiros. Mais do que isso, a grande intenção da sociedade branca era excluir, marginalizar, afastar o negro do direito à terra, à educação, aos cuidados na infância e na velhice. **A Lei Áurea não é elencada entre os sete atos, porque podemos considerá-la nula**. Na prática, quando foi assinada, só 5% do povo negro viviam sob regime de escravidão. Os demais tinham conseguido a libertação por meio dos próprios esforços... Após a promulgação da Lei Áurea surgiu um movimento exigindo que o governo indenizasse os senhores que haviam perdido seus escravos. Rui Barbosa reagiu dizendo: "Se alguém deve ser indenizado, indenizem os escravos!". Tinha plena consciência das injustiças cometidas pela sociedade contra o povo negro. Hoje, na Uerj, muitos brancos abriram processos na justiça exigindo indenização (outra vaga) por "ter perdido" sua vaga para um negro.

Quase nada mudou: trata-se o negro, ainda hoje, como "um sem direitos". (SANTOS, 2011:s/n)

Da escravidão às cotas, o texto do ativista negro é enfático ao eleger o Estado como alvo de sua crítica e, por decorrência, do movimento de que faz parte. Afinal, como afirma, desde os anos 1500 até o século XXI, o Estado impôs ao negro a condição de “seres sem direito”. Embasando seus argumentos, o autor relata eventos que marcaram esse processo, situando o regime escravocrata, a “falácia da Lei Áurea” e a falta de uma justiça mais consistente para lidar com a “revolta dos brancos” contra as cotas. Além desses eventos, o autor cita, ainda, ao longo do seu texto, mais seis arquitetados pelo Estado, os quais intensificaram o problema da desigualdade racial no Brasil. São eles: (1) a legislação do império, que impedia os negros de frequentarem escolas, pois eram considerados doentes de moléstias contagiosas; (2) o decreto da Lei da Terra (1.850/nº 601), a qual definia que, a partir daquela data, as terras só poderiam ser obtidas através de compra, dificultando o acesso à terra para os libertos; (3) a guerra do Paraguai (1864-1870), que funcionou como um dos instrumentos para reduzir a população negra do Brasil; (4) a Lei do Ventre Livre (1871), que, segundo o autor, funcionava como forma de separar as crianças de seus pais, desestruturando a família negra; (5) a Lei do Sexagenário, a qual, para o autor, foi a forma mais eficiente encontrada pelos opressores para jogar na rua os velhos doentes e impossibilitados; e, por fim, (6) a política imigratória, empregando a mão de obra italiana ao invés da negra.

Diante disso, o sentimento do militante é que atos como esses fizeram do Estado o oficializador dos problemas que o movimento negro luta para superar, quais sejam, o racismo e a desigualdade racial. Logo, antes de ser um aliado, o Estado, na visão de Frei David SANTOS (2011), deve ser visto como responsável pelos danos causados à população negra.

Além dos pontos citados, outro fortemente ressaltado pelos movimentos negros em crítica ao papel do Estado foi em relação à violência sofrida pelo negro. Em 1990, o MNU elaborou um programa de ação, aprovado durante o IX Congresso Nacional em Belo Horizonte, no qual apresentou o Estado, na

figura do poder de polícia, como um dos principais responsáveis pela matança de negros. De acordo com o texto disposto no documento:

No Brasil, o **ESTADO não cumpre as funções sociais que justificam sua existência**. O dever de assegurar ao cidadão o acesso à moradia, escolas, postos de saúde, saneamento básico, transporte e lazer foi abandonado em favor da repressão: **forma de relação arbitrária entre o Estado e os setores explorados da sociedade, negros em sua maioria**. O melhor exemplo disto são as ações da polícia e dos grupos de **extermínio sob sua proteção que, em todo país, atingem o povo negro com ostensiva e impressionante impunidade**. Mesmo uma rápida consulta às páginas policiais dos jornais comprova essa afirmação. Entretanto, a ideologia da democracia racial e a dramática incorporação destes fatos ao cotidiano da sociedade impedem que os assassinos sejam entendidos como a forma mais extrema de **VIOLÊNCIA RACIAL**. (PROGRAMA DE AÇÃO DO MNU, 1990)

Em 2015, em **Nota de repúdio ao Genocídio do Cabula**, o Movimento Negro Unificado do Brasil reforçou a sua crença no Estado como cúmplice do genocídio da população negra. A citação a seguir é parte do texto que compõe o manifesto do MNU contra a ação que provocou a morte de 13 jovens, numa noite de sexta feira (06/02), no bairro Cabula, na cidade de Salvador – Bahia.

Compreendemos o genocídio do povo negro como algo estrutural em nossa sociedade. Todos os dias, vários jovens negros são violentados nas periferias, morros e favelas das cidades. No Brasil, classe e raça andam lado a lado. E, como consequência disso, o povo negro é o que mais sofre com a violência policial, uma vez que a **Polícia Militar é um aparato repressivo do Estado**, que, por sua vez, atende aos interesses da classe dominante. (Movimento Negro Unificado do Brasil, 13 de fevereiro de 2015)

Por fim, podemos citar o manifesto do presidente estadual e diretor nacional da UNEGRO (União de Negros pela Igualdade), Alexandre Braga. O referido militante afirma não se sentir protegido pelo Estado e reitera que este deve ser visto como alvo de denúncia por parte do movimento negro:

A bandeira de luta que o Movimento Negro ergue cotidianamente em nosso país é o resultado de séculos de muita resistência. **Essa bandeira é símbolo da oposição que fazemos a este Estado que nunca atendeu às demandas de nosso grupo e de tantos outros excluídos...** Finalmente, afirmamos que é inegável a herança africana na cultura do povo brasileiro, mas reiteramos a **denúncia que fazemos contra o Estado, que trata com descaso as questões sociais que envolvem o Movimento Negro**. Queremos igualdade e respeito de fato, queremos um Estado que escute as demandas de nosso grupo! (Alexandre Braga é presidente estadual e

Diante desses relatos, fica claro que a relação Estado/movimento negro é composta por referências que os colocam em situações nem sempre confortáveis. E tal fato torna-se ainda mais complexo se compreendermos que essa tensão perpassou diversos contextos históricos, vindo desde o período anterior à libertação dos negros, quando o Estado foi incitado a acabar com o regime escravista, até chegar à formação dos primeiros movimentos negros e à atuação deles nos dias atuais.

Não podemos considerar, no entanto, que a crítica ao Estado foi uma forma recorrente de manifestação do movimento negro. Com algumas exceções, as entidades que surgiram entre os anos 1930-1970 tinham, como afirma HANCHARD (2001), um caráter mais culturalista, de forma que reações contra o Estado não eram o foco. Assim, podemos citar o caso da Frente Negra Brasileira (FNB), a qual, existindo no período entre 1930-1937, desenvolveu, ao lado do Governo Getúlio Vargas, um viés marcadamente nacionalista-autoritário. Conforme postula DOMINGUES (2008: 522-523), “semanalmente, em sua sede central, eram realizadas as chamadas domingueiras, nas quais lideranças e intelectuais (negros e brancos) proferiam palestras e certamente transmitiam valores cívicos e ideais políticos”. Apesar disso, de acordo com HANCHARD (2001), pelo menos um ativista da FNB manifestou-se desfavoravelmente à incorporação da entidade pelo Estado Novo, afirmando não só a perda de terreno dela, como também a distorção ideológica.

Nas décadas seguintes, as entidades negras que surgiram também não tiveram no Estado o seu foco de crítica. O Teatro Experimental Negro (1944), bem como os jornais e pequenos grupos e associações afro-brasileiros criados ao longo dos anos 1950-1970, estavam mais preocupados com a formação de uma identidade negra e com a criação de espaços de discussões para essa identidade do que tecendo críticas mais profundas sobre a persistência e reprodução do racismo em termos institucionais. Aliás, isso não se tratava necessariamente de uma opção, tendo em vista que estamos falando de

períodos marcados pelo autoritarismo militar e pela repressão dos movimentos e das vozes que fossem de encontro às ideologias do Estado.

Todavia, ao longo dos anos 1980 uma fase de críticas ao papel do Estado como disseminador de ideologias rebatidas pelos movimentos negro passaram a tomar força. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que entidades do movimento negro criticam as noções de democracia racial e mestiçagem, elegeram o Estado como foco de suas manifestações. Na busca pela afirmação da “identidade racial”, os movimentos negros passaram a se afirmar não somente perante a comunidade afrodescendente, mas, sobretudo, frente ao Estado brasileiro. Dentre outras formas de mobilização, a aliança com “grupos políticos” transformou-se em uma das principais estratégias adotadas. De acordo com DOMINGUES (2007) e SAILLANT (2009), o argumento defendido para justificar tal aliança era formar uma frente de ação política institucional, capaz de reverter ou ir de encontro às ideologias da “democracia racial” e miscigenação, elevando, com isso, o foco da desigualdade para a centralidade do debate institucional.

E foi justamente nesse contexto que, no Estado de Sergipe, os movimentos negros também passaram a dispor de uma crítica mais direta à forma como o Estado lidava com a questão racial. Severo D’Acelino, tido como o primeiro militante negro em Sergipe, ao fundar a Casa da Cultura, apresenta-se como um dos exemplos mais emblemáticos dessa crítica. Depois de quase duas décadas atuando no campo do folclore e da educação, D’Acelino adotou, a partir dos anos 1990, um comportamento mais voltado para a crítica direta à ação do Estado perante a questão racial. Tais críticas têm como principal fundamento, além das questões já debatidas pelas entidades do movimento negro nacional, o fato de os governos locais não se preocuparem com o conteúdo histórico-cultural passado nas salas de aula. Depois de anos sem o financiamento de projetos como “João Mulungu: o herói negro sergipano” e “João Mulungu vai à escola” e da declaração de rompimento com demais entidades do movimento negro e partidos políticos, as manifestações de repúdio ao Estado tornaram-se cada vez mais incisivas.

Apresentando uma crítica com viés de política partidária, Severo D'Acelino dispôs, nos últimos anos, de um repertório bastante intenso de manifestações contra o Governo do Estado, o Ministério Público e a polícia sergipana. Tratando-os como partes de um todo (ou seja, o Estado), Severo figura como um militante altamente crítico para com as esferas que compõem o poder institucional, defendendo que a luta do negro em Sergipe deve proceder, de forma autônoma e direcionada, para a questão da identidade e da educação. Os trechos abaixo, retirados da página virtual que o militante tem na internet, ilustram o conteúdo de suas críticas:

Em Sergipe Colonial, os Juízes Municipais saiam montados a cavalos, junto com tropas policiais, para investigar crimes, fazer diligências contra Escravos e Senhores de Escravos. Hoje, Sergipe emudece antes da ação do **Ministério Público que nada faz para diligenciar os crimes raciais, praticados pelos senhores contra os negros, principalmente no quesito Educação**. Na Colônia, os Negros não podiam denunciar seus senhores. Hoje os negros não podem denunciar os seus senhores e continuar cativos do poder institucional que o Ministério Público defende. Bom dia Ministério Público Estadual! Os negros vítimas de sua omissão o saúda!!!
(Facebook, 02 de dezembro de 2015)

Além das críticas direcionadas diretamente ao Ministério Público de Sergipe, Severo ainda destaca o racismo de políticos em geral, da mídia e dos conselhos do Estado. Em seu perfil na internet, o militante destaca frases como: “racismo na mídia, imprensa racista, alimentada pelo dinheiro do Estado” (Facebook, 01 de dezembro de 2015); “o governador do Estado de Sergipe e seus conselhos capengas e racistas” (Idem); “são racistas os políticos dominadores de Sergipe” (Idem). Vale frisar que o Governo a que o militante se refere foi o que fez oposição ao candidato apoiado por Severo nas últimas eleições, de forma que, nesse caso, sua crítica pode ser mais associada a divergências eleitorais. No entanto, tal fato não anula as inúmeras outras retóricas, nas quais o militante defende a desvinculação da “luta negra” das esferas institucionais, uma vez que, para ele, funcionam como legitimadoras do *status quo* do racismo no Estado de Sergipe.

Durante a pesquisa, alguns militantes negros de Sergipe afirmaram também o caráter antagônico dos movimentos negros em relação ao Estado. Conforme a entrevistada 6, nos anos 1990, durante a realização de cursos

feitos por órgãos como a Casa da Cultura Afro-Sergipana ou outros realizados em Salvador, o discurso dominante era que seria necessário enfrentar o “Estado autoritário e racista, que não abria as portas pra o negro” (Entrevista 6).

De acordo com a fala do Entrevistado 11, por sua vez, os eventos de que as lideranças negras participaram em Salvador e Santa Catarina, no final dos anos 1990, foram de fundamental importância para o movimento negro em Sergipe “se alertar sobre as ideologias que o Estado tentava impor” (Entrevista 11), e ainda em suas palavras:

No início o nosso objetivo era formar um grupo para debater as questões raciais e fortalecer a cultura negra. Mas com o passar do tempo nós fomos fazendo cursos, assistindo palestras. O contato com entidades mais maduras ajudou muito nisso. Então, quando nós voltávamos pra o Estado, chegávamos cheios de ideias novas, de interrogações. É como se a partir daí a gente desse um caráter mais político à coisa, sabe? **E com isso fica difícil não ter uma postura mais crítica contra o Estado. Aqui em Sergipe mesmo, a gente passou a perceber que muitas coisas se davam no campo da política, sabe? O interesse que o Estado tinha ou não tinha de fazer alguma coisa. Era conveniente pra o Estado ficar calado se ninguém batesse de frente.** (Entrevista 11)

A fala do entrevistado nos incita a perceber que o despertar de um olhar crítico do militante negro no que tange ao Estado não foi um processo que se deu naturalmente. Para ir da invisibilidade ao protesto, essa relação passou por uma instrumentalização, em que foram necessários processos político-ideológicos de debate e convencimento. Nesse caso, o contato com entidades mais experientes e com um debate político mais amadurecido foi de fundamental importância para o despertar de um olhar embativo em relação ao Estado.

Mas, no final dos anos 1990, a relação Estado/movimentos negros em Sergipe tomou novos contornos. De uma visão despretensiosa nos anos 1960-1980, lideranças do movimento passaram a ter um posicionamento crítico nos anos 1990 e chegaram, no início deste século, a um discurso oposto: ao invés de eleger o Estado como foco de embate, busca-se a articulação. A fala trazida na Entrevista 11 ilustra esse processo:

Aí foi nesse momento que a gente passou a criticar o Estado mas também perceber que não era possível ficar só na crítica pela crítica. Atuar como opositor é bom até certo ponto, pra criar a identidade do grupo, pra dar um sentido mais forte à luta. Mas se ficar só na crítica, não avança, sabe? Chega um momento que o embate tem que ceder lugar ao diálogo. E aí quando a gente começa a militar no Partido e na causa racial, a gente pensa que uma coisa pode andar junta com a outra. (Entrevista 11)

Dessa forma, paralelamente aos posicionamentos combativos em relação ao Estado, deflagra-se o espírito de que manter o vínculo era preciso. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que as demandas raciais eram levadas para as agendas dos partidos políticos, a exemplo do PT e do PC do B, os discursos de que a “revolução” deveria ser feita via Estado começam a ganhar ênfase. Paulatinamente, lideranças do movimento negro passam a adentrar as esferas institucionais e os discursos críticos contra o Estado passam a ser dirimidos frente à ideia de que a promoção da igualdade racial estava por vir.

No último capítulo desta tese, veremos como, nestes últimos anos, essa relação tem se processado, de forma que novos olhares sobre o Estado passaram a ser construídos pelos militantes negros em Sergipe.

3.3 O PT e os movimentos negros

Outra questão que mereceu destaque nesse cenário de ascensão das lideranças negras nos espaços institucionais foi o processo de incorporação e politização da questão racial pelo PT, de um lado, e a vinculação dos discursos das lideranças negras ao Partido, de outro.

Diante disso, tornou-se necessário evidenciar os discursos e a estratégia de aproximação entre PT e movimentos negros, no intuito de observar como tais perspectivas ideológicas, nem sempre consensuais, encontraram-se num mesmo espaço de negociação e gestão. Com base nisso, tomamos o trabalho de Claudete Gomes SOARES (2009) e Flávia Mateus RIOS (2014) como principais fontes teóricas para o debate, já que seus estudos refletem sobre a relação PT/movimentos negros. Na sua tese de doutorado, intitulada “**Raça,**

classe e cidadania: a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores (1980-2003)”, SOARES (2009) analisa as modificações ideológicas pelas quais o PT passou, de forma a dinamizar sua luta para os diversos aspectos do econômico, do cultural e do simbólico; ao mesmo tempo, contempla as mudanças ideológicas sofridas pelos movimentos negros ao se engajarem politicamente com o PT e com outros partidos políticos. Já RIOS (2014) demonstra em sua tese de doutorado a relação entre o movimento negro e os partidos políticos no período de 1978 a 2002.

3.3.1 Raça e classe

De acordo com RIOS (2014), no início dos anos 1980 o Partido dos Trabalhadores era tido como o mais propício para tratar das questões raciais. Segundo a autora, frações significativas do movimento negro contemporâneo formaram-se na “frente de esquerda”, a qual durante os anos 1970-1980 além de fazer oposição à Ditadura Militar, ainda discutia temas específicos como a questão ambiental, gênero e raça.

Com a formação do PT em 10 de fevereiro de 1980, a questão racial foi trabalhada a partir de um espaço específico: a Comissão de Negros do PT, a qual passou a funcionar em 1981. À Comissão “cabia o papel de absorver as principais reivindicações do movimento social negro e aproximá-las do enquadramento teórico e da linguagem predominante do partido, a fim de permitir a inteligibilidade da questão racial no veio das demandas de classe, sem que aquela se dissolvesse nesta” (RIOS, 2014: 93).

Todavia, apesar da possibilidade de articulação entre o debate sobre classe e raça, a relação do PT com este tema foi, desde o início, objeto de muitos conflitos e disputas. Segundo SOARES (2009), apesar de declarar-se sensível às demandas raciais, já na década de 1980, “o PT tendeu a tratar as demandas do movimento negro como problemas menores e que diziam respeito ao próprio movimento” (SOARES, 2009: 39). O principal argumento da

autora é que, na referida década, as percepções do PT sobre a questão racial limitavam-se a expressões de apoio e solidariedade à causa, sem, contudo, adotá-la como um problema do Partido. Tratava-se, portanto, de defender a autonomia do movimento negro e o fortalecimento da causa como sendo quase que exclusivamente do próprio movimento.

No início dos anos 1980, a articulação raça/classe ficou distante do projeto hegemônico do PT, uma vez que isso ficou sendo visto como uma forma de opressão, mas não necessariamente como um problema de classe. O relato abaixo, citado por um militante do movimento negro e membro do PT nos anos 80 expressa bem esse cenário:

Dentro da Ação Popular, Ap, **não havia discussão em relação à questão racial. A questão era 'classe', não é?** E continua sendo até hoje a grande premissa da esquerda brasileira. Quando entrei na AP, o livro de referência era o Livrinho Vermelho de Mao Tse-Tung. E não se discutia a questão racial, essa era uma falta que eu sentia, inclusive. A grande máxima, digamos assim, era rejeitar o imperialismo dos EUA. E esse era um drama que eu carregava, porque tinha um lado daquela sociedade que eu gostava. Eu gostava dos Panteras Negras, eu gostava da luta pelos direitos civis, e carreguei comigo esse drama, durante todo o meu período de participação, porque você rejeitava o imperialismo, mas aquela era uma sociedade que tinha algo que me agradava. (AMADOR, 2007, In: SOARES, 2009: 49)

Conforme observamos, a relação entre raça e etnia nos espaços de discussão do PT não gozava de uma situação confortável. Dentre outras coisas, até mesmo os referenciais ideológicos/formativos de cada uma das frentes de atuação (PT e movimento negro) eram diferentes. Enquanto os Estados Unidos, por exemplo, eram eleitos pelo Partido como alvo de crítica, vistos como um País que seguia um modelo econômico imperialista, e que, portanto, deveria ser criticado; os movimentos negros, por outro lado, encontravam, na luta antirracista e antissegregacionista norte-americana, um modelo a ser seguido.

É interessante ressaltar que a mesma sensação vivida pelo entrevistado de SOARES (2009) foi registrada pelo Entrevistado 11, quando ele dispôs sobre os desafios encontrados pelos membros do “coletivo negro do PT” para colocarem as suas demandas. De acordo com o entrevistado, durante o

processo de formação enquanto militante negro, os temas mais discutidos vinham de fora para dentro, ou seja, debatiam-se questões como o *apartheid* na África e a segregação racial nos Estados Unidos. Já os demais partidários do PT concentravam-se nas questões de ordem econômica, como a questão salarial, os conflitos entre patrão e empregado, as greves dos industriários, conforme se dispõe na Entrevista 11:

Não foi um processo fácil no início, unir a militância negra com a militância no PT. Porque embora tivesse um coletivo negro, a gente tinha que convencer o tempo todo de que aquele debate era necessário. Além disso, as vezes parecia que a gente tinha que ter dois discursos, um que falava de classe, outro de raça. Era assim, enquanto a gente queria discutir o *apartheid*, a segregação, eles queriam debater a questão de classe, do trabalhador, das alianças com eles.

Isso implica, pois, refletirmos que, tendo em vista os diferentes focos ideológicos adotados pelo PT e pelos movimentos negros, também suas referências de luta acabaram por ser diferentes. Nesse caso da fala do militante, evidenciamos que, economicamente, os Estados Unidos não serviram de referência para aqueles que criticavam o sistema capitalista, porque eram vistos, na época, como exploradores da classe trabalhadora e como um País que exercia um poder de coerção e sobreposição em relação às “nações subdesenvolvidas”. Tais fatores determinaram o repúdio do PT à prática econômica desse País. Todavia, em termos de representação simbólica da questão racial, os EUA apresentavam-se como referência para o movimento negro, já que foram o cenário de fortes discussões que levaram à internacionalização dos direitos civis, da crítica ao racismo e de tantos outros direitos étnico-raciais.

A Entrevista 6, por sua vez, reforça o argumento do distanciamento do PT em relação à questão racial. Nas palavras do entrevistado:

No início eu ia pra os encontros no partido, e o debate era só sobre a questão de classe. Não havia uma preocupação mais aprofundada em debater a questão racial. Por isso, quando eu entrei no grupo, eu fui convidada a trazer o debate sobre a questão dos negros. Mas no início foi muito difícil, porque a resistência era muito grande. Foi preciso muito debate, muita insistência, pra a gente conseguir colocar a questão racial pra frente. (Entrevista 6)

O contexto a que a entrevistada está se referindo diz respeito à década de 1990, quando ela inicia sua história de militância no PT de Aracaju/SE. Naquele momento, a militante descreve que quem se filiava ao Partido tinha que vincular sua luta à questão de classe, porque não havia uma percepção de que problemas fora da relação “desigualdade social” pudessem ser uma preocupação do Partido. Nesse sentido, a entrevistada afirma que, no início de sua formação, a relação classe-raça no PT de Sergipe ocorria de forma periférica ou mesmo não ocorria.

Assim, podemos dizer que, enquanto os movimentos negros dos anos 1980/1990 buscavam afirmar a identidade étnico-racial, combatendo a ideia de “Brasil mestiço”, o PT buscava reconhecer-se enquanto Partido da classe trabalhadora; enquanto os movimentos negros buscavam o fortalecimento pela ideia da cor, passado histórico e manifestação cultural, o PT buscava o fortalecimento pelo despertar da consciência de classes; enquanto a militância negra tomava como referência a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis e o processo de independência dos países africanos, a máxima do PT era rejeitar o imperialismo norte-americano. Em outros termos, isso não significa que ambos caminhavam em direções, em si, divergentes, porém cada segmento tinha focos ideológicos que não necessariamente convergiam.

Em termos de dimensionamento político, podemos dizer que as divergências ideológicas entre PT e movimentos negros trouxeram algumas consequências concretas muito polêmicas. Estas vão desde o dimensionamento e o grau de importância dados à temática racial nos debates promovidos pelo PT, até a escolha de lideranças políticas e a articulação com elas. A fim de ilustrarmos um exemplo concreto, situaremos a polêmica gerada em torno da indicação de Benedita da Silva como candidata a vice-presidenta de Lula, em 1989.

Ao ser eleita, em 1982, como a vereadora mais votada do PT e, em 1987, como deputada federal, Benedita da Silva despertou, por parte dos militantes negros petistas, a crença de que deveria ocupar a posição de vice-presidenta ao lado de Lula nas eleições seguintes. Em apoio a tal proposta, o

comitê de Benedita, junto com lideranças negras do PT, passou a levantar a bandeira “Brilha Brasil: Benedita da Silva, vice do Lula”. O principal argumento era de que a “aliança do partido deveria ser política, histórica e cultural com a totalidade da classe trabalhadora” (SOARES, 2009: 61-62). Assim, a indicação de Benedita ao poder seria a maneira mais coerente de unir, em uma só pessoa, a identidade de classe, raça e gênero.

No entanto, o resultado das manifestações a favor de Benedita da Silva não foram suficientes para a sua indicação à vice-presidência. De acordo com SOARES (2009: 62):

Apesar do engajamento da militância negra e de outros setores dos movimentos sociais pela aprovação do nome de Benedita para compor a chapa petista para as eleições de 1989 (Raça e Classe, 1989), o nome aprovado pelo partido foi o de José Paulo Bisol, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), por contemplar os interesses dos demais partidos que compunham a Frente (PT, PSB, PC do B, PV).

Na época, o impacto sobre a militância negra do PT manifestou-se de forma muito negativa, de maneira que seus membros sentiram-se desmobilizados e estranhos ao próprio partido (SOARES, 2009).

O insucesso do PT durante a campanha eleitoral de 1989, com consequente perda da presidência da república para o então candidato do PRN (Partido da Reconstrução Nacional), Fernando Collor de Mello, fez com que, nos anos 1990, o Partido buscasse novas estratégias. Claro que essas mudanças não devem ser pensadas como se fossem respostas ao movimento negro. Antes, devem ser vistas como uma transformação mundial vivida pelos partidos de esquerda com o advento do neoliberalismo. E, nesse contexto, a vitória de Fernando Collor representaria a vitória do neoliberalismo. Todavia, as mudanças advindas desses acontecimentos propiciaram uma outra relação do PT com as diversas temáticas sociais, dentre elas a racial.

Em seu programa eleitoral de 1994, o PT assumiu a “universalização da cidadania” e a “democratização da política” como suas principais estratégias políticas (SOARES, 2009). Tomando como palavra de ordem a “exclusão” (mais do que a exploração), o partido passou a conclamar o respeito às etnias,

bem como às religiões, às ideias, à idade, à orientação sexual e às opções de vida, para serem contemplados em suas propostas políticas. Conforme disposto na proposta do Programa de Governo:

Neste programa estão contidas as alternativas para mudar as grandes estruturas sociais e políticas do Brasil. Ele busca ser a expressão de um movimento cultural, que interpela cada um dos indivíduos, propondo-lhe nada mais do que mudar de vida. (Bases do Programa de Governo de 1994, In: SOARES, 2009: 97)

Diante dessa mudança de postura, a questão racial passou a ser inserida nas discussões do Partido como uma demanda que requer um olhar mais global, de forma que esse passe a ser um problema nacional e não específico de um grupo social. Assim, nos diversos eventos organizados pelo PT a partir dos anos 90, conclamou-se o problema racial como um dos principais a ser enfrentado pelo Partido. Nesse momento, além de a aproximação com organizações do movimento negro dar-se de forma mais concreta, tem-se ainda a incorporação mais efetiva nos programas de governo.

Alguns eventos importantes que resultaram dessa maior visibilidade da questão racial foram a realização da Marcha de Zumbi e a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, no ano de 1995, e a Marcha de Zumbi, no ano de 2005, todos eles realizados com a participação de militantes negros do PT.

Além dessas questões internas, que fizeram o PT suscitar novas formas de relação com o tema da igualdade racial, alguns outros de caráter internacional contribuíram fortemente para isso. Podemos aqui destacar a Conferência de Durban, em 2002. A partir desse evento, a temática racial passou a ser incorporada como garantia dos direitos humanos e da cidadania, assumindo um caráter universalista. Em termos de proposta, pode-se dizer que a criação de um caderno específico para a questão racial (Brasil sem racismo, 2002) durante as eleições de 2002 foi um marco bastante valioso da relação do PT com a temática racial.

Com a ascensão do Partido ao Governo Federal, em 2003, tem-se a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

(SEPPIR), a qual, além de ser considerada uma resposta do governo às demandas dos movimentos negros, é a primeira ação em prol da formalização da questão racial em nível de governo. Junto com a criação da Secretaria, vieram inúmeros programas/projetos que foram elaborados com o intuito de solidificar a relação do PT com a questão racial. Assim, podem ser vistos a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2004), o Programa Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005), o Programa Brasil Quilombola, dentre outros de ordem mais específica, como a política de cotas, de igualdade racial, de desenvolvimento territorial, etc.

Do que foi verificado no contexto específico do Estado de Sergipe, podemos dizer que as relações polêmicas entre PT e movimentos negros tangenciam duas questões principais: a primeira diz respeito à centralidade das diferenças de classe em detrimento das questões simbólico-culturais por parte do PT; e a segunda é concernente à falta de medidas mais enérgicas em relação à política racial no Estado.

Na última década, porém, tem havido uma maior sensibilidade do Partido em relação ao tema racial, segundo os entrevistados. Para eles, isso é fruto do trabalho intenso de lideranças do movimento negro, que se esforçaram ao máximo para fazerem a questão ser reconhecida e adotada pelo poder institucional. A entrevistada 10 ilustra bem essa afirmativa, revelando o seguinte:

Eu era negra, sentia que sofria preconceito, mas nunca tinha pensado em fazer parte de algum movimento. Aí, quando foi um dia, eu estudava no Costa e Silva... Um dia chegou Severo lá, pra falar sobre a consciência negra. A figura dele pra mim foi tão representativa que me chamou atenção. Ele questionava que o racismo em Sergipe não tinha visibilidade, que as autoridades não davam a devida atenção ao problema. A partir dali, eu passei a me envolver mais com a questão racial. Meu pai já era do PT. Eu fui também pro PT e pro movimento negro. E aí a gente começou a levar essa questão para o partido.

Percebemos, assim, que o despertar pela questão racial no PT envolve, sobretudo, a tomada de consciência pelos militantes negros e, em decorrência disso, pelo despertar no próprio Partido. Isso porque, conscientes de que as ações em prol da questão racial não devem reduzir-se ao universo político da

sociedade civil, os militantes passaram a empreender a institucionalização da causa no Partido, para, assim, alcançar os ganhos advindos com a institucionalização da causa a nível de governo.

Observamos que as falas tentam relacionar a abertura do PT às demandas raciais, sobretudo como uma ação do próprio movimento negro e não como uma possível abertura política do Partido. Isso não é negado, porém não foi acionado como fator que determinou o contexto em voga. Com exceção do entrevistado 2, o qual afirma que o PT em Sergipe seguiu a máxima nacional de abertura política às diversas demandas raciais, os demais enfatizam que essa conjuntura é, essencialmente, uma vitória do movimento:

Embora não haja nenhum investimento específico do PT na organização ou desarticulação do Fórum Estadual de Entidades Negras, a maior parte das entidades negras que integram ou integravam o FENS, a partir dos seus integrantes, filiou-se àquele partido. Nas campanhas municipais do ano 2000 os/as militantes negros e negras que se inseriram no PT eram integrantes da SACI, da Sociedade de Cultos Afro-Brasileiros Filhos de Obá e do Grupo Unidos do Quilombo. Demais grupos de militantes filiados ao PT naquele período estavam ligados à Soweto, à coordenação Lélia Gonzáles e ao MNU. (DANTAS, 2003: 163)

É importante destacar que, quando questionados sobre a postura atual do PT em relação à questão racial, os militantes afirmam que hoje não dá para dizer que existe uma incoerência entre o discurso de classe e raça no PT em Sergipe. Conforme o argumento geral, hoje o Partido teria “tomado consciência” de que não é possível enfrentar a desigualdade de classe sem enfrentar o racismo. E, da mesma forma, os movimentos negros teriam “tomado consciência” de que a desigualdade de classe é intrínseca à desigualdade racial, não havendo, assim, conflito entre os discursos.

No entanto, apesar da afirmativa anterior, o que o diagnóstico do último ano de nossa pesquisa (2015) revelou foi que a articulação do debate racial entre PT e movimentos negros não está se dando de forma tão harmoniosa. Embora, reiteradamente, a resposta sobre a relação PT/movimentos negros fosse positiva, em outros momentos esse otimismo entra em contradição, revelando incongruências sobre tal articulação. No Capítulo V, veremos, de forma mais aprofundada, como isso tem ocorrido.

3.3.1.2 Quem é negro no Brasil?

Outro ponto bastante polêmico em relação à forma como a questão racial é percebida diz respeito aos critérios para definir quem é negro no Brasil. Sobre esse ponto, gestores, militantes, intelectuais e sociedade civil apresentam-se envoltos numa série de referências tão diversas quanto, muitas vezes, contrárias. Com isso, entre argumentos que ressaltam a miscigenação, a racialização, a identidade étnica, permeiam respostas que buscam definir quem seria o sujeito social negro e como ele deveria ser tratado.

A fim de desenvolver melhor esse argumento, citaremos o exemplo polêmico em torno dos critérios eleitos para definir quem é negro no Brasil, critérios estes elencados por Luís Inácio Lula da Silva quando candidato à presidência da República. Em outubro de 2002, ao defender a política de cotas para negros na Universidade, Lula depara-se com o seguinte questionamento: “como definir quem é negro no Brasil?” (SOARES, 2009:02). De imediato, a sua resposta foi que existiriam critérios científicos para identificar quem é negro, quem é pardo e quem é branco, e que isso não seria um problema para a efetivação da política de cotas raciais.

No entanto, o resultado desse pronunciamento foi a reação bastante exaltada dos movimentos negros. Ao desconhecer ou não fazer uso da perspectiva da autodeclaração, tão fortemente defendida por cientistas e militantes da questão racial, o candidato Lula aflorou o dilema da autodeclaração versus a pré-existência de critérios racialistas. Ou, como diria Stuart HALL (2006), seria o arranque do significante “negro” do seu encaixe histórico, cultural e político para ser alojado numa categoria racial biologicamente constituída.

O pronunciamento do candidato Lula não só demonstrou a falta de harmonia entre o entendimento que o PT (na figura do maior líder político daquele partido no momento) e os movimentos negros tinham sobre a questão

racial, como também desconsiderou o processo identitário como princípio de autoafirmação da cor e cultura negra. Dentre outras consequências, correu-se o risco de “purificar o impuro e enquadrar irmãos e irmãs desgarrados” (HALL, 2006: 327), ou seja, o risco de idealizar a existência de uma identidade que não existe (a genética) e forçar grupos sociais com interesses diferentes a se identificarem com os mesmos pressupostos culturais, devido a uma suposta unidade genética.

Além disso, esse não foi um fato isolado ao Presidente Lula. Em Sergipe, a percepção a respeito do que é ser negro ou branco aparece de forma sutil, como, por exemplo, no caso relatado pela Entrevistada 8, a qual afirma que sua cor era ressaltada a todo tempo como critério de identificação com o imaginário negro:

Hoje eu sei que eles me escolheram por eu juntar as duas coisas: ser negra e ter um bom currículo na área de educação. A minha imagem dizia muito pra eles. Acho que eles só não gostavam mais porque eu alisava o cabelo (risos). (Entrevista 8)

Nessa entrevista, observamos também a construção de um protótipo do ser negro. A pele escura e o cabelo cacheado são características do que pressupõe ser negro para aqueles que escolheram a gestora “negra” para o cargo. E, nesse caso, noções biologizantes também foram ressaltadas, reafirmando percepções deterministas acerca do ser negro.

No Estado de Sergipe, assim como no Brasil, tais mecanismos de percepção do “ser negro” envolvem mais que um discurso institucional, perpassando o universo social como um todo. A título de ilustração, podemos citar o processo que culminou na implantação das cotas como critério de seleção para o vestibular da Universidade Federal de Sergipe, em 2007. Nesse evento, uma grande massa de estudantes e pais de estudantes foram às ruas alegando, dentre tantos motivos, que o Brasil era um País miscigenado e que, portanto, não haveria como distinguir quem era branco ou negro.

Embora aparentemente desconexa da atual postura defendida pelos movimentos negros e por grande parte dos intelectuais dedicados aos estudos

étnico-raciais, as falas relatadas não representam um ato falho individual. Antes, representam posturas estruturadas historicamente e legitimadas, embora com críticas, pelos discursos oficiais. De acordo com SCHWARCZ (1993), o termo raça foi introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX, por Georges Cuvier. Naquele momento, inaugurava-se a ideia de que existiam heranças físicas entre os grupos humanos, de forma que elas seriam determinantes para as diferenças sociais e culturais existentes na humanidade.

Recorrendo ao propositivo raça, teorias como o “darwinismo social” passaram a compor o quadro teórico que tentava explicar as diferenças sociais entre brancos e negros. O uso de referenciais como “competição”, “seleção dos mais fortes” ou “mais adaptados” serviu de referência para justificar o suposto desenvolvimento da raça branca em relação à raça negra, implicando, “por sua vez, um ‘ideal político’, um diagnóstico sobre a submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores” (SCHWARCZ, 1993: 78).

No Brasil, a criação dos museus etnográficos, entre 1870 e 1930, foi a impulsionadora da disseminação do conceito de raça. Junto com eles, veio o olhar pelo viés determinista, cuja principal conclusão era a da superioridade de uma raça (branca) em relação à outra (preta). Conforme SCHWARCZ (1993: 315), “a ampla utilização de argumentos evolucionistas permitiu explicar cientificamente as diferenças, classificar as espécies, localizar os pontos de atraso”. Com isso, hierarquias sociais foram consolidadas, e o propositivo raça passou a despertar uma ideologia não só de classificação, mas, sobretudo, de seleção.

Diante disso, tendo em vista o caráter discriminatório presente nas teorias racialistas, estas passaram a ser alvo de críticas tanto por parte da comunidade científica, no século XX, quanto por parte dos movimentos negros. Procedidas por teorias que buscavam enfatizar não a degeneração das raças, mas o contrário, a “beleza” da união das mesmas, as décadas de 1930, 40 e 50 procuraram vender a ideia de um Brasil miscigenado, o qual via na mistura de raças a qualidade de um País diferente de todos os outros. Não obstante o

euforismo da época, o qual consagrou teorias como as de Gilberto FREYRE (1998) e sua ideia de democracia racial, a segunda metade do século XX evidencia teorias que não só tentam superar essa imagem harmônica vendida pelo Brasil, mas também procuram repensar o fator biológico presente na definição do que seria negro e branco no Brasil.

Uma das principais críticas apresentadas sobre o uso biológico do termo raça foi apresentada por Sérgio COSTA (2002: 01), para quem

a categoria raça, quando transformada em instrumento geral de análise e desiderato normativo, leva a uma compreensão incompleta da formação nacional brasileira, a uma visão objetivista das relações sociais e à redução das identidades sociais a sua dimensão político-institucional.

Como em COSTA (2002), os estudos de Alfredo Sérgio GUIMARÃES (2004), Carlos HASENBALG (1995; 2006) e Kabengelé MUNANGA (2006; 2012) argumentam que o conceito de raça muitas vezes tem um caráter instrumental determinista. Para eles, é preciso não ofuscar o caráter multifacetado da questão, de forma que o caráter cultural do conceito de raça não seja dirimido frente ao político-instrumental.

A luta por um conceito não determinado geneticamente passou a ser vinculada, sobretudo, à tentativa de tomar a identidade racial como um fator de referência explicativo e não seletivo. Com isso, o uso do conceito raça de forma não biológica acabou por se tornar uma “contribuição fundamental para desnudar o viés racista que marca a produção e a reprodução das iniquidades sociais no Brasil” (COSTA, 2002: 55).

Os escritos de Stuart HALL (2006) consideram que a identidade não é algo dado, porque só existe enquanto experiência. Dessa forma, o ser negro (assim como o ser branco) não existe *a priori*. Não é, pois, a identidade genética, o passado histórico em si ou o contato pelas semelhanças fenotípicas que fornecem ao negro a identidade de ser negro. Conforme dispõe o autor:

No momento em que o significante “negro” é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir. Além

disso, como sempre acontece quando naturalizamos categorias históricas (pensem em gênero e sexualidade), fixamos esse significante fora da história, da mudança e da intervenção políticas. E uma vez que ele é fixado, somos tentados a usar “negro” como algo suficiente em si mesmo, para garantir o caráter progressista da política pela qual lutamos sob essa bandeira – como se não tivéssemos nenhuma outra política para discutir, exceto a de que algo é negro ou não. Somos tentados, ainda, a exibir esse significante como um dispositivo que pode purificar o impuro e enquadrar irmãos e irmãs desgarrados, que estão desviando-se do que deveriam estar fazendo, e policiar as fronteiras – que, claro, são fronteiras políticas, simbólicas e posicionais – como se elas fossem genéticas. (HALL, 2006: 327)

Na perspectiva do autor, o importante não é o ordenamento da diferença estética entre o que é a “raça negra” e o que é a “raça branca”, mas sim o encaixe histórico, cultural e político em que os sujeitos sociais encontram-se. Isso porque o papel do uso do propositivo raça não deve ser fixar a autenticidade de formas de manifestação do negro, enraizando experiências e fixando supostas autenticidades.

3.4 Os militantes que estão no poder e os que estão fora dele

Se, por um lado, alguns militantes consideravam necessária e até mesmo inevitável a aproximação lideranças negras/governo, por outro, lideranças críticas a essa aproximação declaravam sua “desconfiança” em relação a ela, alegando, dentre outras coisas, a perda de autonomia do movimento e a sua consequente descaracterização.

Entre os críticos da aproximação militantes/governo, o ponto de tensão gira em torno da (1) forma como as políticas de promoção da igualdade racial são conduzidas e (2) da forma como os militantes representam (ou não representam) as demandas do movimento quando escolhidos para gestores raciais. Podemos observar tais afirmativas a partir da leitura do texto abaixo, cujo título é “Militantes negros no poder”, elaborado por Severo D’ACELINO²³ (2008), militante negro e fundador da Casa da Cultura Sergipana em 1968:

²³ Severo D’Acelino é um personagem emblemático no que se refere à militância negra em Sergipe. Figura de destaque do militantismo racial desde a década de 1960, o personagem em questão foi, durante muito tempo, um ativista preocupado com a afirmação da cultura e

O Movimento Negro foi transformado, reduziu sua filosofia ancestral abolicionista, reivindicatória, resistente. Hoje é sobrevivente e está dividido em facções e tendências, simples reprodutor das palavras de ordens dos partidos, sindicatos e dos governos. Está classificado em: Ideológico; Partidário; Governista; Chapa Branca; De Aluguel. Reproduz tudo que a sociedade faz contra o Negro, tudo que o governo faz contra a comunidade e se transformou em grupo de aplauso governista. **Seus dirigentes no afã de ocuparem cargos no espaço de poder, traem com facilidade extrema a filosofia do Movimento e alçam voo em busca de outros espaços, renegando o signo de luta e se transformam em algozes dos antigos companheiros e do coletivo negro, facilitando tão somente artigos e favores para seu grupo e facção para se fortalecer e destruir os demais impedindo-os de terem sucessos em seus projetos e empreendimentos, a não ser que tenha suas chancelas, que logo mais será utilizada como moeda de troca.** São os executores das ações do poder contra o coletivo negro. Executam as ordens sem questionar se as ações são positivas ou não. São os **Capitães do Mato do coletivo, os carcereiros e decaptadores** dos que se insurgem contra as ações do governo. São os grupos de força bruta do governo, os **delatores do movimento**, são **os informantes do poder**, e nada será novidade no âmbito do controle dos banidos, estão disfarçados e ou tem informantes em todos os grupos: Quilombolas, Candomblé, Capoeira, Hipp Hoppe, Reggae, Estudantil, Dança, Esportes, Música, GLS, Associações de Moradores, Grupos Culturais, repartições públicas, polícia militar, defensoria, sindicatos, grêmios estudantis etc. (Severo D'Acelino. 2008, In: <http://ajagun.blogspot.com.br/2008/10/movimento-negro-sergipano-questao.html>)

Dado o caráter radicalmente crítico, o texto em questão, divulgado em uma rede social, situa diversas noções interpretativas acerca da questão racial em Sergipe. Já de início, de forma saudosista, o autor fala da “transformação” (para ele negativa) que o movimento negro sofreu nos últimos anos. Segundo descreve, de movimento “abolicionista”, “reivindicatório”, “resistente”, o movimento passou a ser um “simples reprodutor da ideologia de partidos, sindicatos e governos”. Tal fato deve-se justamente à inserção de algumas lideranças negras em espaços institucionais de governo, o que, para D'ACELINO, revela um quadro negativo para o que se refere à identidade do movimento negro como força de oposição institucional.

Com essa argumentação, o militante reforça sua ideia acerca do que deveria ser um movimento social: uma força de oposição aos poderes institucionais. Um movimento que “não se mistura”, que é oposicionista e que

identidade negra, liderando projetos como “Casa da Cultura” e “João Mulungu”. Atualmente, a sua crítica transcende o universo do militantismo racial, sendo emplacada contra a política partidária do PT.

elege os órgãos burocráticos e a “sociedade racista” como alvo de seu enfrentamento. Nesse caso, percebamos que a reflexão do autor nos leva a considerar que a luta do negro deve estar mediada pela eleição de um opositor: o poder institucional. Este, acusado de construir e alicerçar visões e padrões racistas na sociedade brasileira (e sergipana, em específico), seria uma espécie de “força hegemônica”, que cria e impõe o *status quo*, mantendo o sistema de desigualdade e discriminação entre brancos e negros.

Ao longo do texto, o autor vai além do repúdio à aproximação governos/militantes negros. Acusando os militantes gestores de agirem contra a própria população negra, D’ACELINO define os dirigentes negros como traidores da “filosofia do Movimento”, resumindo a ação deles à mera troca de favores. Diante disso, o ativista define as lideranças institucionalizadas como uma “facção”, denotando, assim, um sentido quase que “criminoso” ao fato de ser militante e estar no poder.

Os qualificadores “Capitães do Mato”, “carcereiros”, “decaptadores”, “delatores do movimento” e “informantes do poder” remetem a um imaginário histórico bastante representativo acerca do que foi a escravidão no Brasil. E, como parte desse imaginário, o militante-gestor seria o mesmo que um “militante traidor”, dissidente do movimento, que não luta mais pela causa negra, mas tão somente para a manutenção do sistema opressor.

Certamente, o posicionamento de Severo D’ACELINO para o contexto atual não se traduz em um posicionamento generalizado entre os militantes envolvidos com a causa negra. No entanto, embora não tenhamos encontrado nenhum outro depoimento com tamanha repulsa aos “militantes no poder”, tal como fora explanado pelo militante em destaque, ficou claro que parte de seu descontentamento é compartilhado por outros atores sociais. Esse é o caso de uma das lideranças negras que compõe a organização sociocultural Criliber – Criança e Liberdade, identificado aqui como “Entrevista 13”.

Em agosto de 2013, a partir de um convite realizado por um dos membros da Copir Estadual para participar de reunião com representantes da

Comunidade Maloca, tivemos a oportunidade de conversar com o Entrevistado 13. A abertura para realizar tal entrevista se deu num contexto em que, depois de mais de duas horas de espera para a tal reunião, nenhum representante da instituição governamental apareceu, restando apenas a presença do pesquisador e da liderança comunitária entrevistada. Diante disso, quebradas as expectativas da reunião, utilizamos o tempo para conversarmos sobre a questão racial no Estado e sobre as expectativas do militante em relação ao trabalho desenvolvido pelos representantes institucionais.

Bastante descontente com a atenção dada pelos representantes da política racial em Sergipe, e, em especial, à Comunidade Maloca, o militante desabafa falando do esquecimento sofrido por ele e por todo o bairro. Destaca que, fatos como aquele, de marcar reunião e não concretizá-la, eram episódio constante, fazendo com que nunca houvesse uma oportunidade concreta para discutir sobre as necessidades e prioridades da Comunidade. Assim, sem ressalvas, o Entrevistado 13 destaca a figura da Copir Estadual como uma instituição não representativa das demandas daquela população, situando o órgão como distante da realidade vivida pelas comunidades quilombolas em geral e, daquela, em específico:

Em relação à Copir, eu sempre defini a **Copir como um espaço de interesse político pessoal deles**. As pessoas foram indicados por políticos por eles mesmos. Feito de forma errada. Você quer fazer justiça, é preciso que a justiça venha dos que estão governando. Não deveria ser uma escolha política. **Deveria ter um histórico de relacionamento com a população**. Deveria ser assim: você tem tal especialidade nisso, mas neutra em relação à política, tem contato com o movimento, com a comunidade. **Pedro Neto mesmo não nos representa**. O movimento quilombola deveria ter um representante. A população está insatisfeita. (Entrevista 13)

Diferentemente de Severo D’Acelino, para quem o contato entre poder institucional e militante negro é um fato totalmente indesejável, o Entrevistado 13 não vê essa relação necessariamente como algo ruim. Para ele, é preciso, sim, que haja uma representação institucional da população negra. Porém, destaca que essa representação não pode resumir-se a critérios de escolhas políticas, a acordos partidários, conforme afirma ter ocorrido até então. Para ele, mais que estar no poder, o representante precisa “ter um histórico de

relacionamento com a população”, conhecer suas necessidades e trabalhar em cima delas.

Na fala do Entrevistado 13, a articulação entre política e interesses pessoais foi o principal empecilho para que a representação institucional da questão racial ocorresse de forma efetiva. Afinal, sendo esses os critérios de escolha, pode-se dizer que o interesse individual prevaleceu sobre o racial, já que não há nada que garanta o vínculo do representante com os interesses coletivos. Diante disso, a alternativa sugerida pelo militante foi que os critérios interação e envolvimento com a questão racial e a comunidade negra devem ser levados em consideração, e não qualquer outro interesse que fuja a isso.

Por fim, um ponto não recorrente, mas, por sua vez, muito polêmico, foi destacado por uma ex dirigente da causa negra nas esferas institucionais. Ela se refere à “perda do interesse coletivo” e à “incapacidade de representar” a causa ou o público que se deveria representar. A sequência de citações da “entrevista 1” intenta, propositalmente, mostrar essa visão, a qual aborda: (1) a diminuição da comunicação do militante que está no poder com o militante fora do poder e (2) o conflito entre falar em nome do movimento ou em nome do governo:

Entrevista 1:

Isso é necessário, é positivo, claro que nós queremos ocupar o poder, isso é uma relação de poder, **mas, quando as pessoas não estão preparadas para isso, elas não conseguem fazer a comunicação.** Porque é o seguinte, né, os movimentos sociais brigaram a vida toda para fazer dessa parcela de busca de espaço e poder, **quando essas pessoas ocupam esses serviços e espaços de poder elas esquecem qual é a sua função ali, então elas viram o super gestor institucional e ficam intocáveis,** então, o primeiro fato é elas esquecem que foi uma construção política do movimento que ela participou que colocou ela neste espaço de poder, então a primeira coisa que elas fazem é se **dissociar de quem vinculou lá, de quem a colocou lá, e aí isso é uma lástima porque ela não consegue mais se comunicar com o movimento e vira aquela relação...** a relação não continua a mesma, do movimento com o governo, porque aquela pessoa não se comporta mais como militante do movimento social e sim como parte integrante do governo.

E acrescenta:

Não estou dizendo que quem é do governo tem que se comportar de outra forma, mas eu digo que existe hoje uma, é... eles não conseguem por exemplo, é... compreender que **ele é uma pessoa que tem que ter dupla-personalidade para que essa comunicação possa existir. Ele não vai deixar de ser governo, claro você não vai deixar de ser desobediente a suas funções, àquilo que você foi contratado, contudo, você tem a oportunidade de estabelecer o canal de diálogo, ampliar...** (Entrevista 1)

As citações evidenciam um possível discurso de “crise da representação”, só que uma crise não conforme descrita sobre o modelo clássico, no qual os representantes não representavam porque não compartilhavam de “identidades semelhantes” ou de “um passado comum”. Nesse caso, apesar de estarmos situando um cenário em que o militante negro representou, institucionalmente, a população negra, havendo, supostamente, identidade pelo passado, pelas condições de desigualdade sofridas, pelas semelhanças culturais, ainda assim essas condições não foram suficientes para resguardar a representatividade dos que estão no poder.

Dentre os motivos ressaltados, o “empoderamento” dos militantes nas esferas de governo reflete a nítida distinção entre os que dela compartilham e os que a ela não têm acesso. Tais colocações apresentadas na “entrevista 1” nos levam a pensar nessa relação tal qual FOUCAULT (2005), quando descreve o poder como algo que é de uns sobre os outros e não como uma relação globalmente homogênea. A crítica de alguns militantes que foram institucionalizados (e que, no momento da entrevista, estavam fora das esferas institucionais) foi de que alguns militantes “viram o super gestor institucional e ficam intocáveis”.

A questão, também clássica, que permeia o dilema entre os que estão no poder e os que estão fora de suas estruturas é: falar em nome de quem? Nas palavras do entrevistado 1, observamos o reconhecimento de que há uma perda de controle entre lidar com o discurso do governo e lidar com as aspirações do movimento. Nesse caso, fica posto o conflito entre não saber lidar com a dupla “personalidade” ou a dupla tarefa de estar gestor e permanecer militante.

Diante de todas as questões colocadas, a maioria dos entrevistados chegam a uma conclusão um tanto quanto polêmica: em face das dificuldades enfrentadas, nota-se o fato de “não existir Política de Igualdade Racial em Sergipe” (Entrevista 5), conforme ressaltado abaixo:

A Política de Igualdade Racial em Sergipe, pra mim, não existe.
Eu não conheço uma ação política que tenha um alcance grande. Eu acho que não houve uma coordenadoria de igualdade racial em Sergipe que tenha a qualidade técnica necessária. Não tem a qualidade política necessária para implementar as ações afirmativas no âmbito do Governo Estadual.

Ora, se, mesmo sendo um representante institucional da política racial no Estado, e, portanto, fazendo parte das estruturas dessa política, o entrevistado conclui não haver a concretização dessa política, então é possível concluir que há fatores muito além da criação de instituições e do convite de lideranças negras para fazerem parte das estruturas de Estado. Nesse caso, em suma, a criação de instituições e a presença de lideranças negras não foram vistas como fatores determinantes para que houvesse a efetivação de uma política de igualdade racial.

CAPÍTULO IV: EXPERIÊNCIAS DE CAMPO

O objetivo deste capítulo é narrar algumas experiências de campo vivenciadas durante o processo de elaboração da tese. Dessa forma, reproduzimos de maneira mais detalhada observações feitas sobre o processo de elaboração e desenvolvimento da III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONEPIR); e a realização de uma entrevista com uma gestora de políticas raciais em Sergipe. Pretendemos observar e analisar a rotina dos trabalhos desenvolvidos pelos sujeitos investigados, evidenciando os desafios enfrentados, as articulações promovidas e os resultados alcançados.

A escolha de cada um desses eventos não ocorreu de forma aleatória. Cada um deles tem um motivo de ser que revela fatos das interrogações feitas nesta tese. Assim, no que se refere à escolha da III CONEPIR (2013), observamos que as Conferências de Políticas Públicas fazem parte de um imaginário bastante otimista em torno da possibilidade de acesso ao poder decisório de alguns segmentos sociais excluídos. Tal fato se deu com a aposta no regime democrático como um sistema capaz de minimizar as desigualdades pelo acesso às esferas de deliberação política. Todavia, resguardado o ufanismo em torno da capacidade “democratizante”, consideramos necessário avaliar as reais condições de existência das Conferências, descrevendo as possibilidades de acesso e deliberação dos sujeitos envolvidos. Os dados da Conferência sugerem que existem inflexões conservadoras que limitam o processo em questão, transformando-a em simulacro de um poder centralizador e seletivo.

Além disso, é preciso destacar que o ambiente da Conferência mostra-se como um espaço em que gestores e não gestores, além de militantes institucionalizados e não institucionalizados, encontram-se em um mesmo cenário de discussão e reflexão sobre um tema em comum: a política de igualdade racial. Assim, a Conferência revela-se como um espaço para percebermos inflexões, disputas, mas também respostas coletivas (mas não necessariamente consenso).

Já no que se refere à entrevista, a opção por uma única, entre tantas outras, deu-se justamente por esta revelar, de forma muito consistente, o

processo de reconhecimento e autorreconhecimento de um gestor. Tendo em vista que a entrevista escolhida trata de um caso atípico²⁴, o seu conteúdo nos conduziu a perceber como a “construção de um gestor” é permeada por discursos e percepções diversas, que vão desde a eleição de fatores materiais (como cor, filiação partidária ou militante) até questões subjetivas (a forma como o outro enxerga a figura do gestor, dando significados específicos a suas características físicas e ideológicas, por exemplo).

E, nesse processo, o “ser” gestor de política pública racial, assim como o “ser” negro, estão sempre ligados a um “por vir” (e não a um fato determinado), que deve ser situado no tempo e no espaço e percebido enquanto conjectura política. Em outras palavras, o que queremos dizer é que se tornar gestor de uma política racial pode também ser uma questão situacional, sobretudo porque não basta considerar-se negro, ser militante racial e/ou ser escolhido por um corpo de dirigentes políticos. No caso apresentado, observamos que os atributos tradicionais de uma trajetória militante ou política (SOUZA, 2013) nem sempre responderam pelo processo de ascensão de lideranças negras ao poder. Nesse caso, a ideia construída pelos agentes externos à luta racial (gestores políticos, por exemplo) foi determinante para que o estereótipo negro tivesse transformado aquele sujeito social em gestor. Ou seja, na medida em que o “outro” reivindicou uma identidade negra à gestora entrevistada, ela se reconheceu enquanto militante, negra e gestora.

4.1 “Voto vencido é voto vaiado” - a III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial em Sergipe (2013)

²⁴ O sujeito social entrevistado não era militante do movimento negro, mas fora escolhida para falar em nome das demandas raciais porque era negra, e, dessa forma, descobriu-se como tal.

O presente tópico apresenta algumas reflexões sobre o processo de organização e realização da III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial CONEPIR (2013), ocorrida na cidade de Aracaju, em 28 de agosto de 2013. Pretendemos verificar o papel dessa Conferência na inclusão de segmentos da sociedade civil, bem como da sua capacidade de fazer gerar decisões e deliberações a partir dos debates suscitados.

O principal desafio enfrentado com essa proposta analítica foi nos afastar das noções prévias e positivadas acerca do papel supostamente democratizante das conferências de políticas públicas. Isso porque, embora essa expectativa seja um sentimento recorrente no meio acadêmico, sobretudo se observarmos os estudos de AVRITZER (2008), CUNHA (2012), FARIA (2012) e FUNG (2004), o nosso interesse vai num caminho diferente dos pretendidos por esses estudiosos. Na contramão deles, tentaremos evidenciar que, para além do ideal democratizante, existe uma série de fatores contrários que concorrem para a transformação da Conferência em um espaço de participação e deliberação da sociedade civil. Tais fatores variam desde “inflexões conservadoras” a questões que envolvem a preparação da sociedade para agir de forma participativa, além da capacidade de abertura das instituições políticas para dialogarem com a sociedade.

Assim, a perspectiva analítica aqui evidenciada parte do pressuposto segundo o qual, ainda que seja um espaço aberto para que atores da sociedade civil possam participar e eleger demandas, não se deve perder de vista que conferências de políticas públicas são desenhos institucionais cujas estruturas são burocraticamente regulamentadas. Isso significa que da composição da comissão organizadora e seus delegados até a definição das temáticas a serem abordadas, existem decisões previamente definidas, não cabendo discricionariedade por parte dos partícipes do evento.

Diante disso, ficam registradas aqui algumas impressões suscitadas a partir da coleta de dados feita durante a participação do pesquisador na III CONEPIR e dos materiais (documentais e informativos) sobre ela.

4.1.1 A conferência como mecanismo de efetivação da democracia

Parte dos instrumentos políticos que compõem o arcabouço de medidas para promoção e efetivação da democracia no último século, as conferências de políticas públicas são tidas por diversos segmentos da sociedade (movimentos sociais, governos, organizações internacionais, intelectuais) como uma metodologia indispensável e eficiente para fazer da democracia um sistema próximo dos atores que a envolvem. Isso porque, dentre as associações feitas às conferências, são recorrentes as tentativas de defini-las como mecanismo capaz de despertar o “engajamento cívico” e a superação da “fragmentação da vida política” e do isolamento social nos espaços de tomada de decisão (FUNG, 2004). Outros autores consideram ainda que as conferências de políticas públicas devem ser vistas como espaço de “controle social”, “justiça social” e “exercício efetivo de governança” (AVRITZER, 2012).

Para além do universo acadêmico, as perspectivas que apreendem a Conferência como espaço de implementação da democracia são fortemente referendadas em discursos políticos e sociais, nacionais e internacionais. Mais que isso, tal mecanismo é tomado, recorrentemente, como diretriz ou metodologia diante das propostas de trazer a sociedade civil para os espaços de discussão com as esferas institucionais.

No Brasil, temos um exemplo de bastante destaque, que é o terceiro documento do Programa Nacional de Direitos Humanos (2010). Tomando como um dos principais temas de abordagem a “Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil”, esse documento situa a realização de conferências como recurso importante para aperfeiçoar a aproximação entre Estado e sociedade, além de promover a implementação de políticas públicas. Conforme disposto no PNDH3 (2010):

Aperfeiçoar a interlocução entre Estado e sociedade civil depende da implementação de medidas que garantam à sociedade maior

participação no acompanhamento e monitoramento das políticas públicas em Direitos Humanos, num diálogo plural e transversal entre os vários atores sociais e deles com o Estado. Ampliar o controle externo dos órgãos públicos por meio de ouvidorias, monitorar os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro, **realizar conferências periódicas sobre a temática**, fortalecer e apoiar a criação de conselhos nacional, distrital, estaduais e municipais de Direitos Humanos, garantindo-lhes eficiência, autonomia e independência são algumas das formas de assegurar o aperfeiçoamento das políticas públicas por meio de diálogo, de mecanismos de controle e das ações contínuas da sociedade civil. (PNDH, 2009: 23)

Além do tema dos direitos humanos, diversas outras variáveis temáticas destacam a conferência de políticas públicas como instrumento capaz de aproximar sociedade, representantes públicos e intelectuais em debates como: meio ambiente, populações tradicionais, direito do idoso, do adolescente, da mulher e tantos outros. No relatório da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005), foram nítidas as expectativas criadas em torno da realização desse evento, conforme observamos a seguir, no relatório oficial da Conferência:

Assim, a **Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**, além de buscar o diálogo franco e democrático e promover a interlocução direta da sociedade civil com o Estado, tem o objetivo de fortalecer a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. (RIBEIRO, 2005, In: PNPIR, 2005:03)

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), por meio da **I Conapir**, fortalece suas ações na estrutura do governo federal e consolida um modelo de gestão participativa, no qual a promoção da igualdade racial se afirma como elemento essencial para a consolidação da democracia. Assim, Estado e sociedade civil promovem a igualdade racial na primeira atividade oficial e pública do governo federal voltada exclusivamente à agenda nacional de igualdade para a construção de um Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. (Conapir, 2005: 08)

Como se pode observar, a Conferência aparece como etapa imprescindível para realização e aprofundamento da democracia racial. A expectativa é de que a Conferência funcionaria como instrumento capaz de manter o diálogo/a interlocução entre Estado e sociedade civil, de forma que permite a realização de ações mais concretas em torno da questão racial, como, por exemplo, um Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Analisando alguns dos efeitos da realização de conferências de políticas públicas, CUNHA (2012) destaca que um dos potenciais desse mecanismo corresponde à inclusão de segmentos populacionais marginalizados, como mulheres, analfabetos, negros, baixa renda. Estes sujeitos, que, em outros momentos, não teriam poder de voz ou decisão, passam a ter acesso a um espaço público de deliberação de demandas.

FUNG (2004), por sua vez, destaca o poder que os “mini espaços” - a exemplo das conferências - têm em se tratando de estratégia para superar a fragmentação da vida política. Funcionando como espaço público que reúne um número importante de pessoas, mas não de forma massiva, o autor percebe esse espaço como importante cenário para deliberação de decisões mais locais, em contrapartida às decisões universalizadas.

Todavia, apesar de todas essas expectativas diante da positividade das conferências de políticas públicas, observamos que, falta na análise desses autores, um olhar mais crítico em relação a elas. Na nossa perspectiva, mais que tomá-las como um caminho para a democracia, é preciso tomá-las como um processo que ainda está em formação, com diversas fragilidades e com diversas carências e deficiências.

4.1.2 Os antecedentes da III COEPIR de Sergipe (2013)

Desde que houve as primeiras tentativas de instauração da Política de Promoção da Igualdade Racial em Sergipe, uma das principais fontes de conflito e divergência foi em relação ao fato de quem teria competência para gerenciar essa pasta. Alegando não haver estrutura nem capital para que instituições pudessem tratar de forma autônoma desse tema, os órgãos que daí surgiram foram todos articulados a outros órgãos já existentes. De forma sintética, no caso do Estado de Sergipe, os órgãos de promoção da igualdade racial articularam-se da seguinte forma:

QUADRO VII: ARTICULAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL EM SERGIPE

Órgão de Promoção da Igualdade Racial	Órgão ao qual está vinculado
Copir Estadual	Secretaria de Direitos Humanos e da Cidadania
Copir Municipal	Secretaria de Participação Popular
Secretaria de Igualdade Racial de Laranjeiras	Secretaria da Cultura
Coordenadoria de Inclusão Racial de Laranjeiras	Secretaria de Inclusão Social
Secretaria de Inclusão Racial de Estância	Secretaria de Inclusão Social

Fonte: entrevistas realizadas pela autora.

O efeito prático dessas associações resultou em uma série de conflitos, os quais, em sua maioria, justificavam-se pelo seguinte argumento: os órgãos de promoção da igualdade racial estariam subordinados a instituições que, ou desconheciam, ou não se preocupavam com o tema da igualdade racial.

Nas vésperas da realização da III COEPIR, esse foi um problema que tomou destaque no âmbito da Copir Estadual. Vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e da Cidadania (SEDHUC), a falta de “articulação” ou entendimento entre ambos os órgãos gerou um cenário de conflitos bastante aguçados. Afirmando a falta de interesse do então Secretário da SEDHUC para com a política de igualdade racial, membros da Copir Estadual passaram a lançar frases de repúdio ao Secretário, deslegitimando a sua capacidade de representar, enquanto autoridade maior, a questão racial no âmbito estadual.

O cartaz a seguir, assinado sob a rubrica do “Movimento Negro de Sergipe”, chama atenção para a problemática, enfatizando, especificamente, o “descaso com negros e negras e religiosos de matrizes africanas”:



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=4626416513407&set=pb.1682619851.-2207520000.1384639518.&type=3&theater>

Além dessas questões abordadas como destaque no cartaz, o manifesto contou ainda com uma série de outras reivindicações. Abaixo, seguem os principais pontos da crítica contra o então Secretário de Direitos Humanos e da Cidadania, crítica esta postada, reiteradamente, nas páginas de redes sociais de lideranças do movimento negro em Sergipe, dentre eles, um que atuava na Copir Estadual:

Não aceitamos o Secretário de Direitos Humanos do Governo do Estado de Sergipe coordenando a III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, pelos seguintes motivos:

1. Há mais de um ano que o Secretário de Direitos Humanos não paga os artistas negros e negras que apresentaram sua arte no evento que contou com a presença da Ministra de Promoção da Igualdade Racial, em abril de 2012;
2. Há mais de um ano que acordamos com o Governador Marcelo Déda e a Ministra de promoção da igualdade racial propostas de fortalecimento na luta contra o racismo e contra a intolerância religiosa e o Secretário de Direitos Humanos indicado pelo Governador Marcelo Déda pra agilizar as propostas e até a data de hoje o Secretário de Direitos Humanos não encaminhou nenhuma proposta;
3. Até agora o Secretário de Direitos Humanos não publicou a Portaria instalando a comissão organizadora estadual da III CONEPIR – documento essencial para legitimar os delegados junto a comissão nacional;
4. O Secretário de Direitos Humanos perdeu os prazos para realização da Plenária Estadual dos Povos Tradicionais;

5. O Secretário de Direitos Humanos perdeu os prazos para enviar projeto a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial solicitando os recursos para realização da III CONEPIR, isso é lamentável principalmente quando o governo de Sergipe diz que teve dificuldades de pagar a folha do mês de julho, inclusive atrasando o pagamento dos aposentados;

6. O Secretário de Direitos Humanos do Governo de Sergipe não tem nenhum respeito pelos negros, negras e religiosos de matriz africana de Sergipe;

7. Tem muito mais motivos que apresentaremos na III CONEPIR. (III Conepir, 2013)

O conjunto das críticas apresentadas contra o Secretário da SEDHUC evidencia parte das tensões que permearam o processo de formulação e implementação de políticas públicas de igualdade racial em Sergipe. No caso das agendas de igualdade racial, os fatos tornam-se mais complexos por existir o que alguns militantes da causa negra chamaram de racismo institucional. Em análises desenvolvidas em outro momento deste estudo, percebemos que os atores sociais envolvem nessa terminologia o conjunto de práticas que vão desde o descaso com a causa negra até o fato de eles praticarem atos racistas.

Diante disso, podemos afirmar que as notas de repúdio mencionadas evidenciam não apenas um cenário de disputas por afirmação ou poder, tão comum nos espaços políticos, mas, também, introduzem parte do que foi a III COEPIR (2013): um palco mais de controvérsias e inconsensos do que de consensos e definições.

4.1.3 A III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: por um Sergipe afirmativo

A “III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: por um Sergipe afirmativo” foi realizada em 28 de agosto de 2013, na cidade de Aracaju, Sergipe. Sob a coordenação da SEDHUC – Secretaria Estadual de Direitos Humanos e da

Cidadania, por meio da Comissão Estadual Organizadora, o evento fez parte do conjunto de encontros locais e regionais que ocorreram como forma de preparação para a “Conferência maior”: a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, prevista para ocorrer em novembro de 2013.

Na perspectiva dos membros organizadores da Conferência Estadual (2013), a relevância dela estava em possibilitar que a sociedade civil local pudesse debater e propor sobre conteúdos e demandas que fariam parte das decisões tomadas durante a Conferência Nacional. O objetivo era, assim, definir prioridades que deveriam ser dadas à política de igualdade racial em Sergipe, de forma que: (1) se reafirmasse e ampliasse o compromisso do Governo de Sergipe e da sociedade sergipana com a igualdade racial; (2) se avaliassem os avanços obtidos e os desafios a serem enfrentados pela política racial; (3) se propusessem estratégias para enfrentamento ao racismo; (4) se discutissem os mecanismos de institucionalização da promoção da igualdade racial.

Regulamentada pelo Decreto 29.340, de 15 de julho de 2013, conforme Portaria nº 004, de 08 de julho de 2013, a CONEPIR (2013) desenvolveu-se conforme o previsto: primeiro a conferência de abertura, que reuniu autoridades da questão racial em nível local e nacional, como lideranças do movimento negro, autoridades afro-religiosas, representantes políticos e a Ministra da Seppir, Luiza Bairos; logo em seguida, procedeu-se à apresentação de alguns grupos folclóricos afro-religiosos e indígenas; depois do almoço, houve a organização dos grupos de trabalhos divididos por temática; em seguida, a aprovação do regimento, a aprovação das propostas que seriam levadas à Conferência Nacional e, por fim, a conferência de encerramento e algumas apresentações culturais.

A) A organização

Passado pouco mais de um mês das manifestações em repúdio ao então Secretário de Direitos Humanos e da Cidadania de Sergipe, o problema

parece ter sido institucionalmente solucionado com a aprovação do Decreto 29.340/2013, mais especificamente com a disposição do parágrafo 10, o qual dispõe que: “A Comissão Organizadora Estadual será composta pelo Secretário de Estado da SEDHUC, Casa Civil e por sete representantes da sociedade civil e sete membros do governo do Estado”, sendo que a presidência da Comissão Organizadora Estadual deveria ser exercida pelo Secretário da SEDHUC. Nesse mesmo artigo, acrescenta-se ainda que a escolha dos membros da comissão é poder restritivo ao Governo do Estado, o qual, segundo o Regimento, deve “constituir a respectiva comissão organizadora” (art. 9º).

Utilizando-se de um mecanismo burocrático-legal, que garante ao Governador do Estado escolher a comissão organizadora da Conferência, constatamos, nesse primeiro momento, a determinação de um poder constituído não de baixo para cima, mas, sim, de cima para baixo. Isso porque, embora estivesse previsto em regimento que a sociedade civil tinha que estar representada na Conferência, quem determinou a escolha dos membros não foi a própria sociedade, mas sim a autoridade institucional.

Nesse caso específico, tendo em vista a amplitude que a divergência entre gestores da Copir Estadual e chefia da SEDHUC tomou, podemos considerar que houve uma supressão dos conflitos existentes, já que, na prática, eles foram “anulados” perante o Decreto oficial.

Outro fato bastante curioso que permeou o processo de organização da III CONEPIR foi a ausência de qualquer referência à Copir Estadual. Dentre os órgãos destacados nos cartazes e folders da Conferência, somente se fez referência a dois órgãos Nacionais, a Seppir e o CNPIR (Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial) e a um órgão Estadual, que foi a SEDHUC.

Somente dias depois, com a realização de entrevista com uma representante da SEDHUC, é que fomos informados de que a Copir Estadual havia sido extinta e que em seu lugar iria ser criado um Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, também vinculado à SEDHUC. Até o momento

da entrevista, o órgão estava aguardando decreto do Governo para aprovação do Conselho, e a questão racial continuava sendo uma das pastas de responsabilidade da SEDHUC, só que não mais como coordenadoria e sim como conselho.

B) A composição da mesa

Durante a conferência de abertura da III COEPIR (2013), a mesa foi composta por representantes de entidades como: Fórum Sergipano das Religiões de Matrizes Africanas; Movimento Negro Unificado (MNU); Liga Oficial de Blocos e Escolas de Samba; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria de Direitos da Mulher e Secretaria de Direitos Humanos e da Cidadania.

Tal composição evidencia uma diversidade bastante considerável de representantes da causa negra em Sergipe, os quais estiveram contemplados por representantes de movimentos cujo foco de atuação variavam desde as questões que envolvem religiões de matrizes africanas até o movimento cultural e de gênero.

Em termos de autoridades políticas, a mesa contemplou uma diversidade de representantes, indo desde a presença da Ministra da Seppir, Luiza Bairros, até a presença de representantes do Governo do Estado.

Esteve ausente da mesa, porém, uma série de outros representantes que, em termos de contemplação da diversidade pretendida pela Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2003)²⁵, causou uma lacuna. Eis o caso da ausência de representantes da causa indígena, quilombola e cigana. No caso das duas primeiras, embora estivessem presentes no evento, não tinham representatividade política, nem em termos de composição da mesa, nem em termos de aprovação de propostas. No caso da última – a população

²⁵ A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial prevê que devem fazer parte dos segmentos contemplados comunidades indígenas, quilombolas, ciganos, palestinos, e todos os demais povos de origem étnico/tradicional.

cigana – apesar da existência no Estado, não teve presença alguma no evento ou nas falas dos que lá representavam a política de igualdade racial.

Outro fato que chamou a atenção foi a ausência de representantes do Governo Municipal de Aracaju e de órgãos como a Secretaria de Educação, a de Segurança Pública, dentre outros. A ausência de órgãos como esses num evento de caráter tão interdisciplinar quanto deveria ser o da igualdade racial faz com que o estabelecimento de vínculos e da própria política fique ameaçado. Isso porque, sem parcerias, não há sucesso na realização de ações em nome da igualdade racial, já que, embora a questão seja tratada por uma agenda específica, os fatos que a envolvem perpassam todas as agendas sociais, como educação, segurança, saúde, cultura e lazer.

C) Os grupos temáticos

Uma das principais atividades realizadas durante a III COEPIR (2013) foi a organização dos grupos temáticos, os quais foram esquematizados da seguinte forma: (1) Estratégias para desenvolvimento e enfrentamento ao racismo; (2) Políticas de igualdade racial no Brasil: avanços e desafios; (3) Arranjos institucionais para a sustentabilidade das políticas de igualdade racial; e (4) Participação política e controle social: igualdade racial nos espaços de decisão.

Acompanhando cada uma dessas temáticas, a Conferência forneceu um material de base contendo propostas e estratégias que deveriam servir de guia para os debates implementados em cada grupo de trabalho. Assim, com o auxílio de um coordenador, os inscritos em cada grupo tiveram o tempo máximo de uma hora para debater seus conteúdos e sistematizar as propostas que dali deveriam sair.

No desenrolar dos debates ocorridos nos GTs, algumas questões nos chamaram a atenção, dentre as quais sistematizaremos as três que consideramos mais enfáticas: (1) a pré-definição dos conteúdos a serem

abordados; (2) o efetivo dilema entre vontade geral e vontade coletiva; (3) a disposição de tempo e espaço para realização do debate.

No que se refere à pré-definição dos conteúdos, observamos que o formato dos GTs na Conferência remonta a uma configuração que nos faz pensar numa metodologia de cima para baixo, e não o contrário. Isso porque, em todos os grupos de trabalho, a metodologia adotada foi debater sobre o material de referência passado pela Seppir e, com base nele próprio, fazer as devidas escolhas. Isso implicou que as propostas que saíram da Conferência foram mais escolhidas, dentre as opções disponíveis, do que formuladas. Em outros termos, foi mais uma forma de legitimar o arranjo já traçado do que deliberar propostas emanadas dos próprios conferencistas.

Como o documento base é, na verdade, uma síntese das propostas traçadas pelo Governo Federal, na figura da Seppir, e do Governo do Estado, com a conformação do Programa de Governo “Sergipe contra o Racismo” (2006), logo, as definições tomadas pelos conferencistas seguem a mesma linha de atuação defendida pelo poder institucional, não havendo, assim, avanço ou inovação de propostas.

O segundo ponto que nos despertou a atenção no processo de realização dos GTs foi o dilema entre vontade geral e vontade coletiva. Contrariando a crença comum de que as conferências de políticas públicas seriam espaços em que os sujeitos sociais estariam dispostos a falar e a reivindicar por demandas que favoreçam o bem comum dos envolvidos, com o ideal máximo de que os sujeitos seriam capazes de abrir mão de suas vontades individuais e falar em nome de um bem coletivo, os defensores da democracia participativa apostaram em mecanismos como conferências, conselhos, orçamentos participativos. Não levaram em consideração, porém, que o processo democrático, de desprendimento do individual em nome do coletivo, não se dá pelo simples fato de unir pessoas e colocá-las para debater sobre um tema comum. Se é que o desprendimento individual é possível, faz-se necessário, antes, constituir um sentimento de identidade, de coletividade.

Da forma como foi posta, a Conferência reuniu nada mais que grupos de pessoas com algum grau de relação com a questão negra na expectativa de galgar alguma melhoria de vida. Essa foi a impressão que tivemos ao acompanhar, nas atividades do GT 2 – Políticas de igualdade racial no Brasil: avanços e desafios –, a temática voltada para a questão quilombola. Ao ler um trecho do texto base que dispunha sobre a importância de se garantir o território para permanência e desenvolvimento das comunidades quilombolas, um grupo de mulheres levantou a voz, dizendo: “pula essa parte, moça, quem é que quer sofrer trabalhando na terra? A gente quer é curso, financiamento. Quem é que quer voltar a trabalhar no sol quente?”.

Para um pesquisador que cria expectativa diante de uma “conferência de igualdade racial”, aquela atitude chamara atenção de forma bastante assustadora. Afinal, onde estaria o sentimento coletivo? Onde estaria a relação de identidade heroica que a população negra tinha com as comunidades quilombolas?

Ao fundo das inúmeras vozes que se preocupavam em articular demandas, uma voz solitária defendia que não era certo pensar apenas nos interesses de cada um, que era preciso levar em consideração as comunidades quilombolas também. Posto em votação, sua voz foi calada. Dentre as 5 propostas que foram solicitadas dos subgrupos dos GTs, não houve espaço para pensar na questão quilombola.

Por fim, ressaltamos o terceiro ponto que nos chamou atenção no processo de desenvolvimento dos GTs: a disposição de tempo e espaço para realização do debate. Ocorrida em apenas um dia, a Conferência acabou por se tornar um “processo apressado” para o que se pretendia como “processo de fortalecimento da democracia”. No caso dos GTs, com uma quantidade elevada de pessoas, cerca de 50 ou 60 em cada grupo, e um tempo máximo de 1 hora para debater e formular demandas, houve uma sobrequantidade de pessoas e demandas para serem solucionadas nesse espaço curto de tempo. Diante disso, as falas ficaram quase que exclusivamente concentradas nas mãos do coordenador do GT, sendo que, na hora de formulação das propostas, o que

acontecendo era a leitura e a escolha diante dos tópicos que já existiam no texto base.

O resultado prático dessas condições de existência da Conferência foi a pobreza de debate e também a legitimação de demandas já pré-existentes.

D) A aprovação do regimento

O momento da Conferência mais impactante para a nossa análise, e que inclusive inspirou o título deste trabalho, foi a aprovação do regimento. Ocorrida logo depois dos debates dos GTs, essa etapa destacou-se como o momento em que os membros partícipes da Conferência tomaram ciência de todas as regras de funcionamento dela.

Para a realização da leitura do regimento, foi convidado um dos representantes do Movimento Negro Unificado de Sergipe, o qual seguiu a seguinte dinâmica: todos os itens do regimento seriam lidos e, durante a leitura, os membros partícipes da Conferência poderiam intervir levantando a mão e tecendo seus comentários. Cada interventor teria o tempo máximo de 2 minutos para colocar sua questão.

Durante a leitura do 3º parágrafo do regimento, surge a primeira polêmica. Ao dispor sobre a formação de comissão e subcomissões para organização do evento, o parágrafo suscitou certa indignação por parte de um dos participantes, o qual indagou: “como foram escolhidos estes coordenadores? Quem escolheu, já que não houve as conferências municipais?”.

Imediatamente, o interventor foi vaiado por grande parte dos partícipes, de forma que gerou um clima de bastante tensão. Vários organizadores foram chamados a dar uma resposta à indagação feita pelo interventor. No momento, um organizador olhava para outro sem saber ao certo quem daria a resposta. Ao mesmo tempo, o público continuava, enfaticamente, com as vaias. Depois

de algum tempo, um dos organizadores pegou o microfone e “solucionou” o problema, respondendo que, ainda que sem as conferências municipais, os coordenadores poderiam ser escolhidos e que, portanto, não haveria motivo para polêmicas.

Após a resposta, o público aplaude entusiasticamente. O interventor ainda tenta retrucar, porém as vaias suprimem sua voz, e ele resolve não mais intervir. A leitura do regimento tem continuidade.

Depois daquele fato, não houve mais intervenções para debater sobre o conteúdo do regimento. Por pelo menos três vezes, alguns delegados tentaram intervir na leitura. Inícios de vaias começavam, mas, quando os “vaiadores” percebiam que se tratava apenas de uma tentativa de consertar uma palavra errada ou um termo mal colocado, então caíam em aplausos.

Naquele momento, era inevitável não questionar se aquele seria um espaço democrático ou um espaço cujo autoritarismo estava disfarçado. Era difícil enxergar ali um espaço de debate, do diálogo pelo argumento. Aliás, parecia que o que menos se esperava ali era debate, questionamento, pois a busca era mesmo pelo consenso, pelo “deixe como está, porque assim é que está bom”.

Pelo conjunto do que foi visto, ficou claro que um fato só não explicaria o que, na nossa visão, funcionou como “fragilidades da democracia”. Aquela atitude pode ser decorrente de inúmeros fatores, como por exemplo: a presença de muitos jovens na Conferência, sobretudo no momento de aprovação do regulamento; a falta de preparação em experiências anteriores, sobretudo porque não houve as conferências municipais ou regionais; uma educação que forme o indivíduo para viver em um ambiente democrático, em um ambiente onde o debate e o dissenso são imprescindíveis para a construção de propostas; e, por fim, um grupo de membros organizadores mais bem preparados e dispostos a debater, refletir e não apenas decidir.

Todavia, resguardadas todas essas possibilidades, foi notório que, para além de sons ou vaias, a Conferência emitiu o recorte de um espaço marcado

pela presença de grupos variados e mesmo antagônicos. E tais grupos não estavam tão abertos ao diálogo. Antes, queriam confirmar a proposta lançada sem maiores mudanças.

4.1.4 Das considerações do pesquisador

O acompanhamento do processo de constituição da III CONEPIR (2013) permitiu-nos praticar um exercício ensinado por BOBBIO (2002)²⁶ ao estudar a democracia. Como ele, tentamos olhar aquele evento investigado não como ideia, mas como fato, e, como fato, sujeitos disputaram espaço, posições e demandas. E tendo em vista que é nas conferências que os conflitos aparecem com mais vigor, porque unem sujeitos diversos para formulação de respostas conjuntas, aquele foi o ambiente em que posições foram fortemente marcadas, de forma que o princípio ou a expectativa de “participação de todos” estavam sujeitos a lutas, conflitos e disputas as mais variadas.

O primeiro contato visual acerca do ambiente da Conferência já nos chamou a atenção. Claramente, era possível dividir aquele público como um conjunto de subgrupos. De um lado, os “vestidos de branco”, representando a população de terreiro, de um modo geral composto por pessoas de idade mais elevada; de outro, os jovens, representando o segmento dos capoeiristas, estes pareciam bem animados com o evento, interagindo algumas vezes com palmas ou vaias; havia ainda os índios, estes vestidos a caráter e ansiosos pela apresentação que fariam; também lá estavam os representantes institucionais, sentados nas cadeiras dianteiras e dialogando com demais gestores e assessores. Havia ainda um grupo mais disperso, que, de um modo geral, era composto por membros da sociedade civil que não participavam nem do militância racial nem das esferas de poder. E, por último, havia alguns sujeitos vestidos com camisas com o nome UNEGRO ou Movimento Negro de Sergipe. Estes, de um modo geral, circulavam por todo o ambiente e

²⁶ A frase original é: “fazer descer a democracia do céu dos princípios para a terra onde se chocam interesses consistentes”. (BOBBIO, 2002: 24).

articulavam perguntas ou falas que foram exaltadas depois da palestra de abertura da Ministra da Seppir.

Até aquele momento inicial, essa disposição havia chamado atenção apenas pelo fato da diversidade de grupos ali presentes. Todavia, durante a plenária de aprovação do Regimento da Conferência, percebemos que aquela também era uma divisão ideológica ou até mesmo política. Naquele momento, as pessoas ali presentes não estavam naquele lugar apenas por militarem ou debaterem enquanto negros uma política de igualdade racial. Mais do que isso, eles estavam ali como negros afro-religiosos; como negros capoeiristas; como negros em busca de travar alianças políticas ou de afirmar a sua luta enquanto militantes; ou como negro que esperava, simplesmente, conhecer o que era o evento. E, em meio a todos eles, ainda tinham os índios, que estavam ali não pela promessa de igualdade racial, mas pela promessa de que aquele seria um debate que envolveria a pluralidade de sujeitos sociais brasileiros, excluídos por critério de raça, cor ou etnia. Ou, em alguns casos, estavam ali apenas para fazerem uma apresentação ritualística de suas tradições durante a abertura do evento.

Todas essas diversidades de grupos representariam apenas uma diversidade se aquele não fosse um ambiente em que ideias seriam selecionadas e eleitas para representarem aqueles grupos em um evento maior, a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a qual iria ocorrer um mês depois daquela. A Conferência Estadual, sobretudo na plenária de aprovação do regimento e das demandas, tornava-se, dessa forma, um evento de disputas e de afirmação de demandas. Mais que isso, era um ambiente em que questões políticas, religiosas, culturais e partidárias tinham que se enfrentar e, ao mesmo tempo, chegar a um direcionamento final.

Foi desse modo que inúmeros conflitos tomaram suas proporções. Durante o processo de organização do evento, a disputa era sobre quem seria responsável pela organização. E tal definição, para além de uma questão burocrática, traduziria o caráter que o evento poderia ter: se ele exaltaria um viés culturalista, de direitos humanos, de inclusão social. Em seguida, durante

a realização do evento, os conflitos procederam com a disputa de grupos organizados. E, nesse caso, alguns fatores atuaram como aliados dessa luta: a quantidade de delegados que o grupo conseguiu “eleger” para fazer parte do grupo de votantes (dizemos eleger entre aspas, pois não foi uma eleição, e sim uma escolha da comissão organizadora); a capacidade de articular a maior quantidade de gente para pressionar enquanto as propostas eram lançadas; a resistência para permanecer até o final, já que, nessa Conferência, as propostas foram aprovadas na última parte do evento, de forma que grande número de participantes já havia ido embora, em especial os idosos.

Por fim, os conflitos não se encerraram aí nesse evento. Mesmo depois de aprovado o documento final, ainda existia o processo posterior, no qual os delegados eleitos deveriam se preparar para enfrentar uma nova disputa. Agora, durante a Conferência Nacional.

4.2 “Eu não sabia que era negra até assumir a Secretaria”

Me gritaram negra

(Victoria Santa Cruz)

Tinha sete anos apenas,
apenas sete anos,
Que sete anos!
Não chegava nem a cinco!
De repente umas vozes na rua
me gritavam Negra!
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!
“Por acaso sou negra?” – me disse
SIM!
“Que coisa é ser negra?”
Negra!
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia.
Negra!
E me senti negra,
Negra!
Como eles diziam
Negra!
E retrocedi
Negra!
188

Como eles queriam
 Negra!
 E odiei meus cabelos e meus lábios grossos
 e mirei apenada minha carne tostada
 E retrocedi
 Negra!
 E retrocedi...
 Negra! Negra! Negra! Negra!
 Negra! Negra! Negra!
 Negra! Negra! Negra! Negra!
 Negra! Negra! Negra! Negra!
 E passava o tempo,
 e passava o tempo,
 e sempre amargurada
 Continuava levando nas minhas costas
 minha pesada carga
 E como pesava!...
 Alisei o cabelo,
 Passei pó na cara,
 e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma palavra
 Negra! Negra! Negra! Negra!
 Negra! Negra! Negra!
 Até que um dia que retrocedia, retrocedia e que ia cair
 Negra! Negra! Negra! Negra!
 Negra! Negra! Negra! Negra!
 Negra! Negra! Negra! Negra!
 Negra! Negra! Negra!
 E daí?
 E daí?
 Negra!
 Sim
 Negra!
 Sou
 Negra!
 Negra
 Negra!
 Negra sou
 Negra!
 Sim
 Negra!
 Sou
 Negra!
 Negra!
 Negra!
 Negra sou
 De hoje em diante não quero
 alisar meu cabelo
 Não quero
 E vou rir daqueles,
 que por evitar – segundo eles –
 que por evitar-nos algum dissabor
 Chamam aos negros de gente de cor
 E de que cor!
 NEGRA
 E como são lindos!
 NEGRO
 E que ritmo tem!
 Negra! Negra! Negra! Negra!
 Negra! Negra! Negra! Negra!

Negra! Negra! Negra! Negra!
 Negra! Negra! Negra!
 Afinal!
 Afinal compreendi
 AFINAL
 Já não retrocedo
 AFINAL
 E avanço segura
 AFINAL
 Avanço e espero
 AFINAL
 E bendigo aos céus porque quis Deus
 Que negro azeviche fosse minha cor
 E já compreendi
 AFINAL
 Já tenho a chave!
 NEGRA! NEGRA! NEGRA! NEGRA!
 NEGRA! NEGRA! NEGRA! NEGRA!
 NEGRA! NEGRA! NEGRA! NEGRA!
 NEGRO NEGRO
 Negra sou!

Os versos da poesia de Victoria Santa Cruz²⁷ expressam, com sua profundidade literária, um dos momentos bastante emblemáticos de nossa pesquisa: a descoberta do “ser negro” e “militante” por uma das entrevistadas. Tal episódio deu-se quando nos deparamos com um fenômeno atípico em relação ao perfil dos militantes negros gestores em Sergipe: a entrevistada afirmava descobrir-se enquanto negra somente a partir do momento em que assumiu a Secretaria à qual estava vinculada:

Quando eu assumi a Secretaria eles falavam assim: “vai ser bom mandar --- (entrevistada 8) pra tal evento. Ela é negra, vai poder representar melhor a Secretaria”. Aí eu ficava me perguntando: como? **Até então eu me via como uma pessoa normal, comum. Nem negra, nem branca, me via como ----- (entrevistada 8).** Mas com o tempo eu vi que era bom para eles mostrar que na Secretaria tinha gente de todo tipo, sabe? Gay, mulher, negro. E eu era mulher e negra. Era não, sou. (Entrevista 8)

Dentro da instituição que assumiu como gestora, a entrevistada 8 era, em termos de hierarquia, a segunda maior autoridade do lugar. Apesar de seu currículo profissional²⁸ e de sua forte articulação com “políticos influentes” (de acordo com ela), a gestora nos falou de sua emergência ao poder como

²⁷ Nascida em 1922, no Peru, Victoria Santa Cruz foi poetisa, coreógrafa, dançarina. Morreu em agosto de 2014, na cidade de Lima.

²⁸ Atuou por mais de vinte anos como professora e coordenadora do curso de Pedagogia em uma Instituição de Ensino Superior na capital do Estado.

decorrente, necessariamente, de sua cor. Sem nunca ter mantido qualquer forma de atuação ou articulação com movimentos negros, ela se revela surpresa ao ver que suas características fenotípicas eram cotidianamente ressaltadas no ambiente de trabalho: “eu não sabia que eu era negra, eu me descobri assim quando vim pra Secretaria”.

Como na poesia de Victoria Santa Cruz, a entrevistada não tinha despertado a sua identidade enquanto negra até que outros sujeitos sociais estimularam tal sentimento. Na descrição dela, era como se fosse um fato adormecido, que, diante da adversidade, teria tomado um outro impulso. No caso de nossa entrevistada, ela não sabia que era negra até que foi trabalhar em uma Instituição em que a sua cor tinha um peso político-ideológico. Afinal, estamos falando de uma Secretaria de Direitos Humanos, a qual se afirmava como protetora e representante de grupos vulneráveis, o que na prática significa mostrar-se como uma Instituição formada por todos os tipos sociais.

A “descoberta” da entrevistada nos chama a atenção para uma série de fatores. Um deles diz respeito à situação atípica do perfil da entrevistada em relação às demais lideranças negras: enquanto todos os demais tinham um histórico de militância racial no Estado e filiação partidária com o grupo político que os levou ao poder, no caso dela, por sua vez, isso não ocorre, uma vez que ela não era militante do movimento negro, nem era filiada a partido político algum, no entanto, associa a sua posição na estrutura governamental à sua condição de negra.

A priori, esse caso gerou uma certa dúvida sobre se a entrevistada faria ou não parte do conjunto dos sujeitos sociais que elegemos como objeto de nossa pesquisa (os militantes negros que assumiram algum órgão de promoção da igualdade racial em Sergipe). Afinal, esse não se tratava do caso de uma militante negra, mas tão somente de uma mulher negra. Todavia, o conjunto da fala da entrevistada nos leva a perceber que, embora não houvesse uma trajetória ligada à militância ou à articulação partidária, havia ali um discurso racializado em torno dos mecanismos de escolha dela como representante de um órgão institucional. Tratava-se, pois, de perceber que,

para além dos acordos burocráticos, existem ideologias intrínsecas ao papel do negro, as quais os levam, conseqüentemente, a estar ou não em determinados cenários institucionais. A experiência cotidiana vivida pela gestora que tinha a sua imagem relacionada ao fortalecimento de uma visão “plurirracial” da Secretaria nos leva a concluir que a articulação política é importante, mas existem outros critérios além desse. No caso em questão, a figura do “ser negro” tinha em si uma conotação que dispensava qualquer outra atribuição, pois a própria imagem já dava as respostas necessárias. E tais respostas iam desde a construção de um imaginário sobre os tipos de sujeitos que compunham a Secretaria (homem, mulher, negro, gay...) até a imagem construída sobre o Negro: um ser que carrega em si a autoafirmação de sua raça e age como porta-voz dela.

Diante disso, se, por um lado, existe uma visão idealista de que basta ser negro para se autodeclarar militante da causa negra, visão esta implícita na forma como os demais gestores relacionavam-se com a entrevistada, por outro, ficou evidente que esse é um processo social que se dá na relação com o outro. No caso investigado, o sujeito social não se descobriu negro antes de estar em um meio onde a sua diferença racial era cotidianamente afirmada, isto é, antes que lhe dissessem que a sua imagem seria boa para que a Instituição fosse vista como racialmente democrática e atuante em relação ao tema.

Nesse sentido, a máxima apresentada por Simone de BEAUVOIR (1967: 09), segundo a qual “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, vale para a situação aqui descrita. A entrevistada 8 precisou, necessariamente, ser mediada por outrem para se assumir como negra. Enquanto existiu para si, a gestora não se apreendia como racialmente diferenciada, mas, na medida em que foi reiteradamente sendo chamada pela sua cor (Negra! Negra! Negra!) e assumindo espaço por conta dela, uma outra conotação passou a ser dada à sua cor e à sua função na Secretaria de Direitos Humanos.

E “já não mais retrocedendo”, a entrevistada 8 fala de sua experiência enquanto autorreconhecida negra e desenvolvendo um trabalho que acionava tal característica:

Eu descobri coisas que no meu mundo eu não via. Os meus pais eles tinham uma condição de vida boa e **na minha família todo mundo era negro. Então não tinha racismo.** Como professora e coordenadora eu sempre fui muito respeitada, então eu nunca percebi a diferença. Mas quando eu vim pra cá já foi diferente, eu percebi outras realidades. Vi que tinha gente que sofria por causa do nosso cabelo e da nossa cor. Então a forma como eu me percebia mudou. (Entrevistada 8)

A entrevistada cita o contato com outros colegas negros, muitos deles militantes do movimento negro, e a participação em eventos que contemplavam o debate racial como sendo fundamental para o despertar dessa “nova consciência”. Foi quando ela saiu de um ambiente de “iguais”, no qual “todo mundo era negro”, que os dilemas raciais puderam ser vistos e percebidos como uma coisa que não estava distante da sua realidade. E, nesse momento de efetivação da alteridade, sua identidade enquanto gestora negra foi afirmada, passando então a se compreender não apenas como parte de um aparelho burocrático, mas também como parte de um universo ideológico.

Durante a entrevista, a entrevistada 8 foi questionada, ainda, se, a partir daquela nova atuação, ela se sentiria também militante negra. Sobre isso, ela respondeu:

Eu não posso dizer que eu tenho um histórico de militante, porque eu não fui e nem sou ligada a nenhum movimento. Mas eu acredito que hoje, sim, eu seja uma militante negra. Sabe por quê? Porque quando eu vou pra os eventos, eu falo em nome deles também. Eu acho que hoje eu fiquei mais atenta pra essas questões e não aceito certas coisas. Piadas que antes eu achava graça agora não acho mais. Então eu mudei minha percepção e acho que, de alguma forma, isso também é ser militante. Um pouco, pelo menos. (Entrevista 8)

Nesse sentido, assim como a identidade racial da entrevistada deu-se a partir de um processo de reconhecimento paulatino, a sua identidade enquanto militante negra também perpassa essa perspectiva. Afinal, o cargo que ocupava, mais a forma como sua cor era vista, levaram-na a frequentar determinados ambientes e a refletir sobre determinados temas, logo que uma segunda identificação passou a ser exaltada. E, nesse caso, embora ela tenha ciência de que não é uma militante ao modo tradicional (que faz parte de uma entidade, que tem uma trajetória de atuação), não destaca outras possibilidades de militância para se perceber enquanto tal.

Diante do universo descrito, pelo menos duas questões precisam ser apreendidas. Primeiro, que o negro que ocupa os espaços institucionais de governo não é um ser dado *a priori*. Como bem analisa Neusa Santos SOUZA (1983), ser negro é um vir a ser, é um tornar-se negro. A nossa entrevistada poderia simplesmente ter assumido uma secretaria na qual a sua cor não tivesse nenhum peso político-ideológico e, assim, nunca descobrir-se enquanto negra. Todavia, esse não foi o contexto de sua prática enquanto gestora. Antes, tratou-se de um ambiente que requisitava o seu ser racialmente diferenciado.

Segundo, a presença da figura negra nos ambientes institucionais não se dá sem a prévia idealização do impacto positivo que o dito “pluralismo” de raça, gênero, etnia, dentre outros, pode dispor em termos de reconhecimento político. A imagem que sairá nos holofotes é de suma importância para aqueles que querem ser vistos como representativos de todos os segmentos sociais. E, em se tratando de uma Secretaria de Direitos Humanos, em que uma das principais pastas era justamente a da igualdade racial, essa diversidade torna-se mesmo indispensável.

CAPÍTULO V: DESENCANTAMENTO COM O PODER INSTITUCIONAL: “E AGORA, JOSÉ, PARA ONDE?”

Frustração! Esse foi o sentimento que permeou a fala dos nossos entrevistados durante o último ano de contato com eles. Tanto em nível local quanto em nível nacional, os militantes, gestores ou não, expressavam um misto de desespero, descontentamento e indignação. Afinal, junto do que se manifestava como “a crise do Governo Dilma”, veio uma série de polêmicas em torno do corte de verbas, do possível fim da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial e da extinção de uma série de órgãos estaduais e municipais.

No caso específico de Sergipe, o sentimento de insegurança e insatisfação já perturbava os gestores raciais há algum tempo, quando, com a morte do Governador Marcelo Déda, em 2013, eles previam o esfacelamento da Copir Estadual. Afinal, nas palavras do “Entrevistado 12”, “Marcelo Déda era aberto a nossas demandas, mas o seu substituto... quando ele assumiu, eu fiquei um mês trabalhando exonerado”. Além desse relato, a “Entrevistada 4” já manifestava, desde 2012, o receio da mudança de Prefeito, alegando que a secretaria à qual estava vinculada era fruto da abertura da liderança política do dirigente presente até aquele momento, coisa que ela não sabia se permaneceria com o substituto.

Em 2014-2015, a instabilidade tomou forma definitiva no cenário sergipano. Algumas instituições foram fechadas, os seus dirigentes foram exonerados e uma série de entidades raciais que se diziam insatisfeitas com as repostas dadas pelo poder institucional acabou assumindo outras formas de atuação. Com isso, novos discursos passaram a configurar a ação desses grupos, de forma que alianças foram revistas e estratégias foram modificadas. Num primeiro momento, podemos destacar que diversas entidades do movimento negro passam a negar o Governo Federal como representativo das demandas raciais. Muitos dos militantes consideraram-se traídos pelos Governos Lula e Dilma, mas sobretudo pelo Governo Dilma, o qual, nas

palavras dos militantes, teria “aberto mão” da Seppir e das políticas raciais em geral. Paralelamente, os militantes em Sergipe exaltam a política local, destacando, em especial, a “falta de compromisso” do Prefeito da capital, do Governador do Estado e de suas cúpulas. No caso do Prefeito de Aracaju, João Alves Filho, assim que tomou posse, em 2013, no lugar de Edvaldo Nogueira (PC do B), a Copir Municipal foi extinta, ficando a Capital do Estado sem nenhum órgão de igualdade racial. No caso do Governador do Estado, Jackson Barreto, o qual entrou em exercício em 2013, como substituto de Marcelo Déda (PT), a Copir Estadual, depois de muita briga, também deixou de existir, de forma que o Estado também não apresentava nenhum órgão específico para tratar da questão racial.

Diante desse cenário, frustradas com o poder institucional, diversas lideranças do movimento negro passaram a reivindicar um novo discurso, agora o de “movimento autônomo”. Podemos assim citar o exemplo do PPLE (Partido de Livre Expressão Negra) e da Auto-Organização das Mulheres Negras de Sergipe. Tais movimentos surgem como resposta à insatisfação da política racial local e nacional e buscam atuar como uma frente de luta contra o poder “institucional-conservador”.

Com base nesse cenário, o objetivo deste capítulo foi analisar quem são esses novos sujeitos políticos atuais que buscam manter o militância racial em Sergipe, mas sem maiores articulações com o poder institucional. Que movimentos são esses? Como surgiram? E de que forma foram desconstruindo os discursos em prol da aproximação e do consenso com o Estado?

5.1 Fim da Seppir?

O suposto fim da Seppir foi motivo de polêmica desde o final do Governo Lula (2010) e início do Governo Dilma (2011), já que, com a transição entre eles, não se sabia ao certo o que permaneceria. Depois de anunciados os Ministérios e Secretarias da nova Presidenta, o clima foi acalmado, até que, em

2014, o anúncio de cortes de verbas e de alguns ministérios voltou a inflamar os ânimos de militantes negros fora e dentro do Governo.

Diante da iminência de extinção da Seppir, diversas entidades do movimento negro manifestaram-se contra o fim dela, alegando, dentre outras coisas, o retrocesso na promoção da igualdade racial e um possível distanciamento entre movimento negro e Estado. Um dos atos que mais chamou atenção foi o envio de uma carta à Presidenta Dilma, reivindicando-se a manutenção do *status* de ministério à Seppir. Reunindo a assinatura de 158 entidades²⁹ dos movimentos negros, de afins e de algumas personalidades³⁰, o

²⁹ Abaça Ogum de Ronda / SE; AFROUNEB – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros / UNEB – Santo Antonio; Agentes de Pastoral Negros – APN’S; Alteritas: diferença, arte e educação / MG; Articulação de Mulheres de Asé IYagba / RN; Articulação Popular e Sindical de Mulheres Negras de São Paulo – APSMNSP; Associação Afro Cultural de Matriz Africana São Jerônimo / BA; Associação Afro religiosa e Cultural Ilê Iyaba Omi – ACIYOMI / PA; Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN; Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombola do Maranhão – ACONERUQ; Associação Cultural Afro-brasileira de Oxaguiã / PA; Associação de Defesa Ambiental COROPOS / RJ; Associação de Educadores da USP – AEUSP; Associação de Mulheres Negras Aqualtune / RJ; Associação de Mulheres Negras Chica da Silva; Associação de Mulheres ODUM-AMO / SP; Associação Nacional das Baianas de Acarajé / BA; Associação dos Pesquisadores Negros da Bahia; Associação Pró Moradia e Educação dos Empregados e Aposentados dos Correios – AME; Associação de Sambistas e Comunidades de Terreiro de Samba do Estado de São Paulo – ASTECSP; Batuque Afro Brasileiro de Nelson da Silva / MG; Bocada Forte Hip Hop / SP; Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN; Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT / SP; Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afrobrasileira – CENARAB; Centro dos Estudantes de Santos e Região Metropolitana da Baixada Santista – CES; Centro de Estudos e Referência da Cultura Afro-Brasileira – CERNEGRO / AC; Cia de Teatro é Tudo Cena / RJ; CIR – Comissão de Igualdade Racial da OAB/RJ; Clube de Mães de Ilha de Mare / BA; Coletivo de Empreendedoras Negras Makena / SP; Coletivo de Entidades Negras – CEN; Coletivo de Estudante Negro do Mackenzie – AFROMACK / SP; Coletivo Feminista Baré do Amazonas; Coletivo Hip Hop Feminino Maria Amazonas; Coletivo Mulheres Encrespa de MG; Coletivo Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER; Coletivo Quilombação / SP; Comissão de Jornalistas Pela Igualdade Racial – COJIRA/SP; Comissão Nacional dos Pontos de Cultura – GT Gênero; Comitê Impulsor Nacional da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver; Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; Confederação Nacional Quilombola – CONFAQ; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Conselho Estadual de Mulheres de Goiás – CONEM; Cooperativa de Mulheres Flor do Mangue de Salvador / BA; Coordenação Estadual de Quilombos Zacimba Gaba / ES; Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – CONAQ; Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN; E’léékò: Gênero e Cidadania / RJ; Federação Árabe Palestina do Brasil – FEPAL; Federação das Associações Comunitárias e Entidades do Estado de São Paulo – FACESP; Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro – FAFERJ; Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme – FENAFAL; Diretoria Racial da Federação Nacional dos Trabalhadores de Metrô e Metrô Ferroviário – FENAMETRO; Fórum de Entidades Negras do Maranhão; Fórum de Juventude Negra do Amazonas; Fórum de Matriz Africana do Município de Cariacica / ES; Fórum Mineiro de Entidades Negras – FOMENE; Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJU; Fórum Nacional de Mulheres Negras – FNMN; Fórum Permanente Afrodescendente do Amazonas – FOPAAM; Fórum Sergipano das Religiões de Matriz Africana; GERA – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Formação de Professores da

documento manifestou apoio à Presidenta, exigindo, no entanto, o mesmo da parte dela:

Senhora Presidenta Dilma, **todos nós saímos e sairemos às ruas em defesa da legitimidade do seu Governo**, ungido pelo voto de 54 milhões de brasileiros, em defesa da democracia e da vida. Mas

UFPA; Grêmio Recreativo Escola de Samba Ipixuna do Amazonas; Grupo de Cultura Afro AFOXÁ / PI; Grupo Cultural Adimó / PI; Grupo de Estudos Afro-Amazônico (NEAB) UFPA; Grupo de Estudos Afro-Brasileiros e Educação – GEABE/FATEC / RJ; Grupo de Estudos e Pesquisas em políticas públicas, história e educação das relações raciais e de gênero da UNB; Grupo Mais Mulheres no Poder / MG; Ilê Axé Elegbara Barakitundegy Bamine; Ilê Axé Olorum Funmi / SC; Ilê Jena Delewa – BA; Ilê Ofá Odê – BA; Ilu Oba De Min Educação, Cultura e Arte Negra / SP; Instituto AMMA Psique e Negritude / SP; Instituto Brasileiro da Diversidade – IBD; Instituto Cultural Afro Mutalembê – Amazonas; Instituto Centro Educacional e Cultura Nina Souza – CENS / AP; Instituto Ganga Zumba; Instituto Luiz Gama / SP; Instituto Mocambo / AP; Instituto Nangetu de Tradição Afro-religiosa e Desenvolvimento Social de Belém; Instituto Padre Batista / SP; Instituto Palmares de Promoção da Igualdade / BA; Instituto Pérola Negra do Rio de Janeiro; Instituto Pretos Novos / RJ; Irmandade Santa Bárbara / SE; Kwê Cejá Gbé / RJ; Liga Brasileira de Lésbicas; Liga Nacional Panela de Expressão – ES; Liga Oficial dos Blocos Afros e Escolas de Samba de Sergipe; Marcha Mundial de Mulheres; Movimento Internacional da Paz – MINPA; Movimento de Luta por Terra – MLT; Movimento Negro Unificado – MNU; Movimento Sem Terra – MST; Nação Hip Hop Brasil; N’Ativa / AC; Núcleo de Debates de Diversidades e Identidades de MG; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do CEFET – RJ; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da FURB; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da FURG; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da IFPA; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAF – UFT; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UEL; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UEMG; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFMA; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFOP; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFPI; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFRPE; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFSB; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFTO; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFPR; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UNB; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UNICENTRO; Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas: NEABI – UFPB; Núcleo de Estudos Sobre Educação, Gênero, Raça e Alteridade (NEGRA) da UNEMAT; Núcleo Vida e Cuidado (NUVIC): estudos sobre violência; Observatório da Mulher; Observatório das Políticas de Democratização de Acesso e Permanência na Educação Superior da UFRRJ; Organização Cultural Remanescentes de Tia Ciata / RJ; Organização de Economia Solidária – OPES; Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP; Quilombação – Coletivo de Ativistas Antirracistas / SP; Rede Nacional Afro LGBT; Rede Amazônia Negra – RAN; Rede Amazônica de Tradições de Matriz Africana – REATA; Rede Aruanda Mundi; Rede de Jovens do Nordeste – RJNE; Rede Mulher e Mídia; Rede Nacional Lai Lai Apejo – Saúde da População Negra e AIDS; Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde – RENAFRO; Nacional das Religiões de Matriz Africana – Núcleo Sergipe; Rede Sapatá – Promoção de Saúde e Controle Social de Políticas Públicas para Lésbicas e Bissexuais Negras; Secretaria Nacional de Combate ao Racismo da CUT – SNCR/CUT; Secretaria Nacional de Igualdade Racial da CTB; Secretaria Nacional de Mulheres da CTB; Setorial de Combate ao Racismo da Central de Movimentos Populares – CMP; Sindicato dos Trabalhadores dos Correios da Grande São Paulo, Sorocaba e Região – SINTECT/SP; União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES; União Brasileira de Mulheres – UBM; União das Comunidades Tradicionais Afro-amazônicas – UNIMAZ; União das Escolas de Samba Paulistana – UESP; União de Mulheres de São Paulo; União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Santos – UMES Santos; União Nacional dos Estudantes – UNE; União de Negros Pela Igualdade – UNEGRO; Visão Mundial; Yle Ase Obe Fara BARAHUMERJIONAN / SE.

³⁰ Dexter (Marcos Fernandes de Omena) – Rapper; GOG (Genival Oliveira Gonçalves) – Rapper e poeta; Hélio Santos – Professor universitário (Visconde de Cairu – Salvador); Leci Brandão – Deputada Estadual e cantora; Valter Silvério – Professor universitário (UFSCAR).

entendemos como inaceitável a desmontagem de estruturas administrativas, de controle social e de diálogo entre governo e sociedade, que vem pautando a luta contra toda forma de preconceito e desigualdade, e a duras penas tem conseguido alterar a realidade de milhares de brasileiros e brasileiras, com a redução da pobreza, das diferenças regionais e culturais. Portanto, **agora é o momento de continuar, aprimorar a gestão pública para consolidação das iniciativas criadas e de pavimentação da trilha da cidadania**. Por isso, as entidades dos movimentos sociais, cidadãos e cidadãs, intelectuais, artistas e militantes assinam o Manifesto abaixo, contra a alteração do desenho institucional nas Secretarias de Políticas para as Mulheres, da Promoção da Igualdade Racial, de Direitos Humanos e de Juventude e em **defesa do fortalecimento institucional desses órgãos**, pois queremos que o Brasil dê um salto para o futuro, eliminando de vez a chaga dos preconceitos, do racismo, do sexismo e das desigualdades sociais e regionais. (Carta à Presidente Dilma, 2015)

Com o título de **“Nenhum direito a menos, democracia se faz com diálogo e participação”**, a carta defende expressamente o fortalecimento institucional de órgãos como a Seppir e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. De acordo com o conteúdo apresentado, a existência de tais órgãos foi uma conquista há muito pretendida pelos movimentos sociais, conquista esta que fora galgada com muita luta e que, portanto, não pode ser simplesmente extinta. Além disso, fica claro no conteúdo apresentado que, apesar de todos os desafios e dificuldades enfrentados, a manutenção daqueles órgãos é uma das maneiras mais viáveis para se manter o estreitamento da relação entre estado e sociedade civil.

Em Sergipe, o possível fim da Seppir também gerou reações por parte de lideranças do movimento negro. Prova disso são as assinaturas das entidades negras sergipanas “Abaça Ogum de Ronda”, “Irmandade Santa Bárbara” e “Yle Asse Obe Fara BARAHUMERJIONAN” na carta enviada à Presidenta; e as falas dos entrevistados que manifestavam com muita indignação o possível fim do Órgão.

Entretanto, apesar de reunir tantas entidades de caráter diverso, a defesa pela manutenção da Seppir não foi necessariamente uma postura unânime das diversas entidades que compõem o movimento negro no Brasil. Em meio aos manifestos em prol da Seppir, emergiram outros bastante críticos no que tange a ela. Um exemplo representativo disso foi o editorial postado

pelo site *Afropress*³¹, em 1º de setembro de 2015. Nessa postagem, havia uma crítica bastante enfática à carta entregue pelas entidades do movimento negro à Presidenta:

Há, contudo, um vício de origem no verborrágico manifesto de duas páginas e 763 palavras: **a Seppir é um órgão de Estado, um puxadinho, que serviu para que os governos do lulopetismo fizessem acenos para os negros com as tais políticas de promoção da igualdade racial** – que passam ao largo da herança maldita de quase 400 anos de escravidão... Ainda que fosse possível, a tal igualdade racial acena em políticas do “**ministério fantasia**” e até num Estatuto da Igualdade Racial, tornado letra morta desde a nascença, quem fala de igualdade toma algo como paradigma e, nesse caso, igualdade racial seria igualdade a que e a quem? Aos brancos? Ora, **toda a luta histórica dos negros numa sociedade racista é precisamente para garantir o direito ao exercício da diferença porque, como humanos, somos todos diferentes e não queremos absolutamente ser iguais a brancos, amarelos e ou indígenas**, se é para tratar a questão partindo da premissa falsa, segundo a ciência já demonstrou, de que as raças existem. (*Afropress*, 2015)

Diferentemente do manifesto em favor da Seppir, o texto do editor-chefe da *Afropress* foi enfático ao considerar a Secretaria como “um órgão de Estado” e não como uma “conquista do movimento negro”. Para ele, a Instituição é um “ministério morto” que não representa os interesses da população negra, sendo tão somente uma manobra política do Governo Lula e do PT para conquistarem o público negro.

Outra questão ressaltada pelo autor do texto e que merece destaque foi em relação ao pressuposto da política racial do Governo: enquanto este construiu a sua política com base no pressuposto da igualdade racial, o editor-chefe defende a diferença, inclusive em termos biológicos. Trata-se, portanto, de uma perspectiva ideológica mais extremista, se comparada a outras propostas de superação do racismo.

Ao final do texto, o autor conclui fazendo uma distinção entre “os negros do PT e do PC do B” e os demais negros brasileiros. Para o autor, aqueles são meros ocupantes de cargos, que agem visando a interesses próprios e não

³¹ A *Afropress* é uma agência de notícias on-line, criada em 2007, e que se apresenta como “um jornalismo crítico e independente de partidos e de Governos”. Fruto da ONG ABC sem Racismo, o site é dirigido e editado pelo jornalista e militante negro Dojival Vieira.

representam (e possivelmente nunca representaram) a “sociedade civil” e o “movimento social”:

Logo, **a tentativa de se confundir um órgão de Estado com demandas históricas da sociedade civil e do movimento social, não pode ter outra intenção senão a de confundir.** Que os beneficiários dos espaços da SEPPIR – os **negros do PT e do PC do B**, especialmente -, que utilizaram esses espaços, ocuparam seus cargos e se beneficiaram das emendas, defendam a sua continuidade e seus privilégios é compreensível. Devem mesmo fazê-los por óbvias razões. Não se entenderia se não o fizessem. O que não podem, porém, é pretender misturar os seus interesses com os interesses da sociedade civil e do movimento social – a quem há muito não representam (se é que algum dia representaram) – e que foi por 12 anos mantidos à margem. (*Afropress*, 2015)

A crítica ora posta nos incita a perceber que o fim ou não da Seppir suscita um debate que vai além da questão de cortes de verbas e/ou enxugamento de ministérios. Essa crítica tem a ver com disputas políticas internas e externas ao Governo e também com a capacidade de se fazer representativa das demandas raciais.

Embora a sua criação tenha sido fortemente comemorada pelo Governo e pelas diversas entidades do movimento negro, a permanência da Seppir sobrevive sobre a rubrica de uma interrogação: até quando? E essa incerteza gera tanto mais atitudes enérgicas por parte dos movimentos sociais, que se veem obrigados a ir às ruas e/ou se manifestarem de outras formas em prol da Secretaria, quanto uma postura mais definida do Governo, que, em momentos como esses, elege com mais clareza as suas prioridades ou pressões.

5.2 “A Copir Estadual nunca existiu” - desfazendo as estruturas

A chamada Coordenadoria Estadual de Promoção da Igualdade Racial foi considerada uma das grandes conquistas do Estado de Sergipe em relação à política racial. Frente ao cenário nacional, ela fora apresentada como uma referência para provar que, em Sergipe, havia um Governo preocupado com as demandas raciais e que ele agia em conformidade com a política nacional.

Criada no ano de 2007, a Coordenadoria esteve ligada, inicialmente, à **Secretaria do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Racial**, e, depois, a partir de 2011, à **Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania** (SEDHUC). Nos primeiros anos de funcionamento, a Coordenadoria destacou-se por travar um debate mais próximo com representantes nacionais. Em 2013, no ato de lançamento do **Catálogo Religiões de Matriz Africana em Sergipe** e da **Cartilha As Religiões de Matriz Africana e a Promoção da Igualdade Racial**, a Coordenadoria trouxe a Ministra da Seppir, Luiza Bairros, para o evento, o qual reuniu o então Governador do Estado, Marcelo Déda, líderes religiosos, representantes do movimento negro e lideranças políticas em geral.

Além desse evento, outras ações fortemente destacadas sobre o trabalho da Coppir foram o trato com a questão quilombola e a visibilidade dada à questão racial. No que se refere à questão quilombola, de acordo com o Entrevistado 10, foi feito um acordo com dirigentes da Seppir, no qual políticas como construção de residências, doação de cestas básicas e implantação de energia para comunidades quilombolas passariam, necessariamente, pela Coppir. Nesse sentido, houve um destaque dessa Instituição em relação às comunidades e uma maior aproximação dos órgãos para com elas.

No que diz respeito à visibilidade dada ao debate racial no Estado pela Coppir, podemos citar a realização de atividades como a I, II e III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Nelas, havia o contato e o diálogo entre gestores (locais e nacionais), representantes de comunidades negras (quilombolas, de terreiro) e do movimento negro, viabilizando não só o contato entre eles, mas gerando, também, espaços possíveis para a participação da população negra.

Ocorre que, apesar dos esforços, as condições de funcionamento da Coordenadoria deixavam muito a desejar. Desde a questão da estrutura física até o quantitativo de gestores, tudo era muito precário. Aliado a isso, o excesso de burocracia para liberação de verbas ou para aprovação de projetos gerou um certo desestímulo naqueles que atuavam na instituição e também nos que recebiam ou deveriam receber os serviços. Nas palavras do Entrevistado 10:

Nosso projeto aqui, com dinheiro em conta pra questão racial, o dinheiro tava lá, nós íamos lá e víamos. Mas não podia pagar. Aquela coisa: tava a árvore do dinheiro aqui e a gente não podia subir na árvore. Então, o dinheiro em conta, coisa que a gente guarda a sete chaves... Então um dos grandes problemas foi esse. A gente empenhou toda a nossa força em tá correndo por dentro das Secretarias de Governo pra ter acesso a esses recursos. O Estado fez outro CNPJ e aí começou a entrar dinheiro. Mas com isso perdemos o prazo da retirada e o dinheiro voltou pra Brasília. (Entrevistado 10, 2015)

Além do fator burocrático, o Entrevistado 10 nos fala ainda dos inúmeros entraves políticos, os quais foram desde à exoneração dele por cerca de dois meses até as dificuldades em falar com o Governador sobre o assunto:

Já que **a burocracia tava travando**, a gente não chegava a Marcelo Déda. Quando chegava, **tinha ali um aparelho invisível que nos afastava dele.** (Idem)

Tinha uma quebra minha no governo. Eu, exonerado, passei um mês trabalhando sem recurso. Aí Jackson entra no jogo, e eu volto pro Governo. Quando inauguramos a estátua de Zumbi, eu estava exonerado. Se nós não tivéssemos esse predestinamento e não entrássemos no que eles tavam querendo, que era destituir, não ter ninguém incomodando... (Idem)

Tais apontamentos evidenciam que fazer parte das estruturas de governo foi apenas uma conquista diante de tantos desafios que seriam enfrentados. Afinal, entre os impedimentos concretos e simbólicos, existia uma política que não conseguia tomar força além da ideia. E, diante disso, até mesmo a certeza da existência de uma Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial em Sergipe cai por terra. Sucumbida pela crise orçamentária e pela disputa por espaço diante de outros setores sociais, a Coppir, depois de um ano lutando para existir pelo menos enquanto Conselho, foi desarticulada.

A proposta era de uma Coordenadoria. Não ficou no papel que era uma Coordenadoria, entendeu? Deram o golpe legal na gente. Nós assistimos um cheque em branco. Dentro da Coordenadoria do Governo do Estado tinha uma ação voltada para a Promoção da Igualdade Racial. E agora a gente batalha pelo conselho até hoje. Nós propomos um Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, tem a fala, tem um documento pronto que já tá na Assembleia e não anda. Veja, aí tem aquela história lá de ter ação voltada para a população, isso tinha dentro do Governo. Que era pra ter repatriamento do Governo Federal, senão não tinha reembolso e era preciso sair bem na fita. E o outro detalhe para firmar convênio com o BID. (Entrevistado 10, 2015)

Nesse momento, a bandeira política levantada pelo Governo do PT em Sergipe, o qual se afirmava como acolhedor das diversidades sociais, e pelos próprios militantes negros gestores, sofre um abalo. Afinal, não apenas as dificuldades eram grandes, como também a própria existência da Coordenadoria não passava de um discurso. Discurso no sentido de que não existia nada que a instituisse como tal. Além de um grupo de três dirigentes que promoviam ações em nome da chamada população negra, não havia mais nada que desse àquela o *status* de Coordenadoria. Tanto foi assim que, na medida em que os seus dirigentes foram rompendo com o Governo, o órgão foi sendo dissipado.

E, diante dos fatos, a questão que permeou as nossas mentes foi: até que ponto o trato da questão racial em Sergipe foi uma vitória dos movimentos negros, ao conseguir adentrar os espaços institucionais, ou uma forma de silenciar o protesto de rua? Ou, ainda, seria esse Governo sensível à política da igualdade racial ou estaria ele se utilizando de uma estratégia política para captação de verba e ser visto de forma empática pelo Governo Federal e por órgãos internacionais?

A fala do entrevistado nos dá indício de que havia grande interesse em termos econômicos, já que, com os projetos de igualdade racial, o Governo do Estado recebia repatriamento do Governo Federal. Além disso, essa era uma forma de chamar a atenção de órgãos internacionais, a exemplo do BID, o qual firmou contrato com a “Coordenadoria”, dedicando estudos e investimentos financeiros.

Não podemos esquecer também que a mudança repentina de Governo, a qual ocasionou a saída de Marcelo Déda (PT) em substituição por Jackson Barreto/PMDB (2013-atual) trouxe mudanças bastante profundas. Conforme afirmam a unanimidade dos entrevistados, o Governador do PT era muito mais sensível às demandas raciais, sendo, inclusive, mais aberto ao debate com os militantes e com a comunidade negra em geral.

Em 2014, a Copir Estadual foi oficialmente extinta. Numa cena que marca o desrespeito para com o suposto órgão, o Entrevistado 10 nos apresentou, de forma enfática, como se deu o processo de tomada da estrutura física do que seria a Copir por gestores de outras pastas:

Recentemente foi um grupo com a cabeça do PMDB buscar o espaço da Coordenação, dizendo “o Governador mandou”. Aí Bitencourt falou: **“olha aqui não existia nenhuma secretaria de promoção da igualdade racial, existia Pedro Neto fazendo as coisas aqui, com o Irivan, mas isso não existia”**. Então não tem coordenação aqui. Não tem nenhum decreto, teve a nomeação das pessoas, mas a construção do órgão não existiu. (Entrevistado 10, 2015)

Tratada como “fantasma”, a até então apresentada como Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial de Sergipe passou a ser, oficialmente, um órgão inexistente. Sem maior ou menor contrapartida do então Secretário de Direitos Humanos e Cidadania, o pequeno espaço antes ocupado pelas questões raciais foi cedido para outros propósitos, dando de fato sentido à metáfora “nós assinamos um cheque em branco”.

Por fim, vale destacar que o mesmo dirigente que foi enfático ao afirmar a inexistência da Copir, ou seja, o Secretário de Direitos Humanos e Cidadania, esteve presente em vários eventos realizados pela Secretaria à qual estava vinculado, expressando, em seus discursos, o avanço de Sergipe por ter uma Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial. No evento da III Conferência de Promoção da Igualdade Racial (2013), o Secretário havia composto a mesa junto com a Ministra da Seppir e com os demais representantes da questão racial no Estado, orgulhando-se em participar de um evento organizado pela Coordenadoria de Igualdade Racial de Sergipe.

5.3 O enfraquecimento e desaparecimento das Instituições de Promoção da Igualdade Racial em Sergipe

A extinção da Copir Estadual foi apenas um caso diante de tantos outros que ocorreram no Estado de Sergipe. Aliás, pode-se dizer que,

atualmente, as poucas instituições que existem possuem uma atuação quase que isolada, figurando praticamente como sujeitos ilustrativos em eventos.

Antes da Copir Estadual, um dos primeiros casos a ser extinto foi a Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Criada inicialmente na forma de Assessoria de Promoção da Igualdade Racial (ASPIR), em 2003, o órgão foi um dos primeiros espaços de contato entre Governo e demandas raciais do Município. Em 2011, depois de um tempo desativada, a Assessoria ressurgiu no formato de Coordenadoria, fruto de pressões dos militantes do movimento negro e do apoio político local e nacional (SOUZA, 2013). Regulamentada pelo Projeto de Lei Complementar nº 03/2011, a Copir Municipal foi disposta como órgão vinculado à Secretaria Municipal de Participação Popular, funcionando com sede própria e verba prevista no orçamento do Município.

Durante os dois anos de existência, a Coordenadoria Municipal foi, conforme dispôs o Entrevistado 2, um órgão de uma única pessoa, a quem eram devidas todas as tarefas, desde a elaboração de ações até a execução delas. Embora enfrentasse um quadro bastante precário de funcionários, estrutura e verba, a Coordenadoria teve um certo êxito na realização e/ou participação em eventos locais e nacionais. Além de realizar inúmeras reuniões com representantes de religiões de matrizes africanas, marchas contra o racismo, manifestos contra a intolerância religiosa, a Coordenadoria ainda se fez presente em eventos nacionais como o Rio+20.

Diferente da Copir Estadual, a Copir Municipal concentrou suas ações no trabalho com comunidades de terreiro. E, junto com elas, a Coordenadoria travou um diálogo mais profícuo com representantes da OAB, na tentativa de conter a leva de proibição de cultos afro-brasileiros. Uma dessas reuniões foi tema de reportagem exibida no site Jusbrasil:

O presidente da OAB/SE, Carlos Augusto Monteiro Nascimento, atendendo a solicitação dos participantes da religião Candomblé, recebeu em audiência pública, no dia 28 de setembro, representantes de vários terreiros de Sergipe, bem como o presidente da **Coordenadoria da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Aracaju, Florival de Souza Filho**. Eles informaram a OAB que

alguns terreiros estavam sendo impedidos de professar religião por conta do barulho de suas manifestações culturais. (<http://oab-se.jusbrasil.com.br/noticias/2914337/integrantes-do-candomble-sao-proibidos-de-realizar-seus-cultos>)

Dentre as conquistas alcançadas com o estreitamento desse diálogo, a Ordem dos Advogados Brasileiros de Sergipe (OAB/SE) levou o caso para a Comissão de Direitos Humanos e depois para o Conselho Seccional. Com base nos relatos feitos pelos membros das comunidades de terreiro, juntamente com o Coordenador Municipal da Copir, as Comissões determinaram que tal impedimento era uma violação ao direito constitucional de liberdade de culto, ofendendo a dignidade da pessoa humana. A OAB determinou ainda que medidas judiciais fossem adotadas para garantir o direito de culto dos terreiros.

Durante alguns meses, a Copir Municipal atuou organizando eventos em que debatia sobre direitos do povos de terreiro. A vitória do caso levado à OAB/SE abriu brecha para que a Coordenadoria chamasse a atenção das demais comunidades de terreiro para tal fato. Todavia, dada a falta de verbas e estrutura física e humana, os trabalhos da instituição ficaram concentrados apenas no nível da participação em eventos.

Depois de dois anos de funcionamento, a Copir Municipal foi extinta. Com a emergência do Governo João Alves Filho (DEM), em 2013, o trato dado à questão racial em termos de política institucional já não mais existia, abrindo brecha para insatisfação e muitas polêmicas por parte de membros do movimento negro e adversários políticos.

No momento seguinte à extinção da Copir Municipal, um fato bastante polêmico chamou atenção. Tratou-se do caso de duas professoras da Rede Municipal de Ensino, as quais foram acusadas e condenadas pelo então Prefeito João Alves Filho de não cumprirem suas atividades escolares. O motivo alegado foi que as docentes não fizeram uso do material didático adotado pela rede de ensino. Ocorre que, entre os motivos alegados pelas profissionais para tal recusa, estavam o de que o material eleito pela Secretaria Municipal de Educação, **Alfa e Beto**, apresentava conteúdos racistas,

preconceituosos e homofóbicos. O precedente dessa afirmação estava na ação judicial impetrada contra a Prefeitura Municipal de Salvador, a qual, por determinação da justiça, foi obrigada a retirar todo o material de circulação.

No Município de Aracaju, o mesmo não ocorreu. Sem refletir sobre a situação, o então Prefeito determinou a sua sentença, suspendendo salário e 13º das professoras, conforme apresentado abaixo pela moção de repúdio feita pela Central Única dos Trabalhadores de Sergipe (CUT–Sergipe):

Moção de Repúdio ao Prefeito de Aracaju João Alves Filho
Escrito por: CUT/SE

A direção da CUT – Sergipe reunida no dia 06 de Dezembro de 2013 aprovou por unanimidade a presente MOÇÃO DE REPÚDIO ao Prefeito de Aracaju João Alves Filho pela perseguição promovida as professoras Adjane Lima de Souza e Márcia Aparecida da Escola Municipal José Garcez Vieira, situada no bairro Siqueira Campos, que foram condenadas a terem seus salários do mês de Dezembro de 2013 e o 13º salários cortados pelo fato de exercerem a autonomia docente de ensinar.

As professoras Adjane e Márcia foram condenadas a suspensão de 30 dias das atividades num inquérito administrativo a terem cortados o salário de dezembro e 13º salário pelo fato de se recusarem a trabalhar com um pacote educacional comprado pela Prefeitura de Aracaju, chamado Alfa e Beto.

Esse pacote Alfa e Beto foi motivo de ação judicial do Ministério Público da Bahia por ser racista e preconceituoso que obrigou a Prefeitura de Municipal de Salvador, administrada também pelos Democratas, a devolver todo material em função do caráter racista. Em Aracaju, esse material vem sendo adotado pela Prefeitura. Entretanto, a recusa das professoras em adotarem o Alfa e Beto motivou uma punição que poderá ter consequências para a aposentadoria, licença prêmio e avanço na carreira.

Essa ação do Prefeito João Alves Filho é perversa por perseguir as duas professoras num momento festivo de Natal, suspendendo o salário do mês e 13º salário, o que resulta numa clara ação de perseguição e desrespeito a Constituição Federal, Constituição Estadual e LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que garante as escolas e aos docentes autonomia e concepção pedagógica.

A direção da CUT – Sergipe ainda cobra posição do Ministério Público de Sergipe sobre o referido pacote educacional, diante da posição já tomada pelo Ministério Público da Bahia, pois não podemos admitir que livro didático cometa crime de racismo.

Direção Estadual da CUT - Sergipe (Disponível em: <http://www.cut-se.org.br/destaques/287/mocao-de-repudio-ao-prefeito-de-aracaju-joao-alves-filho>)

Além do parecer da CUT, o caso foi tão polêmico que gerou mobilização de alguns dirigentes políticos, a exemplo do Vereador do PT Iran Barbosa e da Deputada Estadual Ana Lúcia, bem como de órgãos como o Sintese (Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Sergipe). O desfecho culminou na devolução do salário das professoras, porém sem que houvesse nenhuma retratação ou algo semelhante ao que aconteceu na Bahia.

Diferentemente do que houve em Salvador/Ba, em Sergipe não debateu-se de fato o preconceito racial que estava envolto naquela polêmica. Os materiais didáticos, estopim daquele conflito, continuaram sendo usados pelas escolas.

A sensação diante de tais acontecimentos era de que o problema racial estava novamente tornando-se um fato invisível. Afinal, o evento em questão exaltava muito mais que uma perseguição individual por conta de as professoras não aceitarem trabalhar com determinado material didático. Mais que isso, tratou-se do cerceamento de uma luta coletiva, na medida em que calou vozes que se propunham a não reproduzir ideologias e posturas racistas. No entanto, nada disso foi levado em consideração pela liderança política atual e nem mesmo pelo Ministério Público. E, como que suprimido em meio a tanto autoritarismo, o problema, que, inicialmente, era de cunho étnico-racial, tornou-se um problema de cunho moral-individual.

Nos demais Municípios do Estado onde havia instituições de promoção da igualdade racial, a realidade da “extinção” não foi muito diferente. Isso porque, embora em alguns casos as instituições não tivessem desaparecido de fato, ao longo dos processos de reestruturações, elas passaram por mudanças que as fizeram se distanciar dos seus propósitos iniciais. Dessa forma, podemos citar o caso da Secretaria de Inclusão Racial de Laranjeiras. Criada desde 2009, a Secretaria foi uma das poucas a resistir ao tempo e às pressões políticas. No entanto, embora tenha passado por diversos enxugamentos institucionais, o órgão funcionou sem que tivesse expressão política de destaque. Em 2013, depois de muitas negociações, a Secretaria de Inclusão Racial transformou-se em Secretaria de Pesca, a qual passou a ser dirigida por

um membro da Cooperativa de Pesca do Município. O seu enfoque racial foi praticamente substituído por um viés mais empreendedor, fortalecendo ações como “turismo na comunidade”, cursos de pesca e empreendedorismo, cooperativismo. Ou seja, de alguma forma, o foco direcionado para a promoção da igualdade racial acabou, de fato, tomando outro rumo. O debate sobre racismo e políticas raciais deu espaço para o debate sobre produtor familiar e otimização da atividade pesqueira.

5.4 “E agora, José, para onde?”

Com o esfacelamento das instituições de promoção da igualdade racial em Sergipe e os tempos de incerteza vividos pela Seppir, os militantes raciais tiveram que encontrar novas estratégias de ação para as suas lutas. Diante disso, alternativas diversas passaram a ser embrionadas. Uma delas, idealizada por militantes e ex-gestores sergipanos, foi a criação de um Partido específico para negros, o PPLE. Outra alternativa adotada por ex-dirigentes de instituições de igualdade racial em Sergipe foi o retorno ao movimento de “rua”, defendido como forma de reconquistar a autonomia e fazer “reviver” o ímpeto militante que parecia estar adormecido. Com isso, temos a junção entre militantes não institucionalizados e militantes que foram gestores. A Auto-Organização das Mulheres Negras de Sergipe, o Movimento de Religiosidade de Matrizes Africanas e o Centro de Estudo e Ação Cultural Quilombo (CEACQ) são exemplos de movimentos dos quais ex-gestores passaram a fazer parte ou nos quais intensificaram a sua atuação depois de saírem dos seus cargos.

Além dessa busca por autonomia, temos ainda um pequeno grupo que resiste em abrir mão da institucionalização, seja permanecendo nas estruturas já falidas e sem condições de ir à frente, seja migrando para outros partidos, como foi o caso do Entrevistado 10, que migrou do PT para o PC do B.

Por fim, no que se refere à atuação dos militantes que não faziam parte das estruturas de poder, percebemos que existe uma maior tendência de mobilização para os protestos de rua. Estes, que também pareciam mais “acalmados” com a ideia de criação das instituições, demonstram-se mais incitados a saírem do debate com os gestores para apresentarem suas vozes fora dos aparatos burocráticos. Assim, podemos destacar o caso da Unegro, que, durante o período de existência da Copir Estadual, estreitou o vínculo com ela, participando inclusive da III Conapir (2013), mas que, após o fim desta, passou a desenvolver ações mais direcionadas a mobilizações de rua.

5.4.1 Um partido dos afro-brasileiros - Partido Popular de Liberdade de Expressão Afro-brasileira - PPLE³²

Após exatos dez anos de criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial e dez anos de criação da Coordenadoria Estadual de Promoção da Igualdade Racial – SE, lideranças do movimento negro, em claro descontentamento com o trabalho realizado pelo Governo, reuniram-se para propor a construção de um partido político afro-brasileiro, o PPLE. Tendo como um dos principais argumentos a desproteção da população negra em relação ao atual panorama político partidário brasileiro, a proposta nos chamou atenção para uma questão aparentemente contraditória: afinal, no momento em que o Brasil se reconhece institucionalmente como um País racista, criando órgãos para superar o racismo e promover a igualdade racial, segmentos da população negra afirmam-se desprotegidos pelas ações partidárias e estatais.

Mas, é justamente diante dessa aparente contradição que devemos procurar novos referenciais explicativos para compreendermos o cenário de luta e composição dos movimentos negros no Brasil e em Sergipe. Afinal, que movimentos negros são esse que surgem pós-institucionalização?

³² Conforme disposto no documento de proposta do “novo partido”, a sigla PPLE é oriunda do idioma ioruba, *pépéle*, cuja essência diz respeito a um montículo de terra, a base de sustentação dos altares sagrados.

Foi durante a realização da entrevista com um ex-gestor da Seppir, militante do movimento negro em Sergipe desde os anos 1980, que obtivemos a notícia de que lideranças dos movimentos negros de Sergipe e da Bahia estariam se reunindo para discutir uma proposta de formação do Partido Afro-brasileiro. A citada liderança, após doze anos atuando como gestor nacional na pasta de comunidades quilombolas, em Brasília, estava retornando ao Estado e, junto com outros militantes, empenhava-se na elaboração da proposta do PPLE – Partido Popular de Liberdade de Expressão Afro-Brasileiro.

Para o militante, a questão racial tinha progredido durante os anos do Governo Lula e Dilma, mas precisava lançar “novos voos”, de forma a ter autonomia e um trato mais específico. Nas palavras dele, as lideranças negras que estavam no poder muitas vezes tinham que dispersar suas forças políticas para falar em nome do Partido e não da causa racial, resumindo-se a meros funcionários dele:

a negrada participa de diversos partidos mas **não em posição de direção**. Eles têm que apoiar candidatos, que não necessariamente são candidatos negros ou que defendem a questão racial. São candidatos que têm compromisso não com a questão racial, mas com a estrutura partidária. Como eles são filiados... Eu vou votar no Rogério, não tem nada a ver com a questão racial, mas eu vou votar no Rogério porque é do partido. Então é isso que eu tô falando. Mas se nós tivéssemos disputando a direção do partido, poderíamos ter outra pessoa mais comprometida com essa temática. Então, nos partidos que a gente participa, que não é o meu partido, tem esse desafio. Além disso, ainda nesse contexto aqui, tem a forma como a negrada participa dessas estruturas, porque as vezes ela participa colada em alguém e **não de forma mais autônoma**... Além de que várias pessoas, por necessidade pessoal, colam nos mandatos, aí ficam como se fosse um **funcionário do mandato**, aí fica **sem nenhum tipo de poder de decisão**. Ele é funcionário e é tratado como funcionário pela figura do mandato, é como se fosse um partido dentro de um partido. Então ele nunca vai ser um candidato, **não vai ter espaço de crescimento**. (Entrevista 11)

Diante desse diagnóstico, o ex-gestor da Seppir nos convidou a participar da primeira reunião de formação do Partido Afro-brasileiro em Sergipe, a qual contemplaria em um só espaço lideranças dos movimentos negros de Sergipe e de Salvador, a exemplo de membros do Movimento Negro Unificado (MNU), das comunidades de terreiro, dos grupos de jovens, além da população em geral. No dia 1º de agosto de 2015, o Coordenador do

PPLE/Região Nordeste, Walter Rui, deu início à reunião dispondo da seguinte fala de abertura:

Em **2011 o Movimento Negro do Rio de Janeiro** lançou a proposta da criação de um partido que contemplasse, de fato, a população negra, especificamente, **um partido político que tivesse uma atenção maior com as questões étnico-raciais**. Foi a partir de 2011 que os movimentos sociais, em particular, os afro-brasileiros, deram importantes contribuições para erguer um partido político **que representasse a diversidade do Brasil**, construindo políticas que focalizassem ações de modo a realizar reparos históricos à população negra que viveu 300 anos de escravidão e menos de 200 anos de libertação. Nesse sentido, através do Partido dos Trabalhadores as políticas públicas focaram nas políticas de igualdade racial, o que, numa avaliação ampla, entendem que houve muitas melhorias para a população negra. Entretanto, as expectativas em pouco tempo cederam lugar às frustrações expressas em dados reais gritantes em que a população negra, especialmente os jovens, são assassinados massivamente, o aumento da violência incide com maiores índices na população negra e parda, menores indicadores de acesso à saúde, educação, trabalho. Os dados alarmantes revelam que os negros continuam marginalizados e portanto entendemos que não estão representados politicamente. O ponto de partida para erguer o PPLE foi a compreensão, **“caiu a ficha” de que nenhum partido representava os negros**. Além disso, refletimos que, o Partido que tinha apoiado estava envolvido em corrupções, daí deu-se a entender que fomos usados como **massa de manobra**, entendemos que os movimentos foram apenas **massa de manobra**. Nesse sentido, vimos que é preciso criar um partido que nos represente, daí surge o PPLE através do grupo negro do RJ. As discussões foram iniciadas no Rio de Janeiro e depois na Bahia, com muita aceitação, depois fundamos em Alagoas e agora estamos procurando articular os movimentos afrodescendentes em todo o Brasil, e, no meu caso, estou como coordenação da região Nordeste para fazer essa articulação. (Walter RUI, 2015)

O discurso do coordenador do PPLE da Região Nordeste, Walter RUI (2015), foi de grande valia para demarcarmos temporal e geograficamente o debate sobre a criação do Partido Afro-brasileiro. Nesse sentido, um primeiro ponto a ser destacado foi que, antes de surgir como uma proposta no Estado de Sergipe, isso já vinha sendo discutido em outras localidades, inicialmente no Rio de Janeiro, depois na Bahia e em Alagoas, e agora em Sergipe. Assim, nos ficou claro que o surgimento do Partido estava relacionado a demandas mais gerais, que não se resumiam ao cenário político sergipano, mas sim à forma como lideranças do movimento negro viam-se enquanto militantes raciais em um partido (no caso o PT).

Frente à ideia de que “caiu a ficha”, de que os movimentos negros havia sido usado como “massa de manobra” pelo PT, erigia-se um sentimento, guiado por uma estratégia política, de que era preciso dar voz própria e autônoma ao negro. E essa voz seria alcançada com a representação política deles, na medida em que houvesse uma organização partidária com pretensões de disputa no campo eleitoral.

Eis então que o desencantamento com a forma de atuação do Partido dos Trabalhadores e com a política institucional teria sido generalizado, envolvendo desde a descrença em relação ao Partido até a falta de perspectiva em relação à política racial. Durante o encontro ocorrido em Sergipe, foram recorrentes as falas em reprovação ao trabalho desenvolvido pelo PT. As vozes em sua defesa pareciam ter subsumido frente aos inúmeros desabafos de insatisfação. E as acusações começaram a tomar força:

Os negros continuam apanhando, na pobreza, e é representado pelo PT. (Liderança negra da Bahia, IVAN, 2015)

Até hoje somos invisíveis nos partidos, quando fomos chamados pra construir, estruturar a política de esquerda no Brasil, não passamos de massa de manobra, nós fomos coadjuvantes. E a mulher negra, então, quase ausência total na câmara, principalmente no senado. (Idem)

Na Bahia, há muito tempo, já eliminamos o PT, inclusive o termo companheiro trocamos por irmãos (Coordenador do PPLE Nordeste, Walter RUI, 2015)

Os dados de que o Brasil estava finalmente caminhando rumo à igualdade racial foram substituídos pela indignação de que “os negros continuam apanhando, na pobreza”. O discurso de participação política, de aproximação entre Governo e Movimento, cedia espaço para o dado da invisibilidade dos negros ou até mesmo para a constatação de que ele não passavam de “massa de manobra” do Partido. E, por fim, as lideranças anunciavam veementemente a dissolução com o Partido dos Trabalhadores ou com o PC do B, substituindo, metaforicamente, a ideologia do “companheiros” por uma nova ideologia, a da “irmandade”.

A sistematização desses descontentamentos já não era tão inusitada assim. Desde 2013, quando foi elaborado o documento base de formação do PPLE, as acusações de que o PT não dava mais conta das aspirações dos movimentos negros, ou pelo menos de parte desses movimentos, já tinham vindo à tona. No Manifesto do Partido, a questão foi colocada da seguinte forma:

Julgamo-nos impotentes e desprotegidos diante do atual panorama político partidário brasileiro. Somos um país soberano e independente, rico e plural, mas com graves indicadores de violência, desigualdade, racismo e pobreza. Nas últimas décadas, avançamos na construção da democracia, superamos uma ditadura militar e aprovamos o impeachment de um Presidente da República. Combatemos um processo inflacionário feroz, iniciamos uma trajetória de redução das desigualdades sociais que ainda marcam nossa sociedade, mas não conseguimos dar educação de qualidade aos nossos filhos e garantir bom atendimento de saúde à população. (PPLE, 2013)

Vivemos num regime ainda com ranços monárquicos e uma governabilidade que se traduz na repartição de poderes, prerrogativas e orçamentos de Estado, onde a noção de política pública organizada, planejamento, integração e visão de longo prazo são inviabilizadas. Essa velha prática política, herdeira do colonialismo, do totalitarismo, do populismo, do racismo e outras formas de dominação e corrupção, ainda configuram uma cultura política arraigada e hegemônica que, não obstante a diversidade étnico-cultural de nosso povo, afeta diretamente uma parcela significativa da população que construiu os alicerces desta nação: os descendentes das tradições afro-brasileiras. (Idem)

Comparada ao colonialismo, totalitarismo, populismo, racismo e outras formas de domínio/repressão, a “política partidária brasileira” foi negada como mecanismo de superação da desigualdade racial. Para os defensores do Documento, a permanência de dados que informam sobre pobreza, violência, racismo e desigualdade indica que a política partidária foi impotente ao tentar resolver tais problemas históricos. Mais do que isso, ela foi impotente e inconsistente, já que não foi pensada e executada a longo prazo. Tratou-se, na visão dos novos partidaristas, de uma vitória efêmera e volátil.

Tais posicionamentos reforçam, mais uma vez, a dialética discursiva que permeou o início da política de igualdade racial e o contexto atual. Aquele, cheio de expectativa; este, de frustração. Uma frustração que no seu ponto máximo propõe total ruptura com as estruturas partidárias tradicionais, o que,

no discurso dos militantes, significa romper com o PT, o PC do B e tantos outros partidos de direita ou extrema esquerda, porque a busca agora deve ser por outra forma de composição partidária: contra “as formas tradicionais de fazer política”:

Luta contra a estagnação do Estado como instância administradora dos interesses difusos da sociedade”. (PPLE, 2013)

Queremos colocar a política a serviço do bem comum e garantir a nossa participação direta nas decisões políticas para propor ações, metas e prioridades. (Idem)

Diante disso, a proposta foi clara, a luta contra a estagnação do Estado deve contemplar a participação direta da população negra. Não mais como assessores ou membros de um partido cujo foco de ação não seja a questão racial. Mas tão somente como líderes diretos e autônomos de todas as decisões. E foi nesse ponto que entrou a concentração única e exclusiva do novo Partido para com os dilemas raciais. Segundo proposta contida no Manifesto do PPLE (2013):

Deste modo, nós, descendentes das tradições afro-brasileiras, no limiar de um regime democrático, **propomos a unidade político partidária do nosso povo como uma força autêntica, doutrinária, programática e ideológica**. Somos a maioria e irmanados em espírito, esforços e fidelidade. Conseguiremos concatenar um programa democrático que garanta formas de alcançar um desenvolvimento justo para a reconstrução da **verdadeira democracia**. (Manifesto PPLE, 2013)

Somos parte de um amplo movimento que almeja transformações sociais profundas no país e nos estruturamos como instrumento de representação política com a **intenção de resgatar e preservar a diversidade étnico-cultural da sociedade brasileira**. Com essa motivação nos organizamos na forma de um partido que tem como seu maior desafio **protagonizar a luta pela igualdade racial**, defendendo a **laicidade do Estado** e as demandas dos segmentos socialmente excluídos, como índios e ciganos, e em especial, os negros, quilombolas e praticantes de religião de matriz africana. (Idem)

Tomando como princípio o Estado laico, o Partido propôs não somente contemplar os interesses da população negra, como também da indígena, da cigana e dos socialmente excluídos. Para tanto, o Partido se autodeclarou como estratégia para fortalecer o princípio da pluralidade étnico-racial

brasileira, de forma a garantir que nenhum grupo ou religião seja tomado como referência para os demais.

Além disso, buscando o que no Manifesto foi posto como “verdadeira democracia”, o Partido conclama que os afro-brasileiros sejam os protagonistas da realização desse projeto. O alicerce que os levará a isso é o sentimento de “irmandade do espírito” presente entre os “homens e mulheres de cor”, sentimento este que presume coerência de ideias, “autenticidade” e “fidelidade” na forma de agir. Trata-se, portanto, de buscar uma unidade político-partidária que demanda semelhanças mais radicais, na medida em que pressupõe que somente fatores como cor, cultura e religião podem levar a um fortalecimento de ideias em torno de um ideal.

Diante do exposto, observamos que a questão que assumiu centralidade no âmbito de discussão de um “novo partido” foi a busca de uma outra direção política para o afirmar da questão racial no âmbito institucional. No debate e nas propostas já existentes, há um consenso de que o projeto de sociedade alicerçada na bandeira de “governo dos trabalhadores” esvaiu-se. O desmantelo da “espinha dorsal” apresenta-se na verbalização como o ponto fulcral que deverá guiar um outro rumo, erguendo outro partido, outras bandeiras e agendas, inclusive assentado sob outra nomenclatura.

É certo, porém, que os desafios que eles têm pela frente são enormes. E isso envolve desde questões ligadas à aceitabilidade da população negra até a estratégia de luta e reivindicação deles. Já na reunião ficou claro que, enquanto alguns defendiam a concentração do Partido em uma proposta mais fechada, como, por exemplo, concentrar o foco nas comunidades religiosas de matrizes africanas, outros, por sua vez, estavam preocupados em contemplar a diversidade da população negra. A fala de Carlos TRINDADE (2015) foi bastante representativa nesse sentido:

O PPLE ele tem como base o pessoal da matriz africana, uma discussão que eu vou colocar é a seguinte, matriz africana são 2, 3 milhões de pessoas. A população negra 100 milhões. O nome tá ótimo, mas dá pro PPLE ampliar a sua base, não ficar engessado na matriz africana e fazer com que os outros segmentos da população negra se sintam representados nesta estrutura. Quem são os outros?

Os negros evangélicos, os negros da capoeira, os negros empresários. Sei lá, tem de tudo aqui, mas eles vão se sentir representados aqui, num partido onde a base é a matriz africana? Não sei. As pessoas negras são normais também, pensam diferente, tem valores diferentes, tem os mais conservadores, tem os de esquerda, tem os de direita, são 100 milhões de pessoas. Como é que essa estrutura partidária se amplia a ponto de tentar representar 100 milhões e não dois ou três negros. (TRINDADE, 2015)

O dilema entre abrir-se a um maior contingente de pessoas negras ou se fechar a um grupo mais seletivo e conciso foi um debate muito presente na reunião do PPLE em Aracaju/SE e possivelmente continuará sendo, por muito tempo, motivo de muitas discussões e divergências. Afinal, esse é um ponto que necessariamente põe em questão a identidade do Partido, de um lado, e as estratégias políticas do, por outro.

Vale destacar ainda que a criação do PPLE não refletiu o consenso dos militantes presentes na reunião. Entre eles, ainda que espaçadamente, verificamos posicionamentos que acreditam, no fundo, na reviravolta do PT, que esse Partido poderia sim continuar sendo a “voz no negro” na instância governamental, carecendo, todavia, de novas estratégias:

Eu não me arrependo de ter apoiado o PT, naquele momento era o partido que se comprometia com os pobres, com os excluídos. As coisas tomaram outros rumos, penso que agora é preciso entender de que forma construir um partido político de determinado modo que represente as falas do povo brasileiro independente dos credos, embora seja preciso que esse partido tenha conhecimento de matriz africana. (TRINDADE, 2015)

Além desses, havia aqueles que se declaravam confusos, afirmando achar interessante a proposta de um Partido Afro-brasileiro, porém com receios quanto à força que se poderia ter frente a partidos mais consagrados.

No final da reunião, a proposta era que fosse formado um organograma com pessoas para formarem o Partido. Havia uma exigência mínima de filiados que precisava compô-lo para que pudesse ser instituído enquanto tal. Entre os presentes, alguns se manifestaram voluntariamente e outros foram convidados, de forma mais insistente, para que fizessem parte da proposta. Fechada a meta, o grupo marcou uma próxima reunião e se comprometeu a divulgar a

proposta para os demais negros sergipanos, bem como a levar a proposta do partido para outros Estados brasileiros.

A proposta de um “Partido Negro” chama-nos a atenção por diversos motivos. Primeiro, porque representa a insatisfação de parte dos militantes negros em relação à política partidária existente. Tal proposta figura a descrença com a aliança política partidária qualquer que seja ela. Em segundo lugar, a proposta ativa um sentimento de “unidade pela cor” que é comum nos movimentos negros, mas que até então não tinha sido usada para um propósito político tão determinante. Aliás, no Brasil, a primeira e única tentativa mais concreta de formação de um “partido político negro” ocorreu em 1937, com a Frente Negra Brasileira. Este, porém, durou muito pouco. No ano seguinte de sua formação, foi implantado o chamado Estado Novo, no qual o Governo Getúlio Vargas proíbe o multipartidarismo, consecutivamente o fim da FNB. Mesmo no período pós-ditadura de Vargas (1937-1945) e depois pós-Ditadura Militar (1964-1985), não houve, no Brasil, a formação de partidos especificamente voltados para a população negra. A eles coube a filiação partidária em partidos como PSD, PMDB, PT, PC do B, e, dentro desses, alguns grupos de negros formaram secretarias, comissões e coletivos de combate ao racismo.

Fora do Brasil, o caso mais emblemático que temos foi a experiência do Partido das Panteras Negras, movimento norte-americano criado em 1967 e extinto em 1982 (CHAVES, 2015, *apud* BLOOM e MARTINS, 2015). Tido pelo FBI (Federal Bureau of Investigation) como uma “facção” racista e separatista, e pelos estudos afro-americanos como um movimento pela afirmação do orgulho racial, os Panteras Negras são até hoje um tema inquietante para diversos pesquisadores. Em um dos estudos mais recentes sobre o Movimento/Partido, BLOOM e MARTINS (2013), sociólogo e historiador da Universidade da Califórnia, em Berkeley, respectivamente, defendem que o Partido, mais do que um discurso, tinha uma estratégia política para superação do racismo, de forma que sua organização pode ser comparada ao Movimento dos Direitos Civis dos anos 1960.

Ao longo dos seus anos de existência, o Partido Panteras Negras tornou-se uma organização nacional com forte presença nos grandes centros urbanos norte-americanos. De acordo com o estudo, os aliados do Partido eram formados por: a chamada Nova Esquerda (particularmente os envolvidos na Guerra do Vietnã); os negros advindos do Movimento dos Direitos Civis; os governos de Estados comunistas ou não alinhados; e as associações e igrejas de bairros periféricos. O objetivo dos Panteras era fazer conexões “inter-raciais”, reunindo pessoas e forças em prol da afirmação do negro.

Quando fundado, em 1966, o Partido Panteras Negras era, basicamente, uma milícia armada, formada por homens (BLOOM e MARTINS, 2013). Dentro do seu universo de atuação, o Partido concentrava-se no monitoramento da polícia, fazendo denúncias de violências praticadas pelos órgãos de segurança, bem como de desrespeito aos direitos civis. Reunindo orçamento anual milionário, o Partido Panteras Negras defendia um discurso baseado na ideia de “Black Power”, e, com isso, acabava direcionando os seus seguidores e simpatizantes politicamente. Em 1971, o Partido viveu seu auge em termos de expansão (inclusive internacional) e filiação. Todavia, foi nesse ano também que a sua desmobilização, com total extinção em 1982, teve início. Uma série de questões políticas, nacionais e internacionais, contribuiu para isso. Em termos de política externa, o fim da Guerra do Vietnã acarretou o enfraquecimento do discurso anti-guerra e anti-imperial; em termos de política interna, implantaram-se, nos Estados Unidos, as cotas raciais como política de Estado, assim como a reforma universitária, que tornou obrigatórios os “estudos afro-americanos”.

O que quisemos mostrar com a descrição do caso do Partido Panteras Negras foi que a ideia de um partido formado por negros não é algo novo na história dos movimentos negros. Tanto no Brasil, com o Partido da Frente Negra, quanto nos Estados Unidos, com os Panteras Negras, a proposta de um partido com tal direcionamento já teve suas primeiras experiências. Vale ressaltar, porém, que os contextos eram bastante diferentes e as dinâmicas de formação também. Nos Estados Unidos, a experiência de um “Partido Negro” foi gestada num cenário em que a população vivia claramente sob um regime

de segregação racial. No Brasil, por seu turno, o cenário de formação do Partido da Frente Negra conforma a emergência de teorias racialistas que pregavam, de um lado, a ideia de degeneração das raças, e, de outro, uma suposta democracia racial que, na prática, não traduzia uma relação tão pacífica entre brancos e negros. Já no cenário de germinação do PPLE, o que temos é um grupo de militantes negros que, desiludido com os chamados “partidos de direita”, aposta suas forças na Política Racial dos Governos do PT (Lula e Dilma), mas que agora se encontra em estado de decepção. E esses fatores acabam sendo determinantes para a reconfiguração das formas de ação dos movimento negros, já que se trata de um cenário em que os Partidos se dizem abertos às demandas raciais, porém, na perspectiva dos militantes, não as representam; trata-se, pois, de um cenário no qual o preconceito existe, mas teorias e posicionamentos racialistas/discriminatórios não são tolerados; e, por fim, trata-se de um cenário em que se tem que escolher entre dar continuidade a uma política de igualdade racial já iniciada ou romper com ela e recomeçar com novas pessoas e novos posicionamentos.

5.5 Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria

A “Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria” foi criada no primeiro semestre de 2014, com o objetivo de realizar “trabalhos de base” com mulheres negras na luta contra o racismo e o sexismo. A entidade não tem sede própria e é autofinanciada pelos membros do grupo, o qual é formado por militantes negras que fazem parte de diversas entidades do movimento negro sergipano, como, por exemplo: Uneafro, Movimento Negro Unificado, grupo Abaô, comunidades de terreiro, assim como estudantes universitários ou secundaristas em geral.

Uma das principais estratégias de ação da entidade está ligada à tentativa de conscientização e preparação política das mulheres negras para enfrentarem os problemas de ordem racial e sexista. Dessa forma, os

encontros baseiam-se em reuniões mensais, as quais servem para debater as atividades feitas e as que ainda serão realizadas; e as chamadas “reuniões abertas, as quais são voltadas para atividades como: exibição de filmes, debate de textos ou compartilhamento de experiências de vida.

Com o lema básico baseado no princípio da autonomia, a “Auto-Organização” não impede a partidarização dos seus membros, porém não se vincula, enquanto organização, a nenhum partido. Aliás, as falas de participantes da Organização são bem recorrentes ao afirmarem que a partidarização não faz parte do objetivo do grupo, porque a proposta dele é criar novas perspectivas de interpretação e enfrentamento da questão racial, e não reproduzir as ideologias já traçadas pelos partidos.

Em artigo publicado em rede social, a jornalista e militante da “Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe”, Laila OLIVEIRA (2015), descreve o que, no seu entendimento, são as principais frentes de luta da Organização:

Somos 49 milhões de mulheres negras no país, isto significa 25% da população brasileira, somos a maioria no nordeste, e em Sergipe somos 70% da população feminina, segundo os dados do Dossiê da Situação das Mulheres Negras organizado pelo IPEA em 2013. Apesar de sermos tantas, **continuamos invisibilizadas...** Ainda **somos as maiores vítimas do racismo institucional, nas portas das maternidades públicas e dos hospitais, estamos morrendo, nos presídios encarcerados, estamos morrendo, nas favelas, nos morros e nas esquinas. A mídia continua a nos violentar simbolicamente, não nos representa em papéis diversificados e múltiplos, continua a reproduzir estereótipos sexualizados, jocosos e em papéis subalternos.** Temos uma trajetória secular de **afetividade negada e caminhada solitária, o corpo que representa o desejo nos mitos e músicas brasileiras** é o que mais apanha segundo o último dossiê sobre Violência Contra Mulher, que só comprova o que já sabíamos, **51% das mulheres que sofrem violência** no país são as mulheres negras. (OLIVEIRA, 2015)³³

Semelhante às retóricas dos militantes que ocupavam cargos nas esferas institucionais, Laila OLIVEIRA (2015) ressaltou a violência sofrida pelas mulheres negras em Sergipe; a pouca visibilidade dada a elas; as condições precárias a que são submetidas em ambientes como hospitais e presídios; e a

³³ Disponível em: <http://bagaceiratalhada.com.br/quem-sobre-puxa-a-outra-quando-o-novembro-foi-negra-e-de-luta/>.

violência simbólica praticada pela mídia, que estereotipa a mulher e, sobretudo, a mulher negra, como fatores que inspiraram a formação da Organização. Nesse sentido, observamos, como em outras narrativas, que o argumento do “sentir-se desprotegido”, apesar das políticas até então feitas, torna-se recorrente. Os dados apresentados pela militante reitera outros dados que foram citados por demais militantes em torno da violência policial contra os negros; ou da violência no mercado de trabalho, quando o negro recebe salários inferiores ao branco. Tudo isso é uma forma de dizer que, apesar de tudo o que foi feito, a discriminação ainda existe e que, portanto, o que foi feito ou é insuficiente ou não foi feito de maneira adequada.

Em outras passagens, a fala da militante Laila OLIVEIRA (2015) chama atenção ainda para a desproteção política e institucional que a questão racial vem sofrendo em nível nacional. Nesse sentido, a militante retrata o seu descontentamento em relação ao suposto fim da Seppir e a sua indignação diante da forma como o órgão vem sendo tratado pelo poder institucional. Nas suas palavras da militante:

Além da ausência e do descaso com a população negra constatado com a negação de direitos básicos, **o retrocesso tem sido evidente com o fim da SEPPIR (Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial) e da SPM (Secretaria de Políticas para Mulheres), reduzindo as pautas de dois movimentos históricos no Brasil a uma pasta de Direitos Humanos**, sim, absurdo. Com isso quero pontuar que não acredito que a conquista de direitos da população negra iria ser dada através das secretarias e ministérios não, mas o fim delas também aponta tempos mais difíceis. (Idem)

Na disposição acima, Laila OLIVEIRA (2015) foi clara ao demonstrar que o seu entusiasmo em relação ao trabalho desenvolvido pelas secretarias e pelos ministérios ligados à questão negra nunca foi tão grande: “não acredito que a conquista de direitos da população negra iria ser dada através das secretarias e ministérios não”. Todavia, o fim da Seppir representa, sim, um retrocesso no trato da questão racial, sobretudo porque o tema deixa de ser abordado com a especificidade que lhe é necessária para ser tratado de uma forma generalista, ou seja, como temática de Direitos Humanos.

Em conversa com outras militantes da “Auto-Organização das Mulheres Negras de Sergipe”, observamos que as críticas em relação às ações institucionais são inúmeras. De um modo geral, além de não se sentirem representadas por aqueles que estavam no poder, os quais, na maioria, eram homens, as militantes destacam ainda que acreditam numa “revolução fora das estruturas”. Diante disso é que a entidade afirma-se como uma “Auto-Organização”, ou seja, não está ligada a nenhuma estrutura política ou partidária. A sua proposta é de autogestão e autofinanciamento, e, sobretudo, de “autopercepção” da condição de ser negra.

Dentre as atividades desenvolvidas pela “Auto-Organização” durante um ano de existência, a participação na Marcha das Mulheres Negras foi uma das que tiveram maior destaque. Durante mais de seis meses, o grupo ficou centrado na preparação de seus membros para a participação no evento. Foram realizados diversos cursos de formação, mediante a apresentação de filmes e documentários, além de oficinas. A imagem a seguir mostra um dos chamados para reunião:



(Fonte: Facebook – Comitê Impulsionador Sergipe Marcha Mulheres Negras).

O envolvimento intenso da “Auto-Organização” na Marcha Nacional das Mulheres Negras demonstra a forte articulação desse grupo com demais

entidades estaduais³⁴ e nacionais. Tendo em vista tratar-se de uma mobilização que reuniu mulheres negras de todos os Estados brasileiros, a participação da entidade na Marcha demonstrou o peso da articulação que as mulheres dispuseram.

Mesmo sem financiamento de órgãos públicos, a delegação de Sergipe conseguiu marcar presença com três mulheres da Auto-Organização. Conforme informações de uma das militantes que compôs a delegação, “nosso financiamento foi a partir do caixa do coletivo, a delegação foi composta por várias Organizações. Fomos de carona em um ônibus das companheiras da Bahia. Até Salvador fomos de carro.” (Conversa 4)

5.6 Das rotinas burocráticas aos protestos de rua?

Nos últimos dois anos, o chamado para que o movimento negro volte às ruas tornou-se recorrente entre os militantes de Sergipe. Diante da falta de uma estrutura política que lhes desse proteção em nível institucional³⁵, tal forma de ação passou a ser reivindicada como possibilidade para que as demandas negras tivessem visibilidade, podendo serem tratadas com a atenção que demandam. Em matéria exibida pela Revista Rever, no dia 23 de agosto de 2014, o militante e jornalista negro Geilson GOMES chama atenção para o fato:

Já fazia um bom tempo que o movimento negro de Sergipe não mostrava sua força e luta nas ruas da cidade de Aracaju. Exceto nos 20 de novembro, dia da consciência negra, quando vemos alguns eventos e passeatas que, muitas das vezes, valorizam a beleza, as ações afirmativas e o papel do negro na sociedade. Na última sexta-feira, dia 22 de agosto de 2013, a população aracajuana viu um grito de liberdade sendo ecoado por muitos jovens negros e periféricos na primeira edição da **Marcha Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro**. (GOMES, 2014)

Em tom de crítica à forma como o movimento negro atuou nos últimos anos na capital sergipana, o militante chamou atenção para que a “luta de rua”

³⁴ Unegro/SE, Movimento Negro Unificado, Quilombo Raça e Classe, Levante Popular da Juventude, Coletivo de Mulheres de Aracaju, dentre outros.

³⁵ Sobre tudo em se tratando do Estado de Sergipe, no qual o Ministério Público e a Secretaria de Direitos Humanos e da Cidadania não têm desenvolvido ações tão satisfatórias.

fosse repensada enquanto estratégia do movimento. Tomando como insuficientes as passeatas feitas no “20 de novembro”, a valorização da beleza negra, das ações afirmativas e do papel do negro na sociedade, o redator incita que, para além disso, é preciso sair dos debates ufanistas e adotar uma postura mais efetiva. Com isso, GOMES (2014) defende a necessidade de “gritar” a liberdade, de fazer esse grito ecoar através das vozes dos jovens, das periferias e da população aracajuana como um todo.

Ainda na matéria escrita por GOMES, outro militante do movimento negro, Pedro ALEXANDRE (2014), reafirma a necessidade de “o negro voltar para as ruas”:

O racismo no Brasil é histórico e é institucional. É caracterizado no Brasil que todo o pobre é criminoso. A partir do momento que o sujeito é preto e pobre o ataque a ele é mais aguçado. **Por isso que é mais que necessário que o movimento negro se junte, volte para as ruas e dê um basta ao extermínio da população negra.** Porque senão daqui a uns anos não teremos mais negros ocupando as ruas para fazer as denúncias. (ALEXANDRE, 2014)

“Juntar” o movimento negro e “voltar para as ruas” passou a ser, então, uma das propostas mais recorrentes entre os militantes negros. Assim, em lugar da busca do consenso e da articulação com o Estado, prima-se pela pressão e pela divulgação dos dados sobre violência e racismo. E, nesse sentido, vale mais ativar o papel dos jovens, dos grupos organizados, do que burocratizar os discursos em coordenadorias e secretarias que muitas vezes arquivam o problema. O relato abaixo sobre a Marcha contra a violência negra em Aracaju ilustra o quão a união da juventude é essencial para o combate às violências sofridas pelos negros:

A Marcha em Aracaju contou com a participação de jovens da periferia e de grupos culturais. De acordo com o músico da banda Kilôdoinhame, Thiago Sansão, **é importante que o movimento da cultura esteja reunido na luta contra o genocídio do povo negro.** “É importante para música e para história do negro”, frisa... Quem também se fez presente foi a **juventude do bairro Coqueiral**. O músico de cultura de rua, Anderson Luiz, integrante do grupo Aliados pelo Verso (ALPV), afirma que a polícia mata os pretos favelados e não dá em nada. “Na Zona Sul é segurança, na Zona Norte é repressão”, fala o jovem. (GOMES, 2014)

Nesse sentido, movimentos como o Hip Hop e a Unegro, sobretudo com o Projeto Empoderamento Crespo, vêm tornando-se cada vez mais fortes, de forma a tomar as ruas com mais frequência e intensidade. Tais movimentos apresentam um caráter não apenas cultural ou identitário, mas também um forte posicionamento crítico em relação à sociedade racista e ao “Estado opressor”.

Com o lema “O Hip Hop Salva”, o movimento formado por jovens da periferia de Aracaju exalta a importância dele enquanto reivindicador do direito do povo negro. Assim como nos exemplos anteriormente postos, o discurso desse movimento alerta para o sentimento de desproteção em relação às esferas institucionais e ao poder público (“porque o governo não favorece pra nós”). A citação abaixo, extraída de uma reportagem escrita por GOMES (2014) sobre o Hip Hop em Aracaju, faz referência à fala de um militante desse movimento, ilustrando a percepção dele sobre o significado de sua arte para as questões raciais:

“O Hip Hop é importante na luta do povo negro porque ele joga a ideia na mente mesmo, reivindicando o direito de nosso povo. Transformamos pessoas com o Hip Hop”, coloca Anderson. Além disso, ele relembra o caso que envolveu o sobrinho do secretário da segurança pública de Sergipe, João Eloy. “Como foi ele que foi pego roubando, alegam logo que é doença, mas se for um negro favelado vão dizer que ele já tem vício de roubar. Ninguém rouba porque gosta. **As pessoas roubam por necessidade e porque o governo não favorece nós**”. (Militante do Hip Hop, In: GOMES, 2014)

Sobre essa postura do movimento Hip Hop em Sergipe, o estudo de MARCON e FILHO (2013) demonstra com maior riqueza analítica o caráter político das expressões dessa juventude. De acordo com esses estudiosos,

no hip-hop, a militância político-social tem como um de seus focos a ênfase no sentimento de pertença à periferia, ao território de exclusão, de violência e de marginalização juvenil, atribuindo-se a responsabilidade por este quadro à sociedade civil e ao Estado (MARCON e FILHO, 2013: 513).

E acrescentam:

Tais aspectos demonstram um entendimento sobre a ausência do Estado no tocante à ineficácia política em direcionar políticas que contemplem as comunidades economicamente empobrecidas e sem infraestrutura. Nossos entrevistados dizem

que tanto entendem quanto sentem cotidianamente essa ausência, que justificam ser um estímulo à sua ação crítica, ao engajamento social e à contestação do poder. (MARCON e FILHO, 2013: 535)

Como podemos observar, o movimento Hip Hop não elege uma crítica especificamente a algum governo ou Partido. A sua crítica é maior e mais generalista. Trata-se de atingir o “Estado capitalista”, a ausência de instituições mais fortes para promover o fim da discriminação racial. A partir daí é que os jovens do movimento chegam ao descontentamento específico com o governo local. Nesse caso, falam dos casos de violência que os jovens negros e da periferia enfrentam sem que nenhuma ação seja tomada; da demora para efetivação das políticas públicas. E dessa forma é que confirmam o sentimento de “desproteção” em relação ao poder institucional.

O caráter crítico do movimento não impediu, porém, que, entre 2007 e 2008, o grupo ALPV, segmento do Hip Hop, estreitasse relações com o Governador do Estado, Marcelo Déda. De acordo com MARCON e FILHO (2013), a partir desse momento, o grupo passou a organizar um número maior de eventos, obtendo mais estrutura e ampliando a articulação política com outras redes, a exemplo da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e a Rede de Jovens do Nordeste. Além disso, os autores destacam ainda que alguns membros do Hip Hop possuem também filiação partidária (PT e PC do B) e defendem que a atuação política é, sim, uma estratégia eficaz para a transformação individual e coletiva: “Com o envolvimento partidário eles dizem abrir um universo de possibilidades de reconhecimento social e de acesso às instituições públicas e organizações sociais não governamentais” (Idem).

Outro segmento do movimento negro em Sergipe que se destacou em 2014-2015 foi a chamada Unegro/SE (União de Negros e Negras pela Igualdade de Sergipe). Com seis anos de existência, a União foi fundada por um ex-dirigente de políticas raciais e LGBT do Estado e atualmente se define como um movimento autônomo em relação ao Governo, porém com uma luta que visa o protesto de rua em consonância com a luta por espaços de poder. No ano de 2012, depois de se candidatar e perder pela segunda vez como

vereador da cidade de Aracaju (a primeira vez em 2008), o Coordenador da Unegro afasta-se das atividades relacionadas ao movimento negro, concentra-se na temática de sexualidade e saúde, e a União fica algum tempo sem uma organização mais sistematizada.

No ano de 2014, porém, sob a direção de uma mulher, Taty Menezes, a Unegro sofreu uma profunda reestruturação, passando a desenvolver uma série de projetos que visavam a dar maior visibilidade ao movimento e à questão racial no Estado. Seja em protestos de rua, palestras em escolas, oficinas de dança ou poesia, cursos de formação ou ações mais incisivas como a invasão do INCRA junto com comunidades quilombolas, a União passou a dar novos contornos ao seu militância racial. Ao longo de pouco mais de um ano da reestruturação, a Unegro desenvolveu diversos e variados tipos de projetos, a saber: “Todo cabelo é bom” – realizado, sobretudo, em escolas –, em que são feitas oficinas de penteados e dadas palestras em afirmação da identidade negra; “Sintonia Periférica”, baseado no encontro com outros grupos e movimentos para debaterem questões raciais e voltadas para comunidades periféricas; Salubá Dança Afro, oficina de dança realizada todos os sábados para a comunidade em geral; Cine João Mulungu, no qual são debatidos temas relacionados ao negro e a mídia ou à história do negro no Brasil; Marcha do Empoderamento Crespo, semelhante à proposta do “Todo cabelo é bom”, a Marcha prima pela capacidade de envolver um público mais variado, já que foi uma ação aberta, realizada em ambiente público.

Vale destacar ainda que a Unegro participou ativamente do processo de preparação para a Marcha das Mulheres Negras (2015) com o público sergipano, levando, inclusive, representante para o evento em Brasília. E tal fato pressupõe desde a articulação da União com outras entidades negras em Sergipe, como a Auto-Organização das Mulheres Negras, até o estreitamento com o debate em nível nacional.

Desde 2014, outro ponto de atuação da Unegro tem sido em relação ao engajamento com a luta em apoio ao Governo Dilma. Ao convocar os demais

membros do movimento para irem às ruas em defesa da permanência da Presidenta, a Unegro argumenta:

Reconhecemos que este foi o governo onde nossas reivindicações entraram nas pautas políticas. Nós negros sempre fomos invisibilizados!!! Foi neste Governo que tivemos além das políticas universais, aquelas com recorte racial. Participe do Ato Pró-Dilma do movimento negro de Sergipe! Dilma 13. (Unegro, 2015)

O convite da Unegro em prol da defesa ao Governo demonstra que o sentido de “desproteção” existe, mas tem limite. E esse limite encontra-se exatamente no ponto em que põe em risco a legitimidade do Governo, o qual, com todas as ressalvas, ainda é tido como aquele que foi capaz de ouvir as demandas raciais. Esse posicionamento foi, inclusive, compartilhado por lideranças do Movimento Negro Unificado de Aracaju, pela Auto-Organização das Mulheres Negras e por segmentos dos Povos de Matrizes Africanas, os quais se manifestaram publicamente a favor do Governo.

Por fim, dentro desse universo de movimentos que têm retomado a “luta de rua” como forma de protesto da causa negra, podemos destacar a atuação dos intitulados “Povos de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana”. Em Sergipe, esse movimento vem desenvolvendo, sobretudo a partir de 2012, ações, concomitantemente, de manifestações de rua e articulações com a esfera institucional. Durante os anos de 2012-2013, com uma relação próxima ao Governo do PT, os militantes de tal segmento organizaram: o **Fórum Sergipano das Religiões de Matriz Africana** (2012); o **Catálogo Religiões de Matriz Africana em Sergipe** (2012); a **Cartilha Pedagógica das Religiões de Matriz Africana e da Promoção da Igualdade Racial** (2012); o **I Projeto Integrado de Ações Afirmativas de Matrizes Africana** (2015); o **I Seminário Afrodescendência e Cidadania** (2015); o **Projeto Oxé: Educação, Justiça e Cidadania** (2015); o **Projeto Preservando o Axé** (2015); e o **Ato Contra Intolerância Religiosa**, previsto para acontecer em janeiro de 2016.

CONCLUSÃO

Após percorrer entrevistas, observações e análises sobre a ascensão dos militantes negros ao “poder” em Sergipe (período de 2003-2015), o estudo mostrou que esse processo contemplou momentos de otimismo e pessimismo; de consensos e conflitos; de articulação e rompimento. Como parte de um processo político em que diversos segmentos sociais lutaram por acesso ao “poder” e à capacidade de decisão, tal fato evidenciou o desenrolar de novas relações entre esferas de governos e lideranças dos movimentos negros, de forma que esses contextos também foram ressignificados.

Diante disso, constatamos que, a partir de 2003, semelhantemente a outros movimentos sociais, os movimentos negros em Sergipe tornaram “maleável” os seus discursos de autonomia, desenvolvendo uma trajetória de contatos e ajustes políticos. Fazendo jus a suas múltiplas militâncias (movimento negro e partido político – PT ou PC do B), algumas lideranças negras passaram a reivindicar, dentro do Governo do qual faziam parte enquanto filiados partidários, um espaço para atuar enquanto gestores de políticas públicas raciais.

O momento de abertura política favoreceu a aproximação de lideranças negras com as esferas governamentais, permitindo, de fato, a ascensão dos “militantes negros” às esferas institucionais. A criação de coordenadorias e secretarias de igualdade racial no Brasil e em Sergipe foi a forma encontrada para a concretização desse “projeto”, de forma que, a partir daí, novos referenciais analíticos tiveram que ser lançados para compreendermos o militantismo negro no Estado.

Assim, no decorrer de 2003 a 2015, lideranças negras filiadas ao PT e ao PC do B ascenderam às esferas institucionais de governo, tornando-se gestores de órgãos como a Coppir Estadual, a Coppir Municipal e diversas Secretarias de Igualdade Racial. Com isso, militantes da Unegro, do Coletivo

de Negros do PT, do movimento de Religiões de Matrizes Africanas e de comunidades quilombolas em Sergipe afastaram-se dessas entidades para, em tese, representá-las em uma outra esfera, a governamental.

O estreitamento da relação entre Governos (Estado) e movimentos negros (Sociedade Civil), sob o discurso de consenso, nos levou a pensar na formação do que GRAMSCI (1988) chamaria de hegemonia. Como parte do aparelho institucional, lideranças do movimento negro deixaram de apreender o “Estado” como esfera coercitiva, buscando nele, ao invés do embate, a articulação. Por algum tempo, parecia que um grande projeto social havia unido grupos antes divergentes. Esse projeto, enfim, era a promoção de uma sociedade sem discriminação racial e promotora de políticas públicas para tal fim.

Todavia, ao mesmo tempo em que um perfil hegemônico ia sendo construído, fazendo de lideranças negras gestores do Estado, o apassivamento das lutas raciais era cada vez mais evidente. E tal apassivamento refletia exatamente o perfil dos movimentos negros em Sergipe até o ano de 2013: movimentos centrados em algumas poucas lideranças e mantido por elas. Diante disso, o resultado foi inevitável: com a institucionalização das principais figuras que organizavam os movimentos negros no Estado, a capacidade de pressão destes acabou sendo sublimada e a possibilidade de uma contra-hegemonia foi exaurida.

Diferente de DAGNINO (2014), que atribui a fragilidade dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo à perda da autonomia de seus agentes, advinda da institucionalização deles, acreditamos que, no caso dos movimentos negros em Sergipe, existem questões para além da institucionalização e da perda de autonomia. Primeiro, como já ressaltamos, tratavam-se de Movimentos centrados em lideranças, e isso sim foi um grande problema, porque, com a saída delas, não houve, inicialmente, uma contrapartida dos que estavam fora das instituições. Segundo, e como decorrência desse primeiro aspecto, os militantes não institucionalizados não tiveram força suficiente para se articular nem social nem politicamente, de

forma que pudessem pressionar os governos e as lideranças negras que ocupavam o governo. E terceiro, a institucionalização em si não seria um empecilho para a autonomia dos movimentos negros se ela não tivesse carregado consigo toda uma postura conservadora e excludente em relação ao trato da questão racial. E isso envolve: 1) levar o negro para atuar em estruturas sem condições de ação; 2) manter a falta de diálogo e parceria dos gestores negros com os demais entes governamentais; e 3) tomar a questão racial mais como “modinha de governo” do que como um compromisso ideológico.

Assim, o que nosso estudo mostrou foi que, além de ser um grupo político fraco dentro da esfera institucional, porque tinha que disputar espaço e reconhecimento perante estruturas muito rígidas, os movimentos negros apresentavam-se como um opositores impotentes fora dessas esferas, já que não conseguiam firmar-se sem suas lideranças. Nesse sentido, mais do que deixar de militar na rua para militar na instituição, o maior problema que os movimentos negros em Sergipe enfrentaram com essa nova forma de atuação foi: não terem abertura institucional de fato, com reais condições de atuação; e não serem autônomos não das instituições governamentais, mas autônomos das suas próprias lideranças.

O resultado disso foi que, nos últimos dois anos, uma descrença político-partidária tomou conta dos militantes negros em Sergipe. A morosidade das ações, a falta de condições de trabalho e, sobretudo, a negligência dos representantes políticos para com a questão racial despertaram, além da decepção, o germe para que o militantismo negro em Sergipe fosse repensado. Descrentes com as estruturas de governo e cientes da importância de um movimento forte e autônomo, os militantes, outrora gestores, tiveram que redefinir a sua luta, buscando não somente o acesso ao poder, mas, agora, reconhecimento e força política além desse poder.

Nesse sentido, a nossa hipótese, segundo a qual os militantes negros em Sergipe buscavam não somente redistribuição e reconhecimento político, mas, sobretudo, acesso às esferas de poder, valida-se em parte. Entre 2003 e

2013, houve, sim, uma crença mais aguçada sobre a ideia de poder e participação institucional, de forma que o reconhecimento político ou a redistribuição social por si sós não respondiam às aspirações do Movimento. Todavia, ao longo de 2013-2015, com os resultados insatisfatórios da institucionalização, o Movimento tendeu a retomar os discursos da redistribuição e do reconhecimento como critérios preponderantes de sua luta política. Percebemos tal fato no momento em que os militantes tornaram a enfatizar a permanência das desigualdades socioeconômicas e a falta de reconhecimento social e político dos movimentos negros como fatores impeditivos do êxito da política racial. Ao mesmo tempo, os espaços de poder foram afirmados como insuficientes ou inacessíveis, de fato, às demandas aspiradas pelo Movimento.

A tentativa de constituição de um Partido Negro (o PPLE) e a emergência de outros movimentos com a bandeira de autonomia partidária, a exemplo da “Auto-Organização das Mulheres Negras de Sergipe”, mostram o quanto o descontentamento institucional fez nascer o impulso por um “novo movimento negro em Sergipe”. Embora ainda bastante incipiente, o que o cenário nos mostrou foi que existem organizações negras em Sergipe que, desprendendo-se da ideia de institucionalização, procuram dar um novo impulso ao militância.

Esse Movimento demonstra ser mais estrategicamente planejado, porque se revela mais consciente das carências e dos desafios. Trata-se de um Movimento que passou pela experiência da gestão e que, por isso, já não idealiza o “poder” como uma posição a ser conquistada, mas como um processo a ser conduzido, enfrentado e disputado. Além disso, esse “novo movimento negro sergipano” é formado por negros que vislumbram a questão racial com outros olhos, porque vivenciam a experiência das cotas; porque vivem num contexto em que a sua identidade é mais nitidamente afirmada; e porque os casos sobre racismo, ao mesmo tempo em que ganham mais visibilidade, tornam-se mais frequentemente denunciados.

Diante disso, a conclusão a que chegamos foi que o grande “poder” que os movimentos negros acessaram em Sergipe não foi exatamente o poder institucional. Esse foi apenas o germe para que os militantes percebessem, primeiro, que o poder é uma condição transitória; e, segundo, que esse poder não se dá de forma isolada, mas, sim, que é resposta de um sistema complexo, contraditório e, muitas vezes, excludente. E, nesse sentido, foi que diversas entidades e militantes do movimento negro passaram a repensar e a replanejar a sua luta, desiludidos com o poder institucional, mas esperançosos em relação ao poder de suas “auto-organizações”.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Fernando José Ferreira. **“A História da África entre Embates e Dilemas: Caminhos e Descaminhos da Implementação da Lei 10.639/2003 na Experiência Escolar da Rede Pública Estadual em Sergipe”**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campinas/SP, 2014.

ALBUQUERQUE, W. R. de; FILHO, W. F. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

AMADOR, Zélia. Depoimentos. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (orgs.). **Histórias do Movimento Negro**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

ARAÚJO, Zezito. O Movimento Negro em Alagoas: Militância e História. **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. Ano IV, nº 7, Julho de 2011.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do negro**: o negro nas telenovelas brasileiras. SP, Ed. Senac, 2004.

_____. **A negação do Brasil**: o negro nas telenovelas brasileiras. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

ARRUTI, José Maurício A. **“As formas do silêncio e a emergência da memória”**. Trabalho apresentado na II Reunião de Antropologia do Mercosul, nov., 1997.

AVRITZER, Leonardo. **Instituições participativas e desenho institucional**: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opinião Pública, v. 14, n. 1, 2008.

_____. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. In: AVRITZER, L. **A moralidade da democracia**. São Paulo/Belo Horizonte, Perspectiva/UFGM, 1996.

_____. Teoria democrática, esfera pública e participação local. In: **Sociologias**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, nº 2, jul/dez, 1999.

_____. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais. RJ, vol. 50, nº 03, 2007. p. 443-464.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Cota racial e o Estado: abolição do racismo ou direitos de raça? **Cadernos de Pesquisa**. v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. p. 213-239.

BAIRROS, Luíza Helena. **Orfeu e poder**: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. Afro-Ásia, 1994. p. 173-186.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

BARBOSA, Pedro. **“Organização e Institucionalização Política do Movimento Negro de Uberlândia (MG)”**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRN/Natal, 2011.

_____. **“O movimento negro mineiro e a esfera pública: desafios e perspectivas para um Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial”**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Unesp/Araraquara, 2014.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. RJ: Paz e Terra, 2000.

_____. **Estado, Governo e Sociedade**: por uma teoria geral da política. SP: Paz e Terra, 2012.

BUENO, Natália S. Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte. **Lua Nova**. São Paulo, 85: 2012. p. 187-226.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEAFRO. **Informe Sobre Políticas e Movimentos Negros em Sergipe**. Salvador, 2009.

COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13 (1): maio de 2001. p. 143-158.

_____. **A Construção sociológica da raça no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro. V. 24, n. 1, 2002. p. 35-62.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

_____. O conceito de sociedade civil em Gramsci e a luta ideológica no Brasil de hoje. In: **Interações: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

CUNHA, Eleonora Shettini. **Conferências de políticas públicas e inclusão participativa**. Texto para discussão N. 1733, Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, maio de 2012.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DANTAS, Paulo Santos. **“Construção de identidade negra e estratégias de poder: o movimento negro sergipano na década de 1990”**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, 2003.

_____. **“Construção de Identidade Negra e Estratégias de Poder: os Movimentos Negros Sergipanos na Década de 1990”**. PPGS/UFBA – Dissertação (Mestrado em Sociologia), 2003.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro e educação: alguns subsídios históricos. In: MARCON, F.; SOGBOSSI, H. B. (orgs.). **Estudos Africanos, História e Cultura Afro-Brasileira: olhares sobre a lei 10.639/03**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

_____. Movimento Negro Brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. In: NEVES P. S; DOMINGUES, P. **A Diáspora Negra em Questão: identidades e diversidades étnico-raciais**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

DRUCK, Graça. Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. In: **Observatorio Social de America Latina**. Año VII nº 19 Enero-Abril 2006.

FAGNANI, Eduardo. **A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 192, junho 2011. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3105&tp=a.

FARIA, Cláudia, et. al. **Conferências locais, distritais e municipais de saúde: mudança de escala e formação de um sistema participativo, representativo e deliberativo de políticas públicas**. Texto para discussão N. 1727, Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, abril de 2012.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

_____. Prefácio. In: CARDOSO, F. H; IANNI, O. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa**

comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1960.

FRASER, Nancy. **A Justiça social na globalização**: redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro, 2002.

_____. Reconhecimento sem ética?. In: **Lua Nova**. São Paulo, 70: 2007. p. 101-138.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 34^a ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 30^a ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRY, Peter. **Por que o Brasil é diferente?** (Resenha). RBCS. Nº 31, ano 11, junho de 1996. p.178-182.

FUNG, Archon. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In: COELHO, Vera Shattan P.; NOBRE, Marcos (orgs.). **Participação e Deliberação**. Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo; Ed. 34, 2004. p. 173-209.

GABINEAU, Conde de. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GONH, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da Cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. Movimentos sociais na atualidade. In: GONH, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

_____. **Novas teorias dos Movimentos Sociais**. 5^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1555>.

GONZALES, Lélia. Entrevista. In: **Enegrecer** – Coletivo Nacional de Juventude Negra, 2013. Disponível em: http://www.democraciasocialista.org.br/democraciasocialista/publicacoes/download_orig_file?pageflip_id=971430

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GUSSI, E. H. G. “**A representação política**”. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito da USP, 2009.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estudos Avançados**: revista do IEA da USP, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004. p. 271-284.

_____. **Democracia Racial**: o ideal, o pacto e o mito. 2008

_____. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo, Editora 34, 2012.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 14ª ed. Porto Alegre: L & PM, 1996.

HANCHARD, Michael G. **Orfeu e o poder**: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. **Resposta a Luiza Bairros**. Afro-Ásia, 18, 1996. p. 227-233.

HALL, Stuart. **Da Diáspora** – Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **Da Diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 38, nº 2, 1995. p. 355-374.

_____. Entrevista. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Dossiê – Sociologia da Desigualdade. **Revista Tempo Social**. v. 18, nº 2, São Paulo, novembro, 2006.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe** – O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas**. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.

LACERDA, João Batista. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LEITE, Janete Luzia. Política de cotas no Brasil: política social? **Revista Katál**. Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011. p. 23-31.

LIMA (A), Ari. A Legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?. In: **Afro-Ásia**: Revista do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, Salvador, n. 25-26, 2001. p. 281-312.

LIMA (B), Gustavo Ferreira da Costa. **A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil**: avanços, obstáculos e contradições. Editora UFPR, Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 23, jan./jun. 2011. p. 121-132.

LUCHMANN, Lúcia Helena. A representação no interior das experiências participativas. In: **Lua Nova**, São Paulo, 70, 2007. p. 139-170.

_____. Democracia Deliberativa: Sociedade Civil Esfera Pública e Institucionalidade. In: **Cadernos de Pesquisa PPGSP/UFSC**, nº 33, Nov. 2002.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. In: **RBCS**. vol. 14, nº 41, outubro de 1999.

MANSBRIDGE, Jane. **Should blacks represent blacks and woman represent woman?** A contingent 'yes'. The Journal of Politics. v. 61, nº 3, 1999. p. 628-657.

MATTOS, Patrícia. **O reconhecimento, entre a justiça e a equidade**. In: **Lua Nova**. nº 63, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. In: **Cadernos de Pesquisa**. nº 117, novembro/2002. p. 197-271.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no Governo Lula. In: **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro. v. 29, n. 71, 2005. p. 284-304.

MOUFFE, Chantal. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: **Política e Sociedade**. Florianópolis. v. 1, nº 3, out. 2003. p. 11-26.

MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC: Secretaria da Educação, 2001.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Nosso racismo é um crime perfeito. Entrevista. **Revista Fórum**, 09 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/02/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Povo negro**: a sucessão e a Nova República. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1985.

NEVES, Paulo S. C. A Questão Negra em Sergipe: visões de militantes e de não-militantes. In: **XXIV ANPOCS**. CAXAMBU, CDROM, 2000.

_____. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. v. 20, n. 59, 2005. p. 81-96.

_____. Construção Identitária e luta anti-racista no estado de Sergipe. In: **Estudos Afro-asiáticos**. v. 1-2-3, 2006. p.135-166.

_____. Cotas Universitárias e Percepções de Justiça: A Percepção de Estudantes Universitários. In: **XXXV Encontro Anual da ANPOCS**. 2011.

OLIVEIRA (2011)

PEREIRA (A), Amílcar Araújo. “**O Mundo Negro**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)”. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2010.

PEREIRA (B), André Luis. Para além do pensamento social hegemônico: Abdias do Nascimento e a condição afro-brasileira. **Revista Thema**. número especial, vol. 8, 2011.

_____. A gestão pública local e a institucionalização do Movimento Negro – o caso de Porto Alegre. In: **37º Encontro Anual da ANPOCS**. Águas Claras, 2013.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. In: **Revista USP**. São Paulo. nº 46, junho/agosto de 2000. p. 52-65.

RIBEIRO, Matilde. Reflexões sobre a transversalidade de raça e gênero nas políticas públicas. In: RIBEIRO, M. (org.). **As políticas públicas de igualdade racial**: perspectivas e reflexões. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____. Os interesses sobre a questão racial no Parlamento, o que dizem os deputados federais. In: RIBEIRO, M. (org.). **As políticas públicas de igualdade racial**: perspectivas e reflexões. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____. Depoimento. In: **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Brasília, Governo Federal, 2005.

RIBEIRO, Bruno de Oliveira. **O Mo(vi)mento negro no Mato Grosso do Sul: Políticas de identidade**. Londrina-PR, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, UEL-PR, 2013.

RIOS, Flávia Mateus. “**Institucionalização do movimento negro no Brasil**”. Dissertação de mestrado defendida pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. SP: 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-29102009-170307/pt-br.php>

_____. **O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010)**. In: Lua Nova. nº 85, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452012000100003>.

_____. **Elite Política Negra no Brasil**: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese de doutorado defendida pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. SP: 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04022015-124000/pt-br.php>

RODRIGUES, Cristiano Santos. **Movimento de Mulheres Negras**: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. In: Revista Psicologia e Sociedade. nº 22, 2010. p. 445-456. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a05.pdf>.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, David et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

_____. Vídeo: “**Quando novos sujeitos políticos sobem à cena**”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aZjsLNcc6Wc>.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Introdução: Para Ampliar o Cânone Democrático. In: SANTOS, Boaventura de S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da Democracia participativa. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 2008.

SANSONE, Lívio. **Racismo sem etnicidade:** políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada. In: Dados: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, 1998. p. 751-783.

SCHERER-WARREN, I; LÜCHMANN, Hahn L. H. **Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil** – Introdução. In: Revista Política e Sociedade. nº 05, out. de 2004, p. 13-35. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1976/1725>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Aline Ferreira da. **Etnodesenvolvimento Quilombola no Governo Lula.** São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

SOARES, Cláudia Gomes. **“Raça, classe e cidadania: a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores (1980-2003)”.** Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2009.

_____. **Raça, classe e ação afirmativa na trajetória política de militantes negros de esquerda.** In: Política & Sociedade. v. 11, nº 22, novembro de 2012.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros:** identidade, povo e mídia no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999.

SOUZA, Clóvis. **A que vieram as conferências nacionais?** Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010. Texto para discussão N. 1718, Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, março de 2012.

SOUZA, Maria Érica Santana de. **Redes Sociais e Mediações no “Movimento Negro de Sergipe”.** In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307717169_ARQ_UIVO_TextoCONLAB.pdf

_____. **“Movimento Negro em Sergipe e Política Institucional: um estudo a partir de carreiras de militantes negros”.** Dissertação apresentada ao NPPCS em julho de 2012.

TAYLOR, Charles (Org.). **Multiculturalismo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

TATAGIBA, Luciana. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo de participação. In: **A efetividade das**

Instituições Participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação. IPEA/PRODEP, 2011.

_____. **Relações entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente.** Reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa. 2009. Disponível em: http://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/public-files/2009-artigo-tatagiba_luciana.pdf.

TEIXEIRA, A. C.; SOUZA, C. H. de; LIMA, P. P. **Arquitetura da participação no Brasil:** uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais. Texto para discussão N. 1735, Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, maio de 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. vol. 3.

TONET, Ivo. **Do conceito de Sociedade Civil.** In: **Democracia ou Liberdade?** 2ª ed. Maceió: Editora UFAL, 2004.

VALENTE, Jonas. **Governo Lula termina mandato em dívida com negros, cobram lideranças.** Revista Carta Maior, Novembro de 2006. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Governo-Lula-termina-mandato-em-divida-com-negros-cobram-liderancas/5/12238>

WAMPLER, Brian; AVRITZER, Leonardo. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: COELHO, Vera Shattan P.; NOBRE, Marcos (orgs.). **Participação e Deliberação.** Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo; Ed. 34, 2004. p. 210-238.

YONG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. In: **Lua Nova.** São Paulo, 67, 2006. p. 139-190.

WEB NOTÍCIAS

AFROPRESS. **O fim da SEPPIR e das ilusões nos puxadinhos do Estado.** Setembro, 2015. Disponível: <http://www.afropress.com/post.asp?id=18471>.

BAIRROS, Luiza. **Entrevista da Ministra Luiza Bairo ao AfroPress,** disponível em: <http://www.afropress.com.br/post.asp?id=12120>.

CEAFRO. **Informe sobre políticas e movimentos negros em Sergipe.** Set. 2009. Disponível em: www.ceafro.ufba.br/web/index.php/publicacoes.

DOCUMENTOS PESQUISADOS

BRASIL. **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Governo Federal/Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, 2003.

_____. **Programa Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Governo Federal/Seppir, Brasília, 2009.

_____. **Relatório Final da II Convenção Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Governo Federal/Seppir, Brasília, 2005.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH3)**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

SERGIPE, Governo do Estado de. **III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONEPIR)**. Subsídio para debate, agosto de 2013.

_____. **Regulamento Interno da III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONEPIR)**. Agosto de 2013.

APÊNDICE

APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1- Como você chegou a ser um militante da causa negra? O que o estimulou a fazer parte da luta por esta causa? Fale um pouco de sua trajetória no movimento negro.
- 2- Qual a sua relação com o movimento negro hoje? Onde você atua? Tem algum grupo específico do qual você faz parte?
- 3- Você já assumiu algum cargo em instituição pública ou privada por conta da militância negra? Caso sim, qual a instituição, qual a sua função nela e quais os seus maiores feitos?
- 4- Como você vê a política de promoção da igualdade racial no Brasil? Você está satisfeita com ela? O que mudaria?
- 5- Como você vê a política racial em Sergipe? Você está satisfeito com ela? O que mudaria?
- 6- Como você vê a participação de militantes negros nos espaços institucionais de governo atuando nas secretarias/coordenadorias de promoção da igualdade racial?
- 7- Você se considera satisfeito (a) com a representação das lideranças negras nos espaços institucionais?
- 8- Quais são suas maiores referências em termos de militantes negros em Sergipe?
- 9- Quais marcos da política de igualdade racial em Sergipe você destacaria? Por quê?

APÊNDICE II – CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS E CONVERSAS

A) Militantes que ocuparam cargos nas instituições de promoção da igualdade racial em Sergipe

Entrevista 1: Mulher, 37 anos; foi assessora de políticas de promoção da igualdade racial em Sergipe. Na época da entrevista, era coordenadora de projetos da sociedade de estudos étnicos, políticos, sociais e culturais “Omolayê”. Cooperou em projetos como “Ododuá”. Julho de 2012

Entrevista 2: Homem, 46 anos. Coordenador da Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, vinculada à Secretaria de Participação Popular. Agosto de 2012

Entrevista 3: Homem, por volta de 40 anos. Assessor administrativo da Copir Estadual entre 2004-2005. Agosto de 2012

Entrevista 4: Homem, 49 anos. Um dos três gestores da Copir Estadual. Agosto de 2012

Entrevista 5: Homem, 40 anos. Fundador do UNEGRO – Movimento Negro de Aracaju; Coordenador do Programa Municipal de DST, AIDS e Hepatites Virais; desenvolve o projeto “Sob a Proteção dos Orixás”, junto à população afro-brasileira. Agosto de 2012

Entrevista 6: Mulher, 45 anos. Nascida na comunidade Quilombola Mussuca. Até a entrevista era Secretária de Inclusão Racial da cidade de Laranjeiras. Janeiro de 2013.

Entrevista 7. Homem, 48 anos. Dirigente da Secretaria de Direitos Humanos e membro da Copir Estadual. Janeiro de 2013.

Entrevista 8: Mulher, 48 anos. Dirigente da Secretaria de Direitos Humanos e “representante” dos eventos ligados à política racial.

Entrevista 9: Mulher, 28 anos. Coordenadora de Igualdade Racial no município de Barra dos Coqueiros. Abril de 2013.

Entrevista 10: Homem, 49 anos. Dirigente da Copir Estadual de Sergipe. Outubro de 2015.

Entrevista 11: Homem, 52 anos. Dirigente da pasta de comunidades quilombolas pela Seppir. Outubro de 2015.

B) Conversa com militantes negros não institucionalizados

Conversa 1: Homem, 37 anos. Membro do Grupo Criliber. Setembro de 2012.

Conversa 2: Homem, idade não identificada. Considerado um dos fundadores do movimento negro em Sergipe e militante autônomo da questão racial. Outubro de 2012.

Conversa 3: Mulher, 43 anos. Militante do movimento afro-religioso e uma das fundadoras do grupo Omolaiê. Março de 2013.

Conversa 4: Mulher, 34 anos. Militante da Auto Organização das Mulheres Negras de Sergipe. Setembro, outubro de novembro de 2015.

ANEXO

Lista: Organismos FIPIR (Estaduais e Municipais) 2010.

UF	MUNICÍPIO	ORGANISMO
AC	ACRE	Programa de Políticas para Igualdade Racial do Acre
AM	AMAZONAS	Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania
AP	MACAPÁ	Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial
AP	AMAPÁ	Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes
AP	AMAPÁ	Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes – SEAFRO
AP	MAZAGÃO	Assessoria de Políticas da Igualdade Racial
AP	SANTANA	Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	Coordenação de Políticas de Igualdade Racial - Pref. Municipal
BA	BAHIA	Superintendência de Promoção da Igualdade Racial
BA	SALVADOR	Coordenação de Políticas de Promoção da Igualdade
BA	SOUTO SOARES	Departamento de Política de Igualdade Racial
BA	AMÉLIA RODRIGUES	Diretoria de Promoção da Igualdade
BA	IRECÊ	Coordenadoria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial
BA	LAURO DE FREITAS	Superintendência de Promoção da Igualdade Racial
BA	SÃO FRANCISCO DO CONDE	Departamento de Combate à Desigualdade Social
BA	CRUZ DAS ALMAS	Secretaria Municipal de Políticas Especiais
BA	ANAGÉ	Núcleo de Educação para a Diversidade e Relações Étnico-raciais
BA	JEQUIÉ	Núcleo de Promoção da Igualdade Racial e Gênero
BA	SERRINHA	Coordenação de Política de Promoção da Igualdade
BA	JUAZEIRO	Secretaria de Desenvolvimento e Igualdade Racial
CE	CEARÁ	Diversidade e Acessibilidade
CE	CEARÁ	Célula de Diversidade e Acessibilidade
CE	SALITRE	Fórum Salitrense de Promoção da Igualdade Racial
CE	JUAZEIRO DO NORTE	Coordenadoria de Política de Promoção da Igualdade Racial
CE	CRATEÚS	Coordenação de Igualdade Racial
CE	FORTALEZA	Coordenadoria de Política de Promoção da Igualdade Racial
CE	SÃO BENEDITO	Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial
DF	BRASÍLIA	Coordenadoria da Igualdade Racial

ES	CACHOEIRO ITAPEMIRIM	Gerência de Direitos Humanos
ES	ESPÍRITO SANTO	Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social
ES	VITÓRIA	Gerência de Políticas de Raça
GO	VILA BOA	Diretoria Especial de Políticas Públicas para a Igualdade Racial
GO	CAVALCANTE	Secretaria de Igualdade Racial
GO	GOIÁS	Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial - SEMIRA
GO	SANTA RITA DO ARAGUAIA	Coordenadoria Municipal da Promoção da Igualdade Racial
GO	FORMOSA	Secretaria Municipal de Igualdade Racial, Infância e Juventude
GO	CIDADE OCIDENTAL	Departamento de Promoção da Igualdade Racial
GO	MINAÇU	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial - Pref. Municipal
GO	MONTE ALEGRE	Secretaria Municipal de Promoção de Igualdade Racial e Social
GO	CROMÍNIA	Coordenação da Igualdade Racial
MA	VITÓRIA DO MEARIM	Assessoria Municipal de Políticas da Igualdade Racial
MA	MARANHÃO	Secretaria de Estado da Igualdade Racial
MA	OLINDA NOVA	Coordenação de Igualdade Racial
MA	SÃO JOÃO BATISTA	Programa de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
MA	CATANHEDE	Coordenação de Política de Igualdade Racial
MA	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	Assessoria Municipal de Políticas da Igualdade Racial
MA	BREJO	Secretaria Municipal de Igualdade e Cultura
MA	SÃO LUIZ	Secretaria de Estado da Igualdade Racial
MA	TRIZIDELA DO VALE	Departamento de Igualdade Racial
MA	PINDARÉ MIRIM	Assessoria Municipal de Política da Igualdade Racial
MA	PEDRO DO ROSÁRIO	Departamento de Promoção da Igualdade Racial
MA	ITAPECURU MIRIM	Coordenação Especial de Políticas da Igualdade Racial e Étnica
MA	ICATU	Secretaria de cultura, igualdade racial e turismo
MA	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	Assessoria Municipal de Políticas da Igualdade Racial e Gênero

MA	BREJO	Secretaria Municipal de Igualdade Racial e Cultura
MA	CAJARI	Coordenação Especial da Igualdade Racial
MA	CHAPADINHA	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
MA	COELHO NETO	Coordenadoria de Igualdade Racial
MA	SÃO BENTO	Secretaria Municipal de Assistência Social
MA	SÃO VICENTE FERRER	Coordenação Municipal de Promoção de Igualdade Racial
MA	MONÇÃO	Coordenadoria de Política de Promoção da Igualdade Racial
MA	IGARAPÉ DO MEIO	Coordenadoria Municipal de Políticas da Promoção I. R.
MA	CODÓ	Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial
MA	CAXIAS	Coordenadoria das Políticas da Igualdade Racial - Pref. Municipal
MA	CURURUPU	Coordenação Municipal de Igualdade Racial
MA	PRESIDENTE VARGAS	Coordenação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
MA	PARNARAMA	Coordenação Municipal de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
MA	CAJAPIO	Setor de Promoção da Igualdade Racial
MA	CENTRAL DO MARANHÃO	Divisão de Políticas de Igualdade Racial
MA	ALCÂNTARA	Divisão de Promoção de Política de Igualdade Racial
MA	SÃO LUIZ GONZAGA DO MARANHÃO	Coordenadoria Municipal de Ações Afirmativas
MA	PORTO RICO DO MARANHÃO	Coordenação Municipal de Políticas de Igualdade Racial
MA	AXIXÁ	Divisão Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
MA	BREJO	Secretaria Municipal de Igualdade Racial e Cultura
MA	VARGEM GRANDE	Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
MA	LIMA CAMPOS	Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho, Juventude e Promoção da Igualdade Racial
MA	CENTRO NOVO	Coordenação Municipal de Promoção de Igualdade Racial
MA	BARREIRINHAS	Coordenação Especial de Articulação de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial
MA	SERRANO DO MARANHÃO	Departamento de Promoção da Igualdade Racial
MA	MARINZAL	Coordenadoria de Programas da Igualdade Racial
MG	BELO HORIZONTE	Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra
MG	BETIM	Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade

		Racial
MG	BELO HORIZONTE	Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra
MG	MINAS GERAIS	Diretoria de Promoção e Educação em Direitos Humanos
MG	CONGONHAS	Gerência de Promoção da Igualdade Racial
MG	CONTAGEM	Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial de Contagem
MG	FORMIGA	Conselho Municipal da Identidade Negra
MG	RAPOSOS	Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial
MG	MONTES CLAROS	Fórum Municipal de Promoção da Igualdade Racial
MG	NOVA LIMA	Programa Municipal de Promoção da Igualdade Racial
MG	TUPACIGUARA	Divisão de Promoção da Igualdade Racial
MG	MONTES CLAROS	Coordenadoria das Políticas de Promoção da Igualdade Racial
MG	SANTA LUZIA	Núcleo Governamental de Promoção da Igualdade Racial
MS	MATO GROSSO DO SUL	Coordenadoria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial
MT	CUIABÁ	Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial
MT	MATO GROSSO	Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - CEPIR
MT	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	Fórum Municipal da Igualdade Racial
PA	PARÁ	Coordenação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
PB	JOÃO PESSOA	Assessoria de Políticas Públicas para Diversidade Humana
PB	TAVARES	Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - CEPIR
PB	JOÃO PESSOA	Coordenadoria do Negro/Negra de Olinda
PE	CAMARAGIPE	Secretaria do Desenvolvimento Social e da Mulher
PE	PAULISTA	Diretoria da Igualdade Racial
PE	RECIFE	Assessoria Especial dos Governadores
PE	PERNAMBUCO	Assessoria da Igualdade Racial
PI	ESPERANTINA	Diretoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
PI	PIAUÍ	Coordenadoria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial
PR	LONDRINA	Assessoria de Promoção da Igualdade Racial
PR	MARINGÁ	Assessoria de Prom. da Igualdade Racial - Pref. Municipal
PR	CAMPO LARGO	Coordenadoria da Consciência Negra
PR	APUCARANA	Coordenadoria da Consciência Negra - Sec. Municipal de Desenvolvimento Humano - Pref. Municipal
PR	PARANÁ	Assessoria de Promoção da Igualdade Racial
RJ	NILÓPOLIS	Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial
RJ	PETRÓPOLIS	Assessoria de Políticas da Igualdade Racial

RJ	VOLTA REDONDA	Coordenadoria
RJ	JAPARI	Assessoria de Promoção da Igualdade Racial
RJ	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIM	Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
RJ	SÃO JOÃO DO MERITI	Coordenação de Ciências Sociais e Diversidade
RJ	ANGRA DOS REIS	Assessoria de Gabinete para a Promoção de Igualdade Racial
RJ	ARRAIAL DO CABO	Assessoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial
RJ	NILÓPOLIS	Superintendência de Promoção da Igualdade Racial
RJ	CABO FRIO	Superintendência de Igualdade Racial
RJ	RIO DE JANEIRO	Coordenadoria de Política de Promoção da Igualdade Racial
RJ	NOVA IGUAÇU	Coordenadoria Municipal de Políticas Promoção da Igualdade Racial
RJ	DUQUE DE CAXIAS	Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial
RJ	MESQUITA	Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial
RJ	JAPARI	Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial
RJ	RESENDE	Assessoria de Promoção da Igualdade Racial
RJ	BARRA MANSA	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos/ Superintendência de Igualdade Racial - SUPIR
RJ	RIO DE JANEIRO	Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial
RN	SÃO TOMÉ	Assessoria
RN	CANGUARETAMA	Assessoria de Promoção da Igualdade Racial
RN	CURRAIS NOVOS	Coordenadoria Estadual de Promoção da Igualdade Racial
RN	RIO GRANDE DO NORTE	Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial/ Secretaria da Justiça - SEJUC
RN	BOM JESUS	Assessoria de Promoção da Igualdade
RN	CURRAIS NOVOS	Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial
RN	NATAL	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas
RO	PORTO VELHO	Secretaria de Estado de Assistência Social de Rondônia
RO	RONDÔNIA	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Departamento de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
RR	RORAIMA	Gabinete de Políticas para o Povo Negro
RS	PORTO ALEGRE	Assessoria Especial de Políticas Públicas para o Negro no Gabinete da Prefeita Decreto: 9.312/09
RS	GRAVATAÍ	Assessoria de Políticas de Públicas para o Negro - GP/ Pref. Municipal
RS	PORTO ALEGRE	Coordenadoria das Políticas de Igualdade Racial

RS	RIO GRANDE DO SUL	Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial/ Diretoria de Justiça Social
SC	JOINVILLE	Coordenadoria de Políticas Públicas para a Igualdade Racial
SC	FLORIANÓPOLIS	Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial
SC	CRICIÚMA	Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial
SC	CRICIÚMA	Conselho Estadual da População Afrodescendente
SC	SANTA CATARINA	Secretaria de Relações Institucionais e Temáticas
SC	ITAJAÍ	Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SE	SERGIPE	Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial/ Secretaria do Trabalho e Promoção Social
SE	SÃO CRISTÓVÃO	Secretaria Municipal de Inclusão Racial
SE	BARRA DOS COQUEIROS	Comissão Municipal da Política da Igualdade Racial
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	Divisão de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SP	ARARAQUARA	Coordenadoria Executiva de Promoção da Igualdade Racial de Araraquara
SP	SÃO CARLOS	Coordenadoria dos Assuntos da População Negra
SP	SÃO PAULO	Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena
SP	SÃO PAULO	Coordenadoria Executiva de Promoção da Igualdade Racial
SP	OSASCO	Coordenadoria de Políticas Públicas Promoção I Gênero
SP	RIBEIRÃO PRETO	Coordenadoria da Igualdade Racial
SP	SALTO	Coordenadoria da Igualdade Racial
SP	SALTO	Coordenadoria da Promoção da Igualdade Racial
SP	TABOÃO DA SERRA	Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial
SP	SUMARÉ	Assessoria de Raça e Etnia
SP	SANTO ANDRÉ	Setor de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SP	HORTOLÂNDIA	Coordenadoria da Igualdade Racial
SP	GUARULHOS	Divisão de Igualdade Racial
SP	ITAPEVA	Assessoria de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça
SP	EMBU	Diretoria de Igualdade Racial e Defesa das Minorias - DPIRDM
TO	TOCANTINS	Coordenadoria Afrodescendente e Povos Indígenas da Diretoria de Direitos Humanos